



SEMIC

XXXII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - UEMA

UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO

CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS VOLUME II

Organização:

Monica Piccolo Almeida Chaves

Eliane Pinheiro de Sousa



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



EDITORA UEMA



**CIÊNCIAS SOCIAIS
E APLICADAS
Vol.II**

Organizadoras: Monica Piccolo Almeida Chaves; Eliane Pinheiro de Sousa

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

Instituições apoiadoras: FAPEMA e CNPq

Informações gráficas

Capa: Leonardo Leal Chaves

Diagramação: Leonardo Leal Chaves

Revisão: Monica Piccolo Almeida Chaves

Divisão de Editoração

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

Editor responsável

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

Conselho Editorial

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lúcia Cunha Duarte

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Gomes de Moura

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Jackson Ronie Sá da Silva

José Sampaio de Mattos Jr.

Marcelo Cheche Galves

Maria Medianeira de Souza

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Ana Lucia Abreu Silva

Cynthia Carvalho Martins

Emanoel Cesar Pires de Assis

Fabiola Oliveira Aguiar

Helidacy Maria Muniz Corrêa

José Roberto Pereira de Sousa

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Claudene Barros

Wilma Peres Costa



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



Elaborada por Lausa Sousa Barros - CRB 13/657

U22

UEMA produzindo conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas, volume 2 / organizadoras, Monica Piccolo Almeida e Eliane Pinheiro de Sousa. – São Luís: Editora UEMA, 2021.

530 p.

Coletânea de artigos.

ISBN: 978-65-89821-24-3

1. UEMA. 2. PIBIC. 3. SEMIC. I. Almeida, Monica Piccolo. II. Sousa, Eliane Pinheiro de. III. Título.

CDU 001.891

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
ADMINISTRAÇÃO	11
ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO NA CONDUÇÃO DA GESTÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	12
Carlos Eduardo Cunha dos Santos Irlane Regina Moraes Novaes	
DIAGNÓSTICO DO MICROEMPREENDEDOR NO BAIRRO DO COHAB ANIL I	39
Ana Beatriz Barbosa Ferreira Irlane Regina Moraes Novaes	
O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR NA ZONA COMERCIAL COMPREENDIDA NAS AVENIDAS 1, 2, 3 E 4 DO BAIRRO VINHAIS EM SÃO LUÍS(MA).....	66
Lusineth Sousa Vale Irlane Regina Moraes Novaes	
ARQUITETURA E URBANISMO	93
ESTUDO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO CIDADES SAUDÁVEIS	94
Eduarda David Marques da Silva Ingrid Gomes Braga	
MODO DE MORAR EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS: Um Estudo Sobre a Vila Progresso.....	120
Clarissa Maffessoni Maia de Souza Marluce Wall de Carvalho Venancio	
MORFOLOGIA URBANA: UMA ANÁLISE DA FORMA URBANA DO BAIRRO DO SÃO FRANCISCO EM SÃO LUÍS - MA	141
Gabriel Barros Galdino Thaís Trovão dos Santos Zenkner	

O ENFRENTAMENTO DAS PRECARIIDADES URBANAS NA METRÓPOLE MARANHENSE: as ações da Secretaria Municipal de Obras E Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São Luís.....167

Marina Santos Cutrim
Frederico Lago Burnett

O HABITAT RURAL DAS COMUNIDADES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS, BREJO E BURITI, MARANHÃO193

Lália Diniz dos Santos
Frederico Lago Burnett

O QUE ACONTECE NA PRAÇA? UMA LEITURA DO COTIDIANO DA “PRAÇA DEODORO” EM SÃO LUÍS – MA, DE “PERTO E DE DENTRO”.216

Renata Caroline Araújo Costa
Débora Garreto Borges

CIÊNCIAS SOCIAIS 235

A DINÂMICA DA DISPUTA TERRITORIAL ENTRE QUILOMBOLAS E GRANDES EMPREENDIMENTOS: histórias locais em confronto com projetos globais 236

Marina Azevedo Feitosa
Marivânia Leonor Souza Furtado

A LIDERANÇA COMUNITÁRIA: o papel das mulheres no desenvolvimento local sustentável.....266

Bruna Silva Azevedo
Neuzeli Maria De Almeida Pinto

ANTONIO GRAMSCI E O SENTIDO POLÍTICO DA INICIATIVA “ESCOLA SEM PARTIDO”287

Pedro Henrique Fernandes Leite
Bráulio Loureiro

EMPODERAMENTO E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES EM
COMUNIDADES RURAIS318
Rafaelly Sobrinho dos Santos
Neuzeli Maria De Almeida Pinto

MOVIMENTO DE MULHERES RURAIS: participação política, trabalho e
grupos produtivos 343
Andrezza Ethyenne Rocha Cardoso
Neuzeli Maria De Almeida Pinto

REFLETINDO SOBRE A CATEGORIA QUILOMBO A PARTIR DA
TRAJÉTORIA DA QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU E QUILOMBOLA,
A SENHORA MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS DO TERRITÓRIO
QUILOMBOLA CAMAPUTIUA.369
Adrielma Abreu Rodrigues
Cynthia Carvalho Martins

UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS ÉTNICAS DO POVO INDÍGENA
TENETEHARA A PARTIR DE DADOS DEMOGRÁFICOS 396
Ana Thais Teixeira Pereira
Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira

DIREITO 418

A (IN)EFICÁCIA DO ESTADO DE INOCÊNCIA E A INSTABILIDADE
JURISPRUDENCIAL DO STF NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 419
Bruna Marcelle Soares Gomes
Gabriella Carvalho Brito
Teo Azevedo Sousa
Thiago Allisson Cardoso de Jesus

ESTRATÉGIAS E LUTAS PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE
E LUTA QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO DE SANTA MARIA DOS
PRETOS, CONSIDERANDO A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES E
JOVENS.451
Valdira Barros
Luana da Paixão Matos

LINCHAMENTOS NO MARANHÃO: uma análise comparativa a partir das manifestações do fenômeno nas diversas regiões do Brasil 474

Huanna Beatriz Serra Silva

Thiago Allisson Cardoso de Jesus

PACTO PELA PAZ: DA FABRICAÇÃO À AGÊNCIA DE DOCUMENTOS

..... 500

Thaylana Coimbra Pinto Martins

APRESENTAÇÃO

Iniciativa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a coletânea **UEMA PRODUZINDO CONHECIMENTO**, organizada por áreas de conhecimento, reúne, em quatro volumes, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Iniciação Científica, ciclo 2019-2020, apresentadas no XXXII Seminário de Iniciação Científica-SEMIC da Universidade Estadual do Maranhão,

O Seminário de Iniciação Científica é uma ação de popularização, disseminação e promoção da Ciência promovida pela UEMA que, ao divulgar os resultados de pesquisas desenvolvidas por alunos da graduação, sob orientação dos docentes da Universidade, valoriza e prioriza a preparação de nossos jovens por meio do conhecimento, para que sejam atores de destaque no esforço de melhorar os índices de desenvolvimento do Estado, trazendo mais qualidade de vida à nossa população.

No exercício 2019-2020 a Coordenação de Pesquisa - PPG/UEMA promoveu a ampliação da participação de alunos e professores no Programa de Iniciação Científica, além de incentivar a interiorização do PIBIC, uma vez que potencializar a pesquisa na graduação é um dos caminhos mais profícuos para a formação de futuros alunos dos Programas de Pós-Graduação. Assim, o ciclo 2019/2020 do Programa de Iniciação Científica contemplou, além do

PIBIC (CNPq, FAPEMA, UEMA), os programas de PIBIC/Ações Afirmativas, o Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e alunos do Programa Voluntário de Iniciação Científica. Durante o XXXII SEMIC foram apresentados 709 trabalhos institucionais, sendo 520 do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), 06 do Programa Ações Afirmativas, 15 do (PIBITI) e 166 pesquisadores voluntários.

Este volume da coletânea é dedicado às pesquisas desenvolvidas nas áreas de Ciências Sociais e Aplicadas. Ao todo, são 20 artigos produzidos por discentes e docentes, que expressam a qualidade do conhecimento produzido na UEMA.

Espera-se que esta iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão (PPG/UEMA) possa contribuir para a consolidação do envolvimento discente na pesquisa e na produção científica, além de despertar a vocação científica, incentivando talentos potenciais entre estudantes de graduação através da divulgação dos conhecimentos produzidos por meio dos projetos de pesquisa não somente entre a comunidade acadêmica, mas também entre a sociedade maranhense. Assim, ao incentivar a comunidade acadêmica a publicar os trabalhos resultantes das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Iniciação Científica, a Universidade Estadual do Maranhão concretiza um de seus mais importantes desafios: potencializar a

formação de pesquisadores que poderão contribuir decisivamente para o fortalecimento da Pós-Graduação do Maranhão.

Desejo a todo(a)s uma excelente leitura!!

Monica Piccolo

Coordenadora de Pesquisa – PPG/UEMA

ADMINISTRAÇÃO

ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO NA CONDUÇÃO DA GESTÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Carlos Eduardo Cunha dos Santos¹

Irlane Regina Moraes Novaes²

INTRODUÇÃO

A Administração Pública Gerencial tem, por objetivo, ver o povo como cidadãos - clientes que pagam os serviços através de impostos e, portanto, esses serviços devem ser oferecidos com qualidade. Para que os serviços públicos sejam ofertados com qualidade, é necessário haver profissionais competentes e que executem suas atividades com eficiência, em busca de melhores resultados (BRASIL,1995). No caso específico do nosso estudo, evidencia-se o modo de atuação do agente público, a Constituição Federal (1988) assevera como condição *sine quo non* para aquisição da estabilidade a avaliação especial de desempenho (art.41, parágrafo 4º) (BRASIL, 2011). Nota-se que os servidores públicos estão sujeitos a uma avaliação periódica de desempenho, cujos resultados apresentados de forma insatisfatória poderão levar a perda do cargo público (art.41, parágrafo 1º). Já no modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, exige-se racionalidade, objetivando, na prestação do serviço público, os melhores resultados.

¹ Graduando do Curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão e bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC

² Professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão

Nesse contexto, configurando a Administração Pública em uma visão do Modelo Gerencial, o controle administrativo deixa de ser predominantemente por processos e passa a ser por resultados, melhorando a eficiência do controle e aumentando a autonomia do gestor (NOVAES, 2019). O foco desse tipo de modelo é no cidadão, nas organizações sociais, nos contratos de gestão, na transparência administrativa, na descentralização e desconcentração, nas agências autônomas, a maior participação da sociedade no fornecimento de serviços e controle são todos aspectos com relação direta ao segundo aspecto da eficiência (DI PIETRO, 2016 *apud* NOVAES, 2019).

Este artigo tem por objetivo identificar o modo de atuação dos agentes públicos na condução das ações, frente à eficiência do trabalho, na gestão universitária, com recorte na Universidade Estadual do Maranhão, campus Paulo VI em São Luís - MA. O estudo em questão faz parte da pesquisa intitulada “Atuação do agente público na condução da gestão da Universidade Estadual do Maranhão” integrante do Projeto “Análise das ações desenvolvidas na educação universitária nas IES pública em São Luís (MA) da prof. Dr.^a Irlane Regina Moraes Novaes, fruto das discussões efetivadas no Grupo de Estudos em Administração, Empreendedorismo e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Maranhão, do qual faço parte.

O Princípio da eficiência na administração pública

A Administração Pública está devidamente estruturada e organizada com base na Constituição Federal - CF de 1988, sendo direta ou indireta, a referida carta magna também rege os princípios da Administração Pública que se apresentam de forma legalmente explícita ou implícita. Para Di Pietro (2016) a CF (1988) fez uma inovação ao descrever em seu bojo os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e através da Emenda Constitucional nº19 de 4 de junho de 1998, introduzir o Princípio da Eficiência. Já de forma implícita temos o Princípio da Finalidade, Razoabilidade, Motivação, Interesse Público, dentre outros.

Em referência ao Princípio da Eficiência, Meireles (1998) corrobora salientando que este é o mais novo Princípio da Administração Pública. Por conseguinte, a Eficiência é dada como um dever - colocado como um “dever de boa administração” - ao gestor público, que deve executar as atividades que estão sob sua responsabilidade, com precisão, qualidade e que gere rendimento em seu desempenho. A Eficiência como Princípio está dividida em dois modos. O primeiro modo se refere à “atuação do agente público” que pressupõe um melhor desempenho do agente na execução de suas atividades, assim conquistando melhores resultados. O segundo se refere a “organizar, estruturar e disciplinar a

Administração Pública” a finalidade é conseguir melhores resultados nos serviços públicos (DI PIETRO, 2016, p.114).

No que tange à atuação do agente público, a Eficiência que se busca nas atividades praticadas, não é só de responsabilidade dos mesmos, pois vale ressaltar, que a comissão que seleciona e oferece treinamentos é responsável também por aperfeiçoamento e avaliação de desempenho dos agentes públicos. Assim, pode-se atingir qualidade e quantidade nos serviços públicos (MEIRELES, 1998). Nesse seguimento, Mello (2005) acrescenta que o administrador público deve desenvolver suas atividades buscando sempre o melhor resultado, porém em conjunto ao Princípio da Proporcionalidade, pois estará sujeito ao controle de avaliação e da Legalidade.

Nos últimos anos o que se tem discutido é o papel do Estado diante da população e como as pessoas são assistidas pelas esferas políticas. Na sociedade brasileira, o sistema político-administrativo passou pelos modelos Patrimonialista, Burocrático até chegar à Administração Pública Gerencial. O Modelo Patrimonial possui as seguintes características: a confusão entre a propriedade privada e a propriedade pública; a impermeabilidade à participação social-privada; a corrupção e nepotismo; o caráter discricionário e arbitrário das decisões; a ausência de carreiras administrativas; a desorganização do

Estado e da Administração, o descaso pelo cidadão e pelas demandas sociais; dentre outras (ANDRADE, 2018).

O Modelo Burocrático dava ênfase nos meios, processos das atividades, enquanto a Administração Pública Gerencial focava nos resultados, na eficiência e qualidade do serviço público prestado, onde os servidores públicos passavam constantemente por processos de avaliação e controle (BRASIL, 1995). Nota-se que na Administração Pública Gerencial a população passou a ser vista como um cliente, assim como na Administração de Empresas, porém não as confundindo. Com todas as mudanças no mundo moderno este cliente passou a exigir serviços públicos de qualidade, tais como Saneamento, Saúde, Educação, etc. Na Educação, por sua vez, passou a agregar valor na sociedade, gerando assim um desejo de que este serviço seja prestado com qualidade e eficiência. A eficiência da Administração Pública - a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário - torna-se, então, essencial.

Desta forma, a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações. Nesse sentido, o modelo gerencial significa a “introdução da cultura e das técnicas gerenciais modernas na Administração

Pública” (regra geral, oriundas da iniciativa privada) (PALUDO, 2016 *apud*, ANDRADE, 2018, p. 27). Para alcançar a eficiência torna-se indispensável uma gestão de pessoas visando desenvolver profissionalmente os agentes públicos e gerir competências necessárias para o desempenho de suas atividades, controlar e mensurar a eficiência do trabalho realizado.

No Sistema Público Educacional é realizada a avaliação de desempenho a fim de avaliar o desenvolvimento profissional de docentes, ademais, essa ferramenta é utilizada como base para criar um plano de desenvolvimento dos profissionais, pois sabe-se que isso impacta diretamente na educação dos discentes. Nesse diapasão compreende-se que a Educação gera conhecimento que agrega valor para o cidadão e para a sociedade que ele se encontra, além disso, é um viés de mudanças perceptíveis que estimula e molda o pensamento das pessoas. Dessa forma, não pode ser diferente com as Instituições de Ensino Superior – IES sendo elas de natureza pública ou não.

A organização político-administrativa do Brasil está explícita na Constituição Federal de 1988 compreendendo que a União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios, gozam de autonomia nos termos da Constituição (BRASIL,1988). Já a organização da Administração Pública foi dividida pelo decreto de lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, em direta, que compete à Presidência da República e Ministérios, e indireta, que

corresponde a autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas (DI PIETRO,2016). No entanto, a grande quantidade de serviços que devem ser prestados pelo Estado fez com que fosse criada a Administração Pública Indireta, como já citado. Como exemplo as Autarquias, que são criadas pra realizarem serviços públicos como: Saúde, Educação, Pesquisa, dentre outros. As Autarquias são criadas por lei específica e são entidades de direito público, que gozam de autonomia administrativa (MELLO,2010).

No tocante às Universidades e sua gestão, com base nas colocações de Canterle e Favaretto (2008) que diz que a “universidade seria construída pelo homem com o intuito de ser uma melhoria contínua e estruturada com o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, assim atendendo o mercado de trabalho, a comunidade científica e a acadêmica” (CANTERLE; FAVARETTO, 2008, p. 396). Portanto, sua qualidade e eficiência são de extrema relevância tanto para o meio interno quanto para o meio externo, ou seja, a sociedade.

Quando tratamos de universidades brasileiras, é relevante afirmar que estamos tratando de uma instituição recente se comparadas com os países da Europa e dos Estados Unidos. Segundo Pessoa (2000), a primeira universidade brasileira criada em 1920 se moldou na gestão e nos modelos europeus. Porém, em 1961 foi criada a Universidade de Brasília, a qual retratava uma

nova percepção de universidade tendo como modelo as universidades dos Estados Unidos. Logo após a reforma de 1968, as outras universidades sofreram mudanças e passaram a ser modeladas no padrão das universidades americanas.

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mostra as diretrizes da Educação Pública, o art. 52 desta lei define as universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996, *on-line*). O art. 207 da Constituição Federal (1988), que se encontra na seção I, capítulo III e título VIII, sustenta que as “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Logo, vale destacar que as universidades públicas federais e estaduais, estão constituídas sob forma de autarquias ou fundações públicas. Porém a estrutura organizacional de uma universidade pública brasileira é reajustada normalmente de acordo com o governo e com os objetivos a serem atingidos (SANTOS *et al.*, 2017).

Entretanto, a gestão de pessoas é fundamental para uma organização, pois quando se trata do recurso humano é necessária uma atenção especial porque são as pessoas que constituem uma organização, por conseguinte, elas são capazes

de aumentar ou diminuir seus pontos fortes e fracos (CHIAVENATO, 2014). Nesse sentido, Lima e Carneiro (2015) dizem que a Administração Pública e a Gestão de Pessoas têm por objetivo o oferecimento de serviços públicos qualitativos, realizados por gestores públicos competentes.

Nessa mesma visão, Chiavenato (2014) enfatiza que as organizações públicas devem recrutar gestores com talentos, gerir competências, e desenvolver os profissionais que trabalham para acompanhar as mudanças da sociedade e perfil dos cidadãos, que cada vez mais desejam excelência nos serviços prestados pelo Estado.

A gestão de pessoas na administração pública

No setor público é essencial que haja uma gestão de pessoas que alinhe estratégias para os servidores estarem qualificados, motivados e que realizem suas funções com eficiência, tendo como objetivo o oferecimento de um serviço público de qualidade (VIEIRA, 2014). Corrobora Amaral (2014) ao afirmar que a moderna e eficiente gestão de pessoas é aquela que trabalha com a gestão por competências, essa gestão no setor público gera uma nova política:

A nova política também estimula aprendizagem e a disseminação do conhecimento; atribui ao conhecimento a chave para a inovação e a melhoria da gestão pública; altera a separação entre o decidir e o executar; busca a qualidade de vida no trabalho (saúde

física e emocional); valoriza a informação compartilhada; e, finalmente, cria alto grau de envolvimento de dirigentes de servidores no ambiente de trabalho (AMARAL, 2014, p. 6).

A competência é um tema muito abordado a partir do século XXI, pois, com as novas tecnologias, tornou-se necessário aos agentes públicos estarem preparados para as grandes mudanças nos cargos e funções a exercer, portanto estar preparado significa obter competências para realizar alguma atividade. A competência nada mais é do que um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes (FLEURY; FLEURY, 2010). Portanto competência refere-se à definição de conhecimento: o que precisa saber para fazer; habilidades: capacidades técnicas para realizar algo; atitudes: ações baseadas em conhecimentos. Logo, competência é analisada de dois modos: técnicas e comportamentais.

As instituições que trabalham com a gestão por competências tendem a ter mais sucesso no processo de seleção e recrutamento, pois gestão por competência tem por objetivo captar os melhores profissionais de acordo com o cargo a exercer, reter profissionais e auxiliá-los em treinamentos, estreitando sua competência com valores da organização para alcançar os objetivos (HEGEDUS, 2017). No setor público é essencial que haja uma gestão de pessoas que alinhe estratégias para os servidores estarem qualificados, motivados e que realizem suas funções

com eficiência, tendo como objetivo o oferecimento de um serviço público de qualidade (VIEIRA,2014).

Corroborando Amaral (2014) enfatizando que a moderna e eficiente gestão de pessoas é aquela que trabalha com a gestão por competências, essa gestão no setor público gera uma nova política:

A nova política também estimula aprendizagem e a disseminação do conhecimento; atribui ao conhecimento a chave para a inovação e a melhoria da gestão pública; altera a separação entre o decidir e o executar; busca a qualidade de vida no trabalho (saúde física e emocional); valoriza a informação compartilhada; e, finalmente, cria alto grau de envolvimento de dirigentes de servidores no ambiente de trabalho(AMARAL, 2014, p. 6).

As universidades públicas, por sua vez, são criadas para prestar o serviço de Educação Superior para a sociedade, são autarquias que Carvalho Filho (2014) define como “pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado” (CARVALHO FILHO, 2014, p. 52).

Na esfera estadual, a Universidade Estadual do Maranhão se encontra como uma autarquia estadual, que oferece serviços públicos de ensino, pesquisa e extensão (SILVA, 2019). Entretanto, torna-se necessário que esta seja gerida com excelência por gestores competentes e que suas atividades sejam realizadas com eficiência para que este serviço público seja

oferecido com qualidade. Logo, suas ações devem conduzir ao alcance de seus objetivos, no que tange ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

METODOLOGIA

Quanto à natureza, a pesquisa se trata de uma abordagem qualitativa, tendo como ponto de referência uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental relacionadas às questões: Eficiência nos Serviços Públicos, Princípio da Eficiência, Gestão Universitária, Gestão de Pessoas no Setor Público, dentre outras. Como estratégias de pesquisa foram utilizadas as pesquisas Bibliográfica, Documental, de Campo. Na pesquisa Bibliografia fez-se um levantamento teórico voltado para as temáticas: eficiência nos serviços públicos, princípio da eficiência, gestão universitária e gestão de pessoas no setor público, dialogando com os autores Fleury e Fleury (2010), Vieira (2014), Amaral (2014), Di Pietro (2016), Meirelles (1998), dentre outros.

Já na pesquisa documental levantou-se a legislação pertinente aos assuntos, tendo como base a Constituição Brasileira e as Leis Federais e Estaduais. Na UEMA analisaram-se os documentos internos que versam sobre as questões, tais como, o Estatuto, Regimento Interno e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de 2017(vigente) da referida universidade. O Universo da pesquisa é composto por 1 (um) Reitor, 1 (um) Vice-Reitor 6 (seis) Pró-Reitores

das seguintes Pró-Reitorias: Pró- Reitoria de Graduação - PROG, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis - PROEXAE, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD e a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA).

A pesquisa de Campo foi complementada com análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UEMA que permitiu uma maior compreensão em torno da história da Universidade, sua missão, seus dirigentes e a construção de um pré-mapeamento, servindo como base para a elaboração do questionário aplicado com os gestores no Campus Paulo VI, Universidade Estadual do Maranhão, na cidade de São Luís – MA, tendo como informantes-chaves o Reitor (1) e Pró-Reitores (6). Devido à pandemia do Covid-19, o questionário contendo 10 (dez) abertas foi disponibilizado através da ferramenta *Google Forms* e encaminhado aos e-mails dos sujeitos da pesquisa. Até o mês de março, período de suspensão das atividades acadêmicas pela UEMA, apenas um informante-chave respondeu o questionário. O resultado teve como base no PDI, complementadas através de visitas *in loco*.

RESULTADOS

A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, historicamente, nasceu da Federação de Escolas Superiores do

Maranhão (FESM), estabelecida pela lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972. Em 1981, transformou-se na Universidade Estadual do Maranhão, através da lei nº 4.400, de 30 de dezembro, e em 1987 o Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março, tornou-a uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Posteriormente foi reorganizada pelas leis nº 5.921, de 15 de março de 1994, e nº 5.931, de 22 de abril de 1994 (UEMA, 2020).

A princípio a UEMA foi vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), depois passou a ser vinculada à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (GECTEC) e em 2019 foi vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

A Universidade do Maranhão apresenta uma estrutura que conta com 20 *campis*, excluindo-se os da recém criada Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -UEMASUL, sendo eles: São Luís, Caxias, Timon, Bacabal, Codó, Pinheiro, Itapecuru-Mirim, Balsas, Grajaú, Barra do Corda, Zé Doca, Coroatá, Presidente Dutra, Santa Inês, Coelho Neto, Pedreiras, Colinas, Lago da Pedra, São João dos Patos e São Bento, 20 polos de qualificação de docentes, representados através do programa Darcy Ribeiro e 35 pólos de Educação à distância- Ead's, compostos pela UEMANet em parceria com a Universidade Aberta do Brasil-UAB, atingindo ao todo 46 municípios do estado, fora os que sofrem seu alcance de influência (SILVA, 2019, p.38).

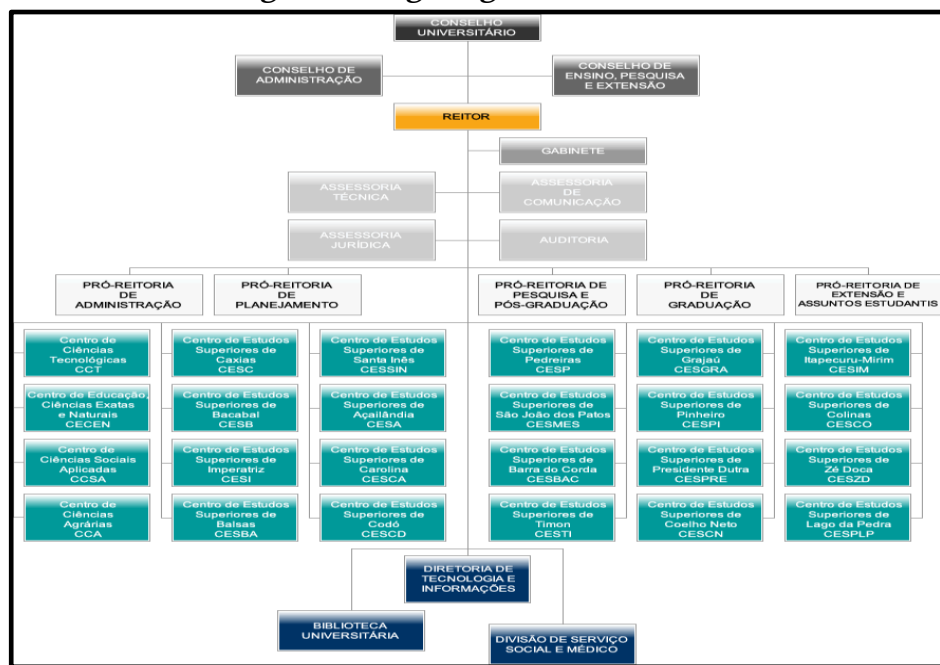
Nota-se, então, que a Universidade Estadual do Maranhão está presente nas principais regiões do estado, beneficiando muitas pessoas, porém com a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina, alguns *campus* foram desmembrados e postos sob a responsabilidade da UEMASUL.

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de 2017 percebeu-se com clareza que os objetivos e metas a se alcançar estão vinculados à missão, visão e valores da universidade.

A UEMA tem como missão “produzir e difundir conhecimento orientado para a cidadania e formação profissional, por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do Maranhão (...) como visão “Ser uma instituição de referência na formação acadêmica, na produção de ciência, tecnologia e inovação, integrada com a sociedade e transformadora dos contextos em que se insere (...) e como valores “Ética” transparência, sustentabilidade, democracia, autonomia e inclusão” (UEMA, 2017, p.30).

A estrutura organizacional da UEMA está explícita no PDI de 2017, conforme organograma (Figura 1) a seguir:

Figura 1: Organograma da UEMA



Fonte: PDI-UEMA (2017)

Observa-se, então, no organograma, que o nível estratégico da UEMA está composto pelos Conselhos Universitário, de Administração e de Ensino, Pesquisa e Extensão, pelo Reitor, suas Assessorias (Comunicação, Técnica, Jurídica e Auditoria), e pelas Pró-Reitorias (estas são de suma relevância para gestão do Reitor).

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de 2017, até então vigente, permitiu uma maior compreensão em torno da história da UEMA, sua missão, seus dirigentes e a construção de um pré-mapeamento (quadro 1), o qual serviu como base para a elaboração do questionário.

Quadro 1: pré-mapeamento

Cargo	Principais funções dos órgãos
Reitor	competete administrar todas as atividades universitárias.
Pró-Reitor de Administração	dirigir, coordenar, supervisionar e controlar os programas e projetos gerenciados pelas Coordenadorias integrantes da PRA e demais atividades relativas à administração geral em desenvolvimento na UEMA.
Pró-Reitor de Planejamento	dirigir, coordenar, supervisionar e controlar os programas e projetos gerenciados pelas Coordenadorias integrantes da PROPLAN e demais atividades relativas ao planejamento administrativo, orçamentário e físico em desenvolvimento na UEMA.
Pró-Reitor de Graduação e Assuntos Estudantis	dirigir, coordenar, supervisionar e controlar os programas e projetos gerenciados pelas Coordenadorias integrantes da PROGAE e demais atividades relativas às políticas de ensino de graduação na UEMA.
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão	dirigir, coordenar, supervisionar e controlar os programas e projetos gerenciados pelas Coordenadorias integrantes da PPGE, e demais atividades relativas à pesquisa, pós-graduação e extensão em desenvolvimento na UEMA.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI/UEMA, 2017.

Conforme o Decreto Federal nº 1.916, de 23 de maio de 1996, art. 1º, “o Reitor e o Vice-Reitor das universidades mantidas pela União, serão nomeados pelo Presidente da República em lista tríplice, elegida pelo conselho máximo da instituição” (BRASIL, 1996, *on-line*). Na Universidade Estadual do Maranhão, o Regimento Interno da Reitoria propõe que o governador do estado faça a

nomeação dentre os indicados de uma lista tríplice elegida pela comunidade universitária para um mandato de quatro anos (UEMA, 2017).

Os critérios para candidatar-se a Reitor de uma universidade variam de acordo com cada Instituição. No caso da Universidade Estadual do Maranhão, o Art. 28 do Regimento Interno da Reitoria diz que “Serão candidatos a compor a lista tríplice os docentes da carreira do magistério superior da UEMA, pertencentes às classes de professores assistente, adjunto ou titular, ou os que possuam título de mestre ou doutor”(UEMA, 2017, p. 6). Em relação as Pró-Reitorias, o Estatuto da UEMA determina que:

(...)

Art. 65º As Pró-Reitorias, responsáveis pelas áreas de ensino, pesquisa e extensão, serão exercidas por pró-reitores, nomeados pelo reitor, dentre docentes do quadro efetivo da UEMA, na forma de regimento interno.

Art. 66º As Pró-Reitorias, responsáveis pelas áreas de planejamento e administração, serão exercidas por pró-reitores, nomeados pelo reitor, preferencialmente, dentre docentes ou técnicos de nível superior do quadro efetivo da UEMA, na forma de regimento interno. (UEMA, 1996, p.12).

Nota-se que os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor, seguindo as normas que estão escritas no Regimento Interno.

Na pesquisa de campo, foi verificada a impossibilidade da realização de uma entrevista presencial com os dirigentes devido à pandemia do COVID-19. Assim, foi encaminhado para os e-mails um questionário elaborado na plataforma Google Forms. Desta forma,

inicialmente, buscou-se identificar o perfil do gestor, caracterizando assim, as variáveis demográficas como a idade, gênero e escolaridade. Quanto à idade, os entrevistados estão na faixa etária de 51 a 60 anos. Para Pessoa (2002), a idade é um dos fatores que deve ser analisado em qualquer processo seletivo, uma vez que a idade do colaborador está relacionada com o acúmulo de experiência profissional, o que influencia no desempenho das atividades, pois o profissional que possui experiência geralmente vai ter mais facilidade na tomada de decisão de situações-problemas, pois já vivenciou tais situações.

No tocante ao gênero, pode-se destacar: masculino (5) e feminino (3). No tocante à escolaridade, 100% dos entrevistados são Pós-Graduados com a Titulação de Doutor, resultado compatível com o Regimento Interno da instituição, uma vez que um dos critérios necessários para assumir o cargo de gestão da Reitoria e Pró-Reitoria é possuir título de mestre ou doutor e pertencer ao quadro docente da instituição. A qualificação profissional é um dos fatores primordiais e importantíssimo para execução e gerenciamento de qualquer atividade e, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017), a busca pelo profissional qualificado está cada vez mais intensa, pois como ratifica Fleury e Fleury (2010) as competências técnicas associadas às competências comportamentais são ferramentas no desenvolvimento da eficiência e de uma gestão de qualidade.

No que tange ao tempo de serviço na Administração Pública, 100% dos entrevistados declararam possuir entre 16 a 26 anos de experiência na área, atuando apenas 20 meses no cargo de Pró-Reitor como Reitor. Sabe-se que a experiência profissional é um diferencial, pois contribui para a formação e desenvolvimento de cada indivíduo, assim como agrega valor ao seu histórico profissional. Portanto, para um gestor acadêmico possuir experiência enriquece a sua condução dos seus processos, podendo trazer agilidade, maior produtividade e melhores resultados.

Ainda no que concerne à experiência do gestor, buscou-se também identificar quais as dificuldades apresentadas ao gestor durante o seu ingresso no serviço público e durante sua admissão no cargo de Pró-Reitor, respectivamente. Em referência às dificuldades ao entrar no serviço público, foi constatado que o agente público não teve nenhuma dificuldade ao assumir o cargo.

Os Regimentos Internos da instituição esclarecem quanto às competências, finalidades e atribuições de cada órgão gerenciado pelo Reitor e Pró-Reitor, tal como o processo que cada agente passa para assumir o seu cargo. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017) ainda reforça sobre a transparência utilizada em seus processos e a capacitação que é ministrada aos agentes públicos, o que pode justificar a falta de dificuldades apresentadas.

Existem diversas habilidades e competências pessoais e profissionais essenciais que os gestores precisam dispor afim de

dirigir o seu cargo e administrar com eficiência, dentre elas destacam-se: a visão estratégica; capacidade analítica; foco em objetivos e metas; foco na eficiência e eficácia; cumprir legislações e regimentos; relação interpessoal; comunicação e interação; motivação; delegação e *feedback*; compromisso com os valores; tratamento de conflitos, dentre outras. Na pesquisa não foi possível identificar a predominância destas competências e habilidades devido à ausência de um número significativo de informantes-chaves.

Em concordância com a proposta do PDI (2017) a UEMA tornou-se mais dinâmica e prática, buscando sempre contribuir com o desenvolvimento educacional e social. Em virtude disso que as organizações, tanto da rede pública quanto da rede privada, priorizam a seleção de agentes que sejam capazes de administrar essas competências, de modo que tenham maior produtividade e qualidade nos serviços ofertados pelo Estado. O PDI (2017) realiza algumas avaliações que são utilizadas para identificar e analisar pontos de melhoria no serviço educacional prestado para a sociedade. Para Amaral (2014), a gestão por competências gera melhoria e inovação na Administração Pública, destacando o aperfeiçoamento da qualidade de trabalho dos agentes públicos. Corroborando Hegedus (2011) afirmando que essas competências incidem diretamente na visão, missão e valores da instituição, o que reforça a identidade de inovação e melhoria contínua que é

compartilhada no perfil dos agentes públicos que conduzem a gestão da instituição.

Cabe salientar que, afim de avaliar o desempenho dos agentes públicos, algumas organizações públicas, tendo como liderança do processo a equipe de Gestão de Pessoas, realizam uma avaliação de desempenho de caráter técnico e comportamental. Após a aplicação dessa avaliação, os resultados individuais são analisados e, baseando-se nesses resultados, são elaborados treinamentos específicos para cada servidor, de modo que sejam desenvolvidas e aperfeiçoadas as suas habilidades e competências, melhorando a qualidade vida no trabalho e gerando eficiência (NASCIMENTO;BERNARDIM, 2007) .

O PDI realiza algumas avaliações que são utilizadas para identificar e analisar pontos de melhoria no serviço educacional prestado para a sociedade. Segundo o entrevistado, ao ser questionado sobre a forma que é avaliado o seu desempenho na instituição, informou que não há um instrumento formal, todavia a avaliação é feita pela condução dos processos e da comunidade acadêmica, o que justifica a necessidade da criação de uma ferramenta para a avaliação de desempenho.

CONCLUSÕES

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017) ressalta ações que são utilizadas para o desenvolvimento da instituição (UEMA), assim como para a sociedade, entretanto não há

ferramentas institucionais formais que avaliem o desempenho de cada gestor, afim de avaliar os seus resultados, o que impacta diretamente na análise do desenvolvimento dos gestores e do gerenciamento das suas atividades. Na pesquisa é possível perceber que é necessário o desenvolvimento de avaliações de desempenho que contemplem a avaliação das habilidades e competências de cada agente público.

Conforme o PDI 2017, as avaliações do perfil do gestor público educacional, tal como suas avaliações de desempenho, são fundamentais, pois para gerar um serviço de qualidade e eficiente é necessário que se tenha profissionais habilidosos e competentes. É preciso considerar, também, que esses gestores estão desenvolvendo outras pessoas, portanto devem estar preparados para executarem suas atividades com excelência. Ademais, como consequência desse estudo, observou-se que o PDI é uma ferramenta importantíssima para avaliação da condução dos gestores frente ao processo de gestão, entretanto a avaliação do gestor torna-se incompleta pois não há uma ferramenta específica para avaliação.

Assim, devido às limitações da amostra no estudo em decorrência da pandemia do covi-19, recomenda-se novas pesquisas que tratem da atuação do agente público na condução da gestão da Universidade Estadual do Maranhão visando uma maior profundidade dessa atuação assim como, coletar informações sobre o posicionamento deste na condução da UEMA.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Helena Kerr do. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 57, n. 4, p. p. 549-563, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v57i4.211. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/211> . Acesso em: 30 abr. 2021.

ANDRADE, Wendell Bruno Farias de. **Administração pública: um estudo do modelo em rede e sua contribuição para a eficácia da gestão pública brasileira**. Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL. **Decreto Federal nº 1.916, de 23 de maio de 1996**. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1916.htm. Acesso em: 26.out.2019.

BRASIL. **Emenda constitucional nº19, 04 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 26.out.2019.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995.

CANTERLE, Nilsa Maria Guarda; FAVARETTO, Fabio. Proposta de um modelo referencial de gestão de indicadores de qualidade na instituição universitária. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 60, p. 393-412, 2008.

CARDOSO, Thuine Lopes et al. Reflexões para avanço na área de avaliação e gestão do desempenho das universidades: uma análise da literatura científica. **Anais do Seminários em Administração (XVIII SEMEAD) São Paulo (SP)**, v. 4, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 27ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito administrativo**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FLEURY, M.; FLEURY, A. **Estratégias empresariais e formação de competências** – Um Quebra cabeça Caleidoscópio da Indústria Brasileira. São Paulo, Atlas, 2010.

LIMA, Ildevania Felix de; CARNEIRO, Ângela Patrícia Linard. **Gestão de pessoas na Administração Pública**: pessoas competentes, melhores resultados.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. Atlas. São Paulo-SP, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 23ª Edição. São Paulo: Malheiros, 1998.

NOVAES, Irlane R. M. Análise das ações desenvolvidas na educação universitária nas IES pública em São Luís (MA). **Projeto de Iniciação Científica PIBIC/UEMA/FAPEMA** – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

PASCARELLI FILHO, Mario. **A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança**. DVS Editora, 2013.

PESSOA, Maria Naiula Monteiro et al. **Gestão das universidades federais brasileiras: um modelo fundamentado no *balanced scorecard***. 2000.

SANTOS, Mario Rosa dos et al. Estrutura Organizacional e Funcionamento das Universidades Brasileiras: revisão de literatura. **Blucher Education Proceedings**, v. 2, n. 1, p. 144-157, 2017.

SILVA, Sansarah. M. S. E; SERRA, Antonio R. C; COSTA, Gustavo P. da. A pesquisa no ensino superior: um diagnóstico da produção científica no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus Paulo VI em São Luís (MA). **III Colóquio de Gestão Universitária**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201762>. Acesso em 15.nov.2019.

UEMA. Estatuto da UEMA. São Luís, 1996. Disponível em: <https://www.uema.br/wp-content/uploads/2015/01/estatuto.pdf>. Acesso em 15.nov.2019.

UEMA. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI 2016-2020**. PROPLAN - Pró- Reitoria de Planejamento. Versão atualizada, São Luís-MA, 2017.

UEMA. Regulamento da Reitoria. São Luís. Disponível em: <https://www.uema.br/imagens-noticias/files/REGIMENTO%20DA%20REITORIA-UEMA.pdf>. Acesso em 15.nov.2019.

UEMA. Regulamento das Pró-Reitoria. São Luís, 2015. Disponível em: <https://www.uema.br/wp-content/uploads/2015/01/Regimento-Pro-Reitorias.pdf> . Acesso em 15.nov.2019.

VIEIRA, Sueli Mendes. **Gestão estratégica de pessoas na Administração Pública: Um Estudo de Caso na Secretaria Municipal de Saúde de Brumado/BA.** *NAU Social*, v. 5, n. 9, 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, p. 129-149, 2009.

DIAGNÓSTICO DO MICROEMPREENDEDOR NO BAIRRO DO COHAB ANIL I

Ana Beatriz Barbosa Ferreira¹
Irlane Regina Moraes Novaes²

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é uma das principais fontes de desenvolvimento do país e alternativas de emprego. É um mercado que está em constante crescimento e que muitas pessoas adentram por vontade de empreender e outras ainda recorrem por questões de necessidades, sendo essas mais suscetíveis ao fracasso. A sua relevância para a sociedade é indiscutível, principalmente no quesito de geração de emprego e renda.

Este artigo tem como objetivo identificar o perfil do microempreendedor no bairro Cohab Anil, com o recorte nos empreendedores inseridos na Cohab Anil I, apontando os principais tipos de empreendedorismo e o potencial empreendedor do referido bairro.

Empreendedorismo

Na Idade Média o termo empreendedorismo era utilizado para definir aquele que gerenciava grandes projetos de produção. Essas pessoas não assumiam grandes riscos, apenas eram

¹ Graduanda em Administração, Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC FAPEMA/UEMA

² Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão

responsáveis pelo gerenciamento dos projetos, utilizando os recursos disponíveis que geralmente vinham do governo do país. Já o termo empreendedor (*entrepreneur*) teve origem na França e significa aquele que assume riscos e começa algo novo (HISRICH *et al.*,2009).

Para Joseph Schumpeter (1985) o empreendedor pode ser definido como aquele que destrói a ordem econômica existente, introduzindo novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais. No entanto, Kirzner (1973) faz uma abordagem diferente. Para ele o empreendedor cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de turbulências, assim, consegue identificar oportunidades na situação que se encontra. Em ambas as definições os autores são enfáticos ao afirmarem que o empreendedor é um excelente identificador de oportunidades.

Ademais, Dornelas (2017) afirma que no século XVII surgiram os primeiros indícios da relação entre assumir riscos e empreendedorismo. Nessa época o empreendedor estabelecia um acordo contratual com o governo para executar algum serviço ou fornecer produtos. Até então, havia uma confusão em torno da figura do capitalista e a do Empreendedor.

No século XVIII o economista Richard Cantillon, considerado um dos percussores do empreendedorismo, diferenciou o capitalista como aquele que fornecia capital e o empreendedor aquele que assume riscos. No final do século XIX e início do século XX, os

empreendedores eram constantemente confundidos com os Administradores. Para Hampton (1991) os Administradores diferem-se dos empreendedores em relação ao nível que ocupam na hierarquia e sobre o conhecimento que detém.

Ademais, Dornelas (2017) acrescenta que o empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos do Administrador, e que juntamente com os atributos pessoais, somados às características sociológicas e ambientais, irão permitir o nascimento de uma nova empresa. De uma ideia surge uma inovação e desta, surge uma empresa. Para Dornelas (2017) os empreendedores possuem habilidades Técnicas, Gerenciais e Características Pessoais.

As habilidades técnicas correspondem a saber escrever, saber liderar e trabalhar em equipe. Já nas habilidades gerenciais inserem-se as habilidades envolvidas na área de criação, desenvolvimento e gerenciamento de uma nova empresa: administração, finanças, marketing, operacional, controle de ações da empresa no intuito de ser um bom negociador. As características pessoais incluem em ser disciplinado, assumir riscos, ser um líder visionário, inovador e persistente. O modelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM) define o empreendedorismo como:

Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Em qualquer das situações a iniciativa pode ser de um indivíduo, grupos de indivíduos ou empresas já estabelecidas (SEBRAE, 2016, on-line).

Além da definição do empreendedorismo é importante reconhecer o empreendedor por oportunidade e necessidade, já que nesse último as chances de fracasso são mais elevadas no Brasil, sendo exercido sem um planejamento prévio, estudo de mercado e a maioria está inserida na informalidade, assim, difere do empreendedor por oportunidade, já que esse realiza planejamento prévio, faz estudo de mercado e consegue corroborar para o desenvolvimento econômico do país.

Aspectos históricos e legais do empreendedorismo no Brasil

Em termos institucionais, historicamente, a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a Sociedade Brasileira para Exportação de Software - SOFTEX foram essenciais para o empreendedorismo ter tomado forma na década de 1990. O cenário político e econômico não era favorável, pois os empreendedores não conseguiam encontrar informação para orientá-los na caminhada para tornarem-se empreendedores.

Apesar das dificuldades, o Brasil apresenta algumas perspectivas positivas em relação ao empreendedorismo. Desde alguns anos atrás, foram criados órgãos e iniciativas de apoio ao empreendedor, como o SEBRAE, as fundações estaduais de apoio à pesquisa, as incubadoras de novos negócios e as escolas superiores, que tem oferecido cursos e outros tipos de programas sobre o empreendedorismo (MAXIMIANO, 2006, p. 6).

Diante da relevância desses empreendidos em razão da sua importância para a economia mundial foram criados alguns

benefícios, como a Constituição Federal de 1988, artigos 146,170 e 179, a Lei nº 123/2006 (Estatuto das MPes), Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, e a Lei Complementar nº 128/2008 que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) cria a figura do Microempreendedor Individual

Na academia ainda não há uma definição universal para a caracterização das Micros, Pequenas e Médias Empresas - MPME. O Management Center do Brasil (1964) utiliza para a definição de pequena empresa algumas orientações empregadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, a qual determina que as pequenas empresas devam atender a duas ou mais das seguintes especificações: uma administração independente onde o gerente também é o proprietário; a empresa pertence e/ ou o capital é oferecido por um indivíduo ou um pequeno grupo; a área de operação da empresa é local embora seu mercado não seja; e, por último, o pequeno tamanho da empresa é relativo à sua indústria como um todo, dependendo de como o negócio em questão se compara com o líder do ramo.

Para Viapiana(2001) as dificuldades na caracterização das MPME surgem a partir dos diferentes critérios, tanto qualitativos quanto quantitativos, adotados pelo governo, um dos maiores entraves ao se estudar as MPME. No Brasil, os critérios de classificação mais utilizados (quadro 1) são o faturamento bruto anual e o número de empregados.

Quadro 1- Critério de Classificação das Micro e Pequenas Empresas no Brasil.

Órgão/Documento	CRITÉRIO	MICROEMPRESA	PEQUENA EMPRESA
Estatuto Geral da Micro e Pequena Empresa	Faturamento Bruto Anual	Até R\$ 360 mil de acordo com LC 139/2011	Entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões de acordo com LC 139/2011
BNDDES	Receita Operacional Bruta Anual ou Anualizada	Até R\$ 360 mil	Entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 Milhões
SEBRAE	Indústria e Construção Civil - número de Empregados	Até 19 empregados	De 20 e 99 empregados
SEBRAE	comercio e serviço: número de empregados	Até 9 empregados	De 10 a 40 empregados

Fonte: BNDDES (2010); BRASIL (2016); SEBRAE (2018).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2003) constatou algumas características da gestão das micro e pequenas empresas brasileiras, são elas:baixo volume de capital empregado; altas taxas de natalidade e mortalidade; presença significativa de proprietários, sócios e funcionários com laços

familiares; grande centralização do poder decisório; não distinção da pessoa física do proprietário com a pessoa jurídica, inclusive em balanços contábeis; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; baixo nível de terceirização; baixo emprego de tecnologias sofisticadas; baixo investimento em inovação tecnológica; dificuldade de acesso a financiamento de capital de giro; dificuldade de definição dos custos fixos; alto índice de sonegação fiscal; contratação direta de mão-de-obra; utilização intensa de mão-de-obra não qualificada ou sem qualificação.

Para o SEBRAE (2016) as principais causas do encerramento das atividades das MEIs e MPEs, resultando na sua mortalidade precoce são: 1. Situação do empresário antes da abertura; 2. Planejamento do negócio; 3. Gestão do negócio e a 4. Capacitação dos donos em gestão empresarial. Sobre estas razões, Dornelas (2005) discorre,

[...] é notória a falta de cultura de planejamento do brasileiro, que por outro lado é sempre admirado por sua criatividade e persistência. Os fatos devem ser encarados de maneira objetiva. Não basta apenas sonhar, deve-se transformar o sonho em ações concretas, reais, mensuráveis. Para isso existe uma simples, mas para muitos, tediosa, técnica de se transformar sonhos em realidade: o planejamento (DORNELAS, 2005, p.95).

Para a empresa permanecer no mercado e ter sucesso deve-se investir constantemente em capacitações dos funcionários e gestores, realizar também o planejamento do negócio. É importante que o empreendedor conheça as técnicas adequadas de

gerenciamento e, assim, garantindo uma maior probabilidade de os resultados serem positivos. De modo contemporâneo é evidente na Administração que os empreendedores, administradores e gestores das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) visam melhorar a gestão das empresas com a busca de tecnologias, qualificação e parcerias no intuito de torná-las longevas e produtivas.

Dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE(2018) mostraram que no Brasil existem cerca de 6,4 milhões de estabelecimentos, destes, 99% configuram-se as micro e pequenas empresas (MPE) com 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). Percebe-se, então, que elas exercem um papel relevante na economia brasileira, além de serem geradoras de emprego e renda, elas têm forte impacto no setor produtivo e no desenvolvimento econômico.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A *Pesquisa Bibliográfica ou fonte secundária* que abrange “toda bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo” (LAKATOS & MARCONI 2010,p.166), no caso da pesquisa foram utilizados materiais publicados em livros,através do levantamento teórico dos assuntos relacionados ao empreendedorismo, ao empreendedor, e

administrador tendo como base os autores Dornelas (2014), Fillion (2010), Maximiano (2016), dentre outros.

A *Pesquisa Documental*, cuja característica está na “restrição da coleta de dados da pesquisa a documentos, escritos ou não”, constituindo as fontes primárias (LAKATOS & MARCONI, 2010, p.157), foi realizada através da análise da legislação específica da Regulamentação do empreendedorismo no Brasil, tais como a Lei nº 7.256, de 27 de novembro do referido ano, Lei nº 9.841, Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 128/08, dentre outras, que contribuíram para a elaboração do questionário. Foram também realizadas consultas no site do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e do Portal do Empreendedor - MEI. A *Pesquisa de Campo*, que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”(LAKATOS & MARCONI, 2010, p. 169), foi realizada no Conjunto Cohab Anil I, com os empreendedores inseridos na zona de comércio, obedecendo o horário comercial, das 8 às 12h e 14 às 18h, no período de 15 de julho de 2020 a 05 de agosto de 2020. O Conjunto conta com aproximadamente 300 empreendimentos, a amostra utilizada foi de 14 (catorze respondentes). O instrumento utilizado foi o questionário contendo perguntas mistas (fechadas e abertas), aplicado com os representantes das empresas.

RESULTADOS

O Conjunto Habitacional da Cohab foi idealizado pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão-COHAB, destinado aos moradores de baixa renda. Hoje, o bairro representa um conglomerado urbano Cohab Anil, composto pelos conjuntos Cohab Anil I(Figura 1), Cohab Anil II, Cohab Anil III e Cohab Anil IV. Em 2019, o bairro Cohab Anil possui um supermercado pertencente a uma rede de grande porte de supermercados, academias, feira, frigoríficos, restaurantes e lanchonetes, agências de correios para movimentos financeiros, duas agência bancárias- Banco do Brasil e Bradesco, casa lotérica, maternidade, lanhouse e cursos de informática, movelarias, galeria, posto de gasolina, dentre outros(NOVAES, 2019). A cada dia surgem novos negócios, muitos dentro da informalidade, o que gera o seu fechamento após o primeiro ano de vida.

microempreendedores entrevistados são do sexo masculino e 43% do sexo feminino, evidenciando que os homens ainda são a maioria entre aqueles que iniciaram uma atividade empreendedora. Na tabela 1, temos a faixa etária dos microempreendedores. Majoritariamente eles estão concentrados na faixa dos 25 aos 39 anos, correspondendo ao percentual de 42,9%. As experiências adquiridas por parte desses empresários e a vontade de empreender propiciaram este cenário.

Tabela 1 – Faixa etária dos empreendedores

Faixa etária	Quantidade	%
18-24 anos	3	21,4
25-39 anos	6	42,9
40-59 anos	4	28,6
Acima de 59 anos	1	7,1
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Evidencia-se também na Tabela 1 que, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, há um crescimento dos jovens no universo empreendedor. Eles estão entrando mais cedo no mercado de trabalho e iniciar um negócio tem sido uma das alternativas para obtenção do primeiro emprego. Posteriormente foi feito o levantamento do nível de escolaridade dos respondentes. Constatou-se que a maioria do MEIs

(35,74%) possui o ensino médio completo e apenas 7,14% conseguiram concluir o ensino superior. Já em relação aos MEs, cerca de 14,28% têm formação de nível superior. Os resultados apontam que a quantidade dos microempresários que não possui o ensino médio completo, totalizando o percentual de 21,42%, necessitam, assim, de uma atenção maior, com orientações técnicas para suprir as deficiências na gestão do negócio.

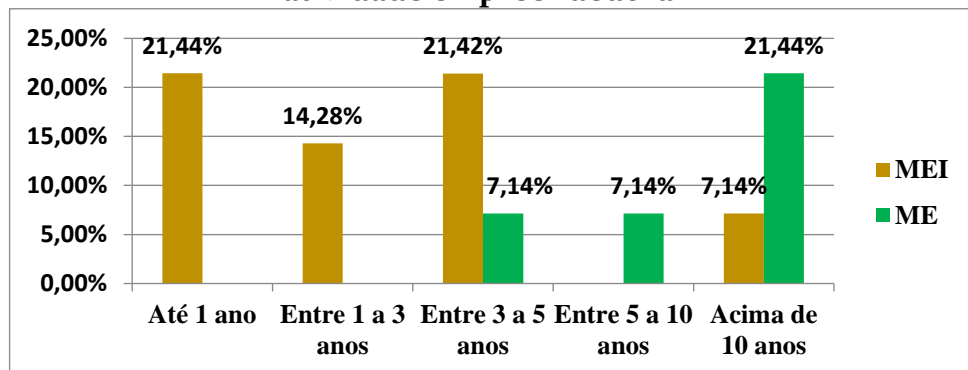
Em relação ao ramo de atividade comercial foi o que obteve o maior percentual, correspondendo ao total de 93% das empresas entrevistadas. O ramo serviço obteve o percentual de 7% e o setor industrial não pontuou. Um dos fatores para que isso ocorresse é a característica do estado do Maranhão, pois as empresas estão concentradas majoritariamente no setor de comércio e serviço, sendo assim responsáveis pela maioria dos empregos gerados no estado. Conforme a Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, em 2020 já são mais de 148.798 comércios no estado e 90.337 empresas ativas no setor de serviços (JUCEMA, 2020). Outro fator relevante é em relação à estrutura física do bairro Cohab Anil I, como está situado perto de escolas, clínicas, bancos, cursos preparatórios e casas residenciais, o fluxo de pessoas naquela região é propício para o desenvolvimento desses ramos de atividade.

Em relação ao porte, 64% dos empreendimentos do bairro Cohab Anil I são de microempreendedores individuais (MEIs). As microempresas (ME) correspondem apenas a 36%. De acordo com

relatório anual da Global Entrepreneurship (GEM) mais de 50% dos empreendimentos no Brasil são compostos por MEIs.

Além dessa perspectiva macro, isso ocorre, pois alguns empreendimentos do bairro encontravam-se dentro da informalidade e o MEI foi uma forma simples e menos burocrática para eles se registrarem, além de garantir alguns benefícios como aposentadoria por idade, por invalidez, auxílio-doença e salário maternidade. Outro fator que justifica esse percentual é o aumento do número de desempregados, assim empreender de forma individual surgiu como uma oportunidade de realocação no mercado de trabalho. Já em relação ao tempo que exercem a atividade empreendedora, no gráfico 1, as MEs se destacam pela experiência acumulada com o percentual de 21,44%, com empresas acima de 10 anos, enquanto os MEIs, por serem a opção mais simples e menos burocrática para quem está começando a empreender, são compostos por pessoas que não possuem tanta experiência.

Gráfico 1 – Tempo que os microempreendedores exercem atividade empreendedora



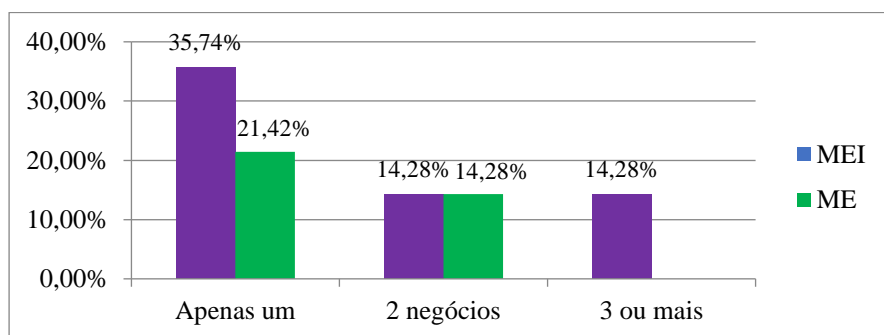
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Quando questionados se aquele era o primeiro empreendimento, 64% dos microempreendedores responderam que sim, isso se justifica pelo fato da maioria dos entrevistados serem MEIs e estarem iniciando a vida empresarial. Os demais (36%) responderam não. As experiências acumuladas, busca por melhores oportunidades e a persistência impulsionaram estes empresários a seguirem a trajetória do empreendedorismo e darem origem a novos negócios.

O gráfico 2 mostra a quantidade de negócios que os microempresários possuem. Aproximadamente 21,42% dos MEs possuem apenas um negócio e 14,28% têm dois ou mais, conseguindo expandir seus empreendimentos e gerando mais empregos. É possível observar que, majoritariamente, correspondendo a 35,74% dos MEIs,

têm apenas um negócio e estão obedecendo aos critérios exigidos na Lei.

Gráfico 2 – Quantos negócios você possui



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

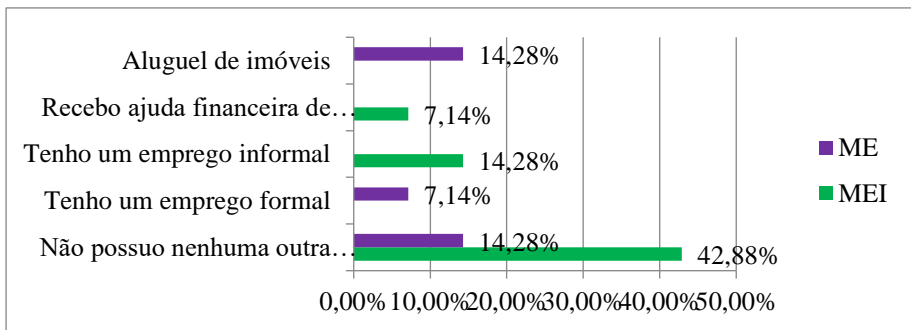
No entanto, no gráfico 2, 28,56% representam o percentual dos MEIs que responderam que possuem 2 e 3 negócios, ou mais, não atendendo às condições exigidas de enquadramento. Estes empresários acabam mantendo alguns dos seus negócios dentro da informalidade, registrando as empresas em nomes de parentes ou amigos para continuarem como MEI. Conforme a Lei do Simples Nacional, o MEI não pode abrir outro negócio ou ter filiais. É importante que estes empresários façam o desenquadramento da condição de microempreendedor e optem pela ME, evitando problemas na justiça como a sonegação de impostos.

Em relação à principal ocupação antes de se registrar como microempreendedor, 36% responderam que eram empregados com carteira assinada, 22% Empreendedores Informais, 21% Donas de casa e 7% empregados sem a carteira assinada. Esse percentual pode

estar atrelado à vontade de empreender, com a identificação de oportunidades ou então por iniciarem o negócio apenas pela necessidade financeira. Cerca de 20% responderam que eram empreendedores informais. Podemos perceber que alguns deles já vinham exercendo a atividade empresarial e buscaram orientação para se formalizarem.

Quando questionados se possuem outra fonte de renda, além da atividade como microempreendedor, o gráfico 3 revela que 57,6% dos microempreendedores afirmaram que não possuem. Assim, garantem o sustento exclusivamente do próprio negócio.

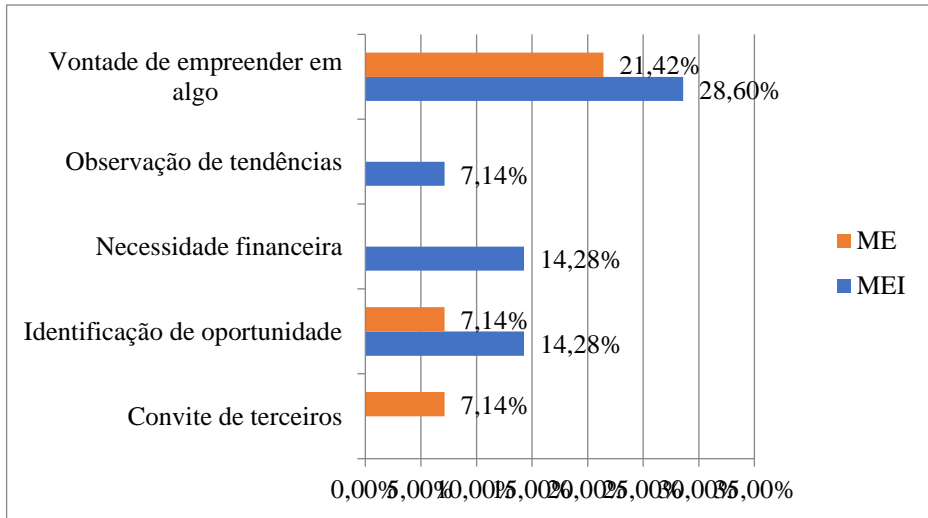
Gráfico 3 – Possui outra fonte de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O gráfico 3 também mostra que 14,28% dos MEIs ainda possuem empregos informais e 7,14% deles recebem ajuda de parentes ou amigos. No gráfico 4, podemos identificar o que motivou estes empresários a iniciarem o negócio.

Gráfico 4 – O que te motivou a empreender neste negócio?



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme o gráfico 4, aproximadamente 50% responderam que foi por vontade de empreender em algo e 21,42% mencionaram que identificaram oportunidades. O empreendedorismo por necessidade financeira ainda é recorrente, registrando o percentual de 14,28%, o problema está no fato de que muitos desses não realizam o planejamento prévio e nem fazem controle gerencial, sendo mais suscetíveis ao fracasso. Posteriormente foi perguntado para os microempreendedores se eles receberam auxílio ou benefício técnico, científico, financeiro, de alguma instituição antes de iniciar o negócio. Nesse quesito, a resposta “Não”, correspondeu a 100% do percentual.

É importante que o governo, as universidades e órgãos que atuam no fomento das microempresas, como o SEBRAE, trabalhem de forma conjunta, aproximando cada vez mais os canais de comunicação para com essas pessoas, sendo fonte de apoio para estar capacitando e colaborando no desenvolvimento de novos negócios, auxiliando o empresário nas suas limitações, no planejamento antes da abertura, deixando-os mais preparados para os desafios que irão encontrar no dia-a-dia e, deste modo, diminuindo os riscos de mortalidade da empresa.

No quadro 2 foram listadas as principais dificuldades encontradas no decorrer do negócio na visão dos empreendedores. Para eles os maiores desafios estão relacionados às questões financeiras e à falta de apoio dos governantes.

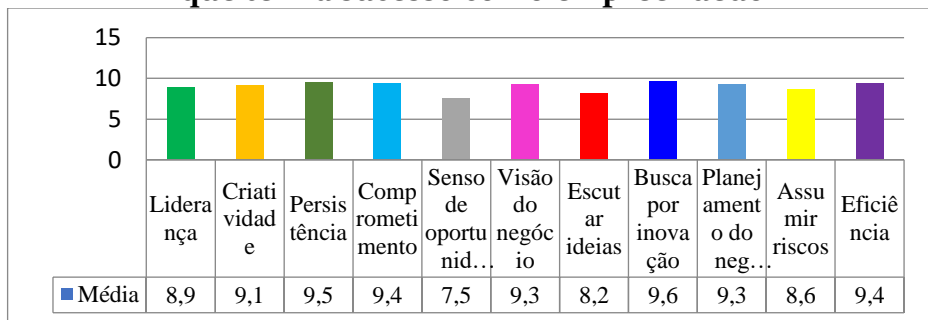
Quadro 2 – Principais dificuldades encontradas no decorrer do negócio

Porte da empresa	Principais desafios encontrados no decorrer do negócio
MEI	“Desafios financeiros”.
	“Falta de apoio das entidades públicas para obter empréstimo e assim poder movimentar as mercadorias.”
	“Permanência no mercado”
	“Encontrar fornecedor.”
	“Atingir as metas mensais, crescimento da loja e captação de novos clientes.”
	“Aluguel e apoio financeiro,”
	“Persistência para enfrentar os problemas e não desistir.”
	“O capital para montar o negócio.”
	“Não encontrei dificuldades.”
ME	“Recursos Humanos: profissionais habilitados e responsáveis.”
	“Ter o governo como o maior desmotivador, pois pagamos a maior carga tributária do mundo.”
	“Conquista de clientela e manter os gastos sem ter capital de giro.”
	“Desafios financeiros.”
	“Manter a qualidade no atendimento aos clientes e possuir preços competitivos.”

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As dificuldades na obtenção de crédito, como o excesso de burocracia, são alguns dos obstáculos para a expansão dos empreendimentos. Foram identificadas algumas características que os autores sobre empreendedorismo, como a exemplo de Dornelas (2017), consideram importantes. Em uma escala de 1 a 10, eles tiveram que atribuir notas, sendo os números mais próximos de 10 (mais importante) e os mais próximos de 1 (menos importantes). No gráfico 5 temos a média das notas dadas pelos entrevistados.

Gráfico 5 - Competências que influem favoravelmente para que tenha sucesso como empreendedor



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No gráfico 5 observa-se que a característica que obteve a maior média com 9,6 foi a “Busca por inovação”. Entre as características essenciais, essa foi considerada a de maior relevância para que o empreendedor tenha sucesso. Em segundo lugar, com 9,5, temos “Persistência” e em terceiro “Eficiência e Comprometimento”. Já as

características que tiveram menor relevância na visão deles foram “Senso de oportunidade”, com a média de 7,5, e “Escutar ideias” com 8,2.

CONCLUSÕES

Em relação às potencialidades do bairro pesquisado, o setor de comércio ainda é o mais predominante, na pesquisa de campo também pudemos identificar que a maioria dos empreendedores do bairro Cohab Anil I é composta por microempreendedores individuais, do gênero masculino (57%), na faixa etária dos 23 aos 39 anos, com o ensino médio completo, que iniciaram o negócio por vontade de empreender e não possuem outra fonte de renda. Esses dados ratificam os apurados pela pesquisa nacional do SEBRAE em 2019.

A atividade predominante no Conjunto Cohab Anil I é o comércio. Também foi observado que ainda existem muitas empresas naquela região dentro da informalidade. As microempresas ocupam 63% do porte das empresas do referido conjunto. Percebe-se a necessidade da atenção dos governantes, universidades e órgãos de apoio para estimularem a capacitação, oferecendo ferramentas e levando soluções para os problemas, contribuindo, assim, para a redução da taxa de mortalidade. Em relação ao tempo de atividades, os Microempreendedores Individuais (MEIs) estão com tempo de atividade até 10 anos (21,44%), já as Microempresas (ME) acima de 10

anos. Dos entrevistados este é o único negócio (64%) e dos que tinham anteriormente, predominava um empreendimento(35,74%). Foi observado que apenas 36% possuíam registro em suas carteiras profissionais, os demais trabalhavam como empreendedor informal (22%), empregado sem carteira assinada (7%) ou eram apenas estudantes (21%) ou dona de casa (14%). Os entrevistados que declaram não possuir outra renda, 42%.

Dentre os motivos para abrir o empreendimento, os microempreendedores individuais e os microempreendedores assinalaram a vontade de empreender em algo, seguido da necessidade financeira e identificação de oportunidade. 100% dos entrevistados declararam não ter recebido auxílio ou benefício técnico, científico, financeiro, de alguma instituição antes de iniciar o negócio. É importante que o governo, as universidades e órgãos que atuam no fomento das microempresas, como o SEBRAE, trabalhem de forma conjunta, aproximando cada vez mais os canais de comunicação para com essas pessoas, sendo fonte de apoio para estar capacitando e colaborando no desenvolvimento de novos negócios, auxiliando o empresário nas suas limitações, no planejamento antes da abertura, deixando-os mais preparados para os desafios que irão encontrar no dia-a-dia e, como consequência, diminuir os riscos de mortalidade da empresa.

Em relação à legislação sobre as micro e pequenas empresas, podemos observar na prática que alguns microempreendedores

individuais estão descumprindo essas normas, excedendo o quantitativo do número de empregados e participando como sócio, administrador ou titular de mais de uma empresa, necessitando realizar o seu reenquadramento.

Os efeitos causados pela pandemia do coronavírus impactaram esses empreendimentos, principalmente das seguintes formas: diminuição da receita e redução no quadro de funcionários. Para superar este obstáculo alguns deles conseguiram se adaptar de forma estratégica no mercado, adentrando no meio digital, realizando vendas por redes sociais, atraindo os clientes ao divulgar em promoções e fazendo entregas a domicílio. No entanto, essa realidade não foi para todos. No acompanhamento da reabertura de alguns desses estabelecimentos ainda é perceptível o despreparo no ambiente de trabalho, não seguem os protocolos estabelecidos pelas autoridades de saúde, deixando os clientes inseguros e, também, alguns ainda são resistentes ao meio digital e não o sabem usar, de modo que favoreça o seu negócio, necessitando de orientação.

Devido alguns obstáculos no decorrer da pesquisa como o fechamento das microempresas, a dificuldade de entrar em contato com os proprietários dos estabelecimentos, a desconfiança por parte do público-alvo, sugere-se a continuidade dos estudos com o aprofundamento do tema abordado e a ampliação da amostra, buscando explorar o que foi exposto neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BAUM, Jr, H.L. O que existe a respeito de pesquisa de operações? In: MARTING, Elizabeth. **Administrando a pequena e média empresa**. S. Paulo, AMA-MCB- Management Center do Brasil, 1964.

BNDES. CIRCULAR Nº 11/2010. **Alterações das normas relativas ao Porte das Beneficiárias**. Rio de Janeiro, 05 de março de 2010. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circo11_10.pdf. Acesso em: 09 de jan 2020.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de Dez de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm#art89 . Acesso em 05.set.2019.

BRASIL. **Portal do Empreendedor - MEI. 2015**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Acesso em: 3.dez. 2019.

DORNELAS, José Carlos A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2017.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

HAMPTON, D. R. Administração: comportamento organizacional. São Paulo: McGrawHil, 1991.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviço no Brasil**, 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>> Acesso em: 28 de jan 2020.

JUCEMA. **Abertura de novas empresas no Maranhão é a maior dos últimos 8 anos**. 2018. Disponível em <<http://www.jucema.ma.gov.br/conteudo/?/279/Abertura-de-novas-empresas-no-Maranh%C3%A3o-%C3%A9-a-maior-dos-%C3%BAltimos-8-anos>> Acesso em 20 de abril de 2020.

KIRZNER I. **Competition and Entrepreneurship**. Chicago Press:Chicago, IL, 1973.

LAKATOS, E. M.; Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed.. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NOVAES, Irlane R. M. Mapeamento do Microempreendedor no bairro Cohab Anil em São Luís(MA). **Projeto de Iniciação Científica PIBIC**. Universidade Estadual do Maranhão –UEMA / Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. São Luís, 2019.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: Uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Silvia Possas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEBRAE. **Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo 2017** disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%>>

C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf> Acesso em: 05 de jan 2020.

SEBRAE. Sobrevivência das empresas no Brasil – Outubro 2016 disponível

em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf>> Acesso em: 09 de jan 2020.

VIAPIANA, C. Fatores de sucesso e fracasso nas micro e pequenas empresas. Anais do II Egepe. Londrina, Paraná, 2011.

O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR NA ZONA COMERCIAL COMPREENDIDA NAS AVENIDAS 1, 2, 3 E 4 DO BAIRRO VINHAIS EM SÃO LUÍS(MA)

Lusíneth Sousa Vale¹

Irlane Regina Moraes Novaes²

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo está em ascensão no mundo e, cada vez mais, é tratado como uma questão fundamental para a realização das pessoas e para o desenvolvimento econômico. No caso do Brasil, ele vem sendo difundido desde a década de 90, consolidando-se a partir do ano 2000, devido à necessidade de promover a perenidade e longevidade empresarial para as micro e pequenas empresas. Esse cuidado deve-se em relação a benefícios esperados entre empreendedorismo e o progresso econômico. Uma vez que são as micro e pequenas empresas, e não as grandes corporações, as maiores geradoras de empregos. A partir do crescimento desse novo porte de empreendedores, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-Sebrae vem realizando pesquisas anuais para verificar qual o perfil dos Microempreendedores Individuais-MEI.

Este artigo tem como objetivo traçar o perfil do microempreendedor do bairro Vinhais, com o recorte nos

¹ Graduanda do Curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão e bolsista do Programa de Voluntário de Iniciação Científica - PIVIC

² Professora adjunta do Departamento de Administração da Universidade Estadual do Maranhão.

empreendedores inseridos na zona comercial compreendida nas avenidas 1, 2, 3 e 4, apontando os principais tipos de empreendedorismo e o potencial empreendedor do referido bairro.

O estudo em questão faz parte da pesquisa intitulada “Diagnóstico do Microempreendedor na zona comercial compreendida nas avenidas 1, 2, 3 e 4 do bairro Vinhais em São Luís(MA)” que integra o projeto “Mapeamento do Microempreendedor no bairro Vinhais em São Luís(MA)”, da prof. Dr^a Irlane Regina Moraes Novaes, fruto das discussões efetivadas no Grupo de Estudos em Administração, Empreendedorismo e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Maranhão, do qual faço parte.

Empreendedorismo no Brasil

O termo empreendedorismo vem sendo difundido no Brasil desde a década de 90, consolidando-se a partir do ano 2000, devido à necessidade de promover a perenidade e longevidade empresarial para as micro e pequenas empresas reduzindo, então, a alta taxa de mortalidade destas nos primeiros anos de atividade. Para Dornelas (2017) esse foi o motivo pelo qual esse termo tem recebido atenção especial do governo e de entidades de classe. Do mesmo modo, Salim;Silva (2010) acrescentam que o empreendedorismo está em ascensão no mundo e, cada vez mais, é tratado como uma questão

fundamental para a realização das pessoas e para o desenvolvimento econômico.

Ademais, observa-se que, em parte, esse cuidado deve-se em relação a benefícios esperados entre o empreendedorismo e o progresso econômico. Uma vez que são as micros e pequenas empresas, e não as grandes corporações, as maiores geradoras de empregos (FERREIRA, 2010). Todavia, os benefícios do empreendedorismo não se limitam apenas ao aumento da produção e da riqueza, contribui também para a promoção de mudanças nos negócios e na sociedade e, ainda, para aumentar as escolhas individuais de realização pessoal.

Destarte, a atividade profissional, ou emprego, está cada vez menos restrita à função de gerar um rendimento mensal, e os trabalhadores buscam realizar-se pelas escolhas profissionais através da realização pessoal (FERREIRA, 2010). Logo, a necessidade leva alguns empreendedores a constituírem sua própria empresa, não por acreditarem que existe uma oportunidade, mas porque precisam suprir uma necessidade advinda do desemprego. A oportunidade refere-se à percepção de alguns empreendedores de opções de negócios que podem ser exploradas no mercado, em que estas podem ser ou não relacionadas ao tipo de desenvolvimento do país.

Para Timmons (1990 *apud* DORNELAS, 2017, p. 07) o empreendedorismo “é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX”.

Entretanto, as determinantes do empreendedorismo resultam das condições nacionais, das percepções dos indivíduos, da necessidade, da existência de oportunidades no mercado de trabalho e das suas competências e conhecimentos para explorar as oportunidades (FERREIRA, 2010). Corroborando Hisrich *et al* (2009) ao citar que o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que um aumento da produção e da renda por renda per capita, envolve iniciar e construir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade. A mudança é acompanhada pelo crescimento e maior produção, permitindo a divisão de riquezas pelos participantes.

No Brasil, até 2002, o índice de empreendedorismo por oportunidade era inferior ao de empreendedorismo de necessidade. Em 2014, para cada empreendedor de necessidade havia 2,4 empreendedores de oportunidade no país, já no ano de 2017 (Tabela 1) 59,4% dos empreendedores iniciais empreenderam por oportunidade e 39,9% por necessidade. No entanto para cada empreendedor inicial por necessidade, a taxa de empreendedorismo inicial – TEA é de 1,5 em relação ao empreendedorismo por oportunidade (GEM, 2017).

Tabela 1 - Motivação dos empreendedores iniciais e razão oportunidade e necessidade –Brasil (2017)

Motivação	Taxa ³ (%)	TEA ⁴ (%)	Estimativas (unidade)
Oportunidade	12,1	59,4	16.313.253
Necessidade	8,1	39,9	10.965.759
Razão Oportunidade/Necessidade		1,5	

Fonte: GEM Brasil, 2017, *on-line*

Quando relacionado à criação de um novo negócio, Dornelas (2017) conceitua o empreendedorismo como o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades. Todavia, ser empreendedor é uma tarefa complexa, dados os elementos que este conceito apresenta. Esses elementos, em sua maioria, são comportamentais, tais como novidade, organização, criação, criatividade, riqueza e risco. Segundo Ferreira (2010) esses elementos são:

Tomar iniciativa para criar algo novo e de valor para o próprio empreendedor e para o cliente; despende o seu tempo e esforço para realizar o empreendimento e garantir o seu sucesso; recolher as recompensas sob a forma financeira, de independência, reconhecimento social e de realização pessoal; assumir os riscos de insucesso do empreendimento quer sejam riscos financeiros, sociais ou psicológicos (FERREIRA, 2010, p. 25).

³ Percentual da população de 18 a 64 anos.

⁴ Proporção sobre a TEA: A soma dos valores pode não totalizar 100% quando houver recusas e/ou respostas ausentes. estimativas calculadas a partir de dados da população de 18 a 64 anos para o Brasil em 2017: 135,4 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2017).

Dornelas (2017) coloca que o empreendedor do próprio negócio é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. Corroborando Ferreira (2010) atribuindo ao conceito de empreendedor o indivíduo que cria uma empresa, proporcionando valor, dedicando tempo e o esforço necessários para garantir a manutenção da empresa, assumindo riscos financeiros, psicológicos e sociais, bem como, recebendo as recompensas financeiras, de satisfação e de independência pessoal e econômica, aquele que organiza os recursos humanos, materiais e financeiros.

Ademais, Schumpeter (1998) propõe que o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais. No entanto, Stewart (1982, *apud* DORNELAS, 2017, p.21) elenca algumas similaridades entre o empreendedor e o administrador. Para o autor, o trabalho dos administradores é semelhante aos dos empreendedores, baseado em três características principais: demandas (especificam o que tem de ser feito), restrições (são fatores internos e externos a organização que limitam o que o responsável pelo trabalho administrativo pode fazer) e alternativas (identificam as opções que o responsável tem na determinação do que e de como fazer).

Ratifica Hampton (1991 *apud* DORNELAS, 2017. p. 22) ao afirmar que os administradores diferem dos empreendedores em dois aspectos: o primeiro em decorrência do nível que ocupam na hierarquia e o segundo decorre do conhecimento que detém que podem ser gerais ou funcionais.

Kotter (1982 *apud* DORNELAS, 2017. p. 22) enfatiza que os administradores criam e modificam agendas, incluindo metas e planos para a sua organização, desenvolvem redes de relacionamentos cooperativos para implementá-los. Entretanto, Dornelas (2017) ressalta que o perfeito controle nem sempre garante que as ações sejam executadas como o planejado, visto que outras variáveis interferem no processo administrativo. Contudo, o empreendedor possui características extras, além dos atributos dos administradores e alguns atributos pessoais que, somados a características sociológicas e ambientais, permitem o nascimento de uma nova empresa (DORNELAS, 2017).

As características dos empreendedores, de acordo com Dornelas (2017), são: visionários, sabem tomar decisões, são indivíduos que fazem a diferença, sabem explorar ao máximo as oportunidades, são determinados e dinâmicos, são dedicados, são otimistas e apaixonados pelo que fazem, são independentes e constroem o próprio destino, ficam ricos, são líderes e formadores de equipes, são bem relacionados, são organizados, planejam, possuem

conhecimento, assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade.

Nota-se, então, conforme a visão dos autores supracitados e reafirmada por Dornelas (2017), que existem muitos pontos em comum entre o empreendedor e o administrador. E, que o empreendedor é um administrador, mas com diferenças consideráveis de gerências ou executivos de organizações tradicionais, uma vez que os empreendedores são mais visionários que os gerentes.

Em relação aos aspectos legislativos, em 27 de novembro de 1984, para regulamentar as micro e pequenas empresas no Brasil, foi promulgada a Lei nº 7.256 estabelecendo normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativos, tributários, previdenciários, trabalhistas, creditício e de desenvolvimento empresarial, revogada posteriormente, em 5 de outubro de 1996, pela Lei nº 9.841 que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, previsto na Constituição Brasileira, art. 170 e 179, denominando-se então a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, ratifica no seu art. 1º, inciso I a IV, o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte no âmbito dos Poderes

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no que se refere:

I - À apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - Ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - Ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

IV - Ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, **in fine**, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (BRASIL, 2006, *on-line*).

No capítulo II desta Lei, art. 3º ao definir microempresa e empresa de pequeno porte, considera microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);e,

II - No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (BRASIL, 2006, *on-line*).

Posteriormente, em 3 de dezembro de 2007, foi instituída a Lei nº 11.598 que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. Já em 19 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei Complementar nº 128 que cria o Microempreendedor Individual – MEI e modifica partes da Lei Complementar nº 123/2006.

O Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM regulamentou em 9 de abril de 2010 a Resolução nº 18 que regulamenta a transferência de dados do Microempreendedor Individual a entidades representadas no CGSIM e em seus grupos de trabalho, instituições financeiras e outras.

Em 10 de novembro de 2011 foi sancionada a Lei Complementar nº 139 que altera o limite de faturamento do MEI e modifica os arts. 4º, 9º, 16, 18-B, 18-C, 21, 24, 26, 29, 32, 33, 34 e 39 da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006 (Quadro 1).

Quadro 1 – valores para o enquadramento das microempresas, Microempreendedor individual e empresa de pequeno porte.

Classificação	Setor	Funcionário	Renda
		(máximo)	Bruta (anual)
Microempresa-ME	Comércio	9	81 mil a
	Indústria	19	360 mil reais
Microempreendedor Individual-MEI	Comércio	1	Até 81 mil reais
Empresa de Pequeno Porte – EPP	Comércio	10	360 mil a
	Indústria	19	4,8 milhões de reais

Fonte: Brasil, 2011.

O Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE classifica-as com base no número de empregados. Sendo que para a Indústria: a) Micro: com até 19 empregados; b) Pequena: de 20 a 99 empregados; c) Média: 100 a 499 empregados; d) Grande: mais de 500 empregados. Já para o Comércio e Serviços: a) Micro: até 9 empregados; b) Pequena: de 10 a 49 empregados; c) Média: de 50 a 99 empregados; d) Grande: mais de 100 empregados (NOVAES, 2019).

Em 31 de outubro de 2013 foi regulamentada a Resolução - RDC nº 49 que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. A Lei Complementar nº 147, que

altera a Lei Complementar nº 123/2006, com simplificação de processos e procedimentos, impede o aumento de Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, cobranças de taxas diversas e normatiza o processo de cobranças de taxas associativas para o MEI, foi sancionada em 07 de agosto de 2014. A Resolução nº 36, que dispõe sobre o procedimento de cancelamento de inscrição do MEI inadimplente, foi regulamentada em 2 de maio de 2016. Entretanto, esta Resolução sofreu algumas alterações através da Resolução nº 43 datada de 23/11/2017 e da Resolução nº 44, datada de 29/01/2018.

O Comitê Gestor do Simples Nacional, por meio da Resolução nº 134, de 13 de junho de 2017, dispõe sobre o parcelamento previsto no art. 9º da Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, destinado ao Microempreendedor Individual. A Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional⁵). A Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, dispõe sobre o procedimento especial para o registro e legalização do MEI por meio do Portal do Empreendedor.

Portanto, o MEI foi criado com o intuito de retirar da informalidade muitos empreendedores. E, com a ascensão desse

⁵ O Simples Nacional é um regime de impostos criado em 2006 como o objetivo de simplificar o pagamento de tributos por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) além de dar o tratamento diferenciado para essas empresas.

novo segmento, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE vem realizando pesquisas anuais para definir o perfil desse novo público. Logo, este estudo irá abordar o resultado da pesquisa de campo realizada com os empreendedores das ruas 1,2,3 e 4 do bairro Vinhais e verificar se o perfil destes está em conformidade com as pesquisas realizadas pelo SEBRAE, tendo em vista que foi utilizado apenas uma pequena amostra da população de microempreendedores individuais.

METODOLOGIA

Pesquisa “é a construção de um conhecimento novo, a construção de novas técnicas, a criação ou exploração de novas realidades”(MOTTER, 2007, p. 1). A pesquisa foi desenvolvida conforme os momentos a seguir:

No primeiro momento, foi realizada a Pesquisa Bibliográfica, através do levantamento teórico dos assuntos relacionados ao empreendedorismo, ao empreendedor e ao administrador tendo como base os autores Dornelas (2014), Ferreira (2010), Salim;Silva (2010), Schumpeter (1961), dentre outros.

No segundo momento, a Pesquisa Documental foi realizada através da análise da legislação específica da Regulamentação do empreendedorismo no Brasil, tais como a Lei nº 7.256 de 27 de novembro do referido ano, Lei nº 9.841, Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 128/08, dentre outras, que contribuíram

para a elaboração do questionário. Foram também realizadas consultas no site do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e do Portal do Empreendedor-MEI.

No site *google maps* foi realizada uma estimativa de quantos estabelecimentos comerciais e de serviços existem nas avenidas 1,2,3 e 4 do Bairro Vinhais, obtendo o seguinte resultado por logradouro: Avenida 1 (25), Avenida 2 (06), Avenida 3 (40) e Avenida 4 (06). Totalizando uma quantidade estimada de 77 (setenta e sete) estabelecimentos. Ao analisar o total de estabelecimentos *versus* o total de entrevistados, percebe-se que apenas 22,07% dos estabelecimentos aceitaram participar da pesquisa, valor obtido através do cálculo matemático (regra de três simples).

A Pesquisa de Campo foi realizada no período de 09 a 15 de julho de 2020, no horário das 14 às 17 horas. O instrumento utilizado foi o questionário contendo perguntas mistas (fechadas e abertas) aplicado com o representante da empresa. A estrutura do questionário tomou como base a pesquisa do perfil do empreendedor, constante no Relatório anual de 2019 do Sebrae que analisa itens para verificar qual o perfil e os impactos da formalização. Acerca do perfil são examinados os seguintes itens: Quem é o Microempreendedor Individual - MEI e sua escolaridade?; as atividades econômicas mais frequentes entre os MEI; as atividades econômicas com maior participação de Mulheres entre os MEI; onde funciona o negócio?; quais os motivos a escolher o

empreendedorismo?; ocupação anterior do empreendedor; quais são os principais motivos para a formalização?; tempo do funcionamento no negócio na informalidade; outras fontes de renda; o tamanho da família e a renda familiar do MEI.

Em relação aos impactos, a pesquisa do Sebrae engloba questões referentes ao impacto da formalização nas vendas totais; nas condições de compra com os fornecedores; nas vendas para outras empresas; nas vendas para o governo e o impacto da formalização no acesso ao crédito. Baseado nesse estudo, os itens selecionados para identificar o perfil e os impactos da formalização neste estudo foram: Sexo, faixa etária e escolaridade do MEI; as atividades econômicas mais frequentes entre eles; as atividades econômicas com maior participação de Mulheres entre os MEI; o local e condições do funcionamento do negócio do MEI; a ocupação do empreendedor antes de se formalizar como MEI; outras fontes de renda e os impactos da formalização em relação às vendas totais e nas condições de compra com os fornecedores.

Complementando esses dados, foram acrescentadas questões relacionadas às dificuldades no andamento do negócio; quantitativo de funcionários; meios de divulgação e acesso no Portal do MEI e; as perspectivas de crescimento. Em campo evidenciou-se o funcionamento dos 77 (setenta e sete) empreendimentos, porém, 17 (dezessete) empreendedores aceitaram participar da pesquisa,

A Pesquisa de Campo, realizada no bairro Vinhais, com o recorte nos empreendedores inseridos na zona de comércio localizado nas avenidas 1,2,3 e 4, no período de 09 a 15 de julho de 2020, no horário das 14 às 17 horas, apresentou os seguintes resultados:

A respeito do gênero resultou que o público feminino predomina nas avenidas 1 a 3 (**Figura 2A**). Vale frisar que a avenida 4 possui estabelecimentos comerciais, mas não obtive acesso. Sobre a idade, a faixa etária predominante é de 31 a 40 anos de idade (**Figura 2B**). Em relação ao nível de escolaridade temos como resultado que a maioria dos Microempreendedores tem nível superior completo (**Figura 2C**).

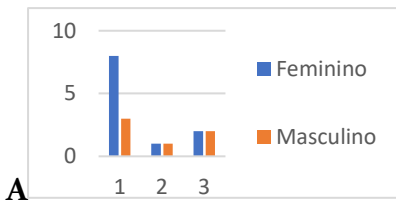
Em se tratando da principal ocupação, antes de se formalizar como Microempreendedor Individual, há uma igualdade em respostas tanto para opção autônomo quanto para empreendedor formal (com CNPJ) (**Figura 2D**). Relacionado ao setor de atuação dos empreendimentos dos MEI, a modalidade que prevalece é a do comércio, onde observou-se que são atividades voltadas para o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios (**Figura 2E**). E sobre o local de atuação dos empreendimentos, obteve-se como resultado que a maioria dos estabelecimentos comerciais são alugados (**Figura 2F**).

Em relação à quantidade de funcionários dos microempreendedores individuais, prevalece apenas um colaborador

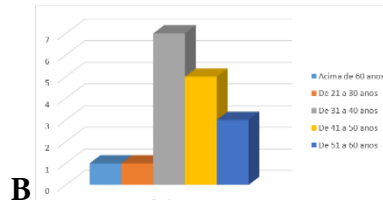
(Figura 2G). Foi perguntado, ainda, se os empreendedores eram Microempreendedores Individuais formalizados e a pesquisa revelou que a maioria é formalizada e são do gênero feminino (Figura 2H). Relativo a como os microempreendedores obtiveram conhecimento sobre o que é ser MEI, obtivemos como resultado que a maioria ficou conhecendo por meio de amigos e colegas, representada neste estudo pela opção *outros* (Figura 2I). E, foi questionado também, se ao buscarem atendimento para o cadastro de MEI encontraram dificuldades, a maioria sinalizou que encontrou facilmente as informações necessárias para o cadastro (Figura 2J).

No que se refere às dificuldades enfrentadas no andamento do negócio, notou-se que os microempreendedores sentem tanto dificuldade em conquistar clientes quanto em conseguir crédito/dinheiro, já que ambas as opções obtiveram igualdade nas sinalizações (Figura 2K). Já referente ao impacto da formalização, obtivemos como resultado que houve melhoria tanto no aumento das vendas/serviços quanto das condições de compra com fornecedores (Figuras 2L e 2M). Em relação a outros tipos de renda dos microempreendedores, obtivemos como resultado que a maioria destes vive da sua atividade empreendedora (Figura 2N). Logo, não possuem outros tipos de rendas. E relativo às suas perspectivas de crescimento, obteve-se como resultado que a maioria tem perspectiva de crescer a longo prazo (Figura 1O).

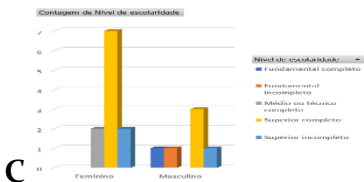
Figura 2 – Imagens mostrando a quantidade de respostas obtidas para cada pergunta do questionário. 2A – Gênero, 2B – Idade, 2C – Escolaridade, 2D – Ocupação antes de ser Mei, 2E – Setor de atuação, 2F – Local de atuação, 2G – Quantidade de funcionários, 2H – Você é MEI, 2I – Como você tomou conhecimento sobre MEI, 2J – Buscando atendimento para o cadastro de MEI, 2K – Dificuldades enfrentadas no andamento do negócio, 2L – Formalização contribuiu para aumento das vendas/serviços, 2M – Formalização contribuiu para melhora nas condições de compra com fornecedores, 2N – Possui outras fontes de renda e 1O – Possui perspectiva de crescimento.



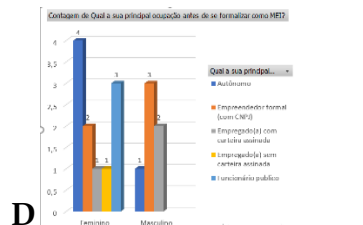
Fonte: Coleta de Dados



Fonte: Coleta de Dados



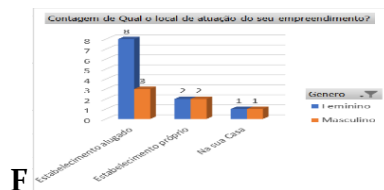
Fonte: Coleta de Dados



Fonte: Coleta de Dados

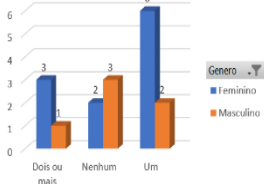


Fonte: Coleta de Dados



Fonte: Coleta de Dados

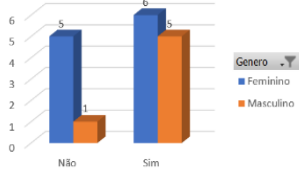
Contagem de Possui quantos funcionários?



G

Fonte: Coleta de Dados

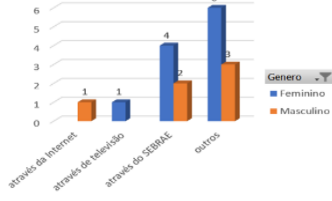
Contagem de Você é MEI?



H

Fonte: Coleta de Dados

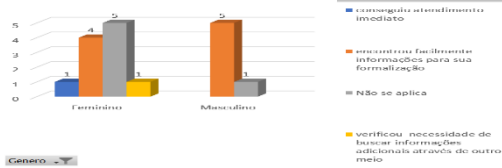
Contagem de Como você tomou conhecimento do MEI?



I

Fonte: Coleta de Dados

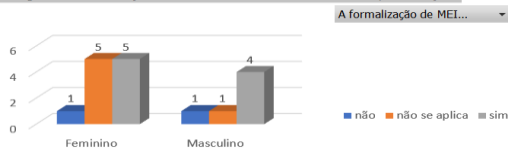
Contagem de Ao buscar atendimento para o cadastramento no MEI, você:



J

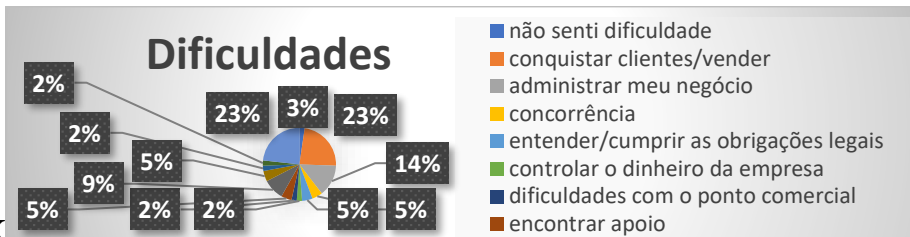
Fonte: Coleta de Dados

Contagem de A formalização de MEI contribuiu no aumento das vendas/dos serviços?



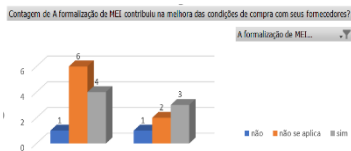
L

Fonte: Coleta de Dados



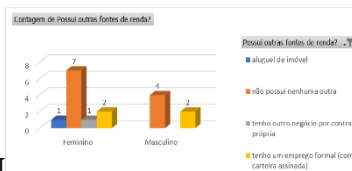
K

Fonte: Coleta de Dados



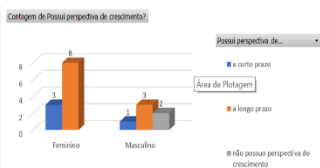
M

Fonte: Coleta de Dados



N

Fonte: Coleta de Dados



O

Fonte: Coleta de Dados

CONCLUSÕES

O empreendedorismo tem surgido cada vez mais como uma opção de renda para as pessoas, seja ele por oportunidade - percepção de alguns empreendedores de opções de negócios que podem ser exploradas no mercado, ou por necessidade - empreendedores que constituíram sua própria empresa não por acreditarem que existe uma oportunidade, mas porque precisaram suprir uma necessidade advinda do desemprego.

A presente pesquisa tem por objetivo identificar o perfil do microempreendedor no bairro Vinhais, com o recorte nos empreendedores inseridos na zona comercial compreendida nas avenidas 1, 2, 3 e 4, apontando os principais tipos de empreendedorismo e o potencial empreendedor do referido bairro. Em relação ao gênero dos entrevistados na avenida 1 há um predomínio de microempreendedores do gênero feminino. Já nas

avenidas 2 e 3 houve um equilíbrio. De forma agrupada, a faixa etária do gênero masculino é de 31 a 40 anos, entretanto do gênero feminino de 31 a 50 anos, compreendendo de forma equilibrada duas faixas etária (31 a 40 e 41 a 50 anos).

Quanto a escolaridade, a maior parte dos entrevistados, em ambos os gêneros, possui o nível superior. Cabe destacar que a pesquisa realizada pelo Sebrae aponta a predominância do ensino médio entre os microempreendedores (39%). No tocante à principal ocupação antes de se formalizar como MEI, em proporção ao gênero, a ocupação que os microempreendedores tinham antes de se formalizarem como MEI era de autônomos ou empresários, ou seja, já possuíam uma empresa formal (com CNPJ). O mesmo ocorre com os empregados de carteira assinada e funcionários públicos. Percebemos ainda, que a ocupação que predominava entre o gênero feminino era a autônoma e no gênero masculino a de empreendedor formal.

Em referência ao setor de atuação é o comércio que prevalece. Em campo, por meio da observação, constatou-se que esse setor é voltado para o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios e que tem, como maioria, empreendedoras do gênero feminino. Já o setor de atuação em que prevalece o gênero masculino, há a predominância do comércio e prestação de serviços, destacando os estabelecimentos voltados para venda, conserto e manutenção de computadores. O local de atuação do empreendimento é alugado. Os

microempreendedores possuem apenas um colaborador, o que condiz com a Lei Complementar 128/2008 que permite aos microempreendedores contratarem até um empregado, pagando um salário mínimo ou o piso da categoria. Já em relação ao cadastro no Microempreendedor Individual, dos 17(dezessete) entrevistados apenas 11(onze) possuem cadastro, sendo considerado como MEI. Dos registrados (onze), 6 (seis) são do gênero feminino e 5 do masculino.

Em relação ao meio de conhecimento sobre o MEI, constatou-se que o meio de comunicação predominante é o “boca-boca” através dos amigos/conhecidos, em seguida, por meio do Sebrae, revelando a necessidade de uma mobilização e sensibilização com os empreendedores do Bairro Vinhais, pois os mesmos externalizaram interesse na formalização. Quanto à operacionalização no site do MEI a maioria das pessoas encontra facilmente informações para seu cadastro. Além disso, os empreendedores do sexo masculino são os que mais buscam pelo cadastro de MEI. Por outro lado, a busca de atendimento para o gênero feminino vem crescendo. Os dados referentes à opção *não se aplica* são dos empreendedores que ainda não estão cadastrados no MEI, ou seja, funcionam na informalidade.

Quanto às dificuldades enfrentadas no andamento do negócio, os microempreendedores sentem dificuldade em conquistar clientes/vender e conseguir crédito/dinheiro. Já em relação à contribuição da formalização (registro no MEI) para o aumento das

vendas/serviços, para a maioria dos entrevistados contribuiu para o aumento das vendas. As respostas “*não se aplica*” são dos empreendedores que ainda estão na informalidade, pode-se perceber que esse número ainda é alto, se compararmos à quantidade de empreendedores formalizados. A formalização melhorou as condições de compra com fornecedores. Os microempreendedores afirmam que a formalização contribuiu, pois possuir um CNPJ, segundo os entrevistados, demonstra mais confiança na relação de compra e venda. Evidenciou-se que os entrevistados só possuem o empreendimento como forma de renda e que os microempreendedores (ambos os gêneros) possuem perspectiva de crescimento a longo prazo.

Ao comparar os dados coletados em campo com os dados apresentados na pesquisa realizada pelo Sebrae no Brasil em 2019, pode-se observar que existem pontos divergentes encontrados em campo com os apresentados pela pesquisa na fusão das capitais brasileira, tais como: gênero, escolaridade, ocupação antes de se formalizar, setor de atuação e o local de atuação.

E, por fim, destaca-se a necessidade da promoção de cursos de qualificação para os microempreendedores do bairro, que poderá ser feito através da extensão universitária (academia). Em relação ao estudo, embora a pandemia do COVID-19 tenha dificultado a pesquisa de campo, comparando o quantitativo da amostra à pesquisa nacional realizada pelo Sebrae, observou-se que não houve

uma discrepância em relação aos dados. Desta forma, devido à importância do empreendedorismo para o desenvolvimento do Bairro em questão, somada à necessidade de conhecer de forma aprofundada a realidade desses microempreendedores e a potencialidade do bairro, sugere-se a continuidade do estudo, esperando, dessa vez, alcançar o maior número possível de entrevistados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.1988. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 127, de 14 de setembro de 2007. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF, Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp127.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.256 de 27 de novembro de 1984**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7256.htm>. Acesso em 05.set.2019.

BRASIL. **Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1988**. Estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativos, tributários, previdenciários, trabalhistas, crédito e de desenvolvimento empresarial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9841.htm#art43>. Acesso em 05.nov.2019.

BRASIL. Portal do Empreendedor- MEI. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>> Acesso em: 15.dez. 2019.

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios**. 6. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2017.

FERREIRA, Manoel Portugal. **Ser empreendedor: Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa**. São Paulo: Saraiva, 2010.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MOTTER, Jorge Eduardo. **O que é pesquisa? Como se faz pesquisa em educação?**. Disponível em:<<http://www.mat.ufrgs.br/~vclotilde/disciplinas/pesquisa/pesquisa.pdf>>. Acesso em 05.jan.2020.

NOVAES, Irlane R.M. Mapeamento do Microempreendedor no bairro Vinhais em São Luís(MA). **Projeto de Iniciação Científica - PIBIV**. Universidade Estadual do Maranhão –UEMA. São Luís, 2019.

SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. **Introdução ao empreendedorismo**: Despertando a Atitude Empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: Uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Silvia Possas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – Sebrae. Disponível

em:<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438afic92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 20. dez.2019.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – Sebrae. Estudos e pesquisas. Disponível em:

<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/estudos-apresentam-perfil-do-microempreendedor-individualdetalhe6,6a1713074coa3410VgnVCM1000003b74010aRCRD#:~:text=O%20Microempreendedor%20Individual%20%C3%A9%20uma,R%24%2081%20mil%20ao%20ano.>. Acesso em: 10. Jul. 2020.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – Sebrae. Pesquisa perfil de Mei. Sebrae. Disponível em:

<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/08/013_0319_APRE_MEI_v15_principais-resultados-inicio.pdf>. Acesso em: 11. Jul. 2020.

ARQUITETURA E URBANISMO

ESTUDO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO CIDADES SAUDÁVEIS¹

Eduarda David Marques da Silva²

Ingrid Gomes Braga³

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o planejamento das cidades aponta para o reconhecimento do meio ambiente vinculado diretamente ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas, mostrando como o desordenamento do meio ambiente afeta pontualmente as tarefas cotidianas com sua intensa propagação de males. O problema da aglomeração nas grandes cidades contribui drasticamente para a potencialização da insalubridade nestas, ao mesmo passo em que o ambiente é considerado “em desenvolvimento”.

A partir do início do século XIX, o desenvolvimento científico melhorou a compreensão sobre as formas de transmissão de doenças, possibilitando que as cidades se estruturassem para a promoção da saúde pública, sobretudo, através da adoção de medidas sanitárias (FAJERSZTAJN *et al*, 2016).

¹ Estudo vinculado ao Grupo de Pesquisa Trilhando Espaços Saudáveis, Criativos e Resilientes – TESCER, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

² Orientanda. Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Aluna do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2020/2021).

³ Orientadora. Pós-doutora pela Scuola de Arquitetura e Design di Ascoli Piceno da Università degli Studi, UNICAM, Itália (2016). Professora adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Habitado e da Rede de Pesquisa Habitat Urbano e Rural do Maranhão e Chefe de Laboratório - TESCER - Trilhando espaços saudáveis, criativos e resilientes.

A partir da década de 1990, o debate acerca da qualidade de vida urbana torna-se pertinente ao adentrar os cenários políticos e acadêmicos internacionais. Ou seja, a qualidade de vida no meio urbano é exposta como uma preocupação mundial com as consequências socioambientais decorrentes do processo de urbanização desenfreado advindo das décadas anteriores. Ao alterar o enfoque do indivíduo para a cidade, o conceito de qualidade de vida é ampliado para os meios que uma cidade pode promover benefícios saudáveis aos seus cidadãos (NAHAS, 2015).

Hoje, a existência de uma relação estreita entre saúde e cidade é sustentada por numerosos estudos e pesquisas científicas feitas em todo o mundo, pois é notória a presença de doenças diretamente relacionadas à forma como a sociedade está organizada.

À frente de toda a questão em estudo está a Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual afirma que os planejamentos urbanos devem se pautar em princípios que favoreçam a promoção da saúde e o bem-estar nas zonas urbanas, com ações concretas que envolvam as comunidades locais e os diferentes setores da administração pública que visem alavancar a qualidade de vida dentro das cidades (D'ONOFRIO; TRUSIANI, 2017). Em um mundo onde a relação entre sociedade e espaço construído torna-se cíclica, mútua e dependente, se faz notória, cada vez mais, a manifestação de conceitos como sustentabilidade, exclusão social, pobreza e economia. O desafio contemporâneo está em fornecer um ambiente

saudável no cotidiano das pessoas, isto é, saúde de forma que se relacionem com o ambiente construído.

A forma como as cidades funcionam influencia significativamente a saúde de seus moradores (FAJERSZTAJN *et al*, 2016). Essa situação é evidenciada por indicadores de qualidade de vida das cidades, ou seja, aspectos que mostram o esforço da gestão pública de cada cidade em detrimento do desenvolvimento de seus habitantes em diversos setores.

A qualidade de vida, é, portanto, um conceito que pode ter diferentes significados, estando associado, por um lado, às diversas situações e modos de vida e, por outro, às práticas, hábitos e estilos de vida das pessoas, bem como às representações que estas detêm face a si próprias, aos outros e em relação ao lugar onde vivem (TORRES *et al*, 2013).

O território só será saudável quando o seu desenho, compreendendo a elasticidade das cidades e seus sistemas forem participados, discutidos, projetados para quem vai viver a experiência de habitar com bem-estar. Embora o desenho das cidades seja o instrumento para mudança, promoção da saúde e bem-estar, ele não acontece de forma automática, requer continuidade, interdisciplinaridade, participação, atualização e compromissos mundiais.

É necessária a reformulação das estratégias da organização socioeconômica e ambiental da cidade atual que se tornou

insustentável. Mobilizações e ações orquestradas por representações civis, corporativas que precisam entender as escalas, as afinidades territoriais, as diversidades, as identidades socioculturais para a perspectiva da cidade com espaços que privilegiem a todos com qualidade ambiental, biodiversidade, equidade econômica, social, multiculturalidade, segurança e saúde para todos. Como ecossistemas humanos, as cidades são biológicas, complexas, são metabólicas.

Viver na cidade pode ser benéfico, pela vantagem do urbano ou pode ser nocivo pela penalidade do urbano, e a dinâmica da cidade contemporânea afeta aos seus moradores e sua saúde, de acordo com Caiaffa *et al.* (2008). Em Westphal (2000) a saúde individual e coletiva depende também de coisas que o homem criou e faz das interações dos grupos sociais, das políticas adotadas pelo governo, inclusive dos próprios mecanismos de atenção à doença, do ensino da medicina, da enfermagem, da educação e das intervenções sobre o meio ambiente.

As relações de interdependência entre os indivíduos e o meio físico, o social e o político onde vivem e se inserem é objeto da discussão sobre saúde urbana que pode ser considerada como um ramo da saúde pública que estuda os fatores de riscos das cidades, seus efeitos sobre a saúde e as relações sociais urbanas. Caiaffa *et al.* (2008) destaca que a urbanização, antes esperada que produz somente efeitos benéficos, conhecida como as “vantagens urbanas”,

pode acarretar danos sociais, econômicos e ambientais de grande impacto, difíceis de mensurar completamente nos dias atuais; os atributos físicos e sociais (contexto) da cidade e seus bairros e/ou vizinhanças podem afetar a saúde dos indivíduos; a ocorrência dos eventos relacionados à saúde, numa visão mais abrangente, estaria associada a atributos dos indivíduos aninhados no “lugar urbano” assim como o somatório das propriedades do agregado destes indivíduos (composição), indo mais além de seus atributos puramente individuais. Incorporando as propriedades do lugar, aqui entendido como a cidade e seu entorno, e o papel do ambiente físico e social (o contexto) em moldar a saúde das pessoas, parece plausível entender a cidade/urbano como exposição, modulando de forma benéfica ou danosa a saúde de suas populações residentes.

Como consequência, a incorporação de variáveis de contexto que capturem as características do “lugar urbano” onde os indivíduos vivem é mandatária nesta nova visão do processo saúde-doença-intervenções, não necessariamente originadas da saúde, que repercute nos eventos em saúde, possibilitando repensar novas avaliações de impacto à saúde.

Através da coleta de dados realizada por uma aprofundada revisão bibliográfica, este artigo fundamenta o percurso do desenvolvimento do Movimento Cidades Saudáveis para fomentação de estudos futuros e incentivo à promoção da saúde urbana. Além

disso, tem o propósito de mostrar o processo saúde-doença vinculado ao ambiente construído e habitantes.

METODOLOGIA

Considerou-se pertinente uma abordagem descritiva sobre a cidade ser promotora de qualidade, bem-estar, em espaços propícios a construção de redes políticas de promoção de saúde. Desde o Relatório Lalonde - Uma Nova Perspectiva na Saúde dos Canadenses (1974), que estabeleceu uma base importante para os posteriores movimentos internacionais de convergência para a promoção da saúde como componente central para o desenvolvimento humano, inúmeras conferências, nacionais e internacionais – Alma-Ata (1978), Ottawa (1986), Adelaide (1988), Sundsvall (1991), Bogotá (1992), Port of Spain (1993), Jakarta (1997), Genebra (1998), México (2000), Adelaide (2010) – já foram realizadas e impulsionaram abordagens efetivas e reais para alcançar a saúde para todos.

Inicialmente foi feita uma leitura sistemática, o fichamento de literatura e sistematização do material documental possível, através das compilações de informações da Rede Europeia de Cidades Saudáveis da WHO/OMS. Como tema novo, logo na primeira etapa, se fez necessário entender as fases postas em ação do Movimento Healthy Cities- cidades saudáveis e resilientes, WHO/OMS/UNHABITAT(2015): FASES I (1988-1992 - Criação de estruturas, como as redes nacionais, que poderiam ser usadas como

plataforma de mudança), II (1993-1997- Políticas públicas saudáveis, planos abrangentes de saúde nas cidades, com foco na equidade e no desenvolvimento sustentável), III (1998-2002 - Transição da promoção da saúde para planos integrados de desenvolvimento da saúde da cidade. Políticas baseadas em parcerias, com forte ênfase na equidade, nos determinantes sociais da saúde, no desenvolvimento comunitário e nas iniciativas de regeneração).

As cidades foram obrigadas a adotar abordagens sistemáticas de monitoramento e avaliação), IV (2003-2008 - Equidade, abordando os determinantes da saúde, o desenvolvimento sustentável e a governança participativa e democrática. Cidades comprometidas em trabalhar com o envelhecimento saudável, planejamento urbano saudável, avaliação de impacto saudável e vida ativa.), V (2009-2013 - Equidade em saúde e saúde em todas as políticas reconhecendo que a saúde da população é largamente determinada por políticas e ações fora do setor da saúde. Enfoque em três temas principais: ambientes de cuidado e apoio, vida saudável e design urbano saudável), VI (2014-2018 - Desenvolvimento da primeira infância; envelhecimento e vulnerabilidade; enfrentar grandes desafios de saúde pública, como inatividade física, obesidade, tabaco, álcool e dificuldades de saúde mental; fortalecimento dos sistemas de saúde centrados nas pessoas; e fomentar comunidades resilientes). Fases organizadas a cada 5 anos aproximadamente e prioridades específicas servindo como processo,

aprendizagem e acumulação de experiência prática sobre como melhorar a saúde e o bem-estar. O conceito de Cidades Saudáveis foi inspirado e apoiado pela WHO/OMS e está totalmente alinhado com o quadro político europeu Health2020 e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; (WHO, 2015).

A princípio, os estudos a respeito da abordagem do processo saúde-doença foram necessários para a compreensão das raízes de crenças e teorias idealizadas pela relação do homem - homem, homem - natureza e homem - universo. Na linha do tempo desse processo, observa-se a crença de que a doença era consequência de pecados cometidos ou maldições recebidas no corpo onde a cura se dava a partir de contatos sobrenaturais com o universo; a teoria da medicina hipocrática que defendia a saúde como um fator de equilíbrio entre o homem e o meio em que vivia, para qual a doença surgia desde que houvesse o desequilíbrio dos elementos naturais com os humores do organismo; o surgimento e consequente desenvolvimento de teorias sobre saúde em diversas épocas vividas pela sociedade foi dando suporte para o advento de pesquisas e estudos relacionados a isso.

Dentro do tempo estabelecido no cronograma da pesquisa científica, foram feitas leituras de artigos pesquisados nas bases de dados da Scielo e Capes, além de livros que enfatizam esse tema. De modo geral, esses textos discorrem sobre o bem viver como exemplo para o desenvolvimento das cidades, sobre a saúde como fator de

bem-estar no meio urbano e outros aspectos relevantes a respeito do modo como a saúde é analisada e, posteriormente, trabalhada dentro do espaço de vivência da sociedade, evidenciando fatores-exemplos a serem seguidos e também aspectos negativos existentes dentro das cidades contemporâneas, tais como: ineficiência de mobilidade urbana, todos os tipos de poluição, segurança e etc.

Além disso, ressalta as condições de vida da população brasileira, que serviu como elemento de comparação aos estudos paralelos sobre a qualidade de vida em cidades europeias. Noções de determinantes sociais e econômicos também serviram de base para o entendimento da saúde como um fator de desenvolvimento indispensável. Relembrando teorias científicas antigas juntamente às indagações atuais acerca da saúde pública, foi possível permitir o resultado da análise da relevância dos determinantes sociais de saúde (DSS) dentro das cidades, por meio de gerações que estabelecem um estudo acerca de iniquidades sociais.

Aliado a isso, pesquisas sobre o desenvolvimento do ambiente urbano junto à sociedade dessa época mostram um cuidado maior sobre a relação da infraestrutura e o modo de vida dos habitantes. O estudo sobre o planejamento das cidades apontam para o reconhecimento do meio ambiente vinculado diretamente ao bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Para tal análise, foram feitos debates e sugestões bibliográficas que pudessem ajudar na assimilação da proposta complexa. Foram usadas também fontes e

referências de produtos de pesquisas acadêmicas e eixos temáticos cujas propostas adequaram-se ao modelo da pesquisa. Houve, também, a análise de um pensamento sobre ações pensadas no passado, como o desordenamento do meio ambiente, em que esses afetam diretamente a qualidade de vida dos habitantes com a intensa propagação de males.

É oportuno ressaltar que toda a literatura segue em processo de tradução e análise dos dados e, por conta da crise sanitária de 2020, houve o impedimento da leitura conjunta e posteriores análises. Contudo, foram identificados dentro dos documentos brasileiros uma importante referência: o Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis (CEPEDOC/USP), Movimento Brasileiro de Cidades Saudáveis com temas relacionados ao Bem Viver, determinantes sociais e saúde urbana. O tema é complexo, global e o grupo de pesquisa trabalha com dados que estão sendo construídos através do Projeto Climate Change and Urban Health Resilience (CCHURE) uma investigação junto à Scuola de Architettura e Design di Ascoli Piceno, Università degli Studi di Camerino- SAAD/UNICAM e Facoltà La Sapienza – UNIROMA sobre a promoção da saúde.

RESULTADOS

As cidades são complexas em suas funções e dinâmicas, e, por vezes são comparadas a um organismo vivo. Segundo Caiaffa *et al.*

(2008), ainda no século XIX, Claude de Saint Simon foi pioneiro ao vincular a ideia de cidade com a metáfora dos “organismos vivos gigantes, sem precedentes na história humana, permeado por redes que os alimentam e mantêm seu funcionamento” (CAIAFFA *et al.* 2008, p. 1787). Desse modo, a saúde urbana recebe um impacto direto das redes e conexões que constituem a vitalidade das cidades, sendo passiva de problemáticas que trazem malefícios ao seu funcionamento geral.

A cidade é a base do convívio social, feita pelo homem e para o homem, sendo um dos lugares mais significativos e deve ser promotora de qualidade, bem-estar, em espaços propícios à construção de redes políticas de promoção de saúde. Camadas de relações podem ser descritas apenas relacionando o indivíduo e a sociedade, pois, o simbolismo do espaço que lhes pertence foi construído através de uma identidade cultural, desenvolvida por meio da dinâmica dentro das cidades, da história e seus avanços. A promoção de espaços saudáveis na cidade deve estar pautada em desenhos sustentáveis, premissas inclusivas, com participação cidadã, com projetos emblemáticos de intervenção, de regeneração, de transformação, de criação, de inovação.

O ambiente físico e social atualmente tem a função de modelar a saúde das pessoas, junto a uma gestão urbana eficiente que evidencie e solucione a necessidade do tratamento das desigualdades injustas que as cidades proporcionam. O paradigma lançado aqui é a

condição atual do adensamento populacional versus iniquidades sociais solucionadas. Como exemplifica Monte-Mór (2015):

O ambiente urbano, espaço síntese da civilização, vem se tornando um espaço privilegiado para experimentações e para a sistematização de informações e ideias que reflitam esta complexidade e diversidade contemporâneas, assim como o dinamismo das transformações quotidianas nas cidades e no espaço urbano como um todo. (MONTE-MÓR, 2015, p.13)

O bem-estar individual e, conseqüentemente, coletivo parte do papel do ambiente construído nas cidades, que pode facilitar e promover oportunidades de vivências e experiências, onde os habitantes podem alcançar estilos de vida saudáveis (BUXTON, 2017). Segundo Fajersztajn (2016):

A forma como as cidades funcionam influencia significativamente a saúde de seus moradores. Entender como se dá essa influência é um grande desafio metodológico, em razão das inúmeras variáveis envolvidas num sistema complexo como uma cidade. (FAJERSZTAJN, L. *et al*, 2016, p. 20).

Como já dito anteriormente, as indagações entre saúde e o espaço urbano surgiram da urgência da abordagem de aspectos necessários à qualidade de vida e questões de saúde no século XIX. Aspectos estes que, dependendo de sua atuação, estão a desenvolver efeitos prejudiciais nos habitantes, afetando principalmente a saúde física, mental e social. Evidências atuais, junto às inúmeras pesquisas que estão surgindo, mostram o quão significativo é o impacto do ambiente construído – no seu sentido amplo, físico, social, econômico e político – no estilo de vida dos cidadãos.

Conforme Heidmann *et al* (2006):

A promoção à saúde tem exercido uma crescente influência na organização do sistema de saúde de diversos países e regiões do mundo. A partir da realização das conferências internacionais e regionais, tem se observado uma evolução progressiva, mas também contraditória, com relação as suas premissas e estratégias. Essas contradições originam-se das diversas concepções de promoção à saúde que podem ser reunidas em dois grandes grupos: o comportamental, de mudanças de estilo de vida e aquela que busca articular o tema da saúde com a temática das condições e qualidade de vida. (HEIDMANN *et al*, 2006, p. 356)

A saúde dos habitantes de uma cidade reflete consideravelmente sua rotina dentro da forma como a cidade funciona. Essa influência é o start para a concepção de um novo planejamento urbano para as cidades contemporâneas, visando a transformação dos espaços urbanos. Desse modo, ao fazer com que os espaços atraíam as pessoas para uma relação de proximidade com o ambiente, percebe-se uma elevação do bem-estar gradualmente.

A utilização de métodos para a compreensão desse fato é essencial, pois o impacto negativo na saúde devido a exposições inapropriadas ao meio em que se vive é evidente. A promoção efetiva da qualidade de vida nas cidades atuais se vale da tentativa de um envolvimento multidisciplinar das camadas governantes e sociedade civil. Apesar de todas as dificuldades, enfrentar esses obstáculos para possibilitar a melhoria da saúde da população seria interesse de todos. Todo esse processo requer uma luta contra as iniquidades

existentes (SOBRAL; FREITAS, 2010). Esta ideia será melhor desenvolvida no tópico referente ao Movimento Cidades Saudáveis.

É importante destacar que o termo “direito à saúde” significa, também, ter direito à moradia digna, educação, trabalho, lazer, cultura, transporte público de qualidade, etc. (WESTPHAL, 2015; OLIVEIRA, 2015), uma vez que “o sossego, a segurança, os baixos índices de poluição e os espaços verdes constituem elementos fundamentais do que é genericamente designado por: qualidade de vida” (TORRES *et al*, 2013, p. 97).

Relembrando teorias científicas antigas juntamente às indagações atuais acerca da saúde pública, pode-se permitir o resultado da análise da relevância dos determinantes sociais de saúde (DSS) dentro das cidades, por meio de gerações que estabelecem um estudo acerca de iniquidades sociais. No contexto da sociedade latino-americana, onde problemáticas como a deterioração ambiental conectada à industrialização, cidades superpopulosas cercadas por periferias pobres, congestionamentos em quase todos os horários do dia e, além disso, poucas opções eficientes de transporte público constituem-se realidades frequentes (FAJERSZTAJN, L. *et al*, 2016), como negar a negativa urbanização desses lugares?

O problema da aglomeração nas grandes cidades contribui drasticamente para a potencialização da insalubridade nestas, ao mesmo passo em que o ambiente é considerado “em

desenvolvimento”. Pode-se perceber que a junção de aspectos passados e contemporâneos são contribuintes do desenrolar da sociedade e seus hábitos. Para analisar esses aspectos, diversos modelos são explanados visando esquematizar a trama de relações entre os diversos fatores estudados, considerando as óticas dos enfoques biológicos e sociais do processo saúde-doença (FILHO, 2007; BUSS, 2007). Junto a isso, destaca-se também a verificação dos enfoques que vão além do conceito de saúde como ausência de doença, estes são encorpados, ainda, sob análise nas condições de vida e o grau de desenvolvimento do relacionamento e interações da população, sejam elas em grupo ou individuais. Tais modelos esquematizam os diálogos permitidos pelos enfoques, sendo estes ecossociais e de multiníveis.

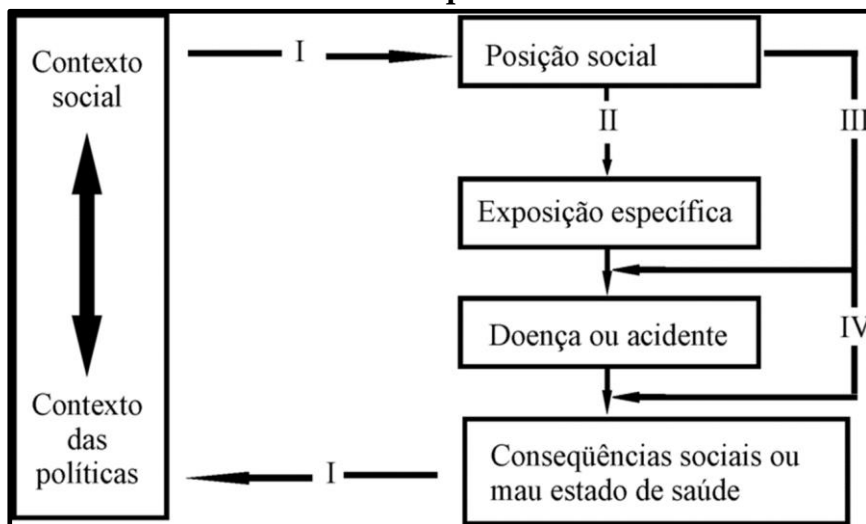
Aplicados a intervenções na sociedade, onde ajudam na percepção de um olhar mais apurado sobre a relação de rendas e de níveis, de maneira que ressaltem aspectos grupais ou individuais, como por exemplo, o modelo de Dahlgren e Whitehead (figura 1), o modelo de Diderichsen e Hallqvist (figura 2) e, por último, o modelo de Solar e Irwin (figura 3).

Figura 1 – Determinantes sociais: modelo de Dahlgreen e Whitehead

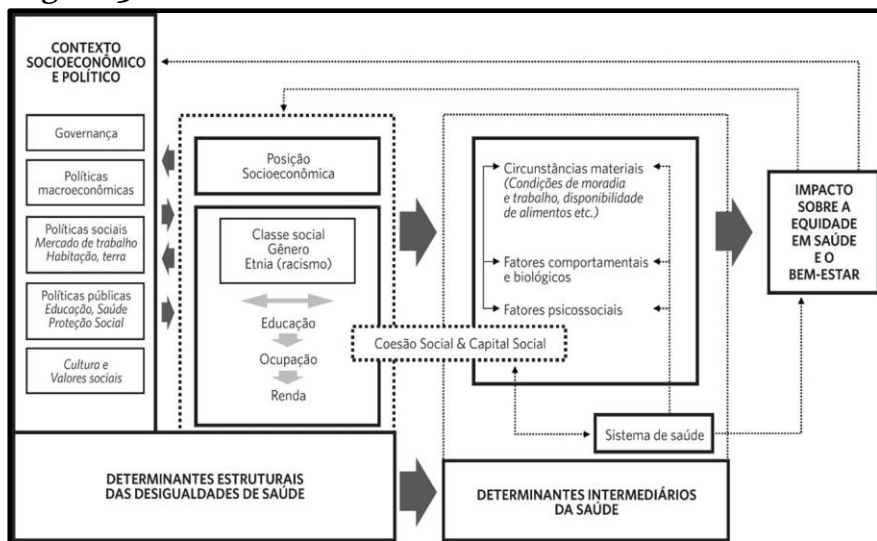


Fonte: ResearchGate, 2019.

Figura 2 – Determinantes sociais: modelo de Diderichsen e Hallqvist



Fonte: ResearchGate, 2017.

Figura 3 – Determinantes sociais: modelo de Solar e Irwin


Fonte: Saúde em debate, 2017.

Toda essa cadeia de modelos e enfoques abre portas para uma reflexão, a fim de identificar possíveis pontos para intervenções que pretendem usar os DSS como forma de reduzir as diferenças entre posições sociais dos indivíduos e grupos. De acordo com Carvalho (2013):

As condições econômicas e sociais influenciam decisivamente as condições de saúde de pessoas e populações. A maior parte da carga das doenças — assim como as iniquidades em saúde, que existem em todos os países — acontece por conta das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Esse conjunto é denominado “determinantes sociais da saúde”, um termo que resume os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde. Nem todos os determinantes são igualmente importantes. Os mais destacados são aqueles que geram

estratificação social — os determinantes estruturais que refletem as condições de distribuição de riqueza, poder e prestígio nas sociedades, como a estrutura de classes sociais, a distribuição de renda, o preconceito com base em fatores como o gênero, a etnia ou deficiências e estruturas políticas e de governança que alimentam, ao invés de reduzir, iniquidades relativas ao poder econômico. (CARVALHO, 2013, p. 19).

Com isso, abre-se espaço para o planejamento urbano das cidades e como estes devem se pautar em princípios que favoreçam a promoção da saúde e o bem-estar nas cidades, com ações concretas que envolvam as comunidades locais e os diferentes setores da administração pública que visem alavancar a qualidade de vida dentro delas (D'ONOFRIO; TRUSIANI, 2017). Num mundo onde a relação entre sociedade e espaço construído torna-se cíclica, mútua, dependente, se constata em muitos países, práticas urbanísticas que protegem interesses políticos particulares, limitados ao “embelezamento” dos ambientes construídos. Essas práticas estão baseadas em leis passadas que favorecem a segregação socioespacial, a descaracterização, o esvaziamento dos espaços abertos e que não se identifica com os residentes do lugar.

As cidades vivem um contínuo processo de desafios, necessidades, mutações, crises sanitárias. Por conta deste cenário mutável se verifica a urgência de estratégias com planos de regeneração, metas participadas e desenhadas pelas demandas, pelos atores locais, para as cidades alcançarem níveis de sustentabilidade com a redução das distâncias de desigualdade entre ricos e pobres;

com a gestão mais eficiente de recursos; a limitação do consumo de combustíveis fósseis, facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, sendo substituídos por recursos renováveis ou abundantes; uma configuração rural e urbana equilibrada e distribuição territorial de assentamentos humanos; a continuidade cultural e respeito às características das culturas.

O desafio contemporâneo está em fornecer um ambiente saudável no cotidiano das pessoas, isto é, saúde na forma em que se relacionam com o ambiente construído. Em 2015, a Organização das Nações Unidas fixou uma agenda de ações até 2030 com 17 objetivos integrados, indivisíveis, equilibrados e 169 metas construídas – os ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento sustentável é importante para o desenvolvimento urbanístico e as estratégias de intervenção devem ir ao encontro dos seus conceitos, assim como seguir os passos do planejamento urbano cujo processo metodológico contribui para a sustentabilidade das cidades, adaptadas às mutações contemporâneas, assim como para o atendimento das necessidades de seus habitantes.

As ações para os próximos anos abrangem um conjunto amplo de temas no que diz respeito à saúde, (OMS, 2015). Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis: garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas; proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis,

sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países; fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade; reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros; proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência; apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos,

mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis; apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Cidades saudáveis são todas sobre o envolvimento local. Elas continuamente e ativamente exploram formas de contribuir para a implementação de estratégias da OMS nos níveis urbano e local. Elas têm o potencial de fornecer liderança essencial em saúde pública, criar condições prévias para uma governança mais saudável e participativa e facilitar a ação intersetorial. Além disso, em tempos de crise econômica, os governos municipais podem desempenhar um papel fundamental como defensores e guardiões das necessidades de saúde das pessoas mais vulneráveis e socialmente desfavorecidas (WHO, 2018).

CONCLUSÕES

As noções de saúde e suas abrangências dentro da esfera de vida urbana mostradas neste artigo demonstram, com dados e análises, os efeitos do ambiente construído na saúde das pessoas. Neste contexto, a OMS foi precursora em questões de reformas políticas que englobam a saúde. Desde o início, adotou uma visão de

saúde como mais do que a ausência de doença, destacando a relação entre o estado físico, dimensões mentais e sociais. O movimento Cidades Saudáveis, proposto pela OMS, está fincado em conceitos de transformações de uma cidade, do que ela é e de quão saudável ela pode se tornar.

Baseado nisso, a cidade é vista e vivenciada como um sistema complexo onde a mudança acontece constantemente. O propósito do Movimento Cidades Saudáveis significa processo, não meramente resultados. Uma cidade saudável é reconhecida pelos esforços de seus gestores em conjunto com os habitantes em melhorar o meio em que vivem frequentemente, ou seja, a ideia não se restringe apenas a um estado de saúde particular alcançado. Por isso, qualquer cidade pode vir a se tornar saudável se insistir no compromisso com a saúde e se desenvolver uma estrutura de processo para trabalhar nessa melhoria.

O despertar para essa mudança começa quando as pessoas compartilham um interesse em particular: a promoção da saúde coletiva. A pesquisa vai além da sistematização sobre o movimento, principalmente em uma nova realidade de crise sanitária global, pois entender o processo saúde – doença nas cidades vai além dos serviços de saúde, é compreender que ambientes, estruturas, relações sociais e saúde são indissociáveis.

Cidades Saudáveis é um movimento global que trabalha para que a saúde esteja no topo da agenda social, econômica e política dos

governos compromissados e baseados em parcerias intersetoriais. O movimento Cidades Saudáveis visa a construção e consolidação de ambientes urbanos onde a saúde e o bem-estar das pessoas são tratados em nível local e em sua realidade. A cidade saudável é definida por um processo contínuo, não por um resultado.

Toda a sistematização feita até o presente momento circunscreve a importância do trabalho. Além disso, pretende-se continuar com os objetivos inicialmente apostos no projeto de pesquisa, já destacados pela revisão de literatura. Almeja-se com este novo cenário, contemplar novas fases do trabalho de pesquisa. Vale ressaltar que a pesquisa se encontrou prejudicada pela crise sanitária atual o que paralisou prazos e tempos acadêmicos. As contribuições, em processo de construção, da pesquisa estão relacionadas com a divulgação e posta em discussão sobre processos e disponibilização dos dados sobre como a cidade pode ser promotora de saúde e bem-estar.

REFERÊNCIAS

BURGESS, Sarah; BARTON, Hugh; GRANT, Marcus, Planejamento diretor para comunidades saudáveis. Buxton, Pamela. **Manual do arquiteto: planejamento, dimensionamento e projeto**. Porto Alegre: Bookman, 2017.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

CAIAFFA, Waleska Teixeira et al. Saúde urbana: "a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora". **Revista Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, p. 1785-1796, Dec. 2008.

CARVALHO, Antonio Ivo de. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. **In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. p. 19-38.

D'ONOFRIO, Rosalba; TRUSIANI, Elio. **Città, salute e benessere: Nuovi percorsi per l'urbanistica** (Edição Italiana). Milano: Angeli, 2017.

FAJERSZTAJN, Laís; VERAS, Mariana; SALDIVA, Paulo Hilário Nascimento. Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde de seus moradores? **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 7-27, Apr. 2016.

HEIDMANN, Ivonete T.S. Buss et al. Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Abr-Jun; 15(2):352-8.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Qualidade de Vida Urbana: abordagens, indicadores e experiências internacionais**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 183p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/WHO) (2015). Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

SOBRAL, André; FREITAS, Carlos Machado de. Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n. 1, p. 35 – 47, 2010.

SOUZA, Diego de Oliveira et al. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-56, 2013.

TORRES, Margarida et al. Saúde e bem-estar em meio urbano: das políticas à prática. **Revista Portuguesa Saúde Pública**, Portugal, 2013; 31(1):95-107.

WESTPHAL, Marcia Faria (2000). O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, (5) 1, 39-51, 2000.

WESTPHAL, Marcia Faria; OLIVEIRA, Sandra. Cidades Saudáveis: uma forma de abordagem ou uma estratégia de ação em saúde urbana? **Revista USP**, São Paulo, n. 107, p. 91-102, outubro/novembro/dezembro 2015.

WHO. Regional Office for Europe (1997). **Twenty steps for developing a Healthy Cities Project (3rd Edition)**.

WHO. Regional Office for Europe (1997). **WHO Healthy Cities Project Phase III: 1998–2002. The requirements and the designation process for WHO project cities**.

WHO. Regional Office for Europe (2003). **Phase IV (2003–2007) of the WHO Healthy Cities Network in Europe: Goals and Requirements**.

WHO. Regional Office for Europe (2009). **Phase V (2009–2013) of the WHO European Healthy Cities Network: goals and requirements**.

WHO. Regional Office for Europe (2013), Health 2020. **A European policy framework and strategy for the 21st century.**

WHO. Regional Office for Europe (2013). **Terms of Reference and accreditation requirements for membership in the Network of European National Healthy Cities Networks Phase VI (2014-2018).**

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018. **European Healthy Cities Network.**

WHO. **Zagreb Declaration for Healthy Cities: Health and health equity in all local policies, 2009.**

MODO DE MORAR EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS: Um Estudo Sobre a Vila Progresso.

Clarissa Maffessoni Maia de Souza¹
Marluce Wall de Carvalho Venancio²

INTRODUÇÃO

A cidade é um espaço de pluralidade, encontro de ideais, culturas e vivências totalmente distintas entres si. É na cidade que podemos compreender, em teoria, o pleno exercício da democracia quando essa pluralidade convive mutuamente, porém nem sempre acontece de forma harmoniosa. Na contemporaneidade pós-revolução industrial as relações entre capital e a cidade se estreitaram, sendo entendido o espaço urbano junto do conceito de território, que é “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2016).

Por conta dessas tão presentes relações de poder, o processo de urbanização no Brasil foi e é marcado pela segregação socioespacial em que os espaços rejeitados pela classe média e alta acabaram se tornando o espaço de ocupação e resistência das classes mais carentes.

“Entenderemos por segregação urbana a tendência à organização em zonas de forte homogeneidade social interna e com

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

² Professora Doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 1972, p. 251). Assim, compreendemos como surgiram as comunidades periféricas, que foram se instalando geralmente em regiões mais afastadas do centro da cidade, por serem áreas mais baratas, como consequência da carência de infraestrutura e serviços no local e sendo cada vez mais empurradas pela especulação imobiliária.

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, de fase do ciclo da vida etc (CASTELLS, 1972, p. 251).

Temos então o surgimento da Vila Progresso, uma comunidade com menos de 40 anos de história inserida na região urbana de São Luís. A comunidade é dotada de uma peculiaridade, tendo vantagem quanto à localização que se encontra no espaço urbano de São Luís, situando-se em uma região privilegiada da cidade, próxima a um corredor primário e a bairros de classe média com infraestrutura e serviços presentes. Porém, apesar de tais fatores favoráveis, a região na qual a comunidade permanece ainda carece de certos direitos às condições de moradia digna.

Com habitações pequenas, carentes de planejamento arquitetônico e mais de quatro pessoas morando em uma casa com menos de 80m², se mostrando como realidade da comunidade, nota-

se a presença da nuvem do déficit habitacional que paira sobre o Brasil. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2018), o Maranhão em 2015 se destacou como a Unidade da Federação com maior déficit habitacional relativo do país, representando 20% do estoque de domicílios do estado.

O Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU de 1991 traz o conceito de moradia como um local salubre, com condições mínimas à sobrevivência, como saneamento – água, tubulação para esgoto, coleta de lixo, pavimentação – e luz elétrica. Além de ser seguro e acessível aos serviços públicos básicos, tais quais escolas, postos de saúde, praças e pontos de ônibus – ou de outros transportes coletivos.

Compreende-se, assim, a importância de se estudar o modo de morar em comunidades periféricas, pois a partir do momento que existem pessoas na cidade que não estão recebendo seus direitos como cidadãos é necessária uma mudança na sociedade atual para voltar os olhos a essas pessoas, para assim chegar à verdadeira democracia.

METODOLOGIA

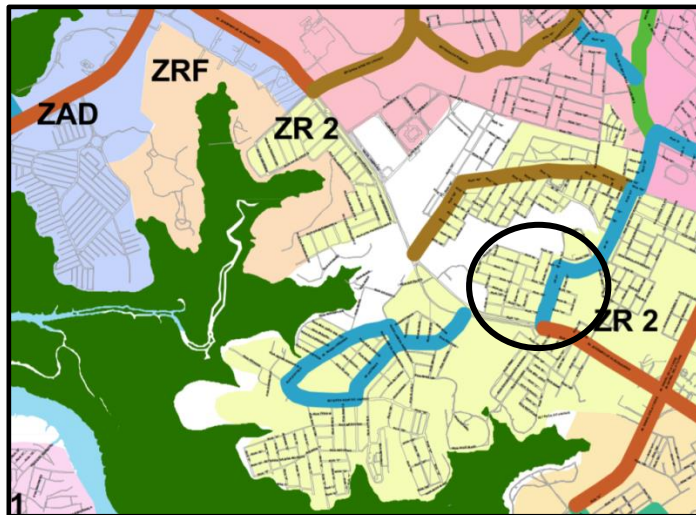
O projeto teve como primeiro momento a pesquisa bibliográfica para referencial teórico, com base na leitura sistematizada de Alexander (1977,1979, 2012) e dos trabalhos de Lefebvre (2000, 2008), além de outros teóricos para embasamento em pesquisa socioespacial em periferias, como Souza (2016). Além

disso, foram realizadas pesquisas de campo na comunidade estudada com a realização de entrevistas com moradores e a utilização da dissertação de mestrado de Emanuele Bani (2016) para obtenção de dados socioeconômicos, visto que a vila se situa em uma área dividida em três setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a pesquisa, portanto, impossibilitada de se apropriar das informações fornecidas pelo Censo Demográfico de 2010.

RESULTADOS

Sobre a Vila Progresso

A Vila Progresso é uma comunidade que começou a partir de uma ocupação de uma área central subutilizada do perímetro urbano, entre os bairros do Cohafuma, Vinhais e Recanto dos Vinhais. De acordo com a lei de Zoneamento de 1992, a área que abrange a Vila Progresso não se encontra inserida em nenhuma zona específica, porém está cercada por áreas inseridas na Zona Residencial 2 e uma zona de proteção ambiental (ZPA2).

Figura 1: Recorte do mapa de zoneamento de 1992

Fonte: BANI, 2016 com alterações da autora

Apesar de sua localização privilegiada, o conjunto não pôde se desenvolver como as demais ao redor pelas dificuldades trazidas pelo terreno, por ser uma região com nível topográfico abaixo das demais, portanto sujeita a inundações. A partir deste conhecimento é possível compreender melhor o modo de desenvolvimento da vila como uma periferia da cidade, em que para Rolnik:

O conceito de periferia foi forjado de uma leitura da cidade surgida de um desenvolvimento urbano que se deu a partir dos anos 1980. Esse modelo de desenvolvimento privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Essa talvez seja sua principal característica, migrada de uma ideia geográfica, dos loteamentos distantes do centro. Mas é preciso lembrar que a periferia é marcada muito mais pela precariedade e pela falta de assistência e de recursos do que pela localização (ROLNIK, 2010).

Em entrevistas com os moradores foi possível entender como se deu a formação inicial do processo de construção da comunidade em que - a partir de um homem chamado Josué, que atualmente já não mora mais na região- chamou pessoas conhecidas para ocupar o espaço vacante que havia visto.

Aí ele veio aqui, olhou um terreno que tinha algumas casinhas, mas tinha terreno sobrando. Aí ele pegou e invadiu, saiu chamando as pessoas pra ir fazerem seus barracos... Aí eu vim, é na rua Paris, cheguei aqui era só lama, muita lama mesmo... No início era muito difícil, quando chovia isso aqui alagava tudo, a gente perdia tudo, era uma calamidade (Dona Cosma, líder da associação de moradores).

A partir de então a área foi dividida e distribuída informalmente entre os ocupantes que, no início de sua organização, passaram por diversos problemas pela falta de infraestrutura adequada. A região que a vila se situa possui uma topografia desfavorável, visto que a diferença de nível para os arredores é de quatro metros.

A partir das entrevistas pode-se entender que a princípio tais problemas foram sendo resolvidos pelos próprios moradores que tiraram dinheiro do próprio bolso para melhorias na pavimentação que, num certo momento, apresentou um resultado efetivo quando as inundações já não ocorriam mais com tanta frequência.

Perfil socioeconômico

De acordo com o mapa fornecido pela SEMURH, a comunidade possui uma área de 87.335,99m², com aproximadamente 327 casas existentes atualmente, em que a maior parte das famílias tem uma renda mensal de até 1 salário-mínimo, tendo relação direta com o nível de escolaridade em que a maioria dos moradores possui, somente alfabetização. Porém grande parte das mães também possuem até o 2º grau completo. Sua população é composta majoritariamente por jovens com menos de 24 anos seguidos da faixa etária de 40-59 anos, em que se encontram os chefes de família.

Outro dado relevante é sobre os meios de transporte mais utilizados pelos moradores, visto que é uma população majoritariamente de baixa renda é esperado que o ônibus seja o meio mais comum de locomoção. Assim, 60% dos moradores se utilizam de ônibus, seguido de 12% a pé, 10% por bicicleta e apenas 10% com carro próprio.

A maioria dos moradores identificou sua moradia como “casa própria” sendo um importante fator para a permanência dessas pessoas na vila. Apesar de serem casas pequenas, a maioria dos moradores relatam que não querem sair da comunidade, pois a localização é um fator que os mantem ainda ali.

A dinâmica da comunidade

A comunidade possui três vias principais de acesso, Rua da Alegria (ou Rua Progresso), Rua Paris, que faz o acesso pedonal mais rápido da comunidade à Avenida Jerônimo de Albuquerque, e Rua do Egito. A vila ainda é composta por mais duas ruas, Rua da Vitória e Rua Mariah. Apesar da boa localização na cidade a problemática principal apontada pelos moradores é a questão da infraestrutura, em especial a pavimentação relacionada à acessibilidade.

Moradores relatam que, em 2017, a CAEMA foi realizar um serviço no qual todo o pavimento da Rua Progresso foi quebrado e logo após o processo foi abandonado, deixando grandes buracos expostos por toda a extensão da rua. Além disso, o acesso mais rápido à avenida é feito pela Rua Paris, onde os moradores conseguem atravessar com dificuldades uma região de mata e lama para chegar com dificuldade à calçada da avenida principal.

É possível concluir, portanto, que a maior dificuldade que a população enfrenta é a questão da pavimentação. A Rua da Paz, que faz a conexão da Vila Progresso com a vila vizinha e com a Vila Marinha, é uma das mais precárias, com a presença de esgoto a céu aberto e algumas palafitas construídas em cima. A Rua Progresso é uma das principais faladas também, não só por conta do trabalho inacabado da CAEMA como, também, pela presença de esgoto a céu aberto. Por questões como essas, que é gerada uma dificuldade até para a chegada de serviços de transporte privados na região como

táxis e ubers e até mesmo ambulâncias. “Não tá tão bom por causa das ruas, tá uma precariedade, se tu for chamar algum transporte às vezes ele não quer nem vir” (Ariane, moradora do bairro).

Na interseção das ruas do Progresso com as ruas da Paz e do Egito situa-se a associação dos moradores da comunidade, onde são realizadas as reuniões de moradores e, geralmente às sextas-feiras, acontece um grupo de oração. Ao lado da associação encontrava-se um posto policial que, em 2020, acabou tendo seu desligamento e atrás existia um grande espaço vazio que acabou se tornando um espaço multifuncional, que muitas das vezes era utilizado pelas crianças para lazer. A área também era muito utilizada para eventos de maior porte, geralmente em datas comemorativas, utilizando-se assim de estruturas alugadas. No final de 2019 já houve uma mudança nesse espaço, pois foi finalmente construída uma praça com equipamentos de academia ao ar livre e brinquedos.

Figura 2: Espaço livre atrás da associação antes da reforma.



Fonte: Arquivo pessoal

Uma linguagem de padrões

Na conhecida obra de Christopher Alexander, *Uma Linguagem de Padrões*, o autor dedicou anos de estudo ao modo de projetar e construir das cidades, que acabou resultando na publicação do livro. Nele é possível identificar uma metodologia da prática da arquitetura e do urbanismo através de padrões de repetições como soluções para problemáticas da cidade, que se conectam e se tornam uma linguagem.

Os elementos dessa linguagem são entidades chamadas de padrão. Cada padrão descreve um problema que ocorre repetidas vezes em nosso meio ambiente e então descreve o ponto central da solução do problema, de modo que você possa usar a mesma solução milhares de vezes, mas sem jamais ter de repeti-la (ALEXANDER, 1977, p.14).

Para Alexander, a Linguagem de Padrões é, antes de tudo, uma linguagem que estimula e otimiza a troca de ideias sobre as questões mais relevantes e as aparentemente mais banais ligadas ao ato de projetar. Tradicionalmente, o arquiteto, ao apresentar o resultado de sua primeira proposta do Partido Arquitetônico para os usuários, já tomou diversas soluções projetuais que esses dificilmente poderão confirmar se, diante de cada dúvida no processo de criação, eles teriam tomado as mesmas decisões conceituais. Assim, a Linguagem de Padrões pretende reunir esses momentos de decisão em forma de problemas de projeto, especialmente aqueles anteriormente já registrados e avaliados através de evidências empíricas, mas que precisam ser discutidos para que, só então, o desenho possa ser elaborado (QUEIROZ, 2004, p.22).

Percebe-se que muitos dos padrões de criação propostos pela obra já se encontram em diversos locais de nossa própria cidade. Soluções encontradas pelos próprios moradores para a melhoria de

sua qualidade de vida, sendo a Vila Progresso um exemplo de espaço que está cheio destes modelos. Através das visitas feitas à comunidade foi possível observar soluções realizadas para problemas antes presentes na região. Algumas dessas diretrizes, inclusive, facilmente identificáveis na Linguagem dos Padrões de Alexander.

Os padrões na Vila Progresso

Limites entre bairros (15)

Como primeiro padrão foi identificado o modelo 15, Limites entre Bairros. Este padrão traz em questão a necessidade de certos limites nas vizinhanças para que elas não percam sua própria essência. No caso da Vila Progresso, tais limites foram impostos pelo meio ambiente natural. A comunidade se localiza em um terreno mais baixo que os arredores e essa desvantagem de terreno fez com que a região não fosse tão visada pelo setor imobiliário.

Os limites são bem claros pela grande diferença de nível, principalmente percebida entre a vila e o Recanto dos Vinhais, e por meio de vegetações presentes ao redor, que os separam da comunidade vizinha e, inclusive, impedem uma ligação direta adequada com o corredor primário mais próximo, a Avenida Jerônimo de Albuquerque. Logo na descida da Rua Progresso, um dos principais acessos à comunidade, em direção à associação e ao posto policial, já se vê a diferença da infraestrutura na rua em comparação à anterior.

Figura 3: Mapa dos limites da Vila Progresso de acordo com dados de 2015 da SEMURH



Fonte: Google Earth, com alterações da autora.

Nesse caso, surge a necessidade de levantar a problemática sobre a falta de acessibilidade na região. Com tais limites tão presentes, por ser uma vizinhança mais carente que as demais ao redor, estes não recebem a devida atenção do governo, onde é observado na falta de infraestrutura e pavimentação adequada nas ruas principais de acesso por automotivos, Rua Progresso e Rua do Egito.

Além disso, existe uma “invisibilização” do espaço percebida, principalmente, do ponto de vista do acesso à comunidade pela Rua Paris em direção à Avenida Jerônimo de Albuquerque, onde ao passar pela avenida quase não se percebe a presença de construções ali adentro, sendo apenas visto como mais outro vazio urbano em São

Luís. Souza (2016) traz o termo “invisibilização” para falar sobre a representação seletiva da paisagem e da reformatação da paisagem para a exclusão de um espaço. O termo se aplica aqui quando tais limites impulsionam a segregação na cidade, ponto este que é discutido por Lefebvre (2001) quando diz que “a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir” (LEFEBVRE, 2001, p. 123).

Para rebater essa situação surge a necessidade da voz da comunidade se fazer mais presente de outras formas, mas como isto seria feito da melhor forma possível? Alexander nos dá a resposta com os padrões apresentados a seguir.

Comunidade de sete mil pessoas (12) e bairro identificável (14)

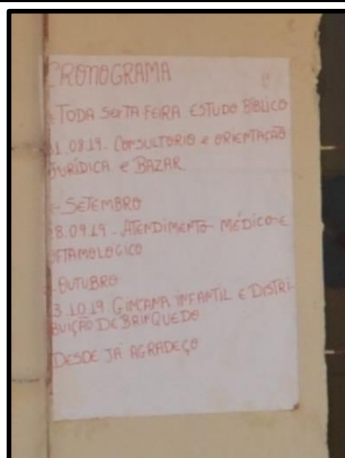
A partir do momento que se abre a discussão sobre o exercício da democracia na cidade é importante seguir para uma análise social de como é organizada a comunidade. Com os padrões 12 Comunidade de Sete Mil Pessoas e 14- Bairro Identificável, é possível identificar isso. O padrão 12 diz que existe um número ideal de habitantes numa mesma comunidade para que aconteça um melhor diálogo entre todos, existindo uma participação mais democrática nas decisões do grupo e uma voz organizada para reivindicações ao governo. O número ideal não deveria ultrapassar o valor entre 5 a 10 mil pessoas, pois mais que isso acaba afetando a comunicação direta entre os moradores.

Este padrão determina a importância da descentralização dos governos e criação de grupos menores para melhor controle da sua região. Um exemplo disso é a associação comunitária de moradores que possui atividade constante, visto através dos eventos e ações que acontecem na comunidade e sendo lá onde acontecem as reuniões entre os moradores da vizinhança.

De acordo com os dados de 2016, tirados da dissertação de Bani (2016), a Vila Progresso possui em torno de 1.308 habitantes. O padrão 14 - Bairro Identificável, diz que organização da tomada de decisões se torna muito difícil quando é um grupo composto por mais de 1.500 pessoas. Quando existe uma organização comunitária formada por uma pequena quantidade de pessoas, a comunidade eleva seu grau de autonomia, pois possui mais controle sobre seus arredores, sendo um exemplo disso a conquista da praça atrás da associação, que já era uma reivindicação muito apontada pelos moradores em entrevistas desde 2018. O projeto foi feito em parceria com a prefeitura e já existem outros planos previstos para serem executados em breve, como a repavimentação das ruas e a construção de uma creche, outras das principais reivindicações feitas.

Pela foto da fachada da associação é possível observar um cronograma de atividades que permanece exposto do lado de fora do prédio, sendo esta localizada na área central da comunidade para incentivar a participação dos moradores nas reuniões e atividades coletivas.

Figura 4: Fachada da associação e ampliação do cronograma de atividades na fachada



Fonte: Arquivo pessoal

Área externa coletiva (67)

A Vila Progresso possui um ponto nodal que liga toda a comunidade, que é onde se localiza a associação dos moradores e o posto policial. Atrás dessas duas construções existia um espaço de

aproximadamente 800 metros quadrados, não contando com espaço para ruas. Toda essa região, até o ano de 2019, não possuía um uso definido, sendo apenas uma grande área descampada.

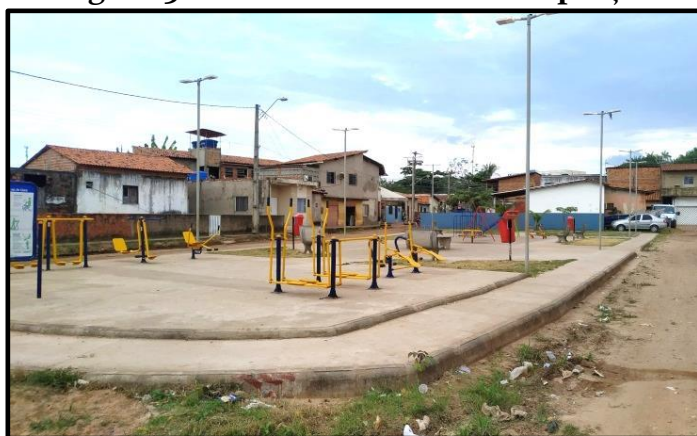
A princípio, apesar de não ter estrutura física definida, este local costumava ser um frequente ponto de encontro para os moradores, principalmente para as crianças que brincam por ali e, em ocasiões especiais, a área é utilizada para outros fins recreativos, como eventos de datas comemorativas e ações de grupos beneficentes. O padrão 67 do livro aborda sobre o princípio da coletividade através das áreas externas coletivas.

As áreas externas coletivas têm duas funções sociais específicas. A primeira delas é que as áreas permitem que as pessoas se sintam confortáveis fora de seus territórios privativos e, portanto, elas permitem que as pessoas se sintam conectadas ao sistema social maior – embora não necessariamente a uma comunidade específica. Em segundo lugar, as áreas externas coletivas agem como local de encontro para as pessoas (ALEXANDER, 1977, p. 338).

Apesar de ser um terreno grande e muitas crianças brincarem por lá durante o dia, a maioria dos adultos e idosos não utilizavam o espaço. Em uma entrevista com os moradores em 2018, duas moças alegaram que os moradores da região costumam ir para o bairro vizinho, Recanto dos Vinhais, para a prática de atividades físicas, como caminhadas, pois lá já existe uma praça com equipamento de academia e calçamento ao redor de uma reserva ecológica com bastante arborização presente há menos de um quilometro da associação de moradores da Vila Progresso.

Após a última visita feita à comunidade, no segundo semestre de 2020, identificamos a presença da nova praça construída no local. Foi relatado que a praça costuma ser bastante movimentada, principalmente à noite, em que vira um ponto de encontro de crianças, jovens e adultos que costumam ir a lazer e para utilizar a academia ao ar livre.

Figura 5: Academia ao ar livre na praça.



Fonte: Arquivo pessoal

CONCLUSÕES

A cidade é o reflexo da sociedade, sendo a sociedade contemporânea composta por dicotomias presentes em todo lugar e questões muito atuais que ainda precisam ser modificadas. As várias faces dos modos de morar deixam claras as desigualdades presentes no meio urbano, em que muitas das vezes não é nem preciso ir tão longe para poder observar.

A Vila Progresso é uma dessas contradições presentes na cidade, enquanto em seu entorno os bairros vizinhos possuem ótimas condições de vida, a comunidade torna-se invisível aos olhos não só do governo, mas também da população. Com infraestrutura precária, carência de espaços públicos e moradias inadequadas os moradores foram se adaptando ao seu meio e se apropriando de soluções para suas necessidades.

É pelo modo de produção da comunidade que se percebem as necessidades dos moradores. Apesar de algumas soluções de vivência já encontradas pelos próprios habitantes, a falta de visibilidade para essas comunidades ainda é um grande desafio para a cidade. Enquanto bairros nobres recebem nova pavimentação frequentemente a Vila Progresso continua sofrendo com suas dificuldades de locomoção com a falta de acessibilidade pela precariedade da pavimentação nas ruas, além da carência de serviços básicos como sistema de esgotamento sanitário e drenagem.

Visto isso, é necessário trazer novamente a discussão sobre a produção do urbano, trazendo a indagação: a cidade é feita para quem?

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito a propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

A cidade é o produto de processos ao longo de anos onde todos os cidadãos são fatores nessa produção. As classes mais

oprimidas buscam reforçar sua voz ocupando os espaços esquecidos pela classe dominante e se adapta ao ambiente, buscando soluções com base no empirismo. No processo de pesquisa foram identificados padrões adotados pelos moradores para situações cotidianas, podendo ser identificados, também, como situações comuns em outras diversas periferias de todo o Brasil. Por situações como essas, cada vez mais presentes nas cidades brasileiras, que acabam deixando reflexões para a construção de novos paradigmas do fazer urbano e arquitetônico. Como dizia Alexander (1977):

[...] Quando você constrói uma coisa não pode meramente construí-la de forma isolada, mas deve consertar o mundo ao seu redor assim como seu interior, de modo que o mundo ao qual aquele lugar pertence se torne mais coerente, mais completo, e que aquilo que você fizer assuma seu lugar na rede da natureza, enquanto você faz. (ALEXANDER, 1977, p. 16).

Assim, a cidade deve ser completa, consertando as partes danificadas e buscando sempre executar a democracia, não só na teoria, mas também na prática. O presente trabalho mostrou apenas uma situação de milhares, sendo essa temática de discussão cada vez mais recorrente havendo a necessidade de a relevância desta temática para, assim, entender o fazer urbano.

Enquanto houver heteronomia – isto é, enquanto houver assimetria estrutural de poder (dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados), enquanto houver iniquidades, pobreza e injustiça, enquanto houver relações de rapina ambiental em larga escala (em detrimento de interesses difusos, mas particularmente em detrimento de determinados grupos e em benefício imediato de outros) –, fara sentido almejar uma

mudança para melhor na sociedade, rumo a mais autonomia (SOUZA, 2016, p.264).

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher. **A Pattern language**. New York: Oxford University Press, 1977.

BANI, Emanuele. **A “Vila” Progresso como produto da desigualdade socioespacial na cidade de São Luís do Maranhão**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 7ª edição. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1972.

CASTELO BRANCO, Tiago. **Cidade ocupada**. Belo Horizonte: Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 2013.

DIAS, M. T.; CARVALHO, A; PAULA, I. **De perto e de dentro - Um olhar sobre as ocupações urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana**. IV Encontro Nacional de Antropologia do Direito – IV ENADIR. Anais. São Paulo, 2015.

Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional No Brasil 2015**. Belo Horizonte, Brasil: FJP, Fundação João Pinheiro, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>>.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MIRANDA Isabella. **Ocupando sonhos - A Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Monografia (graduação em Ciências Sociais). 2012.

QUEIROZ, Marcos. **O experimento com a escola de música da UFBA: um processo participativo utilizando a linguagem de padrões de Christopher Alexander**. Cadernos PPG-AU/UFBA, v.3, n.1, 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1410>>. Acesso em: 13/01/2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é periferia? Entrevista para a edição de junho da Revista Continuum/Itaú Cultural**. Blog da Raquel Rolnik, 2010. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itaucultural/>. Acesso em: 02/01/2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

MORFOLOGIA URBANA: UMA ANÁLISE DA FORMA URBANA DO BAIRRO DO SÃO FRANCISCO EM SÃO LUÍS – MA

Gabriel Barros Galdino¹

Thaís Trovão dos Santos Zenkner²

INTRODUÇÃO

O termo morfologia urbana designa o estudo da forma da cidade em sua configuração espacial e estruturas exteriores, bem como as relações que dela decorrem, com o intuito de compreender o espaço urbano em suas inúmeras escalas. Várias são as abordagens sobre quais elementos devem ser tomados como objeto de análise. Para este trabalho destacamos as teorias desenvolvidas por José Garcia Lamas (2017) e as teorias fundamentadas por Kevin Lynch (2015), além disso, também definimos o bairro do São Francisco na cidade de São Luís – MA como objeto de estudo e local para aplicação das teorias desses autores..

Para Lamas (2017), a morfologia urbana baseia-se principalmente na forma física que a cidade assume, forma que é definida pelos elementos morfológicos que o autor conceitua em sua obra “Morfologia urbana e desenho da cidade”, mostrando como as relações entre os elementos físicos da cidade (solo, edifício, lote, quarteirão, fachada, traçado, logradouro, praça, monumento,

¹ Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo – UEMA

² Doutora em Urbanismo – PROURB UFRJ. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão. – UEMA

vegetação e mobiliário urbano) foram dando diferentes arranjos e formas às cidades ao longo dos séculos. Além dos elementos morfológicos o autor também nos apresenta as dimensões espaciais, essas dimensões nada mais são do que escalas de análise que Lamas (2017) define como fundamentais para análise da forma urbana e seus elementos morfológicos, sendo essas: dimensão sectorial ou escala da rua; dimensão urbana ou escala do bairro e dimensão territorial ou escala da cidade.

Se por um lado Lamas (2017), nos mostra que a forma urbana é definida pela forma física da cidade e apresenta os elementos morfológicos e as dimensões espaciais, por outro Kevin Lynch (2015), mostra que a morfologia urbana não deve encarregar-se apenas do âmbito físico da cidade e afirma que a forma da cidade também é regida pelas relações de seus habitantes entre si e com os espaços onde estão inseridos. Partindo disso, Lynch (2015), formulou sua teoria pautando-se no que classificou como cinco dimensões de execução. As cinco dimensões são características e valores que o autor identificou como inerentes a qualquer cidade independente de seus diferentes contextos, sendo elas: vitalidade, dimensão que trata principalmente da qualidade física do espaço e da saúde de seus habitantes; sentido, dimensão relacionada aos sentidos e identidades atribuídas ao espaço por seus diferentes usuários; adequação, dimensão que ocupa-se da maneira como os habitantes da cidade e a própria cidade adequam-se às necessidades um do outro; acesso,

dimensão ligada aos fluxos e poder de ir e vir dentro da cidade; e controle, que é responsável pelo poder de controle exercido na cidade por seus habitantes.

Além dos elementos morfológicos de Lamas (2017) e das dimensões de execução de Lynch (2015), ambos apresentam o contexto como forte condicionante da forma, podendo o contexto afetar a maneira como os elementos morfológicos se articulam e como os habitantes da cidade interagem com o meio. Diante dessa importância do contexto para a morfologia urbana foi necessário fazer um estudo sobre os contextos histórico e de formação da cidade de São Luís e do bairro do São Francisco, para que pudéssemos compreender como a cidade se desenvolveu até chegar no bairro do São Francisco. O São Francisco é um bairro relativamente novo se comparado a bairros mais antigos de São Luís, como a Praia Grande que surgiu ainda no século XVII. Tendo surgido no século XX, o São Francisco foi a esperança dos ludovicenses se materializando, visto que os anos 1900 foram de modernidades e inovações urbanas em muitas cidades brasileiras, e a cidade de São Luís ainda mantinha sua imagem de cidade colonial, imagem que, para os ludovicenses da época, representava o atraso e a decadência de sua cidade. Na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970, com a construção da ponte do São Francisco, foi possível expandir a cidade em direção à região litorânea da ilha, essa nova expansão, cujo primeiro bairro a surgir foi o São Francisco, trouxe para a cidade de

São Luís a tão desejada modernização e uma nova forma de se fazer a cidade.

Após os levantamentos e análises bibliográficas que fizemos acerca das teorias de Lamas (2017) e de Lynch (2015), realizamos levantamentos bibliográficos e documentais acerca de São Luís e do São Francisco para compreendermos o contexto de formação do bairro e como ele surgiu seguindo os ideais do urbanismo modernista. Inicialmente pretendíamos partir para a aplicação das teorias desses autores no bairro para compreender os arranjos de seus elementos morfológicos e as dinâmicas urbanas entre os habitantes do São Francisco e o bairro, entretanto, devido ao cumprimento das medidas de proteção contra o COVID-19, não foi possível realizar esta etapa do trabalho em sua totalidade, visto que seria necessário ir à campo para coleta de dados. Diante da impossibilidade de ir a campo contornamos a situação adaptando a metodologia de pesquisa para aplicação das teorias de Lamas (2017) através do uso de ferramentas virtuais de geolocalização, mas não foi possível realizar a aplicação das teorias de Lynch (2015), pois para tal seria necessário contato direto com o espaço físico e seus habitantes.

Por fim, mesmo com parte de nosso trabalho comprometido pela pandemia do COVID-19, conseguimos alcançar a maior parte de nossos objetivos. Concluímos que o bairro do São Francisco com base em seu contexto histórico, sua formação e elementos morfológicos representou uma ruptura com o modo de se fazer a cidade que

predominava em São Luís até a segunda metade do século XX. No entanto, também podemos notar que o São Francisco, além de ser um bairro moderno e que trouxe características até então inéditas para São Luís, herdou algumas características do urbanismo tradicionalista da cidade colonial, podendo ser visto como um bairro misto, apresentando um caráter moderno ao mesmo tempo em que possui traços tradicionais.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos de nossa pesquisa estabelecemos uma metodologia que passou pelas seguintes etapas:

Revisão bibliográfica de autores que abordam o tema da morfologia urbana, sobretudo ficando-se nos preceitos estabelecidos por José Garcia Lamas em sua obra “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade” e nos primados de Kevin Lynch em sua obra “A Boa Forma da Cidade.

Em seguida realizamos a pesquisa bibliográfica e documental acerca do histórico e dos processos de formação da cidade de São Luís – MA e do bairro do São Francisco, nesta etapa nos valem de valiosas produções realizadas por pesquisadores locais como o Guia de Arquitetura e Paisagem.

Por fim, realizamos um levantamento virtual do recorte definido no bairro do São Francisco para pesquisa. Inicialmente pretendíamos realizar a pesquisa de campo para aplicação das teorias

de Lamas (2017) e Lynch (2015), no entanto, devido as medidas protetivas contra o COVID-19 ficamos impossibilitados de realizar esta etapa de nosso trabalho. Diante dessa impossibilidade optamos por adaptar a última etapa da metodologia e substituir a pesquisa de campo pelo uso de ferramentas de geolocalização e imagens de satélite. Entretanto, com essa adaptação metodológica conseguimos aplicar somente as teorias de Lamas (107), visto que para aplicação das teorias de Lynch (2015) era essencial que tivéssemos um contato direto com o local e seus habitantes, de maneira que os primados de Lynch (2015) ficaram apenas em nossas discussões teóricas.

DISCUSSÃO

Forma Urbana e Elementos Morfológicos

Inicialmente foram abordados alguns conceitos que Lamas (2017) trata, como a forma urbana e seus aspectos, o contexto das cidades, as dimensões de análise dos aglomerados urbanos e os elementos morfológicos que o autor descreve como principais componentes físicos da forma da cidade.

Enquanto a morfologia urbana é responsável pelo estudo da forma urbana, a forma urbana é o conceito macro a ser analisado, englobando conceitos menores, mas não menos importantes, como os aspectos da forma; o contexto de cada cidade; as dimensões de análise e os próprios elementos morfológicos. Dessa maneira, a forma urbana está ligada diretamente e de maneira indissociável à

arquitetura e ao desenho urbano, sendo expressa através de espaços, volumes, texturas, cores e outros elementos visíveis e tangíveis. No entanto, do mesmo modo que a forma urbana apresenta características físicas que podem ser vistas e tocadas, ela também possui aspectos imateriais como características ligadas a usos e funções, quantidades, qualidade dos espaços e aspectos culturais de um povo.

Além disso, a forma urbana está profundamente atrelada ao contexto no qual está inserida. Tendo em vista que a cidade é um local construído para a execução de atividades e satisfação de necessidades humanas e que tais atividades e necessidades variam de acordo com os contextos históricos, geográficos, culturais, sociais, políticos e econômicos, podemos afirmar que o contexto é um forte condicionante da forma urbana. A exemplo disso podemos citar as diferenças entre as cidades coloniais e as cidades modernas, onde no primeiro tipo observamos um traçado mais estreito e próprio para circulação de pessoas e animais, fachadas ligadas diretamente ao traçado e criando grandes corredores e diferentes usos no mesmo local criando espaços com funções diversificadas; enquanto no segundo tipo podemos perceber vias mais largas e hierarquizadas que são próprias para circulação de automóveis, fachadas separadas da rua para aumentar a privacidade dos edifícios e a divisão do território em áreas de funções e usos específicos.

Outrossim, além dos conceitos a serem estudados na morfologia urbana, Lamas (2017) também nos apresenta ferramentas para análise desses conceitos. Essas análises podem ser feitas através do que o autor chama de dimensões espaciais ou escalas de análise, que partem de um contexto macro para o micro, sendo elas: dimensão territorial ou escala da cidade, dimensão urbana ou a escala do bairro e dimensão setorial ou escala da rua. O uso de uma ou mais dimensões, ou escalas, é indicado de acordo com o grau de detalhamento que se deseja, sendo a dimensão setorial mais indicada para análise de elementos morfológicos como a fachada e o monumento, a dimensão urbana para análise do traçado e do quarteirão e a dimensão territorial para as relações entre diferentes áreas da cidade.

Após abordar os conceitos de morfologia urbana, forma urbana, contextos e dimensões espaciais, Lamas (2017) apresenta os elementos morfológicos. Os elementos morfológicos, em seu conceito mais simples são aqueles responsáveis por dar forma física e visível ao que é material. É a unidade mínima perceptível em um conjunto e suas maneiras de organização e disposição são aquilo que proporcionam a criação de formas complexas. O autor apresenta os elementos morfológicos como a base estruturante da cidade, conceitos inerentes a todas as cidades independente dos diferentes contextos que alteram as composições formadas por esses elementos. Lamas (2017), apresenta os seguintes elementos morfológicos: o solo,

o edifício, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano.

Além de apresentar os conceitos dos elementos morfológicos e como eles devem ser analisados, Lamas (2017), também mostra como os conceitos de cada elemento se relacionam entre si. A começar pelo solo, que é a base de toda a cidade e que comporta os demais elementos. Em hierarquia de escala, em seguida ao solo podemos observar o quarteirão, que é a subdivisão do território da cidade em porções menores e apresenta forte relação com o traçado, visto que é a disposição das ruas que confere forma ao quarteirão. Dentro do quarteirão, formado pelo encontro do traçado das ruas, podemos observar os demais elementos morfológicos, sendo um deles o lote, que é a parcela mínima de divisão do solo e é o princípio do edifício, onde este se estabelece e rege as características físicas que a cidade assume. Segundo Lamas (2017), “Das relações tipologia-morfologia, ressalta que o espaço urbano depende dos tipos edificadas e do modo como estes se agrupam” (LAMAS, 2017, p. 86). Com base nessa afirmação de Lamas (2017), podemos notar que, no contexto da morfologia urbana, enquanto o solo e o quarteirão abrangem os demais elementos, é através do edifício e suas diferentes tipologias que se molda o espaço urbano e se organizam os elementos morfológicos. Podemos observar esse papel de organização exercido pelo edifício através do elemento da fachada, que está intimamente ligada ao edifício e expressa os conceitos estéticos do contexto de

cada cidade, agindo como criadora da imagem que as cidades assumem ao longo dos séculos. Outro elemento ligado ao edifício é o logradouro, sendo inicialmente um espaço residual que não era ocupado e, posteriormente, passou a ser também um espaço privativo contido no limite do lote e não ocupado pela construção, mas tendo sua forma definida de acordo com a forma e o posicionamento do edifício e agindo como apoio para ele. Um outro elemento que está diretamente relacionado não apenas ao edifício e ao lote, mas também ao quarteirão e ao traçado, é a praça. A praça é um elemento morfológico recente se comparado aos demais elementos, sendo inicialmente um espaço residual que ganhava alguma utilidade e posteriormente sendo integrada ao planejamento urbano e passando a ser pensada como um espaço de permanência contido no quarteirão e limitado pelo traçado ou pelos lotes e seus edifícios.

Além dos elementos morfológicos, que Lamas (2017) mostra que estão intrinsecamente relacionados entre si e agem como uma espécie de rede onde um depende do outro para desempenhar seu papel, o autor também nos apresenta elementos que podemos classificar como móveis ou removíveis. Dentre esses elementos estão o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano. Ao dizer que tais elementos morfológicos são móveis ou removíveis devemos ter em mente que isso não os torna menos importantes que os demais elementos e que o seu grau de relevância na cidade deve ser levado

em conta, principalmente no que diz respeito aos aspectos qualitativos e de bom funcionamento das cidades. A exemplo disso podemos citar os espaços com grande quantidade de vegetação e de mobiliário urbano, tais espaços são facilmente percebidos como preferíveis a outros que não possuam esses elementos. Além disso, também podemos citar a importância que o elemento “monumento” possui na cidade, visto que esse elemento é responsável por carregar as memórias e os marcos históricos e culturais de uma sociedade.

Com base no que foi apresentado a respeito das teorias de Lamas (2017), analisamos a forma urbana do bairro do São Francisco na cidade de São Luís – MA, levando em conta o contexto do urbanismo modernista no qual o bairro se insere e os elementos morfológicos que dão forma física ao bairro. A análise do bairro do São Francisco foi feita não apenas na dimensão urbana, mas também na dimensão sectorial para que houvesse melhor compreensão não somente dos elementos morfológicos, mas também dos contextos e aspectos que contribuem na forma do bairro.

Dimensões de Execução

Se por um lado a forma da cidade materializa-se através dos elementos morfológicos apresentados por Lamas (2017), por outro, também é definida de acordo com as necessidades humanas de seus habitantes e suas relações em sociedade, visto que a cidade é um local feito por pessoas e para pessoas e dizer que uma cidade deve ser

planejada sem fundamentar-se nas reais necessidades e relações humanas é algo errôneo, pois o meio urbano não se resume apenas a aspectos físicos e inanimados.

Nesta etapa estudamos Kevin Lynch (2015) e sua teoria sobre a boa forma da cidade, na qual o autor buscou estabelecer critérios universais para a análise das relações dos habitantes da cidade entre si e com espaço urbano, elencando cinco dimensões básicas: vitalidade, sentido, adequação, acesso e controle. Essas dimensões apresentadas por Lynch (2015), da mesma maneira que os elementos morfológicos de Lamas (2017), são conceitos inerentes à cidade, independente de seus contextos históricos, geográficos, culturais, sociais, econômicos e políticos. Segundo o autor:

O que podemos generalizar são as dimensões de execução, isto é, certas características identificáveis da execução das cidades [...] para serem gerais, as dimensões têm de ser qualidades importantes para a maioria, senão mesmo para todas, as pessoas e culturas (LYNCH, 2015, p. III).

Diante disso, podemos perceber que Lynch (2015), desenvolveu sua pesquisa levando em conta o fato de as cidades serem plurais, não apenas cidades em diferentes locais do mundo com suas diferenças culturais, sociais e outras, mas também uma única cidade se apresentando de forma heterogênea com seus diferentes espaços e habitantes, e estabeleceu as cinco dimensões de execução como características inerentes à qualquer cidade. No entanto, mesmo sendo conceitos gerais presentes em diferentes locais, as dimensões executivas não negligenciam o contexto local no

qual estão sendo analisadas, visto que elas estão intrinsecamente atreladas com os valores presentes em cada cultura e sociedade.

Dentre as cinco dimensões executivas propostas por Lynch (2015), a primeira da qual o teórico fala é a vitalidade. Essa dimensão, em seu conceito mais básico, é a maneira como o ambiente suporta suas funções vitais, necessidades biológicas e garante a sobrevivência da espécie. A dimensão da vitalidade trata desde a forma como o ser humano se relaciona com os recursos naturais para abastecimento e manutenção de suas necessidades, da segurança e controle de riscos que um local deve oferecer, até dos estímulos sensoriais que podem afetar o desempenho do ser humano, fazendo da vitalidade uma dimensão de execução profundamente atrelada ao meio físico da cidade e à saúde de seus habitantes.

A segunda dimensão executiva tratada por Lynch (2015) é o sentido. Essa dimensão está profundamente relacionada ao contexto do ambiente em que é analisada, pois é a interação entre o habitante e a cidade. O sentido também pode ser entendido como a identidade do local, que surge com base em valores históricos, culturais, sociais e outros. Segundo o autor:

O sentido depende da forma e da qualidade espaciais, mas também da cultura, do temperamento, do estatuto, da experiência e do objetivo atual do observador. Assim, o sentido de determinado local varia consoante os diferentes observadores, tal como a capacidade de determinada pessoa se aperceber da forma varia consoante os locais (LYNCH, 2015, p. 127).

Com base nessas afirmações é possível perceber que o sentido que uma pessoa atribui ao local é diferente do sentido atribuído ao mesmo local por outra pessoa, e da mesma maneira que cada pessoa atribui o seu próprio sentido com base em sua história, cultura, experiências e personalidade, cada local terá atribuições de sentido diferentes de outros. Além de ser uma dimensão executiva que diz respeito à identidade dos locais, Lynch (2015) também apresenta o sentido como uma dimensão de orientação, o saber onde e quando se está, tendo a função de situar os habitantes da cidade no espaço e no tempo. O sentido como orientação espaço-temporal pode ser facilmente associado a memórias, memórias de momentos passados, percursos e localizações espaciais entre outros.

Após tratar das dimensões de vitalidade e sentido, o autor parte para a terceira dimensão de execução, a adequação. A dimensão da adequação trata da correspondência entre o local e os padrões de comportamento dos habitantes da cidade e, estando diretamente relacionada aos padrões do comportamento humano, a adequação está intimamente ligada aos contextos históricos, culturais e sociais de cada meio urbano onde é analisada e às atividades que cada pessoa executa no local. A adequação, além de estar ligada ao contexto local, se relaciona com o tempo, pois ao basear-se nas necessidades humanas torna-se sujeita às mudanças provenientes do tempo, visto que as necessidades humanas e as atividades executadas pelos habitantes das cidades podem variar com o passar dos anos.

Contudo, mesmo que a adequação seja alterada pelas novas necessidades humanas, os locais que outrora eram adequados a determinadas funções e o deixam de ser, tornam-se capazes de sustentar novos usos e especificidades, pois, segundo o autor, “[...] a adequação é flexível; tem espaço de manobra; está sujeita a surpresas criativas” (LYNCH, 2015, p. 151).

A quarta dimensão de execução apresentada por Lynch (2015) é o acesso. Por acesso o autor quer dizer a capacidade de alcançar o que se deseja. A dimensão do acesso pode ocupar-se do acesso a um determinado local, determinados serviços, objetos, pessoas e/ou atividades, mas também se ocupa do acesso à comunicação e informações que uma pessoa pode ou não desejar.

Por fim, a última dimensão de execução que Lynch (2015) aborda é o controle. A dimensão executiva do controle trata do grau de controle que os habitantes exercem sobre o território de sua cidade, podendo ocupar-se da maneira como as pessoas controlam os acessos, as atividades que podem ser executadas em determinado local, as modificações e adequações que um local pode sofrer e todas as outras ações que relacionam diretamente ou indiretamente o ser humano ao espaço e tempo em que vive.

Após fazer essas análises sobre as dimensões de execução pretendíamos aplicar as teorias de Lynch (2015) no bairro do São Francisco através de pesquisas de campo e entrevistas com moradores e outros usuários do local. No entanto, não foi possível

realizar esta importante etapa de nosso trabalho, visto que no período determinado para a execução dessa etapa nos encontrávamos impossibilitados de ter acesso aos usuários do bairro do São Francisco. Tal impossibilidade se deu devido ao cumprimento das medidas protetivas e do distanciamento social para diminuir a propagação do vírus COVID-19, de modo que ficamos limitados apenas às discussões teóricas a respeito das dimensões de execução de Kevin Lynch (2015).

Histórico e Formação do Bairro do São Francisco

Depois de analisar a forma urbana e os elementos morfológicos de Lamas (2017) e as dimensões de execução de Lynch (2015) na terceira etapa de nosso trabalho abordamos o histórico e a formação da cidade de São Luís e do bairro do São Francisco para compreender as relações entre o contexto de cidade tradicional que São Luís se formou e que culminou no surgimento do bairro do São Francisco com suas características da cidade moderna.

A cidade de São Luís teve sua gênese marcada por dois momentos: a chegada dos franceses em 1612 e a chegada dos portugueses em 1615, tendo a sua localização definida pelos franceses e a cidade construída pelos portugueses. São Luís passou por mais de um processo de expansão ainda no século de seu nascimento, sendo dessa época o antigo forte São Luís (atual Praça D. Pedro II); posteriormente ao surgimento da fortificação veio o bairro da Praia

Grande, sendo de criação portuguesa e tendo seu traçado de autoria do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, que determinou a malha de acordo com as orientações das Leis das Índias; por fim, ainda no século XVII, surgiu o Largo do Carmo com novas ocupações na ilha, aumentando a malha urbana e fortalecendo as características de São Luís como cidade do urbanismo tradicional, que assim permaneceu desde sua fundação e primeiras expansões no século XVII até o século XX com as tentativas de modernização da cidade.

O século XX foi marcante no que diz respeito à expansão urbana de São Luís, sendo desse período a expansão que se deu através do antigo Caminho Grande, que ligava o núcleo central da cidade ao interior da ilha e tinha sua porta de entrada na rua Grande, rua que iniciava no Largo do Carmo. No entanto, a urbanização que ocorreu através do Caminho Grande ainda não representava para São Luís uma ruptura total com o passado e a cidade de urbanismo tradicional, visto que o tecido urbano dos novos bairros era semelhante ao do centro da cidade.

Se o Caminho Grande representa uma continuidade de valores, estruturas e comportamentos, os novos territórios além da ponte e da barragem representam uma ruptura com o traçado urbano e o modo de vida tradicional do ludovicense, a Cidade Nova (SÃO LUÍS ILHA DO MARANHÃO E ALCÂNTARA, 2008, p. 291).

Posteriormente à expansão através do Caminho Grande, São Luís também se expandiu em direção à região litorânea da ilha através da ponte do São Francisco. A construção da ponte mudou totalmente o sentido da expansão urbana e a forma de se fazer a

cidade. Durante a década de 1950, período em que a expansão pelo Caminho Grande tomava força, o engenheiro Ruy Mesquita propôs projetos de urbanização para São Luís. Os projetos de Ruy Mesquita pretendiam romper com o urbanismo tradicional e trazer à cidade os ares da modernidade que seus habitantes tanto desejavam. Dentre os projetos de Ruy Mesquita encontrava-se a proposta de construção de uma ponte sob o rio Anil, essa ponte proporcionaria nova ocupação na área da Ponta de São Francisco, que até então era ocupada por pescadores e canoieiros de baixa renda e permanecia esquecida pelo poder público e pela elite ludovicense. Entretanto, a proposta de construção da ponte não foi executada logo de imediato, levando quase duas décadas para iniciarem a sua construção sob ordens do então governador do estado do Maranhão, José Sarney, entre o fim da década de 1960 e o início de 1970.

A construção da ponte do São Francisco, além de proporcionar o crescimento espacial em São Luís e dar pleno acesso a uma área que até então era acessível apenas por travessia de barco pelo rio Anil, agiria como símbolo de esperança e crescimento para os ludovicenses, que viviam em uma cidade que parecia estar para sempre relegada a um passado colonial e decadente. Partindo dessa premissa Morais afirma:

[...] era necessária a construção de símbolos que configurassem a esperança no progresso, transformando o abstrato em concreto. A cidade foi transformada em um canteiro de obras, dando a ela tratamento urbano,

com a construção de novos bairros e utilizando construções faraônicas (MORAIS, 2006, p. 41).

Com base nessa afirmação e nas tentativas de modernização do Centro podemos perceber que a população ludovicense desejava a modernidade ao mesmo tempo que carecia da mesma, visto que o tradicionalismo da cidade já não conseguia mais atender as necessidades de seus habitantes e representava o atraso, e a construção de uma ponte que proporcionaria o crescimento e o surgimento de uma cidade moderna, que iria romper com o tradicionalismo vigente, veio para simbolizar a esperança de desenvolvimento para São Luís.

Figura 01: Inauguração da ponte Governador José Sarney



Fonte: Morais, 2006, p. 74 *apud* Barros, 2001

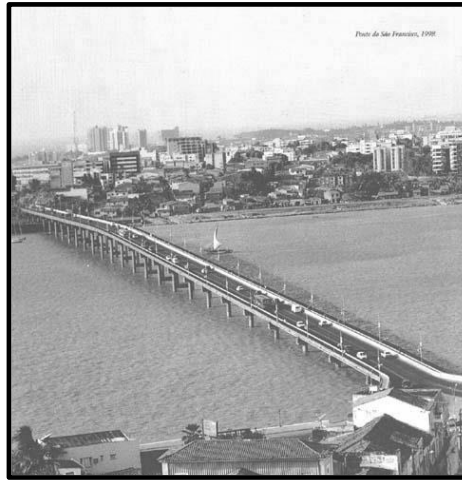
Figura 02: Repercussão da inauguração da ponte, 1970

Fonte: Morais, 2006, p. 75 *apud* Jornal O Imparcial, 23 de fevereiro de 1970

Para o estudo da morfologia urbana, o levantamento de informações acerca dos processos de formação tanto da cidade de São Luís quanto do bairro do São Francisco se tornou importante pelo fato de ter sido necessário buscar o conhecimento a respeito do contexto histórico de cada local para que pudéssemos compreender os contextos atuais e como o bairro do São Francisco assumiu a forma que apresenta nos dias de hoje. Foi necessário entender como a capital maranhense se consolidou como cidade de urbanismo tradicional para que chegássemos ao ponto em que a ruptura com o tradicionalismo se fez necessária, resultando no surgimento de uma área da cidade modernizada através da formação do bairro do São Francisco.

RESULTADOS

Com base nos estudos a respeito da morfologia urbana e do histórico e formação da cidade de São Luís e do bairro do São Francisco, fizemos a aplicação das teorias desenvolvidas por Lamas (2017) para entender a forma urbana e identificar os elementos morfológicos no bairro do São Francisco. Essa etapa foi realizada com o auxílio de ferramentas de geolocalização, pois no período determinado para execução era inviável executar levantamentos em campo. Inicialmente, também pretendíamos fazer a aplicação das teorias de Lynch (2015) para identificar as cinco dimensões de execução no bairro do São Francisco, mas essa etapa de nosso trabalho não pôde ser realizada, visto que necessitaria da pesquisa de campo para contato direto com o local e seus habitantes como principal fonte de dados e, no momento determinado para execução, era inviável ir a campo devido ao isolamento social como medida adotada para evitar a propagação do vírus COVID-19, de maneira que ficamos limitados a abordar os primados de Lynch (2015) apenas em discussões teóricas.

Figura 03: Vista aérea da ponte do São Francisco com o bairro do São Francisco ao fundo

Fonte: Morais, 2006, p. 77 *apud* Barros, 2001

Ao analisarmos o bairro do São Francisco sob a ótica de Lamas (2017), tivemos inicialmente que definir de quais dimensões espaciais nos valeríamos para analisar os elementos morfológicos do bairro. Dentre as três dimensões espaciais fizemos uso da dimensão sectorial e da dimensão urbana, ficando de fora apenas a dimensão territorial, visto que analisamos apenas um recorte espacial do bairro e não toda a sua extensão ou relações com os demais bairros. No que diz respeito à dimensão sectorial, fizemos uso dessa escala para analisar elementos que necessitavam de maior riqueza de detalhes para melhor compreensão como a fachada e o mobiliário urbano, enquanto na dimensão urbana analisamos elementos de maiores proporções como o quarteirão e o traçado.

Como exposto anteriormente, o bairro do São Francisco surgiu no contexto da cidade moderna que os ludovicenses desejavam trazer para São Luís, entretanto, o bairro, mesmo alcançando o objetivo de romper com o tradicionalismo da cidade e trazer a tão desejada modernização para São Luís, manteve uma relação de vizinhança muito próxima ao antigo centro da cidade e, devido a isso, e também por ser o primeiro bairro moderno da cidade, o São Francisco herdou algumas características do urbanismo tradicional em sua forma urbana.

Essa mescla entre o urbanismo moderno e os traços do urbanismo tradicional que o São Francisco apresenta podem ser vistos principalmente em seus elementos morfológicos. A exemplo da herança tradicionalista vinda do Centro podemos citar o traçado, e consequentemente o quarteirão e o lote, que manteve sua forma ortogonal com as ruas reticuladas e se cruzando em ângulos retos. Também podemos citar a praça, que manteve sua função de local de encontros e permanência e o mobiliário urbano e a vegetação como elementos que potencializam a qualidade do ambiente. Entretanto, mesmo herdando essas e outras características da cidade tradicional, o São Francisco apresentou características majoritariamente modernistas. Dentro dos próprios elementos que mantiveram traços tradicionalistas, podemos observar características modernas, como a hierarquização do traçado com suas vias arteriais, coletoras e locais e o superdimensionamento dos quarteirões, que passaram a ser

muito maiores que os antigos quarteirões da cidade tradicional. Além disso, também podemos observar a relação entre o edifício e o lote, enquanto na cidade tradicional o edifício ocupa toda a área do lote, na cidade moderna ele se apresenta de forma solta e criando espaços livres dentro da área do lote, espaços esses que passaram a ser classificados como logradouros privados.

Com base nisso podemos notar que o bairro surgiu seguindo os conceitos e princípios do urbanismo modernista, visto que os elementos morfológicos que compõem o São Francisco se apresentam de maneira diferente da forma como se apresentam no Centro Histórico e seu urbanismo tradicionalista. Entretanto, também é possível notar que o São Francisco, mesmo rompendo com o tradicionalismo do Centro, herdou características da cidade antiga em sua forma urbana, podendo essa herança ser atribuída ao fato do bairro ter sido pioneiro após a ponte e ter mantido uma relação de proximidade direta com o Centro Histórico de São Luís.

CONCLUSÕES

Como proposto inicialmente, o objetivo deste trabalho era analisar a morfologia urbana do bairro do São Francisco sob as perspectivas de Lamas (2017) e de Lynch (2015), fazendo, antes disso, uma análise a respeito dos contextos históricos e culturais do bairro. No que tange aos contextos históricos e culturais, percebemos que o bairro do São Francisco surgiu no contexto das cidades modernas,

vindo com o objetivo de romper com os princípios da cidade tradicionalista que dominavam São Luís desde sua origem e, também, representando a esperança da capital maranhense pegar o trem do século XX e alcançar a tão desejada modernidade. Contudo, em nossas análises também percebemos que, mesmo representando uma quebra com o urbanismo tradicionalista, o São Francisco, sendo o primeiro bairro moderno a surgir em São Luís e mantendo uma relação de vizinhança com o Centro Histórico, herdou diversas características da cidade tradicional, podendo ser classificado como um bairro híbrido entre o tradicionalismo e o modernismo. Diante do que foi exposto em nosso trabalho e da adequação da metodologia de pesquisa devido à situação excepcional de pandemia da COVID-19, podemos afirmar que o bairro do São Francisco de fato apresentou uma ruptura com o tradicionalismo de São Luís e inseriu na cidade o urbanismo modernista. Entretanto, também devemos levar em conta que, sendo o pioneiro na inserção da modernidade em São Luís e estando diretamente ligado ao antigo núcleo central da cidade, além do modernismo que domina o local, o bairro também apresenta uma herança proveniente da cidade predominantemente tradicional que São Luís foi até a segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS

GALDINO, Gabriel Barros. ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. **Morfologia Urbana:** uma análise da forma urbana do bairro do São

Francisco em São Luís - MA. Relatório Final PIBIC UEMA/FAPEMA. São Luís, 2020.

LAMAS, José. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª ed, 2017.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, LTD, 2015.

MORAIS, Natércia Crystina F. **A ponte da esperança: o símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970)**. Trabalho de conclusão de curso. CECEN-UEMA, 2006.

SÃO LUÍS, **Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem**. São Luís: Junta de Andalucia, 2008.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. **Legado renascentista e forma urbana: as cidades de São Luís e Belém no século XVII**. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2002.

O ENFRENTAMENTO DAS PRECARIIDADES URBANAS NA METRÓPOLE MARANHENSE: as ações da Secretaria Municipal de Obras E Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São Luís

Marina Santos Cutrím¹
Frederico Lago Burnett²

INTRODUÇÃO

Concentrando atualmente pouco menos de 35% do Produto Interno Bruto do Estado – PIB, com a segunda cidade, Imperatriz, na faixa de 8%, São Luís ocupa a 13^o posição entre as capitais do Brasil e a 25^o posição em relação a todos os outros municípios (IBGE, 2016). Somando mais de 1 milhão de habitantes, concentrando aproximadamente 95% de seus habitantes na área urbana, é hoje a principal cidade de uma região metropolitana com 13 municípios. Segundo o site Atlas Brasil (PNDU, 2013), a capital maranhense é também um espaço de imensas desigualdades socioespaciais, somente 65.4% de domicílios têm esgotamento sanitário adequado e 11.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada o que, segundo a caracterização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se refere à “presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.”

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão

² Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão

Desde 2008, ocupando o terceiro lugar no quesito de “aglomerados subnormais”, atrás de Salvador e Belém, com cerca de 25% de sua população vivendo em irregularidade fundiária e urbanística, São Luís é produto de um contexto de desenvolvimento urbano característico de cidades brasileiras. Prevalendo uma preocupação maior em ocupar espaços do que oferecer serviços essenciais para a qualidade de vida da população, São Luís foi acumulando diversos problemas de infraestrutura física e administrativa, comprometendo a capacidade do poder público municipal em resolvê-los (BURNETT, 2008).

Dessa forma, este trabalho é resultado de pesquisa surgida com o intuito de identificar os recentes processos de planejamento e gestão para enfrentamento dos desafios da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, da Prefeitura Municipal em São Luís - PMSL, no período de 2013 a 2020, verificando sua efetividade e a capacidade das ações do órgão na qualificação dos espaços urbanos precarizados da cidade. (BURNETT, 2019)

METODOLOGIA

Os procedimentos executados para obtenção dos resultados e discussões abordadas, envolveram primeiramente um aprofundamento de conceitos e publicações importantes no que tange à Administração Pública, ao Orçamento, à Gestão Municipal e ao Planejamento Urbano, analisando o posicionamento de diferentes

autores sobre esses assuntos. Em outro momento, sendo um dos pontos de partida da pesquisa, foi feito a busca por dados socioeconômicos em relação a São Luís, como forma de entender o cenário no qual a Secretaria de Obras e Serviços Públicos está inserida. Atrrelado a isso, também foram acessadas leis relacionadas à criação da SEMOSP, buscando o entendimento de processos de mudança ao longo dos anos, assim como a organização interna, visando esquematizar a atual estrutura da secretaria. Além disso, documentos orçamentários da PMSL também foram consultados, constituindo o perfil dos gastos da SEMOSP e as relações com seus programas e ações mais frequentes realizados. Toda essa matéria possibilitou a produção de roteiro para guiar a aplicação de entrevistas junto a gestores e servidores do órgão.

RESULTADOS

Planejamento e gestão municipal

Ao observar o histórico da administração pública no Brasil é possível perceber que o Município brasileiro acabou passando por diversas alterações para chegar à sua posição no cenário federativo como conhecemos hoje (IBAM, 2009). Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), é a partir da Constituição de 1988, que se insere o Município em seu texto, tal qual como ele é hoje, de forma a deixar claro sua determinação como ente federativo autônomo (IBAM, 2009). Ainda, a partir de 1988, transferiu-se

sistematicamente para o município um apanhado de atribuições de responsabilidade no que tange à prestação de serviços públicos, antes atribuídos ao governo federal (PINHEIRO, 2009).

É possível dizer que o município é o ente político-administrativo com o objetivo de concretizar os interesses locais pois, no que diz respeito à territorialidade, é o espaço através do qual uma determinada população pode garantir sua autodeterminação política e jurídica. (BERWING, 2011)

Segundo a Constituição de 1988, o município será regido por Lei Orgânica própria, elaborada pela Câmara Municipal. Esta, como o próprio nome sugere, é o instrumento de organização da unidade federativa e, da forma que a Constituição Federal está para o país, a Lei Orgânica está para o município. É nela que se dispõe, entre outras coisas, sobre as competências do município, seu corpo de servidores, remuneração dos mesmos, sobre seus bens e poderes. A Administração Pública, de acordo com Rosa (2012), pode ser definida, de forma geral, como um conjunto de entidades e órgãos encarregados de promover as atividades administrativas de forma que atenda e satisfaça as demandas coletivas. Outro aspecto relevante da administração pública no Brasil, não particularmente só voltado ao município, é o fato dessa administração ser um pouco complexa no que diz respeito à sua estrutura.

Os municípios brasileiros vêm passando por diversas alterações. Independentemente do quão pequeno alguns deles sejam,

o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2009) ressalta que eles devem ser entendidos e administrados “à luz do mundo moderno”, já que o Município passa por processos de transformações sociais e tecnológicas, bem como por uma globalização da sua economia. Sendo assim, o IBAM ainda ressalta que esse fator traz uma “clientela” municipal, sendo essa a própria população. Essa se encontra cada vez mais informada e exigente no que diz respeito às demandas por serviços públicos e à fiscalização da aplicação dos recursos da prefeitura (IBAM, 2009).

Tendo em vista esse contexto, Nahmias (2014) destaca que o setor público encontra a necessidade de possuir efetividade nas suas ações que visem, antes de mais nada, atender ao interesse coletivo de forma flexível e estratégica. Ele também fala dessas mudanças, intitulado-as de “cenário de grandes modificações”, onde as instituições públicas começam a se preocupar com o futuro das suas atividades para atender essas demandas. Assim, surge a obrigação de se planejar estrategicamente de que forma o município vai gerenciar seus recursos, usando ferramentas disponíveis para traçar seus objetivos e prioridades de maneira que atenda sempre os anseios da sociedade (NAHMIAS, 2014).

Planejamento territorial urbano

Além de ter competência para oferecer serviços como saúde e educação, a Constituição Federal Brasileira (1988) também

determina que o município promova a organização territorial através de planejamento e controle do uso e ocupação do solo urbano, além disso, a qualidade de vida da população também necessita de infraestrutura urbana adequada dentro da cidade.

Nesse aspecto encontramos alguns instrumentos que remetem ao planejamento e organização territorial brasileira, como é o caso do Plano Diretor, que, em teoria, deve ser a ferramenta essencial e mais relevante para o desenvolvimento do espaço urbano da cidade. Em 1999, Villaça determina-o- acreditando que essa definição é a mais consensual, pois uma outra perspectiva poderia reduzi-lo aos aspectos físico-territoriais do município - como sendo:

Um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999, p.238).

As bases para o planejamento das cidades brasileiras estão presentes no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), onde é definido como “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

O fato de, nas regiões subdesenvolvidas, as cidades terem passado por um processo de crescimento desordenado, como é o caso de São Luís, trouxe à tona problemas de degradação ambiental, necessidade de deslocamentos maiores e a falta de saneamento básico. Ou seja, uma carência complexa de infraestrutura. Nesse contexto, o planejamento urbano, com suas ferramentas de intervenção, entra como elemento importante para garantir um desenvolvimento equilibrado como forma de corrigir essas “distorções”.

É importante destacar que não é por conta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras têm enfrentado todos os problemas de precariedade de serviços ou simplesmente porque os que existem não são adequados de alguma forma, mas sim porque são Planos aprovados nas Câmaras Municipais, que na maioria das vezes são guiados pelo interesse de poucos e ligados ao governo eleito, pautados em grandes investimentos. No caso de metrópoles como São Luís, há o próprio capital imobiliário e empreiteiras que não seguem a algum plano (MARICATO, 2000).

Mesmo que a cidade brasileira seja um grande símbolo construído de uma rica história e relações sociais importantes, é preciso entender que ela também é palco de desigualdades e habitá-la tem se tornado cada vez mais difícil, pois é um lugar de gestão e de domínio, tanto de classes sociais quanto de um sistema político-administrativo resultante de uma expansão urbana pós

industrialização (COSTA et al, 2017). O planejamento urbano no Brasil, como bem já observou Maricato (2000), não parece ter um comprometimento com as reais necessidades da população, mas sim parte dela. Isso traz como resultado um cenário precário no que tange ao oferecimento de serviços básicos, como transporte, abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto, energia elétrica, saúde, educação entre outros.

O caso de São Luís: expansão urbana e dados socioeconômicos

Podemos dividir o processo de urbanização da cidade de São Luís, de acordo com Burnett (2006), em duas etapas: a “urbanização tradicional” e, em seguida, “urbanização modernista”. O autor destaca o processo de ocupação desde a administração colonial portuguesa até a urbanização como vemos hoje, dividindo por fases e destacando os acontecimentos socioespaciais mais relevantes e peculiar a cada uma, como podemos ver no quadro abaixo presentes no seu livro intitulado “Urbanização e Desenvolvimento Sustentável: Estudo da Sustentabilidade dos Tipos de Urbanização em São Luís do Maranhão” de 2006.

Quadro 01: Urbanização em São Luís:

PERÍODOS		FATORES			
		Populacionais - Socioculturais	Econômicos - Financeiros	Políticos - Administrativos	Locacionais e Espaciais
URBANIZAÇÃO TRADICIONAL	1615 A 1750	Início e consolidação da ocupação portuguesa	Núcleo urbano sem funções econômicas significativas	Cidade de conquista, base para penetração no interior	Implantação do forte francês e traçado de Frias de Mesquita
	1750 A 1820	Empresas estrangeiras e migração açoriana	Cia. Geral do Comércio e a produção algodoeira	Alternância com Belém como Capital da província	Valorização da Praia Grande e expansão do traçado de Frias
	1820 A 1900	Baixo crescimento populacional e divisão social do espaço	Expansão industrial e consolidação do parque têxtil	Independência do Brasil e Maranhão Capital da província	Pólos industriais de urbanização e os códigos de posturas
	1900 A 1965	Novos pólos no interior do Estado e baixo crescimento populacional	Estagnação econômica e integração à economia nacional	Governo republicano e a Intervenção de Paulo Ramos	Renovação do centro e plano de expansão de Ruy Mesquita
URBANIZAÇÃO MODERNISTA	1965 A 1980	A migração como principal fator de crescimento populacional	O BNH e os grandes projetos nacionais em São Luís: Alumar/CVRD	Governo José Sarney, modernização administrativa e Governo militar	Novo eixo de expansão, agregação territorial e PD 1977
	1980 A 2000	Migração interna rural e ocupação ilegal de áreas urbanas	Suspensão de financiamentos e carência de recursos privados	Democratização e eleições municipais	Consolidação dos Pólos residenciais de alta e baixa renda

Fonte: BURNETT, 2008.

Atualmente, a urbanização da cidade é regida espacialmente pelo Plano Diretor de Lei Nº 4669, de 11 de outubro de 2006, que, recentemente, obteve aprovação da proposta de sua revisão pelo Conselho da Cidade de São Luís (CONCID), incluindo uma ousada proposta de projeto urbano que trará consequências para toda a ilha que está inserido o Município de São Luís.

Na atual proposta de revisão, que vem passando por diversas divergências entre as partes envolvidas através de audiências

públicas fracassadas, é determinado o aumento do perímetro urbano em até aproximadamente 40% em relação ao rural. Ampliação essa execrada constantemente pelos representantes dos bairros da zona rural. Isso traz uma desestabilização da organização territorial mais drasticamente na área rural, pois pode acabar com o modo de vida rural consolidada de várias comunidades que tiram seu sustento da terra, visto que visa permitir a inserção de um mercado imobiliário e a implantação de projetos comerciais de escala industrial e a possível ameaça para o meio ambiente.

Uma consequência real com a ampliação da área urbana é o aumento de demanda por infraestrutura e serviços básicos, ou seja, acaba exigindo mais do órgão municipal responsável, no caso de São Luís, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, e do setor público como um todo, que se encontra em uma situação delicada perante o cenário alarmante da vida urbana em São Luís, principalmente em bairros mais populares ou afastados, onde o perfil socioeconômico dos moradores é mais desfavorável. Apesar disso, mesmo essa sendo uma discussão importante para os gestores públicos, o que se observou nas últimas audiências para a discussão do Plano Diretor, é a ausência significativa desses. A questão que fica é: como discutir o futuro de uma cidade sem a colaboração dos atores responsáveis pela execução das ações que tornam um plano real?

Vimos que o crescimento urbano acelerado é um fato das cidades brasileiras, com São Luís não foi diferente, ela não escapou

dos graves problemas dos centros urbanos. Atualmente, conta com mais de 1 milhão de habitantes, onde 94,45% da população vive em área urbana, no entanto conta com 1796,01 hab./km², densidade demográfica até baixa, pois ocupa a posição 16 em relação a outras capitais do país (IBGE, 2010).

Segundo os dados do censo demográfico de 2010 do IBGE, em São Luís, 114.166 pessoas levam mais de meia hora até uma hora para chegar e voltar do trabalho, acompanhado de 39.204 que levam entre uma hora e duas horas e 5.428 que levam mais de duas horas. Por conta do crescimento demográfico intenso e a falta de um acompanhamento adequado das demandas urbanas, São Luís sente consequências ruins como a falta de efetividade de um transporte coletivo, baixa qualidade do deslocamento no espaço urbano atrelado às más condições de infraestrutura de vias, terminais de embarque, paradas de ônibus e veículos de transporte público coletivo (SIQUEIRA, 2016). Essa deficiência no transporte público é constantemente motivo de reclamações dos usuários.

Tendo em vista o que já foi falado em relação as cidades serem palco da reprodução de desigualdades, torna-se importante destacar algumas características do perfil socioeconômico da população ludovicense. No que diz respeito à pobreza e desigualdade, por exemplo, podemos usar um instrumento de medição chamado índice de Gini, que serve para mensurar o grau de concentração de renda da população, ele aponta a diferença entre os mais pobres e os mais

ricos, sua indicação varia entre 0 e 1, onde 0 representa a igualdade total e 1 quer dizer que a desigualdade é total. Sendo assim o Índice de Gini de São Luís em 2010 é de 0,61 (ATLAS BRASIL, 2020).

Outro instrumento de acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico municipal é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), um estudo que é feito anualmente com base em estatísticas públicas oficiais, dividido em três áreas: emprego & renda, educação e saúde. Assim como o Gini, ele é numericamente indicado em valores de 0 a 1, em que o número 1 indica que a localidade está em maior desenvolvimento. Nesse sentido, em 2016, São Luís apresentou o valor de 0,7625 de IFDM, ou seja, um desenvolvimento moderado segundo esse índice (FIRJAN, 2018).

Em relação ao fornecimento de serviços básicos de saneamento, em 2010 83,18% da população vivia em domicílios com água encanada, 99,89% dispunha de energia elétrica e 92,95% tinham acesso a coleta de lixo (ATLAS BRASIL, 2020). Apesar da maioria da população dispor de abastecimento de água, segundo esse dado, em muitos bairros o que vemos é uma falta de água constante e reclamações em relação ao fornecimento desse serviço, que muitas vezes são negligenciados pela concessionária responsável.

A falta de água acaba trazendo consequências na própria integridade das vias públicas, ocasionando buracos oriundos da manutenção da rede de abastecimento, que dificultam a locomoção

de pedestres e de veículos, influenciando diretamente nas demandas por serviços de infraestrutura na capital.

Segundo o IBGE (2010), São Luís apresenta somente 65,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Dados de 2017 do Sistema Nacional de Saneamento informam também que apenas 22% do esgoto coletado na cidade tem tratamento, 49% é lançado in natura e outros 29% têm destino desconhecido. Considerando outras cidades brasileiras, São Luís deixa muito a desejar, já que esses índices trazem à tona vários problemas de saneamento básico como insalubridade e propagação de doenças, principalmente em bairros frutos de ocupação desordenada e carentes de infraestrutura, onde se encontram até esgoto a céu aberto, ou até mesmo lançados em rios, que aliados ao descarte irregular de resíduos sólidos traz um perfil socioambiental preocupante. A capital ocupa o terceiro lugar no quesito de aglomerados subnormais, atrás de Salvador e Belém, com cerca de 25% de sua população vivendo em irregularidade fundiária e urbanística.

Segundo o Índice Firjan de Gestão Fiscal de 2019, que abordamos anteriormente, São Luís terminou o ano de 2018 com a pior situação fiscal entre as capitais brasileiras. Obteve resultados críticos, principalmente em investimento e liquidez, apresentando nota 0, isso quer dizer que a Prefeitura finalizou as atividades de 2018 com mais débitos a pagar do que com recurso em caixa para poder quitar no exercício do ano seguinte (FIRJAN, 2018).

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) é a responsável pelo gerenciamento de obras públicas da Prefeitura Municipal de São Luís, segundo seu site, são obras “referente aos sistemas de drenagem, abastecimento de água e de coleta de esgoto domiciliar, pela gestão da implantação e conservação do sistema viário, bem como pela administração dos serviços de limpeza e iluminação públicas”.

Fica localizada na Av. Santos Dumont, nº 2000 no bairro do São Cristóvão, conta com uma extensa área onde comporta alguns maquinários de serviços de asfaltamento (Figuras 01).

Figura 01: Localização SEMOSP.



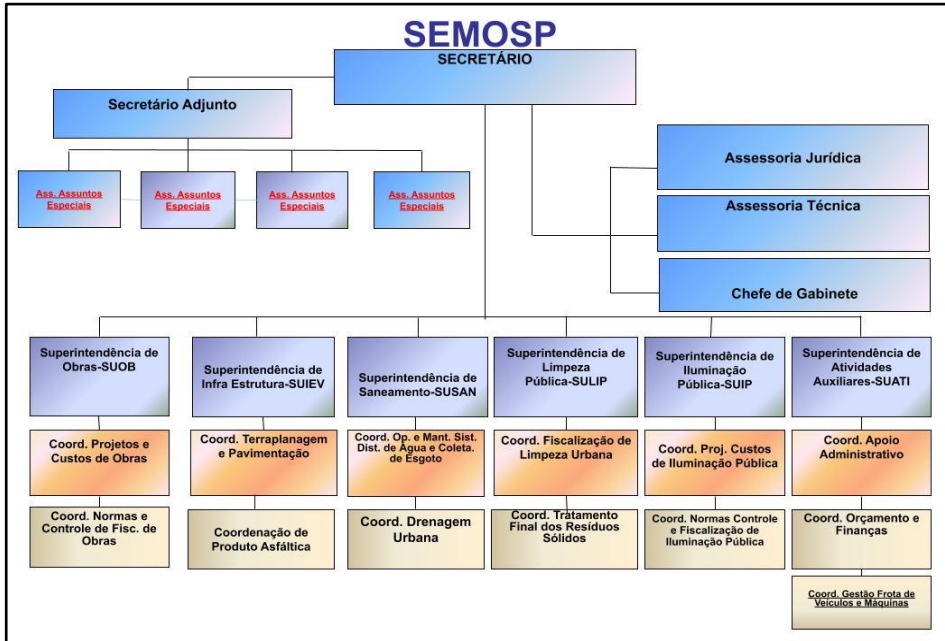
Fonte: SEMOSP, 2019.

A Secretaria é recente em relação às demais dentro do quadro da prefeitura de São Luís, criada somente em 2007 pela Lei nº 4.825 de 30 de julho de 2007. No entanto, essa lei de criação diz respeito à SEMOSP como conhecemos hoje, a partir dela houve uma mudança de nomenclatura e outras providências, mas já tiveram alguns outros nomes e atribuições um pouco diferentes no passado. Anteriormente, em 30 de dezembro de 1998, foi criada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) através da Lei nº 3.774, extinguindo a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (SEMFRA), estabelecida através da Lei nº 3.772, de 01 de setembro de 1993.

Assim, para entender como funciona a organização da SEMOSP, usou-se como base sua atual lei de criação e o regimento interno criado no ano seguinte, Decreto nº 33.604, de 25 de fevereiro de 2008. Segundo a lei, essa secretaria tem sua estrutura dividida em quatro níveis, onde o primeiro nível é da Administração Superior, composta pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos; o segundo nível é o de Assessoramento com o gabinete e suas respectivas assessorias; já o terceiro é o de Gerência Superior e é onde se encontra o secretário adjunto; por fim vem o quarto nível de Atuação Programática, ele é constituído pelas superintendências e coordenações. A secretaria é formada por seis superintendências: Obras; Infraestrutura Viária; Saneamento Básico; Limpeza Pública; Iluminação Pública; Atividades Auxiliares. No organograma abaixo,

disponibilizado pela própria Secretaria de Obras, podemos entender melhor como ocorre essa organização.

Figura 02: Estrutura organizacional da SEMOSP



Fonte: SEMOSP, 2019.

Foi possível perceber, também, que os nomes e as atribuições de cada Superintendência estão diretamente relacionados com as competências gerais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, encontradas no Art. 2º do Regimento Interno:

- I. projetar, construir e manter obras, prédios e logradouros públicos municipais;
- II. projetar, construir, operacionalizar e manter os sistemas de drenagens municipais;

- III. projetar, construir, operacionalizar e manter os sistemas simplificados de abastecimento de água e esgotamento sanitário domiciliares municipais;
- IV. projetar, construir e manter os sistemas viários e rodoviários municipais;
- V. projetar, administrar, fiscalizar e manter o sistema de iluminação limpeza pública;
- VI. projetar, administrar, fiscalizar e manter o sistema de iluminação pública;
- VII. respeitar e promover obediência ao Plano Diretor da Capital: e
- VIII. desenvolver outras atividades inerentes à sua área de atuação. (SÃO LUÍS, 2008)

Observa-se, a partir da leitura das leis que regem a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que ela desempenha um papel fundamental no funcionamento da cidade, pois é responsável por diversos serviços básicos para promover a qualidade de vida urbana: fornecimento de água e iluminação pública, coleta de lixo, redes de esgoto, vias públicas etc. Quando há um problema com algum desses serviços, a consequência é, muitas vezes, o caos para uma parcela da população, ou para a cidade inteira. Podemos perceber isso, também, em várias matérias de reportagens, seja na internet ou na TV, tornando-se até uma ferramenta de denúncia constante e cobrança de ações da prefeitura. Na imagem abaixo, por exemplo, podemos ver os transtornos causados pela falta de drenagem adequada em importantes vias no período de chuva, juntamente com a deficiente relação das pessoas com os resíduos

sólidos e com a consciência ambiental, causando o entupimento de bocas de lobo (Figuras 03).

Figura 03: Túnel na Cohab com congestionamento e alagamento após a chuva.



Fonte: TV Mirante, 2018.

Analisando documentos disponibilizados pela Prefeitura, no que diz respeito ao seu planejamento orçamentário nos últimos anos, observa-se que os gastos da SEMOSP estão distribuídos de forma padrão em três funções principais: administração, urbanismo e saneamento.

No entanto, para entendermos quais os tipos de intervenções feitas na prática pela secretaria, precisamos entrar nos seus programas e ações. Há uma hierarquia para a distribuição das subfunções em detrimento das funções, a mesma coisa acontece com os programas, criando uma estrutura organizada. Vendo o esquema

abaixo conseguimos perceber que a mesma subfunção, “serviços urbanos”, aparece em funções diferentes como permite a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999.

Quadro 02: Organização das funções, subfunções e programas da SEMOSP.

FUNÇÃO:	ADMINISTRAÇÃO	URBANISMO		SANEAMENTO	
	↓		↓		↓
SUBFUNÇÃO:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	INFRAESTRUTURA URBANA	SERVIÇOS URBANOS	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	SERVIÇOS URBANOS
	↓	↓	↓	↓	↓
PROGRAMA:	GESTÃO ADMINISTRATIVA	INFRAESTRUTURA URBANA	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ÁGUA, ESGOTO E DRENAGEM	RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA PÚBLICA

Fonte: PMSL, 2019.

Assim, observando as despesas realizadas e as leis orçamentárias, concluímos que a SEMOSP normalmente está atuando através do programa de “administração geral” em ações voltadas para o custeio de pessoal e encargos sociais. O Programa de “infraestrutura urbana” atua através de ações como: construção, ampliação, recuperação e conservação de áreas de lazer; implantação, ampliação e manutenção de vias urbanas; aquisição e desapropriação de imóveis, construção e reforma de prédios públicos. E ação de aperfeiçoamento e ampliação do sistema de iluminação através do programa de “iluminação pública” e na gestão de resíduos sólidos pelo programa de “resíduos sólidos e limpeza pública”. Por fim, o programa “de água, esgoto de drenagem” atua em ações de drenagem, recuperação e limpeza de canais e saneamento

básico. No quadro abaixo, podemos ver o quanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias pretendeu gastar com cada ação dessa em 2019:

Quadro 03: Valor orçado para cada tipo de ação da SEMOSP

Despesa dos Órgãos Segundo Natureza da Despesa por Programas e Ações - Valor Orçado	
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP 12101	
2174 - CUSTEIO E INVESTIMENTO	R\$ 150,000.00
2206 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DIRETA	R\$ 14,447,820.00
2127 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE LAZER	R\$ 2,286,619.00
2129 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	R\$ 108,295,746.00
2165 - AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS, CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	R\$ 32,480,000.00
2140 - APERFEIÇOAMENTO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	R\$ 83,076,661.00
2125 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	R\$ 117,500,000.00
2137 - DRENAGEM, RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DE CANAIS	R\$ 24,646,856.00
2138 - SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 694,000.00
2139 - ÁGUA PARA TODOS NÓS	R\$ 21,437,423.00

Fonte: PMSL, 2019.

Percebe-se que, em 2019, a implantação, ampliação e manutenção de vias urbanas é uma das ações de maior custo dentro do cenário dos serviços urbanos do órgão, perdendo somente para a gestão de resíduos sólidos. Em setembro de 2019, por exemplo, houve uma licitação para “Contratação de empresa especializada na execução de recuperação de pavimentação asfáltico nas ruas e avenidas do município de São Luis/MA”, através do edital de concorrência nº 11/2019 – Central Permanente de Licitação, em que declarou a empresa vencedora da concorrência com o valor Global de R\$ 17.495.842,65 (PMSL, 2019).

Nota-se que existe uma programação anual para essas atividades, no entanto, o que vemos é a precariedade desses serviços em algumas áreas da cidade, o que nos leva a deduzir, a princípio,

que esse planejamento é deficiente no que tange ao gerenciamento ou à falta de recursos para arcar com o volume de demandas.

A SEMOSP mantém uma relação institucional dentro do quadro da prefeitura, visto que, para um planejamento eficaz e intervenções eficientes, deve haver a colaboração de setores diferentes da administração pública em prol do atendimento à qualidade de vida da população, como com a Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela elaboração dos documentos de planejamento orçamentário que apontamos anteriormente, onde a Secretaria de Serviços Públicos encaminha suas demandas de recursos.

Alguns serviços da Secretaria são executados através da terceirização, apesar de atuar diretamente em algumas frentes, como asfaltamento, onde a mesma possui maquinário e mão de obra especializados, os recursos e equipes são limitados, necessitando da contratação de empresas. Existe uma fiscalização e acompanhamento das atividades desenvolvidas por essas empresas com o intuito de direcioná-las em suas ações.

Outro ponto percebido, é que há uma certa limitação nos recursos destinados para a secretaria suprir suas demandas, já que a cidade vive uma constante expansão urbana desordenada e crescimento populacional constante, surgindo novas áreas de ocupação sem a devida regularização fundiária, mas que necessitam de serviços essenciais de infraestrutura. Ou seja, dificilmente há

possibilidade de investimento, pois a SEMOSP está mais preocupada em manter em dia esses serviços indispensáveis para o funcionamento mínimo da cidade e a Prefeitura, em manter em dia os custos com pessoal.

Aparentemente a SEMOSP acompanha o crescimento urbano da cidade, já que esse é um dos motivos de cada vez mais novas demandas, no entanto a Prefeitura não disponibiliza uma cartografia adequada e atualizada do espaço. Sendo assim, o órgão precisa recorrer a outras ferramentas de consulta, como os mapas de plataformas digitais, que são bem atualizados e apresentam-se como instrumentos fundamentais no processo de intervenções urbanas e planejamento de ações, pois mostram as imagens praticamente em tempo real em relação à paisagem urbana.

Já as demandas de trabalho chegam ao órgão através de várias fontes: redes sociais, rádio, televisão, outras instituições públicas, como a câmara de vereadores, e também pelo próprio diagnóstico feito pela Secretaria de Obras. No entanto, a modalidade padrão e formal desse processo, é pela entrega de ofícios no setor de protocolo existente. Independentemente de como chegue, todas elas são estudadas diretamente pelo Gabinete e é determinado se tem ou não como atender cada uma delas. No mais, as demandas que serão atendidas são encaminhadas diretamente para as superintendências responsáveis.

CONCLUSÕES

Fica evidente, mais do que nunca, em meio à atual crise na saúde pública causada pela propagação de um vírus letal, que São Luís vive um cenário de precariedade urbana e deficiência na oferta de serviços essenciais, principalmente aqueles voltados para o tratamento e coleta de esgoto, bem como o abastecimento de água, tão necessário para manter as condições mínimas de higiene e limpeza frente ao combate de doenças como as causadas pelo novo Corona Vírus. Verifica-se que esse fato está relacionado à má gestão de recursos e a uma insuficiência no planejamento de ações estratégicas por parte do poder público em conceder uma infraestrutura urbana adequada e que forneça qualidade de vida para população ludovicense. Sendo assim, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos aparece como um importante órgão na modificação desse cenário, constantemente sobrecarregado pelas reclamações da população.

REFERÊNCIAS

BERWIG, Aldemir. **Direito municipal**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de jan. de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Presidência da República: Casa Civil. Brasília, 2001.

BURNETT, Frederico Lago. **O Enfrentamento das Precariedades Urbanas na Metrópole Maranhense**: As ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São Luis, Maranhão, 2013 – 2020. Projeto de Pesquisa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2008.

CHUVA causa transtornos em ruas e avenidas de São Luís. **G1 Maranhão**, São Luís, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/11/30/chuva-causa-transtornos-em-ruas-e-avenidas-de-sao-luis.ghtml>. Acesso em 30 jan. 2020.

COSTA, Priscilla Pereira; ALMEIDA, Rainara Verde Serra; PIRES, Selma Sousa. **Expansão urbana e o plano diretor de São Luís**: o processo de revisão. Trabalho apresentado na VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2017.

Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal 2018: recorte municipal abrangência nacional / Firjan – Rio de Janeiro: Firjan.

Índice Firjan de Gestão Fiscal 2019 / Firjan. – Rio de Janeiro: Firjan, 2012- v. : graf. color. – (índices Firjan) (Pesquisas e Estudos Socioeconômicos)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso 10 jan. 2020.

Manual do prefeito / Coordenação técnica Marcos Flávio R. Gonçalves. – 13.ed. revista, aum. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

NAHMIAS, Pablo da Silva. A importância do planejamento para a gestão pública. **Revista científica da faculdade Darcy Ribeiro**. Nº005, jan/dez 2014 – ISSN 2236-8949.

PINHEIRO, Tiago Cisalpino. Hierarquia urbana e situação fiscal dos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, 6 fev. 2015.

PNDU. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-luis_ma. acesso em 20 dez. 2019.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito Administrativo**. 13 ed. São Paulo, 2012.

SÃO LUÍS. **Decreto nº 33604, 25 de fevereiro de 2008**. Regimento interno da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

SÃO LUÍS. **Demonstrativo da Despesa Realizada**: Consolidado por Órgão e Função. São Luís. Anos: 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

SÃO LUÍS. **Lei nº 3772, 01 de setembro de 1993**. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e dá outras providências.

SÃO LUÍS. **Lei nº 3774, de 30 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a criação da secretaria Municipal de Serviços Urbanos e dá outras providências. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

SÃO LUÍS. **Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006.** Dispõe sobre o plano diretor do município de São Luís e dá outras providências. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

SÃO LUÍS. **Lei nº 4825 de 30 de julho de 2007.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, atribuindo-lhe nova nomenclatura e dá outras providências. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

SÃO LUÍS. LOA: **Lei Orçamentária Anual 2019.** São Luís. Anos: 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

SÃO LUÍS.PPA: **Plano Plurianual 2018-2021.** São Luís. Anos: 2005, 2009, 2013 e 2019.

SIQUEIRA, Juan Guilherme Costa; FERREIRA, Antonio José de Araújo. Transporte público coletivo em são luís do maranhão: problemas e possibilidades de reversão. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais...** . São Luís: Encontro Brasileiro de Geógrafos, 2016. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Antonio-Jos%C3%A9-de-Ara%C3%BAjo-Ferreira.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do plano diretor.** In: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima — Cepam, 1999. Edição especial.

O HABITAT RURAL DAS COMUNIDADES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS, BREJO E BURITI, MARANHÃO

Lália Diniz dos Santos¹
Frederico Lago Burnett²

INTRODUÇÃO

De certo, o Brasil possui uma bagagem histórico-social que o constituiu como um país rico em culturas e miscigenação. É notório esse cenário diverso de saberes e tradições em cada estado brasileiro suscitando, conseqüentemente, a necessidade de uma política e juridicidade que compreenda todos os povos. Ao concentrarmos nossa atenção aos povos tradicionais auxiliares da formação da sociedade, muitos escravizados por décadas, conclui-se que a maioria convive hoje com poucas oportunidades e garantias de sobrevivência social.

Tendo em vista o habitat rural dessas comunidades é perceptível um palco de inúmeras populações tradicionais (sobre)vivendo a ameaças nas questões que remetem ao território, como o uso indevido das terras e expropriações. Ademais, é perceptível nesse panorama de conflitos o destaque de diversos agentes sociais direcionados à busca pelo lucro no campo orientados para o agronegócio e para a exploração de recursos naturais.

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIVIC/UEMA.

² Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, ambos da Universidade Estadual do Maranhão.

Desse modo, este trabalho identifica os principais resultados obtidos na pesquisa acadêmica sobre o Habitat Rural das Comunidades do Território Quilombola de Saco das Almas, municípios de Brejo e Buriti, no Maranhão no período entre 2019 e 2020, atentando para a análise do modo de vida das comunidades e localidades pertencentes ao território referido, evidenciando tipos de edificações e ambientes comunitários em relação aos seus distintos usos.

OBJETIVOS

Partindo dos objetivos da pesquisa, consideraram-se os aspectos socioespaciais e técnicos que fazem parte do habitat das comunidades do Território de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, no Maranhão, objetivando-se identificar os padrões de viver e produzir dessas comunidades, assim como caracterizar as relações das edificações com os espaços coletivos e privados de acordo com seus usos e apropriações pelas famílias, parentes e vizinhos, consoante as suas práticas sociais com finalidade da divulgação do saber popular de construção local.

REFERENCIAL TEÓRICO

Habitat Rural

Antes de adentrarmos no assunto habitat rural, faz-se necessária a compreensão da conceitualização do termo habitat.

Muito utilizado nas ciências biológicas, a palavra habitat origina-se do latim da forma “*habitare*”, com o significado de “viver, morar”, comumente relacionado ao espaço onde seres vivos vivem e se desenvolvem. Dessa maneira, o habitat integra a definição de um local com condições físicas e geográficas favoráveis à vida e desenvolvimento de uma espécie. Possivelmente advindo da ideia do habitat dos povos primitivos, acatado como um meio ambiente coeso em si e a vida humana, conveio como aplicação do conceito se caracterizar como o lugar vital do homem dos tempos modernos (CENIQUEL, 1992). Sendo assim, o habitat é descrito como um espaço repleto de processos e transformações, efetivado pelos homens e suas interações materiais e de consciência social que permeiam conjunturas políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e culturais (CENIQUEL, 1992). O Habitat manifesta-se como lugar de vivência e transcorre o aspecto de tão somente acomodação de moradias, revelando-se um local de variantes relações sociais e construções de identidades:

Contudo, a definição de habitar não é limitada à ideia da casa, da unidade habitacional e sim, no sentido do habitar a cidade, ou seja, o viver a cidade em sua completude, em todas as suas dimensões. Sendo assim, como um espaço de articulação plena da sociedade, tal como a relação social, espacial e temporal entre o público, o coletivo e o privado (MASCARO, 2011, p.10).

Como um meio de transformações, o habitat rural compreende hoje características e tipologias que reúnem diversas perspectivas de modos de vidas. A heterogeneidade encontrada no

campo pode ser vista pelos diversos agentes sociais ali existentes como posseiros, grileiros, fazendeiros, camponeses, remanescentes quilombolas, indígenas, entre outros. Outro ponto de destaque sobre o habitat rural diz respeito às suas principais transformações relacionadas à economia. Podemos considerar que “o conceito de rural está intrínseco ao convívio familiar e a produção, sendo a moradia reflexo destas atividades” (MONIZ FILHO, 2018).

Os aspectos de construção do campesinato brasileiro e a estrutura do campo atual, assim como a definição do rural, estão intrinsecamente relacionados à história política brasileira. Pelo estudo generalizado dos períodos históricos e suas respectivas sistematizações políticas que conseguimos delimitar as reais problemáticas no campo que perduram por anos.

A conflitualidade é uma propriedade continua dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária (FERNANDES, 2005, p. 27).

Do período colonial e suas sesmarias passando para o Império e o início da compra e venda das terras e os latifúndios visando o lucro, chegamos atualmente a uma estrutura agrária com déficit e conflitos (FORMAN, 2009). Todavia, por suas peculiaridades, o rural deve manter-se como tema de estudos e debates, visto seu cenário

atual de dificuldades e necessidade de políticas públicas eficazes e que se encaixam na realidade do campo brasileiro (PONTE, 2004).

O rural brasileiro conserva uma expressiva heterogeneidade, a qual se manifesta em escalas diferentes dos grandes subespaços nacionais até à heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade de terra e de organização econômica e social. [...] o vazio institucional que se observa nas formas de regulação territorial do rural brasileiro [...] se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços na trajetória do desenvolvimento do Brasil (WANDERLEY; FAVARETO, 2014, p. 413 *apud* MENEZES NETO, 2017, p. 8).

Sem exceção, o Maranhão conta com uma área rural heterogênea significativa, terras ocupadas por sistema comunal e de posse por remanescentes quilombolas, indígenas, e por migrantes, entre outros (ALMEIDA, 2008). Infelizmente, hoje o habitat rural maranhense é composto, intensamente, por índices de desigualdade social, em que a pobreza e os conflitos na zona rural são considerados as principais mazelas para a população do campo (BRASIL, 2015).

Diversas problemáticas visíveis no campo maranhense atual são marcas ocasionadas por um contexto histórico e econômico em que, a partir do período da abolição, o Brasil necessitou transformar-se no que se refere à atividade produtiva, necessitando de uma consolidação de uma estrutura de produção no capitalismo industrial. As terras desmembradas são disputadas entre os diversos agentes sociais distribuídos no território com suas respectivas finalidades como sobrevivência ou lucro comercial.

Nessa perspectiva, de embates no campo do Maranhão, que encontramos as comunidades tradicionais quilombolas sob ameaça de perda de seus territórios de direito como confirma o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que atribui ao Estado brasileiro o dever de promover a titulação aos remanescentes das comunidades de quilombos das terras por eles ocupadas.

As comunidades quilombolas

No Brasil, temos o mapeamento, segundo a Fundação Cultural Palmares, de cerca de três mil e quinhentas comunidades de remanescentes de quilombos e a certificação de duas mil e setecentas e quinze comunidades (BRASIL, 2013). Contudo, menos de 7% dos territórios quilombolas estão titulados e devidamente legalizados no que se refere ao direito ao território (FREITAS, 2019).

Posteriormente à abolição da escravatura no Brasil em 1888, os quilombos continuaram aliados à necessidade de adequação à nova conjuntura da liberdade e à busca de recursos para a sobrevivência, apesar das limitações de um país com uma política que restringiu a inserção do negro na sociedade. O termo quilombo foi ressignificado ao longo do tempo, passou-se de símbolo da luta pela redemocratização como também o combate ao racismo (FIABANI, 2008).

No Maranhão, a ressignificação do quilombo ocorreu quando a totalidade das comunidades negras foi

incluída no movimento quilombola. Sabemos que nem todas as comunidades negras originaram-se de grupos de escravos fugidos. Percebemos que as lideranças do movimento preferiram a expressão ‘movimento quilombola’, pois esta designação está impregnada do sentido de luta e resistência, como foi o fenômeno quilombola antigo” (FIABANI, 2008, p. 130).

No contexto de embates temos o território como uma grande garantia de perpetuidade cultural dos remanescentes de quilombos. As comunidades nasceram por meio de concessão de terras, ocupação de territórios devolutos, fazendas abandonadas ou até compras (ALMEIDA, 2008). Historicamente a grande parte das comunidades quilombolas usufruía da mão-de-obra familiar com atividades agrícolas, extrativistas e artesanais (ALMEIDA, 2008). A terra, o território, o local de subsistência e disseminação da identidade cultural afrodescendente é o local de construção de territorialidade étnica (FIABANI, 2008).

Pelo Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é a autarquia competente, no âmbito federal, pela titulação dos territórios quilombolas. A caracterização dos remanescentes se dá mediante autodefinição da comunidade, pelas relações com a terra, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias, como consta no artigo 6º na Instrução Normativa IR 57/2009 do Incra. E, logo em seguida, é prevista a certificação pela Fundação Cultural Palmares e o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Assim, o território é reconhecido oficialmente com seus limites e

direitos garantidos na teoria. O título de propriedade é comunal e em nome de uma associação local.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, o Maranhão é o segundo estado brasileiro com maior número de comunidades quilombolas já certificados. O estado contabiliza 713 comunidades reconhecidas. De acordo com as pesquisas, os quilombos mais comuns na região maranhense eram pequenos, sendo compostos por poucas famílias, garantindo a facilidade de fuga e ocultamento, caso necessário, assim como a localização perto das fazendas (PEDROSA, 2003). De acordo com Sousa (2011) no meio rural maranhense a autodefinição terras de preto é muito recorrente, sendo possível observar mais de 33 povoados utilizando esse adjetivo para referir-se a terras remanescentes.

Tal denominação compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante à prestação de serviços guerreiros. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente” (ALMEIDA, 2008, p. 146-147).

METODOLOGIA

Partindo da conceituação teórica, a princípio ateu-se à investigação mais aprofundada dos temas relacionados ao objetivo da pesquisa. Logo após, ao estudo direcionado às comunidades do território de Saco das Almas. No prosseguimento da pesquisa

efetuaram-se reuniões semanais, estabelecidas pelo orientador, incluindo debates sobre os assuntos de conformidade ao projeto de pesquisa com a leitura sistemática e fichamentos de teses, artigos, notícias e livros.

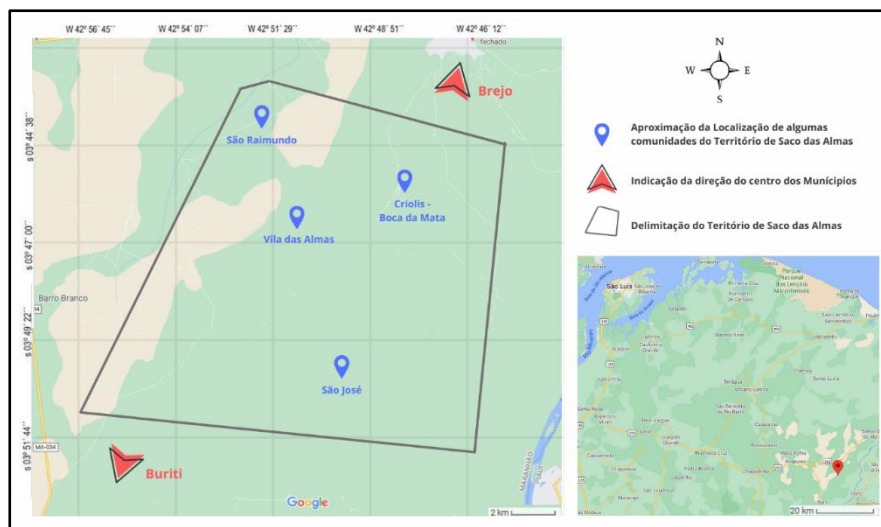
Todavia, em decorrência da pandemia de COVID-19, a continuidade da pesquisa sofreu impedimentos imprescindíveis. Não foi possível a realização do trabalho em campo, organizado e antevisto para os primeiros meses de 2020, suscitando limitações ao recolhimento de informações. Contudo, ateu-se aos dados bibliográficos específicos sobre a área da pesquisa - (FURTADO, 2013), (FERREIRA, 2019), (MONIZ FILHO, 2018), (VIANA, 2017) - e à tentativa do uso de novas ferramentas de coleta de dados sobre a comunidade de Saco das Almas.

Buscamos de imediato contatar as lideranças de Saco das Almas, pela dificuldade de comunicação via internet nas comunidades, obtivemos êxito em apenas uma entrevista com a liderança de uma das vilas da comunidade, São Raimundo-Boa Esperança, através da ferramenta digital WhatsApp. Como também, uma preparação em curso de extensão de Geoprocessamento ofertado pelo GEDITE UEMA, pensando na cartilha ilustrada que seria elaborada contendo a cartografia dos assentamentos e classificação dos distintos espaços dentro das comunidades, todavia não teve viabilização.

RESULTADOS

Localizado na área de dois municípios da mesorregião leste do Maranhão, Brejo e Buriti, o território quilombola de Saco das Almas tem aproximadamente 24.103 hectares de terra, e é formado por 6 comunidades. O território é disposto como um “assentamento emancipado”, em vilas, nas quais estão limitadas as casas em lotes urbanos de um hectare por família e os lotes de trabalho, que foram distribuídos em formato de condomínios.

Figura 1 - Mapa do território de Saco das Almas



Fonte: FURTADO, 2013.

A principal atividade econômica é a agricultura, sendo esta indispensável para o sustento familiar, podendo ser observados também na região a pesca, o extrativismo e a pecuária. Das seis comunidades – Vila das Almas, Criolis-Boca da Mata, São José,

Pitombeiras, São Raimundo-Boa-Esperança e Faveira – duas inseridas no município de Buriti, a Vila São José e Pitombeiras, as demais no município de Brejo. Com cerca de 5.200 pessoas, Saco das Almas se reconhece com descendência quilombola e busca o reconhecimento de seu direito ao território e sua afirmação, perante a sociedade, de sua identidade afrodescendente (FURTADO, 2013). A comunidade conta com a Associação dos Remanescentes do Quilombo Data Saco das Almas como porta-voz dos interesses e direitos dos moradores das vilas.

A ocupação do território de Saco das Almas compreende não só a riqueza cultural dos seus povoadores, como também a disputa pela terra até os dias atuais. Dos registros oficiais e coleta de dados dos próprios moradores do território de Saco das Almas, o local de início foi povoado pelos índios Anapurus. Logo depois, houve a investida de colonização portuguesa sem sucesso pelo Manuel da Silva em 1709. E, sempre lutando por suas terras, no ano de 1770 os índios foram contemplados pelo Governador da Província do Maranhão com o montante de três léguas³ de terras.

Por outro lado, temos também a chegada dos afrodescendentes no território. Parte significativa que advém de uma história de conquista após uma guerra, pela memória oral recolhida de estudos anteriores na região, a “Data Saco das Almas” foi

³ Medida de distância em vigor antes da adoção do sistema métrico, que no Brasil, vale aproximadamente 6.600 m.

concedida como prêmio pelo prefeito de Brejo da época, Severino de Carvalho, ao angolano Timóteo, que teria lutado bravamente na guerra de independência no Rio de Janeiro em 1822. Outra vertente da história seria a concessão do território ao “Capitão Timóteo” pela brava atuação deste na Guerra da Balaiada. Como em outros povoados do Maranhão, Saco das Almas retém um histórico de conflitos por terras.

A chegada dos chamados “Branços Proprietários”⁴ no início do século XX impulsionou a disputa pelo território e a uma nova demarcação das terras. A legitimidade do uso da terra entra em questão, e o que resta à comunidade quilombola é a batalha para garantir seus direitos e manter-se sobrevivente, não como agregados dos “Branços Proprietários”, mas oficialmente detentores do uso da terra pela lei. Mesmo com o fim da escravidão fica evidente que as relações entre os “Branços Proprietários” e os quilombolas foram regidos pela semisservidão, em Brejo.

A opressão e a violência permeavam a vida dos quilombolas expropriados e até hoje a situação do território de Saco das Almas sofre as consequências desse histórico de luta, contudo é válido ressaltar que ainda há outros obstáculos referentes a esse território quilombola. A expansão da soja e a frente do agronegócio no leste maranhense chegam até as terras estudadas nesta pesquisa. Com as vendas de lotes para monoculturas de soja dos chamados “gaúchos”,

⁴ Denominação utilizada em FURTADO (2013).

os moradores das vilas agora possuem a árdua tarefa de conviver com cercamentos indevidos e com a poluição. Além da conflitualidade pelo território, o risco ocasionado pela exploração dos recursos naturais locais torna-se um problema eminente.

Figura 2 – Linha do Tempo da Ocupação do Território de Saco das Almas



Legenda

^{1,2} A datação da ocupação de timóteo no território é incerta assim como a datação definitiva da chegada dos “Branco” nas terras de Saco das Almas (FURTADO, 2012);

³ É nesse momento que os “Branco” tornam-se proprietários e avançam em demarcações e expulsão dos quilombolas.

⁴ Os chamados “Branco” demarcam as terras realizam leilões e intensificam a violência como forma de submeter os quilombolas as suas ordens. O campesinato livre é destituído e a semisservidão toma conta da realidade dos trabalhadores.

⁵ O INCRA entre em cena e resolve intervir nos conflitos com a demarcação para o assentamento. Aqui temos a criação da Vila de Saco das Almas.

⁶ Nesse período as empresas Suzano Papel e Celulose chegam no Baixo Parnaíba. Grupo João Santos, Maranhão Gusa SA (MARGUSA), Maranhão Reflorestadora Ltda. (MARFLORA), Comercial e Agrícola Paineiras. Em 1990 temos também a chegada dos gaúchos e o início em 2000 da sojicultora ne região de Brejo.

⁷ Finalmente em 2005 a Fundação Cultural Palmares emite a certificação de Saco das Almas para assim progredir na titulação que há quase 16 anos está em processo aberto.

Fonte: FURTADO, 2013

Por meio da entrevista realizada, em 17 de agosto de 2020, com a liderança da comunidade São Raimundo-Boa Esperança e por meio dos estudos bibliográficos sobre as comunidades, podemos identificar e classificar alguns tipos de edificações nas comunidades em relação aos seus distintos usos, como moradia, lazer, produção, culto, armazenagem, entre outros. Seguindo os conceitos sobre habitat é perceptível um espaço integrado com o meio ambiente, formado de poucas edificações do perfil urbano apesar de uma crescente influência cultural metropolitana como visto em alguns registros de 2019.

Um dos fatos que implicam na modificação das práticas cotidianas da comunidade quilombola é quando há o surgimento de novos elementos externos à comunidade, que querendo ou não, atuam como atrativos para os jovens que são influenciados pela esperança de um futuro melhor fora do quilombo (FERREIRA *et al.*, 2019, p.16).

O território físico e as relações sociais estabelecidas em Saco das Almas realçam a preocupação de perpetuidade cultural dos remanescentes de quilombos. O território é evidenciado como parte primordial da comunidade, sendo ele a base da agricultura familiar, da pecuária e da busca da identidade cultural. De fato, reafirmando o conceito de Mascaro (2011), o habitat produzido nas vilas tornou-se um espaço de articulação plena com suas relações sociais, espaciais e temporais entre o público, o coletivo e o privado.

A historicidade do território Saco das Almas será apresentada em sua dinâmica, sua transformação num lapso temporal em espaços concretos, situando

sobretudo os marcos da memória que a noção aglutinadora de sofrimento faz retomar nos indivíduos acionados como intérpretes da história de ocupação desse território (FURTADO, 2013, p.9)

As comunidades de Saco das Almas

• Vila das Almas

Sendo esta considerada o ponto de partida para as demais comunidades que fazem parte do território de Saco das Almas, Vila das Almas conta com uma população aproximada de 1396 pessoas, sendo as localidades de Porteiras e Barro Vermelho pertencentes à comunidade (FURTADO, 2013). A Vila das Almas é composta por quatro bairros: Macambira, Bacuri, Planalto e Buritizinho. A estrutura da Vila é caracterizada por 15 ruas, constituindo-se em 5 ruas paralelas e 10 ruas transversais. Por tradição, é realizado na comunidade o festejo da padroeira Nossa Senhora de Aparecida, uma tradição católica que reúne toda a vila e arredores para nove dias de festa que contam com missas, leilões, procissão e barracas de venda de comidas. Em Vila das Almas não são verificados equipamentos de uso comunitário, como usinas de pilar arroz, casas de farinha ou outros. Existe um clube mantido por jovens, chamado clube dos Jovens, e outros de particulares.

• Criolis-Boca da Mata

A comunidade é formada por: Criolis, Sucuruju, Forninho, Boca da Mata, Pedra de Fogo, Lagoinha, Canto do Boi, Pilão, Olho

D'água, Camboatá, Mocambo, Caboré e Carobinha. Criolis, como na maioria das outras vilas, possuía duas ruas principais. Verifica-se a presença de roças comunitárias nos limites de Criolis e o desenvolvimento de hortas comunitárias. Outro ponto interessante da região é a forte influência indígena identificada na localidade de Pedra de Fogo.

• Vila São José

Fronteira com a Vila Pitombeira e contemplada também pelo rio temporário, a comunidade é disposta pelas localidades: Calumbi, São José e Barra do Piancó. A agricultura prevalece com o cultivo de arroz, feijão e mandioca. A prática do uso do rio para asseios e lavagem de utensílios e roupas se faz comum também na região, entretanto com certa dificuldade, pelo fato do rio estar cercado em uma propriedade privada. Os festejos fixos realizados na comunidade são: de São Raimundo (agosto) e a “Festa dos crentes” (setembro/novembro).

• Pitombeira

A comunidade Pitombeira é formada pelo núcleo que recebe o mesmo nome e as localidades de Salinas, Campestre, Macena, Jenipapo, Pirinã e parte de Caminho Novo. Disposta em duas ruas, uma principal que se estende como estrada até o município de Buriti, e uma outra rua transversal, que conta com uma escola municipal e

o posto de saúde da comunidade. A economia da região é alimentada pela pecuária, pelo extrativismo e pela agricultura. Banhada por um rio temporário, afluente do rio Grande, a vila conta com essas águas para o consumo doméstico e tornou-se o local de banho pessoal e atividades coletivas entre mulheres, como lavagens de roupas e louças.

• São Raimundo-Boa Esperança

A Vila Boa Esperança - São Raimundo é composta por duas ruas paralelas e mais de cinco ruas transversais. Leva esse nome por causa do festejo tradicional de São Raimundo, o padroeiro da comunidade, realizado anualmente no mês de agosto. A agricultura e a pecuária se fazem presentes, predominantemente, no cultivo de mandioca e criação de cabras. Com isso, a comunidade apresenta dois currais coletivos para a facilitação da criação de gados e cabras dos moradores. Assim como uma casa de forno comunitária. É válido ressaltar que essa comunidade, dentre as outras do território de Saco das Almas, é a mais afetada pelo agronegócio. Os vastos campos de soja dificultam o uso do território pelos moradores, um empecilho para a agricultura e os pastos, que são a melhor forma de sobrevivência das famílias locais.

• Faveira

Constituída primeiramente como o lote de trabalho pelo Incra, a Vila foi assim renomeada pelos próprios moradores, muitos

advindos da Vila das Almas. Aqui se tem o abastecimento de água por poços (cacimbão) e o plantio da mandioca, a principal fonte agrícola. Sobre as atividades comunitárias e o lazer, tem-se a casa de forno comunitária e o festejo de Nossa Senhora das Dores (setembro).

Figura 3 – Quadro comparativo das comunidades de Saco das Almas

COMUNIDADES	BAIRROS	PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES	ESPAÇOS COMUNITÁRIOS DE ATIVIDADES LOCAIS	LAZER E CULTO	ATIVIDADES ECONOMICAS	LOTES
VILA DAS ALMAS	MACAMBIRA, SACURI, PLANALTO E BURITIZINHO	-2 ESCOLAS; -2 IGREJAS (IGREJA DA NOSSA SENHORA APARECIDA); -CRAS QUILOMBOLA; -CEMITÉRIO DOS "NEGROS"	—	-CLUBE DOS JOVENS -CLUBE DE PARTICULARES; - "A FESTA DE ALMAS"	AGRICULTURA FAMILIAR	—
CRIOLIS-BOCA DA MATA	CRIOLIS, SUCURUJU, FORNINHO, BOCA DA MATA, PEDRA DE FOCO, LAGOINHA, CANTO DO BOI, PILÃO, OLHO D'ÁGUA, CAMBOATÁ, MOCAMBO, CABORÉ E CAROBINHA	-2 CEMITÉRIOS COMUNITÁRIOS (CEMITÉRIO DAS CRUZINHAS E CEMITÉRIO DA PEDRA DE FOCO); -1 ESCOLA; -SEDE DO PETI E PROJovem - IGREJA CATÓLICA- IGREJA EVANGÉLICA- ASSEMBLEIA DE DEUS - "CASINHAS" OU QUITANDAS	-HORTA COMUNITÁRIA -ROÇA COMUNITÁRIA	FESTEJO A SANTA PADROEIRA, NOSSA SENHORA APARECIDA	-AGRICULTURA FAMILIAR -PESCA	—
VILA SÃO JOSÉ	CALUMBI, SÃO JOSÉ E BARRA DO PIANÇO	-1 ESCOLA; -1 POSTO DE SAÚDE; -SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES -CAPELA CATÓLICA -IGREJA EVANGÉLICA	RIO	-FESTEJO A SÃO RAIMUNDO - "FESTA DOS CRENTES"	AGRICULTURA FAMILIAR	NUCLEAMENTO IMPOSTO PELO INCRA. AS FAMÍLIAS OCUPAVAM ANTERIORMENTE AS ÁREAS CONHECIDAS COMO CANINANA
PITOMBEIRA	PITOMBEIRA, SALINAS, CAMPESTRE, MACENA, JENIPAPO, PIRINÁ E PARTE DE CAMINHO NOVO	-1 ESCOLA; -1 POSTO DE SAÚDE; - "CASINHAS" OU QUITANDAS -1 CEMITÉRIO COMUNITÁRIO -CASAS COM PADRÕES URBANOS - "CASA GRANDE"	RIO	CLUBE PARA FESTAS DIVERSAS	-PECUÁRIA FAMILIAR -EXTRATIVISMO (BABAÇU)	CONDOMÍNIOS DE 20 A 40 HECTARES E LOTES URBANOS DE 1 HECTARE
SÃO RAIMUNDO-BOA ESPERANÇA	—	-2 IGREJAS; -1 ESCOLA -8 CASAS DE FORNOS -CEMITÉRIO COMUNITÁRIO	-2 CURRAIS COLETIVOS -CASA DE FORNO COMUNITÁRIA	FESTEJO DE SÃO RAIMUNDO	-AGRICULTURA FAMILIAR -PECUÁRIA	—
FAVEIRA	—	-1 ESCOLA; -10 CASAS DE FORNOS	CASA DE FORNO COMUNITÁRIA	FESTEJO DE NOSSA SENHORA DAS DORES	AGRICULTURA FAMILIAR	INSERIDA NAS PORÇÕES DE TERRAS DESIGNADAS COMO LOTES DE TRABALHOS VINCULADOS À VILA DAS ALMAS

Fonte: FURTADO, 2013

Sobre a agricultura local e outras formas de produção e festividades, tivemos as seguintes informações relacionadas à configuração do espaço e aos usos especificamente da comunidade São Raimundo, por meio da entrevista realizada em 17 de agosto de 2020 com a liderança da comunidade, Clidenor da Conceição:

Figura 4 - Informativo de usos do espaço da comunidade são Raimundo de acordo com a entrevista realizada.

ÁREAS	ESPECIFICAÇÕES	CONFIGURAÇÃO E USO DO ESPAÇO
PRODUÇÃO	<p>AGRICULTURA: PLANTIO DE MANDIOCA, ARROZ, FEIJÃO, MILHO E LEGUMES COMO ABOBORA, MELANCA, QUIABO E ENTRE OUTROS;</p> <p>PRODUÇÃO DE FARINHA: COMEÇA NO MÊS DE JUNHO E PERDURA APROXIMADAMENTE ATÉ O INÍCIO DE SETEMBRO;</p> <p>CRIAÇÃO DE ANIMAIS: GADO, PRA CORTE MESMO, PRA ABATE E VENDA DENTRO DA COMUNIDADE. PEQUENOS PROJETOS DE CRIAÇÃO DE PORCO.</p> <p>EXTRAÇÃO DE COCO BABAÇU: AZEITE COMÉRCIOS PEQUENOS</p>	<p>LOTE DE PLANTIO: APROXIMADAMENTE DOIS A QUATRO QUILOMETROS DAS MORÁDIAS. USO COLETIVO.</p> <p>CASAS DE FARINHA: FAMILIAR. POSSUEM APENAS UMA COLETIVA DA ASSOCIAÇÃO. DURANTE A FARINHADA EM TROCA DE SERVIÇO, JUNTA-SE DUAS OU TRÊS FAMILIAS PARA FAZER A PRODUÇÃO.</p> <p>ÁREA DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS: GRUPO DE PESSOAS QUE TEM A CRIAÇÃO DE GADO DENTRO DO TERRITÓRIO.</p> <p>EXTRAÇÃO DE BABAÇU: NÃO TÃO FREQUENTE, MAS UMA ATIVIDADE COLETIVA. AS MULHERES JUNTAM-SE ATÉ CINCO PARA FAZER COLETAREM E A QUEBRA DO COCO BABAÇU.</p>
RIO	RIO BURITI	<p>BANHOS COLETIVOS, ATIVIDADE DE PESCA AS PESSOAS (MULHERES NA PESCA DE PENEIRA E OS HOMENS PESCA DE ANZOIS). LAZER ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES DA COMUNIDADE QUE AS VEZES AOS FINAIS DE SEMANA, OU AO MEIO DIA. RECORREM AO RIO.</p>
FESTIVIDADES E ATIVIDADES DIVERSAS DE LAZER	<p>SETE FESTEJOS: ARRECADAÇÃO DOS RECURSOS FEITA POR LEILOES, OFERTÓRIO E AS BARRACAS DAS COMUNIDADES DE VENDAS; TAMBOR DE CRIOLA;</p> <p>CAMPEONATO DE ESPORTE: FUTEBOL VAQUEJADAS;</p> <p>AS CORRIDAS DE BOI NO MATO;</p> <p>TORNEIOS DE BALADEIRA;</p> <p>CELEBRAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NEGRA (ORGANIZAÇÃO PELA PASTORAL AFRO, SEMPRE BUSCANDO APOIO DA ESCOLA);</p> <p>REUNIÕES PARA DISCUTIR A QUESTÃO DO TERRITÓRIO: ENCONTRO DE FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE JOVEM QUILOMBOLA</p>	<p>FESTEJOS REALIZADOS NA IGREJA E ÁREAS COMUNS DA COMUNIDADE.</p> <p>CAMPEONATO FEITO NO CAMPO ESPECIFICO COLETIVO PARA TORNEIOS.</p> <p>VAQUEJAS, CORRIDAS E TORNEIOS EM ÁREAS PRIVADAS, MAS COM GRANDE PARTICIPAÇÃO DOS MORADO SENDO PAGO UMA TAXA PEQUENA DE ENTRADA.</p> <p>REUNIÕES COM LIDERANÇAS E MORADORES REALIZADA NAS ESCOLAS DA COMUNIDADE.</p>

Fonte: FURTADO, 2013.

CONCLUSÕES

Reconhecendo a notoriedade da região de Saco das Almas e seu histórico interligado à afrodescendência, a pesquisa seguiu o planejamento no recolhimento de dados sobre o espaço rural e a

configuração das comunidades presentes no território, apesar das limitações ocorridas por conta da pandemia de COVID-19.

Considerando as dificuldades diante da realidade local, empenhou-se ao máximo para reunir informações sobre os padrões de viver e produzir dessas comunidades, assim como para caracterizar as relações e tipologias das edificações com os espaços coletivos e privados de acordo com seus usos e apropriações pelas famílias, parentes e vizinhos.

Da realidade atual apurada, especificamente da comunidade de São Raimundo, estas comunidades ainda sofrem da falta de recursos públicos e serviços de melhorias para a população local. Sua interligação com os recursos naturais e a dependência das comunidades com o meio ambiente reabre as discussões sobre a proteção ambiental e cultural da região. A participação da comunidade em atividades coletivas e usos coletivos dos espaços demonstra sua relação intrínseca com o território e sua importância para a construção do saber local relacionados à história e perpetuidade de suas descendências quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas 2008.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em 13 nov. 2019.

BURNETT, F. L. **Tradição, Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias Sociais: Redes de Conhecimento e Comunicação no Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão**. Projeto de Pesquisa e Extensão, Edital 035/2018 Fapema.

CENIQUEL, Mario. Paisagem e Habitat. **Paisagem e Ambiente**. n. 4, p. 89-106, 1992. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133741>>. Acesso em: 20 out. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005 .

FERREIRA, D. L. ; BRUSSIO, J. C. ; RODRIGUES, E. M. ; SANTOS, M. J. F. . **A CULINÁRIA DO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: perdas e danos do patrimônio cultural quilombola. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. São Luís, v. 2, p. 4-23, 2019.

FIABANI, Aldemir. **Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1998-2008)**. Tese (Doutorado em História). UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FREITAS, Gabriel Maurílio Colombo de. **As expropriações e os quilombos no Brasil**: entraves entre o reconhecimento e a titulação. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde052019181535/publico/Gabriel_Maurilio_Colombo_de_Freitas_versao_revisada.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

FURTADO, M. L. S. **A alma da mangueira e suas raízes de sofrimento**. Relatório final do estudo histórico antropológico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola de Saco das Almas, realizado como requisito do contrato celebrado entre o INCRA e DEMACAMP. São Luís, Maranhão, 2013.

MASCARO, Munique Cunha. **Habitat do urbanismo à arquitetura comunitária**. Dissertação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2011.

MENEZES NETO, J. B. Reflexões sobre os espaços rurais: caminhos para o desenvolvimento rural brasileiro. **Revista Rural & Urbano**, Recife. V. 02, n. 02, p. 02-25, 2017.

MONIZ FILHO, M. F. **Autoconstrução: a moradia de descendentes de quilombolas na microrregião de Chapadinha - MA**. Dissertação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. São Luís, mimeo, s/d.

PONTE, K. F. Repensando o conceito de rural. **Revista Nera**, São Paulo, v. 07, n. 01, p. 20-28, 2004

SOUSA, J. R. M. Quilombos (palenques), terras de preto: identidades em construção. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v. 11, n. 22, p. 33-57, 2011.

VIANA. Kelliane da Silva. **A Terra Prometida ainda é promessa: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

O QUE ACONTECE NA PRAÇA? UMA LEITURA DO COTIDIANO DA “PRAÇA DEODORO” EM SÃO LUÍS – MA, DE “PERTO E DE DENTRO”.

Renata Caroline Araújo Costa¹

Débora Garreto Borges²

INTRODUÇÃO

Compreender um território urbano - seja uma cidade, um bairro ou uma praça - requer um olhar direcionado e atento, uma vez que se trata de um cenário que possui diversos atores dentro de sua própria cena, seus diálogos, suas ações, emoções, razões reverberam dentro do ambiente, conseqüentemente, criam laços de familiaridade com o espaço, tornando-o um lugar.

Torna-se evidente que a vida cotidiana no espaço livre público urbano é capaz de transformar as dinâmicas, atraindo novos públicos, novas funções e novos significados de lugar a um tempo estático ou dinâmico, sendo variável, rico e único, pois sua identidade pertence somente ao lugar. O presente artigo se trata de um projeto de pesquisa realizado entre o segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020, através da Universidade Estadual do Maranhão, em que buscou responder à pergunta “O que acontece na praça?” a partir da abordagem etnográfica “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), a qual se respalda em uma leitura do cotidiano, isto é, uma descrição minuciosa em primeira pessoa. Dessa forma,

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, UEMA, São Luís-MA.

² Prof^a do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UEMA, São Luís-MA.

questionou-se o que esses espaços, nesse caso, a “Praça Deodoro” em São Luís – MA, através das práticas socioespaciais cotidianas, revelam sobre a cidade na contemporaneidade, buscando compreender os impactos ocasionados pelos seus costumes e trocas.

Assim, buscou-se, como objetivo geral, a realização dessa leitura do cotidiano da “Praça Deodoro” em dias de semana e finais de semana, visando, especificamente, compreender as transformações socioespaciais ocorridas após a requalificação da Praça Deodoro entre 2018 e o momento presente, estudar os conceitos de lugar e lugar antropológico e mapear as práticas cotidianas na praça.

METODOLOGIA

Foi realizado, em primeiro plano, o aprofundamento do referencial teórico e metodológico dos seguintes autores: Marandola (2012), demonstrando os múltiplos significados de lugar; Augé (1994), contribuindo para compreensão de lugar antropológico; bem como Borges (2005) e Rocha (2019), arquitetas e urbanistas, que, através das suas pesquisas e descrições, possibilitaram o entendimento da identidade que a “Praça Deodoro” carrega, e ainda Valente Pereira (2014) e Magnani (2002), autores responsáveis, respectivamente, pelo método da leitura da imagem e pela ferramenta etnográfica “De perto e de dentro”.

Após o aprofundamento, houve a preparação para a leitura em que o observador se familiariza com os elementos e particularidades da praça, em sequência, a leitura de aproximação, com a inserção direta do observador a “Praça Deodoro”, buscando analisar as práticas, setorizações e públicos frequentantes. Posteriormente, foi realizada a etapa da leitura do cotidiano, que consiste em uma coleta de dados das práticas oriundas da praça, com a descrição densa e escrita em 1ª pessoa, a partir do olhar atento e direcionado, tendo como auxílio o uso de aparelhos fotográficos para registrá-las. Finalmente, após a execução das 6 visitas *in loco*, houve a sistematização e análises dos dados a fim de espacializar as práticas socioespaciais através de croquis e mapas.

RESULTADOS

A “Praça Deodoro” em São Luís se caracteriza como lugar de experiências marcantes, um palco de grandes vivências com manifestações políticas e sociais, ocorrendo, por muitas vezes, devido a sua localização estratégica no centro da cidade, obtendo sua visibilidade, difundindo histórias, criando caminhos, servindo como ponto de encontro e lazer.

Recentemente, com o fim das obras da última reformada realizada em 2018, a “Praça Deodoro” recebeu o cuidado dos projetistas de trazer referências relacionadas à memória, se tratando tanto de mobiliário urbano, como a recolocação dos bustos das

personalidades maranhenses. Além disso, a valorização da arborização já existente, algumas delas tombadas, como é o caso do oitizeiro, o qual busca privilegiar o pedestre, proporcionando espaços com sombra que geram permanência, bem como o prolongamento do passeio, fechando as vias que separavam as praças, e, ainda, outras alterações como a paginação do piso, o uso de balizadores etc.

Para Augé (1994), o lugar antropológico se refere a uma construção concreta e simbólica do espaço, apesar das vicissitudes, suas constantes mudanças de dinâmica, se apresentando como princípio de sentido para os que habitam e princípio de inteligibilidade para os que observam. Além disso, apresenta três características comuns, podendo ser identitários, relacionais e históricos. Identitários se refere ao nascer, e ainda, ao sentido de pertencimento do indivíduo com o espaço, “o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual” (AUGE,1994, p.52). Dentro do mesmo lugar, podem existir elementos distintos ou semelhantes os quais se relacionam e possibilitam a troca uns com os outros, sendo, portanto, relacional. E o histórico que reúne a identidade e as relações a fim de reconhecer os marcos, possibilitando um resgate do passado, mas não pertencendo a ele.

Dessa forma, a teoria de lugar antropológico retrata a visão do espaço, permitindo a aproximação do observador com o objeto de estudo, buscando compreender os significados, suas trocas e memórias através de suas práticas cotidianas. Ao passo que, com o

auxílio do método da etnografia “de perto e dentro” utilizada nessa pesquisa, é possível perceber a diversidade dos seus rituais cotidianos, revelando os indivíduos que frequentam a “Praça Deodoro” como os próprios influenciadores da dinâmica na cidade.

Segundo Magnani (2002), a etnografia é uma ferramenta capaz de compreender o fenômeno urbano, o qual busca entendimento em relação às dinâmicas culturais, bem como as diversas formas de sociabilidade. Entretanto, cabe ressaltar que o autor defende a utilização dessa ferramenta seguindo a perspectiva *de perto e de dentro*, um olhar com um foco intermediário, apresentando certa distância do todo. Assim, exhibe a importância dos atores sociais, bem como as suas práticas que provocam mudanças dentro da dinâmica da cidade, não julgando se é certo ou errado os seus rituais cotidianos, mas enriquecendo a interpretação subjetiva do observador. Por isso, a diversidade multicultural que as grandes cidades, bem como o espaço livre público apresentam, é relevante, pois possibilita grande troca de informações, novos arranjos e experiências diversificadas. Portanto, a antropologia oferece novo olhar a partir do método etnográfico.

Segundo Luz Valente (2014), a leitura da imagem se trata de outra ferramenta de avaliação realizada em determinada área urbana a ser estudada. É através desse método, de forma direta e individual, que é gerado um retrato crítico que permite identificar, assimilar, interpretar e avaliar as características do lugar.

Dessa forma, a leitura é vista como personalizada, pois é construída por meio da percepção individual da dinâmica ocorrida. A análise é realizada através da inserção do pesquisador no objeto, sendo, portanto, sensibilizado por ele, identificando e percebendo os aspectos do meio urbano específico, para então, analisar o que vê.

É necessário buscar interrogações como “porque determinadas ações ocorrem nessa área da ‘Praça Deodoro’ e em outras não?” ou “Como as pessoas se apropriam desses elementos da praça?”, são analisadas as invariantes que proporcionam aos indivíduos a permanência ou a não permanência em determinada zona, que traduzem o traço de personalidade do lugar. Além disso, é necessária a realização de algo que traga inteligibilidade à leitura, onde os dados sejam “cartografados, legendados e ilustrados” para representar aquilo que foi observado.

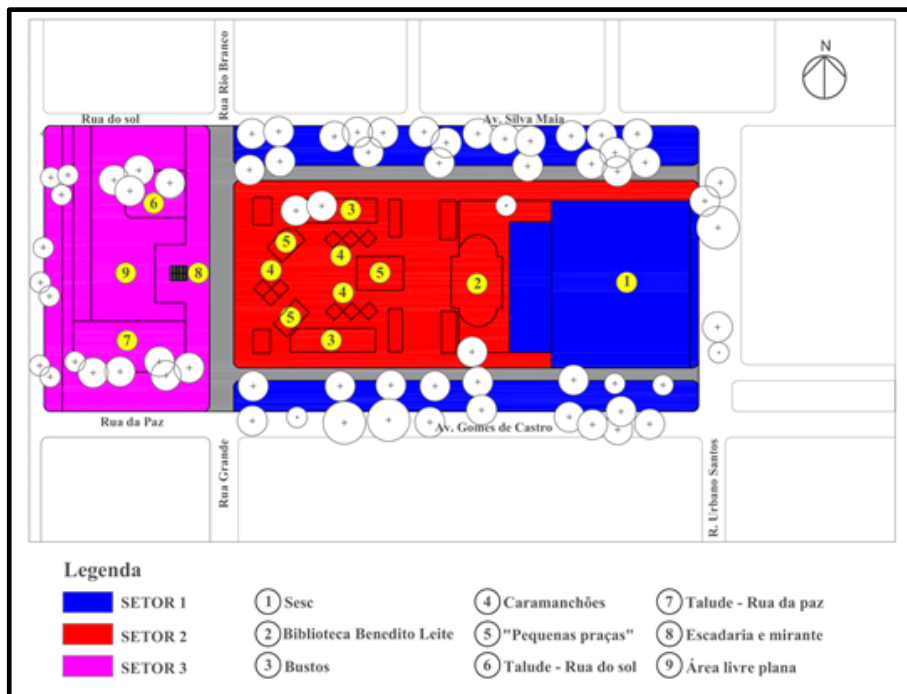
Considerando a relevância da história e da memória, para preparação da leitura da área, é imprescindível buscar conhecer e entender o contexto urbano em que a praça pertence. Para então, percorrer toda a área, observando como são as interações com o espaço, quais são as atividades realizadas, o público que se apropria, interrogando-se à medida que é feita a observação relacionando com os conhecimentos que a Arquitetura e Urbanismo proporcionam.

A partir das lentes “de perto e de dentro”, bem como o método de leitura da imagem, foi possível descrever as práticas cotidianas, aquilo que é visto e sentido, ou seja, uma análise multissensorial,

densa e escrita em 1ª pessoa. Trata-se de uma leitura personalizada, pois é construída por meio da percepção individual das dinâmicas ocorridas. Nesse sentido, foi necessário analisar o que foi visto durante as 6 visitas realizadas, sempre propondo questionamentos a fim de estudar as invariantes que traduzem o traço de personalidade da “Praça Deodoro”, realizando croquis e mapas para trazer inteligibilidade à leitura.

Considerando a vasta área da praça, foi realizada uma setorização para facilitar a localização das descrições do observador, bem como a identificação dos atuais elementos do espaço (Figura 01). Verificou-se que o que acontecia na praça revelava dinâmicas, apreciação, apropriação e permanência dos atores sociais. O movimento vai-e-vem das adjacências – lojas e comércios e, ainda, dos embarques e desembarques dos terminais de transporte público – tornou a praça parte do cotidiano de cada indivíduo devido a sua centralidade. As práticas cotidianas mostraram que a praça tem uma representação única e simbólica para cada indivíduo que a usufrui, para alguns o espaço se exhibe como local de trabalho, para outros como espaço de lazer e contemplação, ou ainda, um ponto de passagem, revelando-a como um lugar múltiplo e acolhedor para a cidade.

Figura 01 – Setorização e identificação dos elementos na Praça Deodoro.



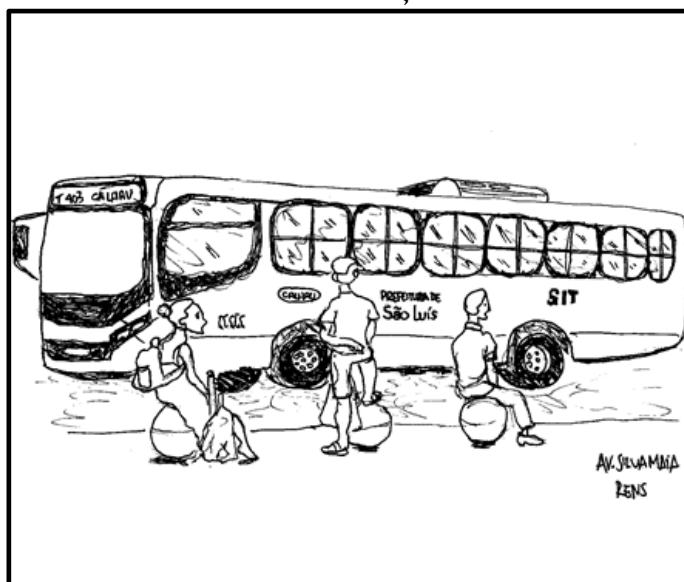
Fonte: Elaboração própria, 2019.

Muitos elementos e áreas da praça foram apropriados por seus atores sociais, como, por exemplo, os balizadores - mobiliário urbano com o objetivo de impedir a entrada de veículos na praça – que foram usados como “bancos”, principalmente, próximo as paradas de ônibus e regiões da praça que apresentavam proteção contra a insolação, da mesma forma ocorreu com a escadaria da Biblioteca Benedito Leite (Figura 02). Os taludes também proporcionavam conforto térmico e acústico nos quais, constantemente, eram vistas

pessoas, permanecendo nesses espaços por mais tempo ao longo do dia.

Outrossim, foi visto constantemente a prática de vendas na “Praça Deodoro” em que o pesquisador foi abordado inúmeras vezes durante a pesquisa revelando esse espaço de troca e interação dos indivíduos. Além disso, a praça também é vista como forma de obter sustento, sendo um espaço de extrema importância e valor para os vendedores ambulantes.

Figura 02 – Croqui representado a apropriação dos balizadores na Praça Deodoro.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Também foi presenciado um ato de cunho político contra o aumento da passagem de ônibus no mês de fevereiro, que reuniu jovens, ratificando a centralidade da praça, caracterizada como um

palco para a liberdade de expressão política na temática de luta social. O espaço livre público – por ser extenso, aberto e ao livre, que proporciona mobiliário urbano, e as áreas verdes como taludes para abrigá-los em grandes proporções – é ideal para convocação de manifestações (Figura 03).

Figura 03 – Jovens ocupando os taludes aguardando o protesto.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

É válido ressaltar, também, que as visitas à praça foram planejadas para ocorrerem de outubro de 2019 até o mês de março em 2020, porém foram realizadas até o mês de fevereiro, em decorrência do cenário de pandemia global.

A partir dessa coleta de dados *in loco*, dentro desse período, foi realizado o mapeamento a fim de espacializar tais informações. Os mapas feitos apresentam tópicos que foram analisados, tais como:

os setores identificados, as regiões de permanência dos usuários, áreas com frequências de registros fotográficos e os fluxos pedonais.

A apropriação do lugar, isto é, o uso dos espaços que a praça proporciona aos indivíduos, bem como o sentimento de pertencer e usufruir do mesmo, garante a vida cotidiana do espaço livre público urbano. Na época natalina, os eventos ocorriam predominantemente na Praça Pantheon, se beneficiando da fachada da Biblioteca Benedito Leite, bem como os seus adornos e instalações efêmeras como o palco do Reviva Centro e a árvore natalina de garrafa pet (Mapa 01). No período de janeiro a fevereiro de 2020, com a ocorrência da manifestação contra o aumento de passagem, bem como a atração musical estrangeira expôs outra faceta de cunho cultural e político, convidando e atraindo a população para outros espaços da praça (Mapa 02).

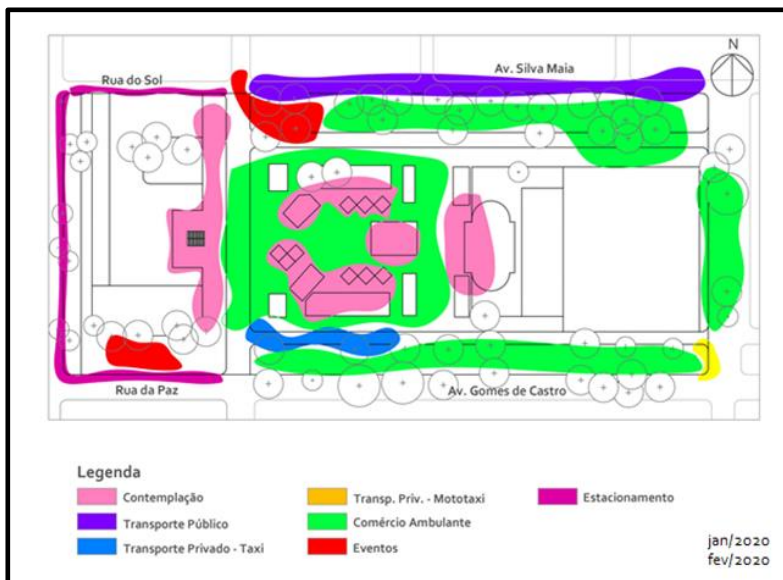
O comércio ambulante – vendedores transportando caixas de isopor, cestas ou bolsas com seus produtos – se apropria de forma maciça da Praça Pantheon, aproveitando o aumento do público na época natalina. Após esse período, o comércio foi expandido ao longo das alamedas, acredito que, para buscar mais clientes, uma vez que os pontos de ônibus na Alameda Silva Maia movimentam o fluxo, assim como o acesso à Av. Gomes de Castro em direção à Rua Grande

Mapa 01 – Setores identificados nos meses de outubro de 2019 a janeiro de 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

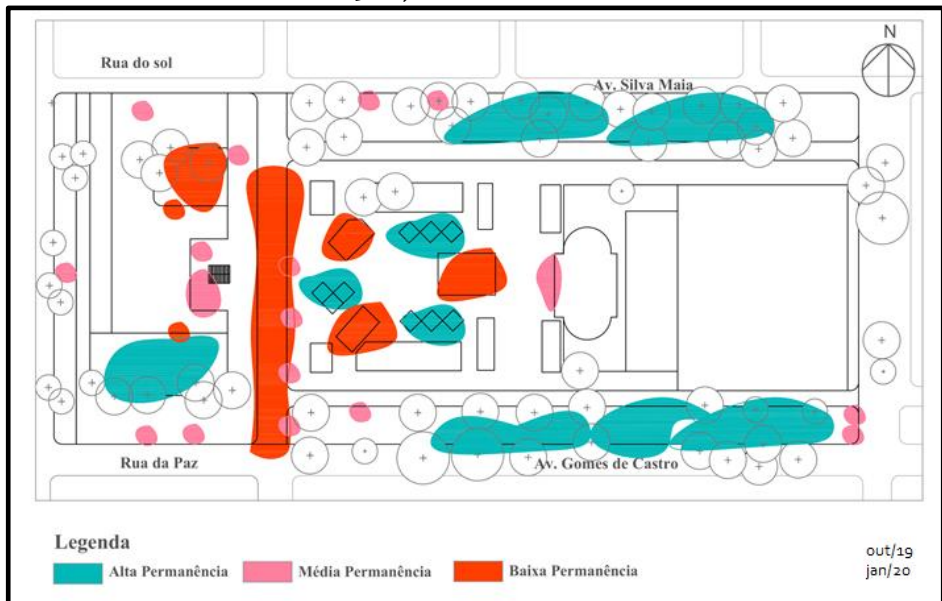
Mapa 02 – Setores identificados nos meses de janeiro a fevereiro de 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

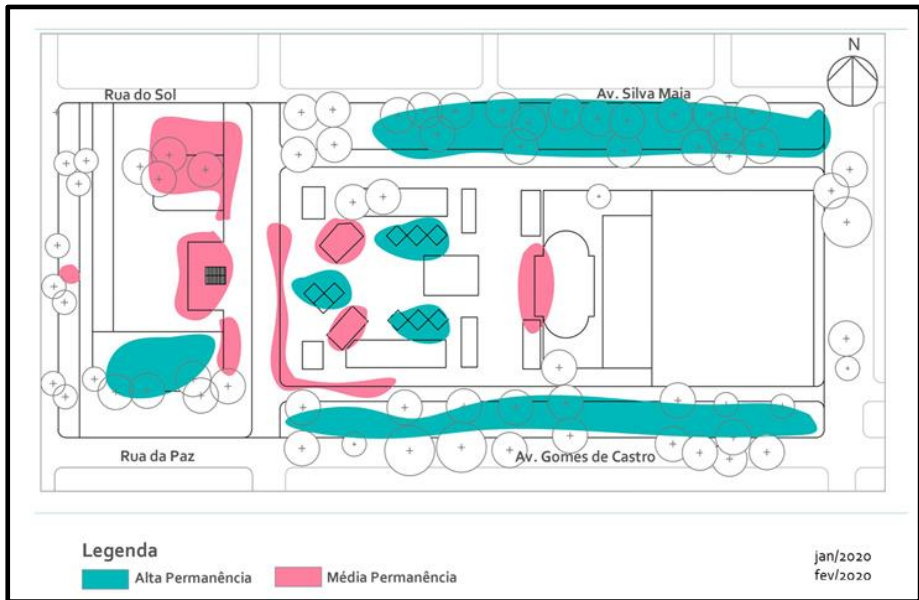
A permanência dos usuários no Complexo Deodoro obteve pouca variação. As áreas que proporcionavam conforto térmico, como as alamedas e os taludes, estavam sempre ocupadas (Mapa 03). As ocupações nos caramanchões e nas “pequenas praças” dispostas na Praça Pantheon sofriam variação na permanência dos usuários ao longo do tempo, uma vez que a insolação nessas áreas trazia um pouco de desconforto, sendo percebido um maior público ocupando ao entardecer (Mapa 04).

Mapa 03 – Permanência dos usuários nos meses de outubro de 2019 e janeiro de 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

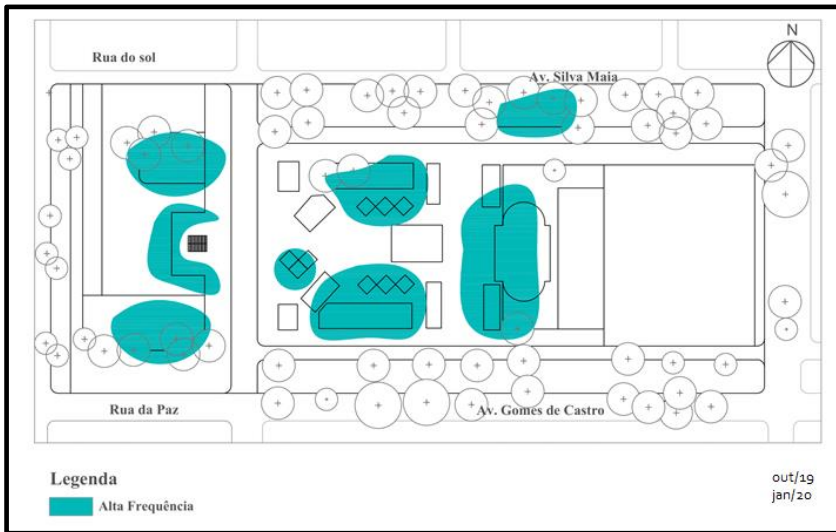
Mapa 04 – Permanência dos usuários nos meses de janeiro a fevereiro de 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

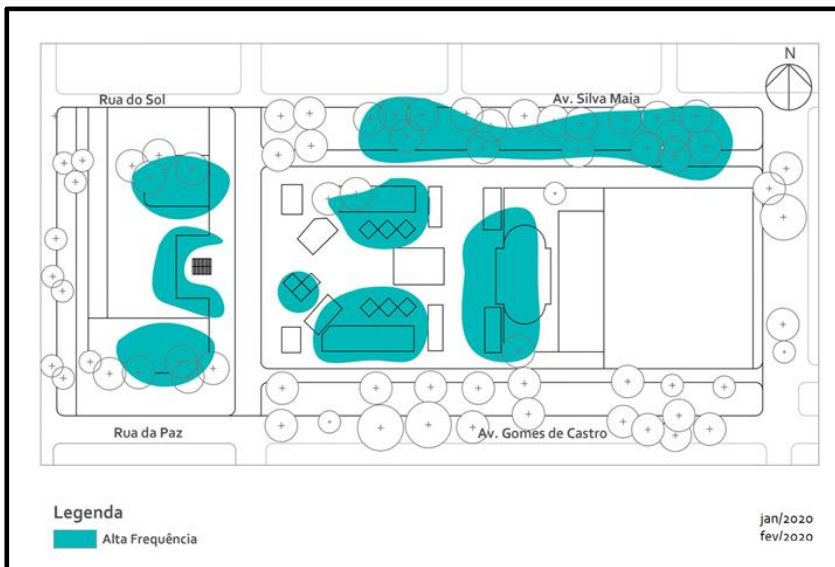
Os taludes gramados e arborizados se configuram como locais agradáveis para permanecer, conversar, deitar e ainda registrar os momentos através de fotografias (Mapa 05). Os registros fotográficos percebidos nas visitas in loco ocorreram, constantemente, em áreas específicas, não apenas nos taludes, mas também nas pequenas praças, nas áreas com os bustos, nos caramanchões, na fachada da Biblioteca Benedito Leite (Mapa 06).

Mapa 05 – Frequência dos registros fotográficos nos meses de outubro de 2019 a janeiro de 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

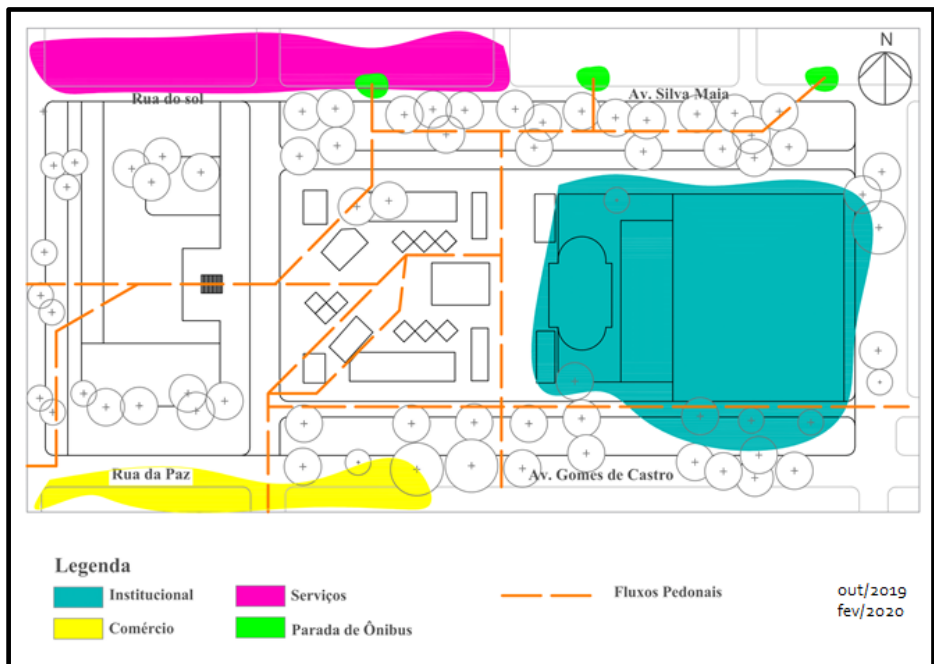
Mapa 06 – Frequência dos registros fotográficos nos meses de janeiro e fevereiro de 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Por fim foi feito o mapeamento dos fluxos pedonais, os quais são oriundos principalmente dos pontos de ônibus dispostos na Av. Silva Maia, bem como na Av. Gomes de Castro que percorrem a extensão da praça. Devido ao seu entorno abastecido por serviços e comércio, como a Rua Grande, que sustenta o mercado do centro da cidade, os indivíduos realizam trajetos que caminham pela praça (Mapa 07).

Mapa 07 – Fluxos pedonais nos meses de outubro de 2019 a fevereiro de 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

CONCLUSÕES

Este artigo buscou compreender o que os espaços livres públicos urbanos, através de suas práticas socioespaciais cotidianas, revelam da cidade na contemporaneidade, a partir da leitura do cotidiano na “Praça Deodoro” em São Luís – MA, segundo a perspectiva “de perto e de dentro” realizada nos dias de semana e finais de semana.

Através da etnografia e do exercício de observar “de perto e de dentro” foi possível imergir no campo de estudo, possibilitando a aproximação e interação do observador com o público que vive o cotidiano na praça. O contato com a praça revelou que os indivíduos se relacionam de múltiplas formas com o espaço livre público urbano, isto é, mostrou que para cada um a praça representa uma singularidade. Além disso, a metodologia adotada, possibilitou a escrita dos relatos em 1ª pessoa, uma vez que trata da visão particular do observador, sua percepção apurada e direcionada juntamente com seus sentidos, que gerou uma análise multissensorial respaldada no aporte teórico-metodológico da Arquitetura e Urbanismo e aplicação de conceitos oriundos da Antropologia.

A pesquisa seguiu seu curso como previsto até que no final de fevereiro de 2020 houve a confirmação do primeiro caso de corona vírus no Brasil, o que, posteriormente, configurou-se como um cenário de pandemia global, e acarretou a suspensão do calendário

acadêmico da UEMA, conseqüentemente, as visitas *in loco* que seriam realizadas no mês de março foram canceladas.

Apesar de não concluir todas as visitas previstas, foi possível compreender a pluralidade das práticas cotidianas que têm como palco a “Praça Deodoro”, sendo a mesma dotada de valor histórico, identitário e relacional, portanto, plena de significados na memória afetiva das pessoas. Tais práticas no espaço livre público urbano revelaram as múltiplas formas que os indivíduos usufruem, por e para motivos e fins diversos, seja para obter lucro financeiro com trocas comerciais, para contemplar, ler um jornal, encontrar alguém, fazer uma pausa ou caminhar apressadamente. Constitui-se como um lugar antropológico capaz de reunir e familiarizar indivíduos desconhecidos, construir palcos para manifestações sociais e culturais, sendo transformada constantemente, ratificando-a como espaço vital para a cidade na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2.ed. São Paulo: Papirus, 2001.

BORGES, Débora Garreto. **Usos e territórios do espaço livre público**. O caso da Praça Deodoro em São Luís-MA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.17, n.49, p.12-29, 2002.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, L. de. **Qual o espaço do lugar**. São Paulo, 2012.

ROCHA, Nathália Christine Garcez. **Práticas Cotidianas no Espaço Público Tombado: Uma análise do Complexo Deodoro em São Luís – MA**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

VALENTE-PEREIRA, Luz. **Planeamento da reabilitação de áreas urbanas II. Leitura da imagem urbana**. Lisboa:LNEC, 2014.

**CIÊNCIAS
SOCIAIS**

A DINÂMICA DA DISPUTA TERRITORIAL ENTRE QUILOMBOLAS E GRANDES EMPREENDIMENTOS: histórias locais em confronto com projetos globais

Marina Azevedo Feitosa¹

Marivânia Leonor Souza Furtado²

INTRODUÇÃO

As mobilizações coletivas de comunidades tradicionais se dão pela existência de deficiências em direitos que não estão garantidos ou, se estão garantidos, não estão sendo cumpridos. As solicitações são feitas direcionadas ao Estado, mas este tem se mostrado insensível ou em desencontro a esses povos.

Isto é possível de observar a partir do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no artigo 68, que garantiu o direito à propriedade definitiva aos quilombolas (BRASIL, 1988), mas não é o que vem acontecendo no território de Alcântara-MA, por exemplo, bem como o respeito à natureza e às políticas públicas já criadas para a garantia de uma Reserva Extrativista³, sendo Cajueiro (São Luís-MA) inserida no território demandado como Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão. marinazevedofeitosa@gmail.com

² Professora Adjunta III do Departamento de Ciências Sociais/CCSA e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial da Universidade Estadual do Maranhão. marivaniafurtado@yahoo.com.br

³ Dentro das Unidades de Conservação existem as Reservas Extrativistas (RESEX) definidas pela Lei 9.985/2000, art. 18, que são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais e outros, com o objetivo básico de proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Como resultado de alguns processos de resistência, 816 comunidades já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, como remanescentes de quilombos entre os municípios existentes no Maranhão (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020).

As comunidades quilombolas no Maranhão estão dispostas nas partes norte e central do estado e representam um significativo percentual da população maranhense, conforme cadastro junto à Fundação Cultural Palmares, tendo como caso emblemático, na atualidade, as comunidades quilombolas de Alcântara-MA.

Tal processo de organização social (o uso comum da terra como aspecto atual de afirmação de identidade quilombola) e a luta destas comunidades tradicionais pela garantia de direitos já pactuados poderiam ser entendidos como o aquilombamento contemporâneo. Segundo Furtado (2018) o aquilombamento contemporâneo diz respeito aos processos de resistências das comunidades quilombolas, que se organizam historicamente, mediadas pelas relações socioeconômicas, culturais e políticas, frente às estruturas de poder dominantes.

O conflito presente em Alcântara-MA se estende há décadas e o problema ainda não foi solucionado, apesar da existência de várias comunidades, denúncias e documentos construídos que atestam os conflitos. Lá não houve uma consulta prévia antes do remanejamento das comunidades, por ser anterior à Convenção 169 da OIT (2002), no entanto, há uma ameaça de novos remanejamentos, sendo de

direito que se faça a consulta prévia.

Segundo Shiraishi Neto (2007 e 2014), o direito está sendo formulado conservadoramente e, conseqüentemente, isto vem sendo um entrave à luta dos povos tradicionais. Destaca que, desde a CF/88, a garantia dos direitos dos povos tradicionais faz menção sobre identidade, no entanto, ainda se ignora a pluralidade dos povos. Com a Convenção 169 da OIT, foi destacada a Consulta Prévia, que veio a ser mais uma das legislações que aparenta a participação coletiva, com requisitos legais, mas na realidade não concretizam o(s) objetivo(s), interesses e decisões dos povos tradicionais.

É necessário garantir que esses direitos sejam cumpridos pelo Estado, bem como dar conta dos processos de institucionalização de direitos quilombolas como proposições que tencionam um coletivo configurado e dos mecanismos que estão em jogo nos processos de consulta, seleção e institucionalização (BRUSTOLIN, 2015, p. 21). Necessário, ainda, que comunidades tradicionais transcendam a condição de sujeitos concretos, alvos de direitos, para sujeitos sociais que se organizam na busca e efetivação de tais direitos. Retomando uma definição marxista, essas comunidades sairiam de uma condição “em si”, para a conquista e redefinição de uma história “para si” (FURTADO, 2018).

Este trabalho trata de interpretar as formas de ocupação espacial, processos de lutas e resistência das comunidades tradicionais frente aos grandes empreendimentos (públicos e

privados) sobre seus territórios, tomando como campo empírico as comunidades de Cajueiro em São Luís e Marudá em Alcântara-MA.

METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho, utilizamos a reflexão teórica de Bourdieu (2016) quanto ao pensar relacionalmente o objeto, além de fazer história social dos conceitos para não cair em pré-noções. Seguimos também a proposta da sociologia reflexiva de Bourdieu. Para tanto, ele nos diz que: “[...] uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz.” (BOURDIEU, 2016, p.33). Ou seja, antes de buscarmos desvendar o objeto analisado deveríamos desvendar-nos e compreendermo-nos como cientistas, e em seguida desvendar e compreender o próprio meio científico no qual estamos inseridos. Assim, não é cabível haver dissociação entre método e prática, pois não é possível falarmos em algum método separado do objeto de pesquisa, ou seja, de algum método que se encaixe a priori neste objeto e que não necessite ser complementado por outras correntes metodológicas.

Além disso, foi utilizado a metodologia posta por Mignolo (2003) que propõe privilegiar as narrativas ou “histórias fronteiriças” que organizam os “sistemas de conhecimento” e as práticas de vida dos povos que historicamente ocuparam ou ocupam lugares subjugados pelo “paradigma eurocêntrico da modernidade”, assim,

possibilitando, uma nova dimensão epistemológica e oportunizando aos agentes contarem a sua versão da sua própria história.

Diante desta metodologia decolonial, a pesquisa ganha direções para uma análise crítica dos efeitos do desenvolvimento na realidade dos agentes, quando apresentamos, a partir das narrativas locais, o relato afirmativo de uma resistência dos povos e comunidades tradicionais.

Utilizamos como procedimentos de pesquisa algumas leituras bibliográficas e documentais (análise de documentos como Portarias e Leis da CF/88) essenciais para a temática e entrevistas com os agentes passíveis de confrontos territoriais com os mega empreendimentos privados e/ou públicos, bem como a participação (ou a ausência dela) do Estado em meio a esses conflitos. Seria o que Oliveira (2006) propôs como *métier* ou ofício do antropólogo: o “Olhar, Ouvir e Escrever” como estratégias da produção do conhecimento antropológico.

Territorialização e desterritorialização: processo de certificação de territórios

O entendimento sobre território faz-se necessário para a construção da análise desta pesquisa e, para tanto, partimos de um referencial teórico multidisciplinar com a pretensão de ampliar conhecimentos sobre o tema. Desse modo, um dos autores pioneiros na discussão do conceito de território foi o Claude Raffestin (1993):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O autor ainda entende território como um substrato ou como um palco, pré-existente ao território. Percebe, ainda, que este espaço passa a ser marcado pelo poder:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Partindo de uma compreensão de caráter político, para Fernandes (2008) “O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades” (FERNANDES, 2008, p. 27). Existe, portanto, a construção de um espaço social que se difere do físico ou geográfico, mas que assume também as suas semelhanças porque são construídos conjuntamente. O autor ainda acrescenta que:

O espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais. O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. [...] Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma

dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. (FERNANDES, 2008, p. 26).

Para esse autor, “são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*” (FERNANDES, 2008, p. 27) Essa reflexão nos permite observar a construção das relações sociais de comunidades tradicionais frente aos conflitos de interesse econômicos negociados entre o Estado e empresas públicas e/ou privadas.

As terras ocupadas primeiramente por povos tradicionais assumem um significado de provedora de vida e ao mesmo tempo de provedora de morte. Quando pensado na linearidade do tempo, podemos perceber que uma mesma terra provedora de vida passa a ser provedora de morte quando acontece a conflitualidade de interesses. É essa relação social conflitiva e contraditória que vai moldar aquele espaço e território. Por essa razão, o território carrega em si sua identidade. “O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência” (FERNANDES, 2008, p. 30).

Bourdieu (2016) refletia que a própria construção de uma definição legítima de território/região/espaço assume conflitos entre as ciências, isso porque um espaço/território/região/terra aciona elementos que intercalam os interesses dessas ciências. Assim, a construção desses espaços é social e intelectual.

Segundo Fernandes (2008), a construção de território significa, quase sempre, a destruição daquele território, pois os

movimentos socioterritoriais formam-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. Veremos a seguir, portanto, como esses processos acontecem em dois casos.

O Art. 68 da ADCT⁴ garante que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” O Brasil tem registrado a existência de 3386 comunidades remanescentes de quilombos (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020). Desde 1988, apenas 127 áreas de terras foram tituladas pelo governo federal, 1290 processos de regularização fundiária instaurados atualmente e, apesar da titulação de terras, não vêm ocorrendo alterações na situação fundiária (BRUSTOLIN, 2015, p. 17).

A partir da Constituição de 1988, que reconhece os remanescentes de quilombolas, eles passam a assumir como autodenominação quilombola para fins de interlocução com as estruturas de poder. O Art. 68 nos permite contextualizar a reivindicação atual identitária, étnica e racial do grupo e sobre o reconhecimento do território de ocupação tradicional.

Alguns quilombos se formam em condições precárias, não tendo, portanto, condições, muitas vezes, de conhecer seus direitos e, conseqüentemente, não tendo a chance de lutar por eles. Aproveitando-se dessa condição da desinformação dessas

⁴ ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

comunidades, empresas tomam de conta dessas terras através de discursos muito convincentes e, com aqueles mais resistentes, com o uso da força e violência física.

É necessário garantir que esses direitos sejam cumpridos pelo Estado. A questão, então, é dar conta do processo de institucionalização de direitos quilombolas como proposições que tencionam um coletivo configurado e dos mecanismos que estão em jogo no processo de consulta, seleção e institucionalização (BRUSTOLIN, 2015, p. 21).

A seguir veremos as configurações das disputas territoriais em Marudá (Alcântara-MA) e em Cajueiro (São Luís-MA).

Relação: Agrovila Marudá / CLA

Em 1648 foi fundado o município de Alcântara – MA, com a economia da época voltada para a produção de algodão e cana de açúcar, utilizando-se mão de obra escravizada. Alguns quilombos⁵ foram se formando por escravizados fugitivos ou libertos, baseados na produção coletiva.

Entre os anos de 1770 e 1809, a cidade era o centro da aristocracia rural agroexportadora e mantinha fortes relações com a

⁵ Fazendas formadas por comunidades tradicionais com culturas, línguas, formas de produção e regras internas próprias. Chamadas também de “terras de preto” ou “comunidade negras”. – Ver: ALMEIDA, Alfredo. **Terras de Preto, Terras de Santos e Terras de Índio – Uso Comum e Conflito**. Revista do NAEA, UFPA, 1989.

capital da metrópole, Lisboa. No século XIX, houve uma decadência na produção de açúcar e algodão na região de Alcântara, fazendo com que os senhores de engenho abandonassem⁶ as suas terras e escravos.

No início dos anos 1970, o governo estadual decretou que os territórios dos quilombolas da região eram na verdade “terras devolutas”, ou seja, ociosas e abandonadas, e passou a lotear grandes áreas, divididas em pequenas parcelas, que foram vendidas a agricultores advindos de outros estados (SÁ, 2007).

Em 1980, a partir do decreto nº 7.320, as ameaças de desapropriação chegaram aos povos de Alcântara para a implantação de um empreendimento aeroespacial, que não aceitaram e fizeram suas mobilizações e reivindicações até 1985. Entretanto, em 1986 foi confirmada a desapropriação (Decreto nº 92.571) e, com essa medida, os fazia se sujeitar às condições do Estado e do Projeto da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em 1986, após a consolidação do remanejamento compulsório dos territórios quilombolas de Alcântara, iniciou-se a construção das “agrovilas” para 312 famílias de quilombolas que foram retiradas (expulsas de seu território) e transferidas para sete agrovilas,

⁶Ver em: ALMEIDA, Alfredo. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. Ed. 2. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008. // _____. **Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara** - laudo antropológico - Volume 2. Brasília: Edições Ibama, 2006.

localizadas a 14 km de Alcântara. Essa desterritorialização decorreu da construção do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA).

Para a “Agrovila Marudá” (chamada pelos(as) moradores(as) de Marudá Novo) foram remanejadas 54 famílias, sendo elas vindas de Marudá Velho e de outros povoados, ocasionando, portanto, numa desorganização social, econômica, política e cultural construída historicamente.

As agrovilas ou distritos agrícolas são conjuntos habitacionais construídos pelo CLA para o reassentamento de comunidades tradicionais seculares (quilombos) que residiam em povoados próximos à Base e/ou no território que hoje está ocupado pela Base, ocasionando em uma série de descontentamentos e confrontações de território. Nesta pesquisa nos atentaremos mais especificamente à situação que a “Agrovila” Marudá se encontra.

Ao realizar um *survey* em outubro/2018 em Marudá, conseguimos o relato do Sr. Máximo Nascimento, conhecido como Sr. Chico, no qual ele expõe como vivenciou este processo de remanejamento para a Agrovila Marudá:

Nessa terra que fomos deslocados têm várias famílias de várias comunidades e fomos remanejados para uma terra que já tinha uma comunidade. Essa terra já não era nossa e não temos documentação que nos prove que somos daqui já que fomos remanejados. Estamos lutando há muito tempo, mas sem sucesso. Viemos para essa agrovila em 1980, retirados pelo próprio governo e ainda não temos registro da Fundação Palmares, mas estamos brigando pela titulação da terra. Aqui é Marudá Novo. Lá em Marudá Velho a gente tinha a documentação da terra. Mas aqui não temos

documentação nem da terra e nem da casa. São 884 hectares de terra, 100 famílias deslocadas. Aqui é terra quilombola (Máximo Nascimento – 26/10/2018).

Podemos perceber, portanto, que foram deslocadas para agrovilas várias famílias, reunindo diferentes comunidades em um mesmo local. Isto contribuiu para conflitos internos. O nome “agrovila” foi dado pelo CLA, que significa vila de agricultores, nome que os descaracterizou porque eles não praticavam, nas antigas terras – Marudá Velho, apenas a agricultura, mas também a pesca e o extrativismo (ALMEIDA, 2011). Houve, por parte do Estado, a tentativa de classificar e definir os agentes, no entanto, eles mostram que são bem mais dinâmicos, assumindo várias atividades e/ou identidades.

Inácio Diniz (residente de Marudá, pesquisador e servidor público em Alcântara – MA) traz em seu relato algumas outras problemáticas que ele já vem abordando em suas pesquisas, que reafirma o relato do sr. Chico. Inácio expõe que:

Ficaram destinados 17 hectares para cada família remanejada, onde se poderiam cultivar alguns alimentos. Fomos deslocados com o discurso de que a CLA estava contribuindo para o desenvolvimento. Mas esse desenvolvimento não veio para nós, logo percebemos que não era vantagem esse deslocamento, a terra do Marudá Novo era infértil e da pesca também não dava mais para viver porque os rios que usávamos foram destruídos pela CLA e deixamos de ter liberdade de ir e vir nas terras que antes eram nossas, tanto para extrair como para pescar. Então nosso maior impacto sofrido foi na pesca e na agricultura (Sr. Inácio – 26/10/2018).

O desenvolvimento implicado sobre as histórias locais, traz uma “experiência de desenvolvimento que significou para a maioria das pessoas um rompimento do lugar, mais profundo como jamais visto” (Escobar, 2005, p. 63). O realocamento em Marudá Novo implicou em novas estratégias de ordenamento social que não foram aceitas pelos moradores, mas foram forçados a esta condição.

Alcântara já não é mais aquela terra rica de diversidades como era antes da implantação do CLA, sendo este um efeito socioambiental ao território. Com o pouco que conseguem produzir em seus quintais no território, e ainda com o extrativismo do coco babaçu, as mulheres residentes em Marudá buscam sua autonomia na confecção de bolos, suquinhos, azeite de babaçu e farinha e tentam vender para São Luís através de uma rede familiar. A proximidade do mercado de São Luís faz com que a região de Alcântara esteja desprovida de feiras e mesmo de mercados municipais funcionando regularmente.

Devido a essa proximidade, algumas famílias persistem em manter algumas relações de comércio, mantendo, assim, uma estrutura de extensão do território de Alcântara – entendendo isso numa capacidade subjetiva. Dessa maneira, também, há a migração dos “filhos de Alcântara” para Cambôa e Liberdade (bairros de São Luís – MA). O bairro da Liberdade e da Cambôa foram reconhecidos

como Quilombo Urbano em 2019⁷, afirmando, mais uma vez, que de fato se trata de uma extensão territorial de Alcântara e a (r)existência de uma identidade quilombola.

A implantação desse Projeto de Desenvolvimento se impôs sobre histórias locais de tal forma que, em março de 2019, a população revive o medo de novamente sofrer a perda de sua terra após um acordo com os Estados Unidos. Esse acordo garante aos norte-americanos o direito de explorar a Base de Alcântara, prevê salvaguardas tecnológicas e permite o lançamento de foguetes e satélites na região.

Conforme vimos, em Alcântara há um acionamento da identidade quilombola, “aquilombamento contemporâneo” (FURTADO, 2018), para fins de enfrentamento às estruturas de poder e assim garantir que seus direitos sejam cumpridos. Assim, possuem, teoricamente, a lei para se respaldarem no processo. Em Cajueiro (São Luís-MA), como veremos a seguir, não há esse mesmo acionamento identitário, mas se unem, enquanto coletivo, para garantirem a permanência em seu território.

⁷As comunidades da Liberdade, Cambôa e Fé em Deus se reconheceram e se autodefiniram remanescente de quilombo em 2018, solicitando o processo a níveis municipal e estadual e no dia 13/11/2019 foi registrada a certificação federal, constando no Livro de Cadastro Geral nº 020, sob o nº 2.783.

Relação: Comunidade de Cajueiro / TUP Porto São Luís

O território Cajueiro é composto por cinco pequenos núcleos: Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. Parnauçu (exatamente onde se pretende construir o porto) está no perímetro da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, que, por sua vez, possui sentença protegendo seus habitantes contra atos de desapossamento, em sede da ação civil pública nº0036138-02.2013.4.01.3700 (8ª Vara Federal de São Luís-MA), movida pelo Ministério Público Federal, o que está sendo desconsiderado⁸.

A parte da comunidade de Cajueiro, que está localizada em um território pertencente à Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, vem lutando desde 2003 juntamente com outras comunidades, para requerer o reconhecimento do Estado brasileiro há mais de dez anos. O Laudo Socioeconômico e Biológico de Criação da Resex (2007) indica que a Resex⁹ representa uma forma de resistência comunitária, mediante processos de negociação entre ICMbio¹⁰ e comunidades. A criação da reserva extrativista significa conservar o meio ambiente ali existente, pois o território de Cajueiro é rico em fauna e flora típicas

⁸ Informação obtida em "CARTA PÚBLICA URGENTE EM DEFESA DO CAJUEIRO", publicada em várias redes de mídias sociais, como no Site da Comissão Pastoral da Terra. Acesso em: 11 agosto 2019. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/multimedia/12-noticias/conflitos/4843-comunidade-do-cajueiro-e-ameacada-de-despejo-forcado>>.

⁹REx ou RESEX são áreas brasileiras de Reservas Extrativistas protegidas como unidades de conservação.

¹⁰ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / Ministério do Meio Ambiente.

da Amazônia Oriental, possui florestas de babaçus, manguezais, água potável, praia e uma recarga de aquíferos (Silva, 2019).

Esse território também é rico em sua religiosidade. O Terreiro do Egito localiza-se em Cajueiro (São Luís – MA) e é patrimônio cultural brasileiro e mundial devido aos laços africanos que ele tem, ou seja, é território sagrado para os praticantes do Tambor de Mina do Maranhão. Portanto, não é o território que pertence a eles, mas sim eles que são pertencentes ao território, pois esse espaço representa a principal força de resistência da comunidade através de sua religiosidade.

A territorialidade em Cajueiro se iniciou ainda antes da abolição da escravatura, um espaço de fuga de negros vindos de São Luís, Rosário e Paço do Lumiar. Tornou-se mais conhecido após a abolição, e hoje, parte desse território já foi tomado pelo Porto de Itaqui. Portanto, “o território não é só um pedaço de terra, ele representa história de vida, de resistência e de ancestralidade de um povo e sua cultura” (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICAS DA AMAZÔNIA, 2018)

Em 1998, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) concedeu o título condominial aos moradores, tempo que vem condicionando a institucionalização do território, enquanto um assentamento rural. Moradores relatam que desde 1980 vêm sofrendo ameaças quanto à instalação de um polo siderúrgico, mas somente em 2014 que o conflito no território piorou com a

implantação da TUP Porto São Luís. A resistência de Cajueiro se dá ao fato de o território ter acesso privilegiado ao mar, atribuindo significativa importância para várias comunidades locais que vivem da pesca, e assim mantendo a vida das famílias. Da mesma forma, o projeto TUP (Terminal de Uso Privado) tenta se aproveitar desse privilegiado acesso ao mar para reduzir os custos do empreendimento.

O principal conflito que Cajueiro vem enfrentando atualmente se trata das ameaças direcionadas pela empresa TUP, que seria um Porto em São Luís, e que vem tentando se instalar no território de Cajueiro desde 2014. O conflito se encontra em um nível alarmante, visto que as ameaças transcendem a condição do simbólico e passam a ser físicas, como demolição de casas e destruição de escolas públicas em 2019. A empresa TUP Porto São Luís está comprando os lotes de terra com a anuência do Estado, ou seja, o governo não tem mostrado força de interferência ao conflito que também o envolve. Vê-se, portanto, o desrespeito à própria Constituição Brasileira, quanto ao direito de cidadão e ao dever do Estado.

A comunidade pertencente ao território de Cajueiro, que vive ou vivia da caça, pesca, agricultura familiar e extrativismo, conseguiu, com a ajuda do Ministério Público Federal (MPF), suspender temporariamente, em 2016, as obras de implantação do terminal portuário. Mas, em 2018 e 2019, a empresa começou a

derrubar matas e casas, prometendo empregos e desenvolvimento local. Ao começarem a sofrer com ações de violência, a população local ficou desabrigada e sem o direito de uso de sua própria terra. Como estratégias de resistência, os moradores fizeram algumas manifestações em frente aos tratores da empresa que ameaçava a derrubada de suas casas, bem como manifestações em frente ao Palácio dos Leões¹¹. Durante as manifestações em frente ao Palácio do governo houve uma forte repreensão policial, o que repercutiu de forma muito negativa para o governo estadual e várias entidades sociais manifestaram apoio à causa dos moradores do Cajueiro.

Do outro lado do conflito, o consórcio tenta driblar as legislações ambientais e de zoneamento (em vigor desde 1992) para implantar o projeto de R\$ 1,5 bilhões em parceria com o conglomerado China Communications Construction Company (CCCC) e desconsidera os direitos da população local.

A Prefeitura de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um projeto de alteração da área, convertendo-a em Zona Industrial, segundo a Lei 3.253 (de 29/12/1992). Segundo Geertz (1991), os aspectos semióticos do Estado são mascarados, quando não exageram a força, escondem a exploração, insuflam a autoridade ou moralizam os processos (GEERTZ (1991).

¹¹ O Palácio dos Leões é o edifício-sede do governo do Estado do Maranhão, localizado no Centro Histórico da Cidade de São Luís-MA.

A comunidade local deveria ser consultada durante todo esse processo de mudanças no território, o que não acontece. A forma como o Estado trabalha e como anuncia as problemáticas territoriais são muitas vezes veladas, e as informações só são reveladas quando os movimentos sociais, organizados pelas próprias comunidades, são mobilizados a manifestarem a reivindicação de seus direitos.

A primeira tentativa de implantação de um empreendimento em Cajueiro seria a construção de um Polo Siderúrgico, que constitui em um desdobramento do Programa Grande Carajás para produção de placas de aço e para produção de ferro gusa. O segundo empreendimento (o porto) surge como uma estratégia do capital para baratear os custos com transporte, para escoamento em grande escala de minérios e derivados e para o escoamento de grãos.

Os produtos de maior relevância exportados pelo Maranhão são a soja em grãos e arroz, cuja principal demanda é o mercado externo, mais especificamente da China. Os grãos produzidos pelo Maranhão atualmente são escoados pela Estrada de Ferro Carajás, mas com pretensões de reduzirem os custos de exportação com a criação do Porto. Percebemos, portanto, a clara preocupação apenas com os lucros e o que isso envolve, como as explorações de trabalhos, desterritorialização de comunidades tradicionais para ampliação das áreas de produção para a agropecuária etc. Conforme expressa Haesbaert (2007):

Se o discurso da desterritorialização serve, antes de mais nada, àqueles que pregam a destruição de todo tipo de

controle ou barreira espacial, ele claramente legitima a fluidez global dos circuitos do capital, especialmente do capital financeiro, num mundo em que o ideal a ser alcançado seria o enfraquecimento e, no limite, o desaparecimento do Estado, delegando todo poder às forças do mercado (HAESBAERT, 2007, p. 42).

É nesse sentido que vemos como o mundo de hoje vive em torno do capital, montando, cada vez mais, estratégias de industrializações voltadas a mudar não só os setores econômicos e urbanos, mas como em modificar os meios rurais e o tradicional, desvalorizando a sabedoria de alguns povos. (Almeida, 2018).

Como estratégia, a TUP – atual empresa conflitante pela posse do território de Cajueiro – aos poucos tenta expulsar e desabrigar as famílias que ali vivem. A esses episódios, denúncias, mobilizações e reivindicações pelo direito à terra têm sido feitas ao Estado, porém, sem muito sucesso. A tentativa de derrubada das casas dos moradores de Cajueiro representa, de forma material, a real intenção de etnocídio em curso, de pôr fim ao tradicional, ao modo de vida do campo.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anulou o decreto 002/2019 que favorecia a TUP Porto São Luís, que permitia ações de desapropriação contra sete ocupantes de um terreno destinado à construção do Porto São Luís apenas como uma medida por interesses pessoais, que o conflito em Cajueiro poderia repercutir negativamente na sua pré-candidatura à Presidência em 2022.

RESULTADOS

Marudá (Alcântara – MA) e Cajueiro (São Luís – MA) apresentam em comum a disputa territorial que têm passado, frente a isso, outros problemas são formados, como êxodo rural, reassentamento, devastação ambiental, trabalho, educação, entre outros.

Boa parte da comunidade de Alcântara e Cajueiro vivem e/ou viviam de pesca, caça e extrativismo, mas sem terra e/ou liberdade de ir e vir em seu território esse povo vai viver de que? Após o remanejamento, eles passam a viver de bolsa família e aposentadoria ou de outras formas de renda autônoma, como a venda de suquinho, por exemplo. Alguns passaram, portanto, a depender diretamente do Estado, através dos programas assistenciais. Para sobreviver na agrovila - de terra infértil - ou na cidade, é necessário ter um emprego, para comprar na cidade o que não dá para produzir.

De que trabalharia um indivíduo que passou a vida inteira fazendo roça, pescando, extraíndo e perde seu espaço de coleta? Os empregos geralmente exigem um nível de escolaridade que muitas vezes a própria população local não o tem. A qualidade da educação não é atingida quando falta estrutura, incentivo e quando ocorre evasão escolar, problema muito comum no interior do Maranhão.

Nem sempre fica clara essa ideia contraditória do desenvolvimento pregada pelo capitalismo, há sempre uma tentativa de maquiar as problemáticas causadas por esse sistema. O exemplo

disso vê-se em Cajueiro (São Luís – MA), quando a própria empresa que está em conflito com a comunidade oferece trabalho para aquele que a empresa acabara de desabrigar. Ou seja, nada mais é do que maquiar o problema que a própria empresa colocou o indivíduo daquela comunidade tradicional. Muito se pergunta onde está o Estado que nada faz para solucionar esse conflito, no entanto, segundo Bourdieu (2014):

O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos — diplomas escolares, títulos profissionais ou calendário. De regressão em regressão, chegamos a um lugar que é fundador de tudo isso. Essa realidade misteriosa existe por seus efeitos e pela crença coletiva em sua existência, que é o princípio desses efeitos (BOURDIEU, 2014, p. 45).

Para Bourdieu (2014), o Estado é uma “ficção coletiva”, porém de efeitos reais, no qual é simultaneamente o produto, o resultado e o espaço de uma complexa luta de interesses. Nesse sentido, percebe-se que a política brasileira está voltada para um sistema de interesse, chamado de mandonismo, segundo Carvalho (1997).

A liberdade comercial que o sistema capitalista permite, força as pessoas a encararem com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas. Segundo MARX (2008):

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. [...] Sob a ameaça de ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim

chamada civilização, quer dizer, se tornarem burguesas (MARX, 2008, p. 15).

É essa a ideia de “desenvolvimento” que as mídias e os empreendimentos pregam, forçando populações inteiras a acreditarem que vivem em um sistema de evolução, em que o “tradicional” está em oposição ao “moderno”, ao “progresso”, ao “desenvolvimento” e ao “racional” (ALMEIDA, 2017).

O desenvolvimento entendido pelo capitalismo, além de partir de um padrão europeu, avalia as comunidades tradicionais pela “falta”. A “falta” de conhecimento em agricultura, “falta” de infraestruturas básicas etc., dando a essas comunidades uma imagem de “decadência”, “primitiva” e que precisam se “civilizar”, “evoluir”, “desenvolver” (ALMEIDA, 2008).

Podemos entender, a partir do que foi exposto, como uma estratégia de dominação dos empreendimentos e de etnocídio em curso das comunidades tradicionais. Mesmo com o direito em respaldo, tramas jurídicas são montadas para desqualificar a natureza e as múltiplas identidades humanas de um território em conflito. Conforme afirma Mignolo (2003):

A "Ciência" tornou-se o padrão de aferição para "excluir" qualquer forma de conhecimento e de compreensão que não fosse considerada "científica". Trata-se, claro, de uma tautologia, mas uma tautologia que se conseguiu impor enquanto estrutura de poder (a ciência foi parte da expansão europeia e americana à escala do planeta) e de dominação (descartando aquilo que não era considerado "científico"). É este, precisamente, o modo como funciona a colonialidade dos poderes, escondida sob o discurso da modernidade do poder que se

autodescreve como civilização, progresso, ciência e desenvolvimento, conduzindo à liberdade, democracia, justiça e direitos humanos (MIGNOLO, 2003, p. 705).

Como exposto anteriormente, há um aproveitamento do “desconhecimento” das comunidades tradicionais em análise em virtude de “não possuírem o capital cultural e intelectual” e é este capital que possui o poder. Para tanto, Mignolo (2003) propõe que:

Uma das principais tarefas para o futuro é continuar a trabalhar no desfazer do diferencial colonial e da colonialidade do poder; isto é, continuar a trabalhar na descolonização do conhecimento em diferentes esferas. A descolonização do conhecimento é uma tarefa crucial para a imaginação de um mundo diferente e melhor do que o mundo de hoje - o que foi construído sobre os princípios epistêmicos da Europa Renascentista e da Europa Iluminista (MIGNOLO, 2003, p. 706).

Desse modo, entendemos que há diferentes formas de vida e que em cada uma delas há o seu saber, sem que um desmereça o outro. Portanto, não é cabível a ideia de um “Grande Projeto” ser mais importante que vidas, histórias e saberes tradicionais.

CONCLUSÕES

Conforme analisamos, os conflitos estão postos. Existe e permanece um enfrentamento ativo nas comunidades em estudo, e se faz necessário que se acompanhe o que tem feito o Estado perante os conflitos e como têm resistido esses povos e comunidades tradicionais. Através de mobilizações sociais e produções de arquivos estes povos resistem pelo seu território e pelo direito de existir, pois a militância também é um saber, saber manual e intelectual.

Das disputas existentes e aqui descritas, percebemos que a reivindicação em Marudá é pela autonomia da terra quilombola, enquanto em Cajueiro se reivindica Resex (terra pública). São categorias jurídicas diferentes, mas que compartilham de efeitos sociais que se iniciam desde a construção dos projetos de desenvolvimento, quando em laudas afirmam seus objetivos preconceituosos e etnocidas.

Em Alcântara, por exemplo, os efeitos são vistos antes, durante e após a implantação do empreendimento. Do projeto, da desterritorialização ao desmatamento ambiental, veem-se claramente os efeitos do desenvolvimento. Hoje se percebe que não dá mais para tirar o CLA do território, então, a luta passa a ser pelo direito de se apropriar dos serviços e recursos ganhos pelo empreendimento, ou seja, se apropriar desse dito "desenvolvimento".

O que a implantação dos projetos de "desenvolvimentos" analisados nesta pesquisa, bem como dos vários outros exemplos que temos no Brasil, mostrou que fizeram aumentar ainda mais as desigualdades de classe. Além disso, verifica-se uma proposta genocida em curso. Percebe-se ainda que a lei vem sendo relativizada por agentes políticos para legitimar a efetivação de projetos em prejuízo dos direitos das comunidades tradicionais e do direito coletivo ao meio ambiente, pois é o Estado que possui a coercitividade.

Esta “aliança” entre Estado e iniciativas privadas ignora o papel da natureza para a manutenção da vida (que não é só um benefício aos povos tradicionais), visando apenas lucro e esta forma de lucro está moldada nas estruturas coloniais, capitalistas e são essas estruturas que precisam ser rompidas ou superadas, mas até lá vamos ter que ter muitos pensamentos críticos e coragem para os enfrentamentos.

Interessante perceber que quando se trata da relação Estado e iniciativas privadas, há uma fuga à formalização, há sempre uma busca por uma “brecha” na Lei. Já na relação Estado e povos tradicionais, há uma grande preocupação em seguir cada pormenor da Lei. Essas tramas jurídicas para legalizarem empreendimentos, são claramente percebidas no processo de enfrentamento que Cajueiro vem passando. E é claramente perceptível em que lado o Estado está interessado em torcer (e apostar) nesse jogo, que é aquele em que ele possa ter correspondido seus interesses.

Segundo Fernandes (2008), o conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. “A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios” (FERNANDES, 2008, p. 32). As lutas pelo direito ao território trariam de volta essas relações sociais (perdidas em consequência das disputas territoriais) entre os

próprios agentes e outros, pois a luta por infraestruturas também é pelas relações sociais que se estabelecem, ou seja, a terra conquistaria sua autonomia, no que diz respeito às relações sociais.

Após o reassentamento para as Agrovilas, no novo território, os moradores de Marudá Novo tiveram que pensar na melhor forma de se ajustarem às condições às quais ficaram à mercê, como a de moradia nas suas próprias residências sem água encanada, sem espaço suficiente, sem terra fértil para plantar, sem muito para extrair da vegetação local, sem rios para pescar e, conseqüentemente, também tiveram que viver com a tristeza da perda do território e seus benefícios naturais e da conexão com a ancestralidade, bem com a tristeza da perda dos filhos que partiam em busca de condições de vida melhores, ou “comprados” pelos discursos capitalistas.

Esta e outras pesquisas realizadas sobre os conflitos desses campos empíricos têm a intensão de serem uma ferramenta de suporte para o “saber dizer” numa comunicação direta ou (inter)mediada com as estruturas de poder com as quais entra em disputa, ainda que no campo acadêmico, já que muitas vezes a voz do “tradicional” é ignorada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Ed. 2. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo. MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, Silvio. **O que é o racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL, **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília-DF. Senado Federal. 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>. Acesso em: 01 jan 2019.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Reconhecimento e Desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados v. 40 n. 2. Rio de Janeiro, 1997.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires (Argentina), 2005.

FERNANDES, Bernardo. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Ano 8, n. 6, jan-jun de 2008.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. Brasília-DF. 2020. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 01 fev 2020.

FURTADO, Marivânia. **Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: um Rio Grande de possibilidades e suas barragens**. São Luís: EDUEMA, 2018.

GEERTZ, Clifford. **Negara**. O Estado Teatro no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Memória e Sociedade/ Bertrand Brasil e Difel, 1991.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n° 17, 2007. Disponível em: <<<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>>>. Acesso em: 15 abr 2020.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versatilidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências revisitado / 2a edição**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**. 15 ed. São Paulo: Unicamp/Paralelo, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2002.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICAS DA AMAZÔNIA. **Boletim Cartografia Social: uma análise das experiências/ Comunidade do Cajueiro: não é o território que é nosso. Nós é que somos do território.** n. 14 (abr. 2018). Manaus: UEA Edições, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SÁ, Laís Mourão. **O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense.** São Luís: Edufma, 2007.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Convenção 169 da OIT: "quando a forma determina o conteúdo"**, 2014. Disponível em: <<<http://racismoambiental.net.br/2014/09/01/convencao-169-da-oit-quando-a-forma-determina-o-conteudo-por-joaquim-shiraishi-neto/>>>. Acesso em: 17/11/2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** UEA, 2007.

SILVA, Silvana dos Reis. **Histórias locais, projetos globais: as tramas jurídicas e o processo ambiental do Porto São Luís em Cajueiro.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – UEMA/São Luís-MA, 2019.

A LIDERANÇA COMUNITÁRIA: o papel das mulheres no desenvolvimento local sustentável

Bruna Silva Azevedo¹

Neuzeli Maria De Almeida Pinto²

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como foco a análise da liderança pela qual as mulheres que fazem parte da Cooperativa de Trabalho, Coleta e Recuperação de Resíduos da Vila Maranhão (COOPVILA) desenvolvem as suas ações em vários contextos de convivência, presentes na comunidade rural da região Metropolitana de São Luís, a comunidade da Vila Maranhão.

Tendo em vista a visão ecológica, este estudo buscou compreender o cotidiano das mulheres e seus contextos, bem como suas relações complexas, a ligação de interdependência, e a compreensão do papel de liderança, das atividades, dos papéis e das relações sociais das mulheres, implicando o entendimento do contexto social e vice-versa, sendo o modelo qualitativo a metodologia utilizada para medir os resultados.

Dessa forma, a tentativa foi de investigar o objeto de estudo e analisar estruturas nas quais essas mulheres estão inseridas, além de

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela UEMA. E-mail: bs621542@gmail.com

² Doutora em Teoria e Pesquisa Comportamental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). E-mail: neuzelialmeida@globo.com

obter informações de cunho científico para investigação proveniente das temáticas sobre gênero, liderança, empoderamento e sustentabilidade no meio rural. Além disso, o estudo possui o propósito de executar intervenções nesta comunidade através de formações e a construção do empoderamento e liderança destas mulheres, sendo tais atividades prejudicadas pela proliferação da pandemia do COVID-19.

Ademais, a pesquisa buscou priorizar um conjunto de ações com vista a produzir conhecimento específico e discussões a respeito da liderança, relações de gênero e empoderamento das mulheres de uma área pobre e com baixos índices de desenvolvimento humano e consequente dificuldade destas mulheres de se sobressaírem de forma positiva como mantenedoras das relações familiares e na atuação no mercado de trabalho formal.

Relações de gênero

Para uma abordagem aprofundada sobre relações de gênero, Adriana Piscitelli (2002) diz que, o estudo sobre a categoria gênero é de fundamental importância para que haja uma maior compreensão acerca de como o conceito de gênero e sua influência no meio social, afetam as relações entre homens e mulheres. Assim, é indiscutível afirmar a relação desse conceito com a diferenciação que há, ainda hoje, entre os sexos e seu consequente classificatório universal,

permeado pelas amarras do patriarcado, que se mostra presente nas relações sociais cotidianas.

Contextualizando com o atual cenário, ainda hoje, a mulher é vista como “ser inferior” comparado ao sujeito masculino, o que a torna vulnerável a diversos contextos, como limitação a cargos de emprego, a falta de credibilidade em posições de liderança, e até mesmo a serem submetidas como indivíduos dependentes de seus maridos e “chefes da casa”, o que pode ocasionar diversos conflitos intrafamiliares e identitários, onde a mulher passa a se motivar menos e a aceitar suas “condições” atuais.

Dessa forma, a autora Carloto (2011) afirma que,

A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma (CARLOTO, 2011).

Assim, afirma-se que na sociedade, historicamente, há uma legitimação de papéis que foram intitulados, automaticamente, a cada gênero, transmitidos de indivíduo para indivíduo, como se “as partes” já estivessem “sexuadas” A partir disso, pode-se fazer referência a uma menção de Bourdieu em seu livro “A Dominação Masculina” (2012), onde este diz que,

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas

coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação[...] (BOURDIEU, 1998)

Uma nova abordagem de desenvolvimento para Marcela Lagarde (1996) surge com uma perspectiva de gênero, e implica em uma ruptura com todas as concepções anteriores de desenvolvimento. Assim, para a autora, essa perspectiva não seria somente um novo enfoque, mas uma nova concepção de mundo e, no que se refere ao desenvolvimento, este deveria:

Incluir as necessidades das mulheres e considerá-las prioritárias; modificar as necessidades humanas dos homens, uma vez que muitas delas concretizam formas e mecanismos de opressão sobre as mulheres; modificar as necessidades comunitárias, nacionais e mundiais ao requerer um caminho de desenvolvimento com sentido mais humano, ou seja, centrado na escala humana (LAGARDE, 1996).

Portanto, é de importância, sobremaneira, ressaltar esses contextos aos quais a categoria “gênero” se enquadra, discutindo acerca de eixos que envolvem o sujeito feminino, podendo, assim, influenciar acerca do mercado de trabalho, e como o simples fato de serem mulheres contribui para a estigmatização de serem o “sexo frágil”, aumentando assim, a desigualdade entre homens e mulheres, tanto no contexto urbano, como na esfera rural.

Mulher e mercado de trabalho: relações de poder no âmbito rural

Atualmente, pode ser observada a nítida presença da divisão sexual do trabalho no meio rural, principalmente, no que ocasiona um aumento das relações patriarcais no âmbito social, determinando certos papéis definitivos a homens e mulheres, os quais se perpetuam até hoje durante toda a história. Para Antunes,

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009).

É notável destacar que a divisão sexual do trabalho é um dos principais elementos para o aumento da desigualdade de gênero nas relações de trabalho, e isso contribui para uma crescente desvalorização do trabalho feminino, principalmente no âmbito rural, onde o mesmo é considerado, muitas vezes, apenas como “auxílio” ao trabalho do homem, se tornando, ao mesmo tempo, práticas invisíveis à vista da sociedade patriarcal.

Portanto, vale ressaltar a existência de três conceitos de trabalho, o produtivo, o reprodutivo e o comunitário. A definição de trabalho produtivo, diz respeito ao emprego de certa força de trabalho que irá possuir como consequência uma determinada renda final, chamado “salário”, sendo considerada a forma de trabalho mais

“bem vista” pela sociedade, onde a liderança está, majoritariamente, nas mãos de sujeitos masculinos.

Já os conceitos de trabalho reprodutivo e comunitário possuem como principais representantes as mulheres, sendo o primeiro modelo, o reprodutivo, constituído do trabalho doméstico realizado no eixo familiar, onde a mesma procura satisfazer as necessidades dos filhos e do marido (“chefe da casa”). Esse tipo de trabalho não possui um determinado valor de renda obtido pela mulher, ou seja, as mulheres que são donas de casa não recebem nenhum valor monetário realizando as tarefas de sua própria casa como cozinhar, lavar roupa etc., o que ocasiona uma certa desvalorização dessa abordagem de trabalho, passando a sociedade a naturalizar com maior ênfase determinados papéis de cada gênero, tornando comum a frase de que “lugar de mulher é na cozinha”, e categorizando o trabalho produtivo como, especialmente, o lugar por direito dos homens. Continuamente, o trabalho comunitário se refere às atividades realizadas mais precisamente de cunho voluntário e que não necessariamente possuem obtenção de determinada renda, sendo assim, também muito realizado por mulheres.

Ainda sobre o trabalho reprodutivo executado, especialmente, pelas mulheres, a divisão do trabalho doméstico no meio rural é algo que merece ainda mais atenção, se comparado à zona urbana, pois, além de a diferenciação dos trabalhos produtivos e reprodutivos, há

a dissolução desses dois conceitos na prática, ocasionando uma dupla jornada diária de atividades executadas pelo sexo feminino, não sendo, geralmente, metade delas nem reconhecida nem remunerada.

Baseando-se nesses conceitos, pode-se afirmar a existência de elementos como a desigualdade entre salários de homens e mulheres, ou mesmo, as desproporcionais chances das mulheres de serem reconhecidas pelo seu trabalho, cujas consequências são frutos da sociedade patriarcal na qual elas se encontram, sendo expressas, continuamente, em uma organização social hierárquica oculta.

Em contrapartida, é nítida a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, o que vigora em processos inseridos em distintos contextos societários e apresentam distintas motivações. Podem-se evidenciar dois conjuntos de motivações: o primeiro conjunto agrega motivações como a realização individual, o desejo por autonomia e independência, que estão ligados tanto aos valores mais modernos resultados tanto das lutas feministas por direitos iguais, quanto ao processo de individualização da sociedade contemporânea; o segundo agrega a necessidade econômica, para a complementação da renda familiar, em especial nas sociedades tão desiguais como a brasileira (MATTA, 1987).

No entanto, grande parte das mulheres das camadas populares está trabalhando muito mais por uma questão de sobrevivência do que de realização pessoal. São poucas as que conseguem, somente com seus rendimentos, alcançar autonomia

financeira. A possibilidade de uma empolgante carreira ou de realização de atividades criativas, desafiantes e socialmente valorizadas está fora de alcance para a maioria das mulheres no país. Dessa forma, embora algumas pesquisas apontem o aumento da participação feminina no mercado de trabalho como um grande benefício para a mulher - conduzindo, pelo menos em parte, a uma maior autonomia da mulher e igualdade de gênero, ainda existem grandes desigualdades e discriminação nas relações de gênero (LAVINAS, 1996; BRUSCHINI, 2000).

Empoderamento e resistência feminina

O empoderamento das mulheres está representado como um desafio às relações patriarcais, no que diz respeito também, ao poder dominante dentro da família, que quase sempre é masculino. Dessa maneira, o empoderamento das mulheres significa uma mudança na dominação tradicional de homens sobre mulheres, garantindo-lhes autonomia no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como um sentimento de repulsa à violência e às decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família (COSTA, 2000).

Ademais, segundo a autora Nelly Stromquist (1997), uma perfeita definição de empoderamento deve incluir os componentes: cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos, sendo, respectivamente, a capacidade de compreender a subordinação que

as mulheres têm, assim como as causas desta em níveis micro e macro da sociedade, a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças como na questão da autoconfiança e autoestima, a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, bem como promover mudanças no cenário social, e por último, a questão acerca do componente econômico, que visa proporcionar a independência econômica dessas mulheres.

Esse processo de empoderamento das mulheres rurais representa um desafio às relações patriarcais nos espaços socioinstitucionais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Isso significa dizer que houve a inversão dos mecanismos de poder patriarcais, que estão fundamentados na opressão e na mudança de normas, crenças, mentalidades, costumes, práticas sociais e conquistas dos direitos das mulheres, em que se pode visualizar a mulher exercendo funções/cargos de liderança, o que pode ser considerado uma conquista para a construção do empoderamento feminino.

Revela-se que a formação de muitas mulheres é estruturada através da conquista do seu trabalho, visualizando-se certa resistência em meio à esfera patriarcal em que estas se encontram, ou seja, a resistência feminina advém do empoderamento característico da força feminina na busca de sua emancipação em contrapartida às regras patriarcais impostas pela esfera social.

A liderança comunitária: o papel das mulheres no desenvolvimento sustentável

Sobre o conceito “desenvolvimento sustentável”, Amartya Sen (2000), ao referir-se ao assunto, argumenta que o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos, sendo o crescimento econômico só uma parte, em geral imprescindível, do processo. Augusto Franco (2000) corrobora essa ideia ao afirmar que o desenvolvimento deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

A incorporação das mulheres às atividades consideradas socialmente produtivas mudou o seu posicionamento na sociedade, proporcionou autonomia e reforçou sua consciência sobre seus próprios direitos. Essa mudança influenciou para uma significativa transformação social, da família, de valores e dos papéis usualmente a elas atribuídos, em especial a partir de meados do século XX, embora esse movimento reivindicatório remonte à época da Revolução Francesa. No entanto, apesar da evolução e das conquistas obtidas pelo movimento feminista, a igualdade de oportunidades não constitui ainda uma realidade para as mulheres, bem como não é percebida a importância da colaboração feminina em todos os espaços sociais em que transitam.

No ambiente doméstico, a mulher pode ser considerada a principal gestora dos recursos naturais, tornando-se uma multiplicadora de comportamentos conservacionistas, porque, na administração de sua casa, seu exemplo transmite aos futuros homens e mulheres que o uso parcimonioso de hoje é a garantia da sustentabilidade de amanhã (VANDERLEI, 2010). Dessa forma, compreende-se a importância da mulher no âmbito sustentável como figura de liderança, refletindo principalmente no ambiente doméstico o seu poder de gerir recursos naturais, tendo em vista seus aprendizados, passados de geração a geração, principalmente com a sua mãe e avós, cujos conhecimentos e experiências podem ser reproduzidos assim por diante, colaborando para futuras gerações focadas no amparo sustentável de bens da comunidade e de seus lares.

O desenvolvimento sustentável possui como elemento característico para sua performance, o capital social, que é definido como um conjunto de nuances de uma certa organização social, de valores ou normas, comuns aos membros de um grupo, que geram confiança e permitem a cooperação entre eles, essencial para a criação de uma sociedade civil saudável.

Para Celso Furtado (1999) uma sociedade sustentável é aquela que tem capacidade de improvisar, inovar e enfrentar seus problemas; aptidão para buscar novas alternativas de desenvolvimento; competência para inovar em busca de novas

formas de inserção social; competência para gerar por si só renda e emprego; acessibilidade a serviços públicos essenciais e as informações básicas para o exercício da cidadania; capacidade de mobilizar-se em defesa de seus interesses; aplicação de alto investimento no fator humano; tendência à inversão e ao reinvestimento; vontade política forte e um projeto próprio de desenvolvimento; alta mobilização e conscientização de seus membros; capacidade de criar novas e diversas organizações sociais.

Dessa forma, pode-se afirmar que, a participação feminina e o movimento feminista em geral contribuíram para a formação de uma emergente racionalidade social e ambiental para a formação da existência do desenvolvimento sustentável, que passa por processos de desconstrução da racionalidade econômica dominante e pela transformação das instituições e aparelhos ideológicos que a sustentam e legitimam.

RESULTADOS

Segundo relatos das mulheres trabalhadoras da COOPVILA, de acordo com as visitas realizadas, além do estudo sobre a comunidade e aplicação do Diário de Campo (DC), a maior parte dos resíduos coletados por elas é proveniente da área da Vale, sendo o principal a madeira (pallets) seguida pelos resíduos de obras da construção civil. No desenvolvimento das atividades, os beneficiários começaram a agregar valores aos resíduos coletados, iniciando a

produção de carvão, a recuperação de telhas de amianto, e a padronização de madeiras próprias para lenha, possibilitando, assim, um aumento de renda.

Figura 01: Móveis de pallets da cooperativa



Fonte: Organização NEGESF, 2019

Tendo em vista o trabalho das mulheres da comunidade da Vila Maranhão, para a consolidação do trabalho das cooperadas, e com o apoio do SEBRAE no Maranhão e também da mineradora Vale, foi inaugurada a sede oficial da cooperativa, onde funciona a administração dos negócios e onde é produzido o carvão de madeira reaproveitada (carvão vegetal), em um forno projetado para causar o menor dano ambiental possível (forno ecológico), trazendo uma tecnologia que condensa a fumaça produzida durante o processo, resultando no pirolenhoso, um líquido que serve para a produção de adubo (utilizado também para irrigação de plantas) e também entra como componente do asfalto. A cooperativa também contou com a parceria do SENAI, cujas organizações puderam prover cursos e

treinamentos que buscaram capacitar as habilidades das mulheres da COOPVILA, aumentando assim, o nível de competência de todas.

Apesar de todas essas parcerias existirem, em conversa com as mulheres, elas afirmaram que nenhuma dessas relações foi construída facilmente, e, por esse motivo, elas lutam todos os dias para resistirem a qualquer elemento que as possa deixar vulneráveis no mercado. Portanto, ao falar sobre a luta das mulheres na cooperativa, Maria Aldeci da Costa, que é a presidente e uma das fundadoras da COOPVILA, disse que: "Nada caiu nas nossas mãos. Corremos atrás!". Desta maneira, é possível identificar a força de vontade e determinação dessas mulheres na busca dos seus objetivos, sendo a união entre elas um ponto que fortalece a liderança e o trabalho de cada uma.

Sobre a história da cooperativa, em uma das conversas informais realizadas durante a visita ao local de pesquisa, foi informado pelas mulheres que a cooperativa possui 6 anos de registro oficial no mercado de trabalho, sendo relatado ainda, que antigamente se encontravam 138 pessoas trabalhando no local, mas que, atualmente, há apenas 12, sendo 9 mulheres e 6 homens no total.

Figura 02: Visita a COOPVILA

Fonte: NEGESF, 2019

Dessa forma, pode ser destacado, que, de início, se tornou nítida a representatividade feminina na cooperativa, pois estas passaram a participar de cargos administrativos e braçais (ao mesmo tempo, devido todos poderem exercer os mesmos cargos/funções), e a ocupar posições de liderança dentro de seus departamentos internamente.

Nos relatos do DC, observou-se o modo de trabalho das mulheres da COOPVILA e pelos seus depoimentos, pode-se perceber a superação dessas mulheres da cooperativa, ligadas por uma união que demonstram intensamente pela busca da autonomia financeira e pelo reconhecimento que possuem de si mesmas como mulheres trabalhadoras.

Em conversas, quando fora perguntado sobre o reconhecimento que elas sentem de si mesmas, Maria Aldeci fala

que: “Aqui é nosso, a responsabilidade é de cada um, tá entendendo? Eu me sinto orgulhosa por isso aqui”. Dessa forma, é possível se atentar, nitidamente, o quanto as mulheres se enxergam como principais agentes responsáveis por um trabalho que traz benefícios não só para si mesmas, mas para com a natureza, de modo sustentável. Por isso, quando elas falam sobre qual foi a recompensa por todo esse trabalho realizado, Maria Aldeci rebate dizendo que: “Todo mundo que trabalha aqui tinha uma casa de pau a pique, e hoje todo mundo tem uma casinha de tijolo”. Ou seja, tendo em vista todos os obstáculos que passaram, tanto se erguendo estruturalmente, quanto no próprio reconhecimento, as mulheres tiveram resultados e por esse motivo se orgulham de possuírem casa própria, e que, apesar da dupla jornada de trabalho, que muitas delas realizam, elas afirmam que, de acordo com Maria Aldeci, “Nós sem isso aqui [cooperativa] não seríamos nada”.

Contextualizando essas questões, Segabinazi (2013) afirma que, a mulher precisa superar barreiras internas, principalmente as de ordem psicológica para ser protagonista de sua própria identidade. Ou seja, é necessário ressaltar a importância dessa mulher no desenvolvimento do trabalho ao qual se insere, principalmente na zona rural, na qual as mulheres da COOPVILA se enquadram, pois este é o espaço em que está mais consolidado as amarras do patriarcado, onde se observa um forte teor conservador por parte do eixo familiar em que a mulher se situa, o que pode levá-

la a acreditar que seu lugar é no seio doméstico e que possui a responsabilidade de cuidar dos filhos e satisfazer o seu marido, aumentando assim, as desigualdades entre os gêneros.

O rompimento dessas desigualdades precisa ser reconhecido por ambas às partes, por essas mulheres e também por aquelas pessoas que fazem parte do cotidiano delas, para assim haver o processo de reconhecimento e possível quebra de padrões. Porém, é possível perceber que esse padrão pode ser visto em diferentes lugares, e, no caso das mulheres da COOPVILA, dentro da própria comunidade onde elas vivem. Em decorrência disso, Maria Aldeci relata que há um tempo, aconteceu com ela um fato grave, onde ela sentiu de perto, o que era se sentir discriminada pelo seu próprio trabalho:

Dentro da minha concepção, chegando para o que eu já ouvi, nós somos discriminadas na própria comunidade. Porque eu sou. Quando eu passo com o carro de mão, vindo ou indo, eu ouço das minhas próprias colegas que nós trabalhamos juntos e diz: 'eita, Aldeci não tem vergonha, uma professora anda empurrando um carro de mão' (ALDECI M.).

Portanto, é necessário contribuir para que essa realidade seja desmistificada através desse reconhecimento sobre o objeto de investigação científica, onde as mulheres rurais da COOPVILA procuram se empenhar a favor de um cenário onde elas também possam se tornar “líderes” e fomentar a economia local da comunidade de maneira sustentável, sendo necessário haver, segundo Milanez (1998), a busca pelo equilíbrio em satisfazer as

necessidades e as aspirações humanas com foco na qualidade de vida, respeitando o meio ambiente sensível às mudanças e destacando que a sustentabilidade não é uma coisa a ser atingida e sim um processo contínuo.

CONCLUSÕES

Com base nas informações coletadas nas visitas de reconhecimento na comunidade da Vila Maranhão, o trabalho das mulheres da COOPVILA pode ser elucidado através das consolidadas posições de liderança, o qual é visualizado e reconhecido por parte destas na comunidade, devido se considerarem independentes e com demasiados objetivos que visam o crescimento de cada uma na cooperativa, além do orgulho de cada uma sobre o seu trabalho.

É importante ressaltar que “o campo político é entendido como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 1989), ou seja, apesar de não ser um cenário concretamente político, as mulheres da cooperativa estão imersas nas relações políticas que norteiam os gêneros e suas complexas desigualdades históricas, ao ponto de que a união destas para o fim das desigualdades se mostra como aparato de suporte para a eficiência dos direitos femininos na esfera social no qual estas estão situadas.

Com base na liderança realizada pelas mulheres, alguns dos aspectos que podem ser observados - e que, de maneira geral, refletem os seus posicionamentos quanto agentes em busca de autonomia e preservação de um espaço sustentável - são que essas mulheres se tornam protagonistas de um ambiente de estrutura organizacional de trabalho, pautado em uma cultura já intrínseca, e a subjetividade de cada agente social, que é, principalmente, identificado a partir do modo como cada um se vê desempenhando papéis específicos de sua escolha.

Somado a isso, essas características se unificam, estando solidificadas através da cooperação comunitária estabelecida por cada agente social integrado no propósito do trabalho sustentável, de modo que este acaba enaltecendo a figura feminina como ser social integrado no mercado de trabalho, e que se impõe o papel principal na busca pela transformação sustentável da sua realidade.

Apesar da discriminação que algumas podem estar sujeitas a presenciar, muitas das mulheres da cooperativa afirmam que o seu trabalho é a sua base de sustento, e, por isso, se sentem gratas por cada elemento que colaborou para que estas chegassem onde estão hoje. Por muitas vezes, as mulheres sentiram o que era estar executando uma dupla jornada de trabalho, ou seja, chegavam em casa e ainda precisavam cozinhar para a família. Porém, apesar de todo esse esforço e cansaço, muitas delas pensam todas essas

experiências como um motivo para continuarem lutando a favor dos seus direitos como mulher e pelas suas próprias conquistas pessoais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.17 (2012).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In. M. I. B. Rocha (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34, 2000. p.13-58.

CARLOTO, CM. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serv Soc Ver**. 2011.

COSTA, A.A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba). 2000.

DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1987.

FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Brasília, DF: Instituto de Política, 2000.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LAVINAS, L. (1996). As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Femininos**, UFRJ/IFCS, 4, (2), 464-479.

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento Sustentável**. USP: São Paulo, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher. In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

SEGABINAZI, G. G. T. **A inserção da mulher no agronegócio**. 2013. 30 f. Trabalho Final de Conclusão de Curso (MBA em Agronegócios) - Faculdade Antônio Meneghetti, Restinga Seca, RS, 2013.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

STROMQUIST, Nelly. **La búsqueda del empoderamento: em qué puede contribuir el campo de la educación**. In: LEÓN, Magdalena (Org). Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá: MT Editores, 1997.

VANDERLEI, A. R. **O papel da mulher no desenvolvimento sustentável sob a ótica da Agenda 21 no estado de Pernambuco**, 2010.

ANTONIO GRAMSCI E O SENTIDO POLÍTICO DA INICIATIVA “ESCOLA SEM PARTIDO”

Pedro Henrique Fernandes Leite¹

Bráulio Loureiro²

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como base um dos planos de trabalho do projeto de pesquisa *Educação e democracia no Brasil: o sentido político do programa Escola Sem Partido*, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Seu objetivo é investigar o sentido político da iniciativa Escola Sem Partido, examinando sua proposta e perscrutando as relações de poder e os interesses de classe que a permeiam.

Nos últimos anos, a proposição de uma série de projetos de lei denominados “Escola Sem Partido” expressa a existência de inquietações acerca do papel que a escola brasileira vem desempenhando. Inquietações que, de maneira geral, têm se inclinado à crítica de um suposto uso político das instituições de ensino e à defesa de noções como “neutralidade educacional” e “desvinculação ideológica na prática pedagógica”.

O registro inicial da proposta ou programa denominado “Escola Sem Partido” pode ser localizado no ano de 2004, com a

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (DCS/UEMA).

criação do site *www.escolasempartido.org* por Miguel Nagib, advogado paulista. De acordo com o referido site, o Escola Sem Partido (ESP), “[...] uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”, se origina das preocupações de pais, alunos e conselheiros com o “[...] grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a, s/n).

Segundo a organização, os professores se aproveitariam de sua condição docente para inculcar nos estudantes suas próprias concepções acerca da vida política e social. Conforme registrado no site, “[...] com o pretexto de transmitirem aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a, s/n).

Na visão de Nagib, frente à dificuldade de solução desse problema, que na maioria das situações contaria com a complacência de gestores educacionais, seria apropriado apelar ao esclarecimento dos estudantes sobre seus direitos e à restrição dos professores aos marcos éticos e legais de sua atividade. É com esse intuito que a associação disponibiliza no site modelos de anteprojetos de lei e de decretos a fim de fomentar a proposição de iniciativas desse teor por representantes dos poderes legislativo e executivo. Até 2020, projetos

de lei baseados no programa Escola Sem Partido haviam sido apresentados em câmaras municipais e assembleias legislativas da maioria dos estados brasileiros (ESCOLA SEM MORDAÇA, 2020, s/n), a despeito de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a constitucionalidade da iniciativa.

Em julho de 2019, a Associação Escola Sem Partido emitiu comunicado via redes sociais declarando que encerraria suas atividades a partir de 1º de agosto do mesmo ano. Miguel Nagib se mostrava decepcionado com a falta de apoio econômico e político após as eleições de 2018, sugerindo que a partir de então as denúncias fossem encaminhadas ao Ministério da Educação, secretarias de educação, Ministério Público e políticos que se elegeram a partir da bandeira do ESP. Porém, ainda em agosto de 2019, Nagib retrocede e explicita que em virtude de contribuições empresariais as atividades não seriam interrompidas.

O ESP obteve os recursos materiais de que necessitava para prosseguir e avançar em sua luta contra a doutrinação, a propaganda e o assédio ideológico, político e partidário nas escolas e universidades. Tocados pela Providência Divina – única explicação para o inacreditável sucesso de uma iniciativa tão ambiciosa nos fins, quanto desfavorecida nos meios –, alguns empresários compreenderam a importância e seriedade do trabalho que estamos realizando há mais de quinze anos, e decidiram investir para impulsionar a nossa causa. Agradeço de coração a essas pessoas de bem pela confiança depositada no Escola Sem Partido e prometo me empenhar ainda mais para ajudar a sociedade e o governo – qualquer governo – a debater esse câncer que tanto prejuízo vem causando aos estudantes, às famílias,

à democracia e ao país (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019b, s/n).

Nota-se que o programa Escola Sem Partido, expresso nos modelos de projetos de lei e decretos disponibilizados no site www.escolasempartido.org, bem como nas iniciativas apresentadas por representantes políticos dos patamares federal, estadual e municipal, alcançou níveis de propagação que não podem ser menosprezados, de modo que são cabíveis as seguintes indagações: 1) há motivação político-ideológica inscrita no programa e movimento Escola Sem Partido? 2) Se sim, qual o sentido político de uma proposta educacional que, apoiada em um discurso de neutralidade, pretende eliminar o que identifica como “contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”?

No campo da literatura mais especificamente voltada ao estudo do fenômeno há esforços significativos, apresentando e descrevendo o programa Escola Sem Partido (RATIER, 2016; ALGEBAILLE, 2017), averiguando sua adequação legal (LIQUER, 2017; ASSIS, 2018), analisando suas implicações no currículo escolar (CARVALHO *et al.*, 2016; MACEDO, 2017; ORSO, 2017), no material didático (CATELLI Jr., 2016), no trabalho docente (PENNA, 2016, 2018; RAMOS; STAMPA, 2016; KATZ, 2017; RAMOS, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2018; OLIVEIRA; SILVA, 2018; GABATZ, 2018), nas discussões sobre questões de gênero, sexuais e étnico-raciais (REIS, 2016; SOUZA; GONÇALVES, 2016; PEREIRA, 2017; ROSENO, 2017; SANTOS, 2017; FERREIRA, 2018; MORENO, 2018; OROFINO, 2018),

no direito à educação (CARA, 2016; GADOTTI, 2016; XIMENES, 2016; GONÇALVES, 2017; KATZ; MUTZ, 2017; LIMA, 2017; PENNA, 2017; RAMOS; SANTORO, 2017; FREITAS, 2018; GUILHERME; PICOLI, 2018; MORAES, 2018; RESENDE, 2018; SILVEIRA, 2018), mapeando a posição político-ideológica dos atores que o cercam (BARBOSA, 2017; ESPINOSA; QUEIROZ, 2017) e sondando mais diretamente o seu sentido político (FRIGOTTO, 2017).

É almejando sobretudo contribuir com os trabalhos voltados à compreensão do significado político e dos impactos de uma iniciativa como o Escola Sem Partido no direito à educação que este artigo se coloca.

METODOLOGIA

Conjugando pesquisa documental e bibliográfica, este trabalho busca nas formulações teóricas do filósofo e político italiano Antonio Gramsci (1891-1937) elementos que permitam o exame do fenômeno em questão considerando as relações entre âmbito educacional, político e econômico. Frigotto (2017), por exemplo, valoriza essa articulação ao defender a necessidade de uma *perspectiva da historicidade* ou sensibilidade às *determinações mais profundas e menos visíveis* na análise dos fenômenos educacionais. E colabora com a discussão localizando o Escola Sem Partido no contexto dos acontecimentos político-econômicos que marcam a recente conjuntura brasileira e internacional, além de esboçar

reflexões que o conectam à própria natureza da formação social brasileira.

Considerando que toda prática educativa contém uma dimensão política (SAVIANI, 1999), é potencialmente profícua a aproximação entre Educação e Ciência Política no campo dos estudos sobre papéis e limites da instituição escolar. Nessa direção, os conceitos de Gramsci oferecem elementos significativos para análise do Escola Sem Partido em perspectiva crítico-dialética (LÖWY, 1992). O pensamento educacional de Antonio Gramsci se faz pensamento político ao trazer como preocupação central o nexo *intelectuais-povo*. Como partícipe desse movimento estaria a escola, responsável pela formação de um ser humano ao mesmo tempo *especialista* – fator de sua inserção produtiva na sociedade – e *dirigente* – fator que expressa seu grau de desenvolvimento intelectual e sua capacidade de refletir sobre a estrutura histórico-social na qual se encontra inserido. Em Gramsci, a possibilidade de os grupos sociais subalternizados criticarem sua própria condição histórica seria central para a construção do que chamou de “nova hegemonia”, ou seja, uma nova economia e uma nova cultura orientadas pelo horizonte de supressão da divisão hierárquica do trabalho e da fratura social entre dirigentes e dirigidos.

RESULTADOS

Escola Sem Partido: gênese e difusão

A Associação Escola Sem Partido foi idealizada e é coordenada por Miguel Nagib, advogado de 60 anos, atual procurador do estado de São Paulo e antigo membro ativo do Instituto Millenium, *think tank* voltado à difusão do pensamento liberal no Brasil. Após discordar da atuação de um dos professores de sua filha, funda, em 2004, a associação denominada “Escola Sem Partido”.

O ESP afirma trazer como inspiração a iniciativa estadunidense *noindoctrination.org*, organização semelhante que agrupava pais e alunos preocupados com o que chamavam de “assédio ideológico” dentro das instituições de ensino. Luann Wight, a idealizadora, elabora e disponibiliza em 2001 uma plataforma para captação de denúncias. É importante ressaltar que o incômodo de Wight, no que se refere à docência, dizia respeito às condenações que os professores faziam de práticas racistas, bem como às críticas sobre a violência israelense mobilizada na região da palestina (LIMA, 2017). Para Nagib, fazia-se importante a criação de uma proposta brasileira que tivesse como objetivo a desmonopolização política e ideológica das escolas e universidades, a garantia da integridade intelectual e moral dos estudantes e a sustentabilidade do direito dos pais de oferecer a seus filhos uma educação moral que estivesse de acordo com suas próprias convicções (SILVEIRA, 2018).

Como exposto acima, em 2004 é criado o site www.escolasempartido.org, uma plataforma que, além da autobiografia e de artigos, carrega *slogans* como: “Se você ou seu filho foi ou está sendo vítima de algum militante disfarçado de professor, denuncie!”. O site contém ainda direcionamento para a plataforma www.programaescolasempartido.org, na qual se encontram modelos de anteprojetos de lei que versam sobre “uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”, e que preveem como proposta a obrigatoriedade de afixação em todas as salas de aula, do ensino fundamental e médio, de um cartaz com o seguinte conteúdo:

- 1- O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- 2- O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constringerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- 3- O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- 4- Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;
- 5- O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;
- 6- O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, s/n).

O cartaz teria como finalidade informar os alunos sobre seus respectivos direitos enquanto discentes, bem como delimitar a atividade docente. Nessa perspectiva, o professor não seria educador, mas instrutor. A educação seria prerrogativa do núcleo familiar, com a soberania das convicções éticas, morais e religiosas particulares. O arcabouço legal das propostas de lei se ampararia em dispositivos como os artigos 5º e 206 da Constituição Federal (CF), além do artigo 12 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. Referências que garantiriam, segundo a Associação Escola Sem Partido,

A liberdade de consciência e de crença e a liberdade de aprender dos alunos (art. 5º, VI e VIII; e art. 206, II, da CF); o princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput, da CF); o pluralismo de ideias (art. 206, III, da CF); o direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 12, IV) (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a, s/n).

Embora a eclosão – aparentemente repentina e recente – de discussões públicas agudas sobre a argumentação exposta pelo Escola Sem Partido possa surpreender, indícios da composição de forças políticas na direção do programa se manifestavam já no segundo mandato do governo Lula. Vale recordar, em 2010, a vitória da oposição no processo de aprovação do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, que teve suprimido pontos referentes à promoção de direitos sexuais e reprodutivos, democratização da comunicação, laicidade do Estado, memória e reparação dos crimes da ditadura e

educação sobre infrações a direitos humanos. Em 2011, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, o veto ao material didático “Escola sem homofobia” também expressava o fortalecimento de bancadas conservadoras no Congresso, processo constatado em 2014 com a mobilização parlamentar contra o reconhecimento da diversidade sexual no Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 –, responsável pela eliminação de metas que visavam a enfrentar as desigualdades de gênero. É especialmente nesse contexto que expressões como “doutrinação ideológica” e “ideologia de gênero” difundem-se dentro e fora do ambiente propriamente político (PENNA, 2015; REIS, 2016; XIMENES, 2016).

Contudo, pode-se afirmar que é somente a partir da proposição de projetos de lei por inúmeros parlamentares e congressistas, no âmbito federal, estadual e municipal, idênticos ou inspirados nos modelos de anteprojetos de lei disponibilizados no site do ESP, que a proposta da associação se difunde efetivamente, alcançando amplitude nacional e capilaridade social. Iniciativas que buscaram a modificação da legislação educacional, tocando muitas vezes em instrumentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRAITT, 2016; ALGEBAILLE, 2017).

Com o PL nº 2.974/2014, o então deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP/RJ) foi o primeiro parlamentar a submeter um projeto de lei atrelado ao programa Escola Sem Partido, seguido pelo irmão

Carlos Bolsonaro (PSC/RJ), que apresentou a mesma proposta, porém, em esfera municipal, o PL nº 867/2014. A primeira iniciativa federal com o objetivo de incluir o programa Escola Sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional veio por meio do Projeto de Lei 867/2015, do senador Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF). Ainda em 2015, o PL nº 1.411/2015, do deputado federal Rogério Marinho (PSDB/RN), propôs a criação de uma nova tipologia criminal: a do “assédio ideológico”, que seria entendido como “[...] toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente” (BRASIL, 2015, s/n).

Até 2020, haviam sido apresentados 121 projetos de lei baseados na proposta do Escola Sem Partido em câmaras municipais e assembleias legislativas do Brasil. No total, 85 cidades em 21 estados já discutiram ou ainda discutem a institucionalização da proposta (ESCOLA SEM MORDAÇA, 2020, s/n). No universo dos legislativos estaduais, projetos foram propostos em 16 estados, sendo que na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas houve aprovação da proposta intitulada “Escola livre” e consequente conversão na Lei nº 7.800/2016. Entre câmaras municipais, o trâmite pôde ser observado em cidades como Porto Alegre, Pelotas, Florianópolis, Blumenau, Curitiba, Paranaguá, Maringá, Foz do Iguaçu, São Paulo, Campinas, Santos, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Volta Redonda, Belo Horizonte,

Uberlândia, Vitória, Campo Grande, Cuiabá, Palmas, Porto Velho, Manaus, Belém, Salvador, Vitória da Conquista, Aracajú, Recife, Caruaru, João Pessoa, Teresina e São Luís.

Em março de 2017, o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, concedeu liminar favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.537, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) contra a Lei nº 7.800/2016, de Alagoas. O ministro identificou aspectos inconstitucionais, como, por exemplo, a confusão entre o público e o privado e a violação do direito à educação, do direito ao acesso ao conhecimento e da liberdade de aprender e ensinar – tanto dos professores quanto dos alunos –, previstos pelos artigos 5º, 205, 206 e 214 da Constituição Federal. A posição foi ratificada em agosto de 2020, quando o conjunto dos ministros se reuniu para deliberação e a iniciativa foi considerada inconstitucional por nove votos a um. Embora a decisão específica sobre o caso alagoano tenda a servir como referência para decisões posteriores sobre o tema, é possível afirmar que o impacto e a penetração social alcançada pelo Escola Sem Partido reconfiguraram o cotidiano da prática docente no Brasil.

Antonio Gramsci e o nexu *intelectuais-povo*

Nascido em 1891, na Sardenha, sul da Itália, Antonio Gramsci desde cedo conviveu com a precariedade e os estigmas atribuídos à região. Considerada por muitos a parte atrasada e pobre do país, a

Sardenha, entre outras localidades, era vista como obstáculo ao desenvolvimento italiano. Todavia, esse mesmo vínculo de origem teria contribuído para aguçar a sensibilidade de Gramsci frente aos povos subalternizados da Itália e do mundo. Nas palavras do historiador e filósofo italiano Domenico Losurdo, uma ligação

[...] soldada pela modesta origem social, pela experiência dolorosa das privações cotidianas, por uma sensibilidade e seriedade moral que alimentam ainda mais a atitude empática em relação aos que são submetidos a uma vida de sofrimentos. E são muitos na Sardenha, onde, junto ao analfabetismo, grassam a malária, o tracoma, a tuberculose e a inanição (LOSURDO, 2006, p. 293-294).

Contemplado com uma bolsa de estudos, Gramsci cursa Letras na Universidade de Turim. Mas não conclui os estudos por divergências quanto ao conteúdo ofertado, pela sua própria condição física debilitada – sofria os efeitos de uma tuberculose óssea na infância – e pela cada vez mais intensa atuação política junto ao movimento operário, participando, inclusive, dos conselhos de fábrica entre os anos de 1919 e 1920 em Turim (COUTINHO, 2011).

Gramsci vivencia e observa a derrota do movimento socialista no ocidente em países como Itália, Hungria e Alemanha, além da ascensão fascista e nazista. Em 1926, como deputado do Partido Comunista Italiano (PCI), é preso sob ordem de Mussolini. Em 1928, é condenado a 20 anos, 4 meses e 5 dias de prisão. Como registra Carlos Nelson Coutinho, “Dirigindo-se a Gramsci, o promotor Michele Isgrò afirma: ‘Devemos impedir este cérebro de funcionar durante vinte

anos” (COUTINHO, 2011, p. 44). No cárcere, elabora, entre 1929 e 1935, uma série de textos posteriormente denominados “Cadernos do cárcere”. Cerca de 2500 páginas de notas dedicadas a múltiplos temas e agrupadas em 29 cadernos escolares. Reflexões sobre temas que vão da política à literatura, mas que trazem como eixo condutor a perspectiva analítica – ancorada no método de Marx – que concebe economia, política e cultura como expressões de uma mesma realidade, concepção manifesta em conceitos como “sociedade civil”, “Estado ampliado”, “intelectual orgânico”, “grupos sociais subalternos” e “hegemonia”, difundidos e utilizados consideravelmente no campo da ciência política até os dias atuais.

Em Gramsci, o processo de formação política voltado à emancipação humana, que ocorre por meio de instituições de ensino e experiências educativas não formais, pode ser sintetizado na expressão “progresso intelectual de massa”, utilizada pelo filósofo sardo em um de seus escritos carcerários.

No Caderno 12, intitulado *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, de 1932, Gramsci aponta o papel central dos intelectuais tanto na reprodução quanto na transformação social. Entretanto, o conceito gramsciano de intelectual apresenta características que o diferenciam das formas tradicionais de tratamento da questão. Para o pensador italiano, todos os indivíduos seriam intelectuais, pois todo ser humano é dotado de capacidade racional-intelectiva. Em qualquer atividade

profissional ou do cotidiano, por mais simples que fosse a tarefa desempenhada, haveria o emprego do raciocínio e do intelecto criador. Todo ser humano, portanto, elaboraria uma concepção de mundo e participaria da cultura em sentido geral. E, embora nem todos exercessem na sociedade a função de intelectuais – que em Gramsci extrapola o universo das atividades acadêmicas, ou da figura do erudito, e se refere à intervenção persuasiva e diretiva na esfera da vida prática –, não faria sentido falar em não-intelectuais (GRAMSCI, 2004).

Percebendo os limites estruturais da escola burguesa e a impossibilidade de se alcançar, nos marcos da lógica do capital, a socialização dos saberes acumulados historicamente pela humanidade, Gramsci elaborou sua proposta de “escola unitária” como um programa vinculado a um projeto político mais amplo. Sua crítica à reforma educacional orientada por Giovanni Gentile, ministro da Instrução Pública de Benito Mussolini, presente no Caderno 12, expôs a negatividade de uma iniciativa que tendia a superficializar a educação fornecida às classes trabalhadoras, contribuindo, com isso, para o aprofundamento da seletividade no acesso a conhecimentos.

A difusão de uma gama de escolas confinadas em especializações diversas, somada à redução do número de instituições com características humanistas era ponto-chave na crítica gramsciana do projeto educacional em curso. Ao intensificar

a restrição – já existente – do ensino geral de traço humanista a camadas sociais específicas, o sistema educacional cumpriria o papel de formação do aluno-trabalhador para a posição subalterna que lhe cabe na sociedade. A fim de superar essa dinâmica, Gramsci formula uma proposta de organização escolar pautada no desenvolvimento integral das capacidades dos estudantes.

Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 2004, p. 49).

O filósofo sardo se apega à velha escola italiana – sem desconsiderar seu caráter elitista e oligárquico – para destacar abordagens, métodos e conteúdos que poderiam ser universalizados. O “desinteresse” do modelo seria uma marca importante, pois ainda que os conceitos e as noções aprendidas não resultassem necessariamente em um fim útil imediato, possibilitavam o contato com o legado cultural deixado pela história e pelo passado. O estudo das línguas latina e grega, por exemplo, cumpriria um papel significativo ao trazer consigo o conhecimento histórico-social associado a esses objetos. “Aprendia-se para conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da civilização moderna, isto é, para ser e conhecer conscientemente a si mesmo” (GRAMSCI, 2004, p. 46).

A preocupação de Gramsci com o processo social que poderia culminar na edificação de uma consciência coletiva criticamente organizada a partir do senso comum é revelada tanto pela atenção dedicada ao problema escolar quanto pela importância conferida às iniciativas informais capazes de contribuir em alguma medida para o vínculo *intelectuais-povo*. Como afirmou Luciano Gruppi, “sua atenção, desse modo, volta-se ainda para os jornais locais, para os pequenos episódios de cultura local, para todas as manifestações do folclore” (GRUPPI, 1978, p. 68). Cabe destacar que tal vinculação não se concretizaria com a simples presença de uma intelectualidade tradicional a um projeto popular, mas sim com o trabalho de massificação de um intelectual de novo tipo, oriundo de grupos sociais que historicamente não se manifestam como dirigentes. Em suas palavras, vistas no Caderno 11, um “progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1999, p. 103). Progresso que diria respeito à capacidade dos grupos sociais subalternizados de criticarem sua própria condição histórica, relacionando organicamente passado, presente e futuro.

Escola Sem Partido como contenção política de grupos sociais subalternizados

O programa Escola Sem Partido é a materialização, no campo da educação, de um projeto político-ideológico de traço liberal-conservador. Como sustenta Miguel (2016), especialmente a partir de

2010, libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo se retroalimentaram na edificação de uma frente política, econômica e cultural propícia ao acolhimento das bandeiras do Escola Sem Partido. Nesse sentido, é possível afirmar que este se constitui como *movimento regressivo* (BARBOSA, 2017; MARTINS, 2018) ao se opor a conquistas educacionais observadas nas últimas décadas no Brasil, glorificando a família como esfera de retidão moral e o mercado capitalista como única instância viabilizadora do bem comum.

Casimiro (2018) lembra que desde meados dos anos de 1980 há em curso um processo de reorganização do pensamento e da ação das classes dominantes no Brasil. Elas inauguraram no país uma nova estratégia político-ideológica e a colocaram em prática a partir da fundação de diversas organizações ou, como diria Gramsci (2007), “aparelhos privados de hegemonia”, ligados ao Estado ou não, que visam à construção de um consenso na sociedade em torno de valores e concepções de mundo – relacionadas ao resgate do liberalismo econômico como projeto de sociedade – funcionais à reprodução do capital em sua fase contemporânea.

Seguindo os rastros históricos do Escola Sem Partido, é possível perceber pontos de contato com duas das organizações mencionadas acima. O Instituto Millenium, fundado em 2006 no XIX Fórum da Liberdade, é um *think tank* que se define como “[...] uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária [...]”, que “[...] promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como

liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de direito e limites institucionais à ação do governo.” (INSTITUTO MILLENIUM, 2020, s/n). No seu quadro de mantenedores, associados, colunistas, especialistas e convidados estiveram e estão nomes como Paulo Guedes, sua filha, Paula Guedes, Pedro Bial, Rodrigo Constantino, Giancarlo Civita, do Grupo Abril, Luiz Eduardo Vasconcelos e João Roberto Marinho, diretor e vice-presidente das Organizações Globo, respectivamente, além de José Piñera, ex-ministro da Previdência do Chile durante a ditadura Pinochet. Já o Estudantes Pela Liberdade, fundado no Fórum da Liberdade de 2012, é a versão brasileira do movimento norte-americano Students For Liberty, e volta-se, sobretudo, ao público jovem e universitário. No seu quadro de fundadores estão Fábio Ostermann, ex-membro do Instituto Liberal, ex-colunista do Instituto Millenium, um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL) e atual Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, além de Anthony Ling, vinculado ao Instituto Liberal e, também, ao Instituto Millenium.

Miguel Nagib, idealizador da Associação Escola Sem Partido no Brasil, foi articulista do Instituto Millenium nos anos 2000, quando escreveu textos que delimitam sua própria localização político-ideológica, como é o caso de “Por uma educação com os valores do Millenium”. Tal publicação revela que Nagib e os grupos que o cercam não deixam de estar ligados e comprometidos com um determinado

projeto político, a se manifestar, inclusive, em âmbito partidário.

Cabe sublinhar que, a partir do momento em que o ESP funde sua pauta com agendas ao redor do combate à chamada “ideologia de gênero”, o programa amplia sua base apoio. Conforme explicitam Espinoza e Queiroz,

Alguns dos eventos que contaram com a participação de Nagib: palestrante do I Congresso de Fundação do Partido Conservador, em Curitiba, junho de 2015; palestrante do I Congresso de Agentes Políticos Evangélicos do Brasil (Capeb), evento organizado pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que iria se realizar em outubro de 2015, mas que foi cancelado (entre os parlamentares, estavam o Deputado Federal Eduardo Cunha pelo PMDB-RJ e o Pastor Silas Malafaia) (ESPINOZA; QUEIROZ, 2017, p. 55).

Se inicialmente a proposta eclode tendo como antagonista principal a “doutrinação marxista” nas escolas, a incorporação de elementos caros ao conservadorismo moral e religioso conferiu base social ao Escola Sem Partido. Basta recordar a relevância do chamado “voto evangélico” (NOBRE, 2020) na eleição de Jair Messias Bolsonaro, um candidato abertamente apoiador da ditadura militar, crítico de institutos democráticos e opositor de movimentos negros, indígenas, feministas, LGBTQI+, entre outras representações contestadoras da condição de subalternidade social.

Frente a isso, é plausível contestar o suposto caráter apartidário da iniciativa Escola Sem Partido, pois nota-se que a rede de conexão dos membros da associação se estende a grupos empresariais, *think tanks* ativos no processo político brasileiro contemporâneo,

organizações religiosas, dirigentes políticos e partidos políticos. Considerar a natureza dessa rede de interesses favorece o entendimento de posicionamentos críticos do ESP a medidas amplamente consideradas progressistas no terreno educacional. Por exemplo, o questionamento 1) da implementação das Leis nº 10.639/2008 e nº 11.645/2008, que tornaram obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo da educação básica; 2) do programa “Escola sem Homofobia”, que objetivava o combate à violência e à discriminação dentro das escolas através da educação; e 3) da implementação da Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio. O Escola Sem Partido se refere a essas iniciativas como “doutrinação racial nas escolas”, “kit gay” e “plataforma de militância ideológica”, respectivamente (SILVEIRA, 2018).

Ao buscar restringir o contato de uma geração de jovens com determinados conteúdos e temáticas científicas, o programa Escola Sem Partido viola o princípio constitucional da educação como direito, repercutindo não apenas no universo educacional estrito, mas na vida política nacional. A institucionalização da censura de conhecimentos compromete o processo formativo de milhões de estudantes matriculados na escola pública brasileira, intensificando disparidades educacionais já existentes entre as classes e grupos sociais. Como barreira a uma leitura crítica e humanista da realidade social – ou como iniciativa antagônica ao objetivo gramsciano de

formar o ser humano como “pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” –, o ESP se coloca como instrumento de contenção política, pois limitar a socialização de saberes é também limitar a efetividade democrática, tratada por Coutinho (2008) como “socialização do poder”.

CONCLUSÕES

O programa veiculado pela associação Escola Sem Partido, apesar de se declarar juridicamente respaldado, contradiz e deforma tanto a Constituição Federal quanto a Convenção Americana de Direitos Humanos. Com relação à Carta Magna brasileira, o ESP fere a liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento (CF, artigo 206, II), viola o princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (CF, artigo 206, III) e afronta o princípio da laicidade do Estado (CF, artigo 19, I) ao favorecer a preponderância de concepções morais e religiosas específicas. Além disso, o “princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, constantemente reivindicado pelo Escola Sem Partido, não se encontra no texto da Constituição Federal. De modo contrário, a CF projeta objetivos políticos explícitos, trazendo expressões como “pluralismo político”, “soberania popular”, “regime democrático”, “pluripartidarismo”, entre outras. Quanto à Convenção ou Pacto de San José, há distorção interpretativa quando um dispositivo elaborado para garantir a pluralidade na esfera das

liberdades individuais frente a regimes totalitários é mobilizado para cercear medidas democratizantes na esfera do Estado e justificar a imposição de um pensamento único na sociedade.

Por meio do site da organização, bem como de postagens em redes sociais, nota-se o esforço de desumanização da categoria docente e de enquadramento depreciativo de visões de mundo e correntes de pensamento que divergem das referências político-ideológicas do Escola Sem Partido. Percebidos como “exército de militantes”, os “professores doutrinadores” deveriam ser “extirpados” das escolas. Analogias com a dimensão sanitária também se fazem presentes. Exponentes do pensamento político e pedagógico como Antonio Gramsci e Paulo Freire são tratados como “contaminantes” do espaço escolar. O primeiro, tratado nas redes sociais como “Conde Gramsci”; o último, como “Paulo Nosferatu Freire”.

Embora a recente decisão do STF sobre a lei de Alagoas tenha contribuído para o afastamento de Nagib das atividades da associação e tenda a servir como referência para decisões posteriores sobre o tema, a projeção alcançada pelo Escola Sem Partido reconfigurou o cotidiano da prática docente no Brasil. Nos últimos anos, professores vêm sofrendo retaliações dentro e fora das salas de aula. O receio de notificações extrajudiciais, processos por danos morais, demissões, violência física e até ameaças de morte tem contribuído para autocensura e a não abordagem de conteúdos previstos pelas diretrizes educacionais (PENNA, 2018). A atual

conjuntura política brasileira, nesse sentido, faz com que a extinção da atmosfera persecutória no âmbito educacional e das práticas que a constituem não deva ser vinculada mecanicamente à decisão judicial da corte suprema, ainda que esta última represente, inegavelmente, ganho democrático. O enraizamento popular e a difusão pública fazem do Escola Sem Partido um problema em aberto e, por isso, ainda passível de abordagem.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola Sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

ASSIS, Ana Elisa Q. Escola sem Partido: projeto sem sustância. **Revista Exitus**, vol. 8, n. 2, p. 15-33, 2018.

BARBOSA, Jefferson R. A “Escola Sem Partido”: grupos políticos e empresariais e o ativismo político liberal-conservador no Brasil atual. **Mouro: Revista Marxista** (Impresso), ano 8, p. 85-104, 2017.

BRAITT, Danielle. Os protagonistas do ESP. In: AÇÃO EDUCATIVA (org). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

BRASIL. Projeto de Lei 1.411/2015. **Tipifica o crime de assédio ideológico e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1229808>

CARA, Daniel. O programa “Escola Sem Partido” quer uma escola sem educação. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

CARVALHO, Fabiana A. *et al.* Uma Escola Sem Partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, vol. 37, n. 2, p. 193-210, 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CATELLI Jr., Roberto. A criminalização ideológica dos livros didáticos: a quem serve? In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

COUTINHO, Carlos N. (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos (1916-1935)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos N. Democracia: um conceito em disputa. In: **Fundação Lauro Campos**, 2008. Disponível em: [democracia_um_conceito_em_disputa.pdf](#) (mppr.mp.br)

ESCOLA SEM MORDAÇA. **Frente nacional Escola Sem Mordança**, 2020. Disponível em: <https://www.escolasemmordaca.org.br/>

ESCOLA SEM PARTIDO. **Blog**, 2019b. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>

ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa Escola Sem Partido**, 2019a. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>

ESPINOSA, Betty; QUEIROZ, Felipe. Breve análise sobre as redes do Escola Sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FERREIRA, Camila C. A **“ideologia de gênero” como uma prática discursiva tagarela de silenciamento**: uma análise genealógica do projeto de lei Escola Sem Partido. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2018.

FREITAS, Eduardo P. O movimento Escola Sem Partido e a “escola com religião”: aproximações a partir da série Star Trek: Deep Space Nine. **Crítica Educativa**, vol. 4, n. 2, p. 215-231, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola Sem Partido: esfinge e ovo da serpente que amealham a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GABATZ, Celso. O Movimento Escola Sem Partido e a Criminalização Ideológica na Educação Brasileira Contemporânea. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí, ano 33, n. 104, p. 323-345, 2018.

GADOTTI, Moacir. A escola cidadã frente à “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

GONÇALVES, Luiz C. **Pensando a Escola Sem Partido e seus impactos na educação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: UFF, 2017.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais – Caderno 12. In:_____. **Cadernos do Cárcere**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da Filosofia – Caderno 11. In: **Cadernos do Cárcere**. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel. Nota sobre o Estado e a política – Caderno 6. In:_____. **Cadernos do Cárcere**. vol. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUILHERME, Alexandre A.; PICOLI, Bruno A. Escola Sem Partido: elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 23, p. 1-23, 2018.

INSTITUTO MILLENIUM. **Quem somos**, 2020. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>

KATZ, Elvis P. **Escola Sem Partido**: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2017.

KATZ, Elvis P.; MUTZ, Andresa S. Escola Sem Partido: produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. **Educação Temática Digital**, vol. 19 n. esp., p. 184-205, 2017.

LIMA, Paula V. **Escola sem sentido**: Implicações do Escola Sem Partido para a democratização da educação pública. Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de

Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRS, 2017.

LIQUER, Isabella R. **Educação e Cidadania**: reflexões sobre a (in)constitucionalidade do projeto de lei brasileiro “Escola Sem Partido”. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Porto, Portugal: FDUP, 2017.

LOSURDO, Domenico. Os Primórdios de Gramsci: entre o Risorgimento e a I Guerra Mundial. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 291-310, 2006.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educ. Soc.**, vol. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.

MARTINS, Marcos F. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa**, vol. 4, n. 2, p. 41-68, 2018.

MIGUEL, Luís F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**, vol. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MORAES, Sílvia P. Atentado à democratização da educação: a falácia do projeto Escola Sem Partido. **Revista Educação**, vol.13, n. 1, p. 162-177, 2018.

MORENO, Meire E. Avanço do conservadorismo e o Programa Escola Sem Partido: desafios atuais para as políticas educacionais com perspectiva de gênero no Brasil. V **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2018.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

OLIVEIRA, Beatriz J. de; SILVA, Raul M. Apreensão do pensamento crítico na perspectiva Reacionária: discussão sobre a Escola Sem Partido. **27º Encontro Anual de Iniciação Científica**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2018.

OLIVEIRA, Edna A. *et al.* A docência perante o projeto de lei “Escola Sem Partido”. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 3, p. 250-266, 2018.

OROFINO, Paula S. **Concepções de educadores da área de ciências da natureza associadas ao Programa Escola Sem Partido e à ideologia de gênero**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista. Bauru: UNESP, 2018.

ORSO, Paulino J. Reestruturação curricular no caminho inverso ao ideário do Escola Sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PENNA, Fernando. Entrevista com Fernando Penna. **Movimento, Revista de educação**, n. 3, 2015, p. 294-301.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

PENNA, Fernando. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.

PEREIRA, Isabella B. **As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da câmara federal: uma análise do discurso a partir dos projetos “Escola Sem Partido”.** Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2017.

RAMOS Moacyr S.; SANTORO, Ana C. Pensamento freireano em tempos de Escola Sem Partido. **Inter-Ação**, vol. 42, n. 1, p. 140-158, 2017.

RAMOS, Marise N. Escola Sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

RAMOS, Moacyr S.; STAMPA, Inez. Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola Sem Partido. **Espaço do Currículo**, vol. 9, n. 2, p. 249-270, 2016.

RATIER, Rodrigo. Perguntas e respostas sobre o “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.

REIS, Toni. Gênero e LGBTfobia na educação. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.

RESENDE, Marcos P. **A política das escolas e a Escola Sem Partido: um estudo sobre ideologias e valores no sistema de ensino**

de Congonhas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo horizonte: UFMG, 2018.

ROSENO, Camila P. **Escola Sem Partido: um ataque as políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade Federal de Pernambuco. Petrolina: UFPE, 2017.

SANTOS, Thiago P. **Corpo, sexualidade e resistências: o contraste entre as propostas dos projetos denominados “Escola Sem Partido” e as perspectivas foucaultianas.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba: UEMS, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 32ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVEIRA, Renê J. Hegemonia e educação: contribuição para a crítica do movimento Escola Sem Partido, a partir de Antonio Gramsci. **Crítica Educativa**, vol. 4, n. 2, p. 124-141, 2018.

SOUZA, Ana L.; GONÇALVES, Ednéia. Reeducação nas relações raciais e ESP. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.

XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.

EMPODERAMENTO E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES EM COMUNIDADES RURAIS

Rafaelly Sobrinho dos Santos¹
Neuzeli Maria De Almeida Pinto²

INTRODUÇÃO

Toda e qualquer sociedade é organizada por base hierárquica onde sempre haverá, segundo Bourdieu (1998), uma relação entre dominador e dominado, e no caso de sociedades que invariavelmente se organizam, simbolicamente ou explicitamente, por dominação masculina, haverá sempre submissão feminina. Tendo em vista assim uma sociedade onde a predominância de valores e condutas são masculinizadas, questiona-se o fato de: "Como se estabelecem as relações de trabalho e empoderamento das mulheres rurais?".

Diante de tal proposição, buscou-se analisar como ocorrem as relações de trabalho das mulheres rurais da região do Litoral Ocidental Maranhense, a Baixada Maranhense e a região Metropolitana de São Luís, bem como analisar as possíveis relações sociais exercidas em detrimento da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, e a subordinação feminina no meio rural, o que

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF/UEMA). E-mail: rafaellysantos@aluno.uema.br

² Doutora em Teoria e Pesquisa Comportamental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). E-mail: neuzelialmeida@globo.com

também contribuiu para com os estudos sobre as situações de dupla jornada de trabalho a qual estas mulheres vivenciam ao estarem inseridas em uma sociedade enfaticamente patriarcal, e terem os seus trabalhos socialmente desvalorizados.

Neste sentido, o artigo tem por sua diretriz abordar e descrever as narrativas das mulheres rurais, tendo em vista o viés de problematização acerca de onde que se surge e de quem se parte a concepção das mulheres enquanto "empoderadas", e de que forma se estabelecem as relações de trabalho e a própria divisão sexual do trabalho nas comunidades estudadas. Com isso, buscou-se priorizar um conjunto de ações com vista a produzir um conhecimento específico a respeito da utilização da categoria "empoderamento" e das relações de trabalho das mulheres rurais em meio às relações de gênero de regiões que ostentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Portanto, o artigo em questão tem por objetivo contribuir com uma visão interdisciplinar do cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais, assim como promover uma análise de desenvolvimento local e sustentável das comunidades que estão inseridas, demonstrando, por meio desta, que a inserção do trabalho das mulheres rurais nos espaços organizativos e produtivos contribui para com o crescimento pessoal, social e político dessas mulheres, levando-as a se inserirem nos espaços públicos e privados, o que as capacita em suas

comunidades rurais para exercerem atividades ou mesmo lideranças tidas como incomuns para as mulheres.

Trabalho, gênero e patriarcado

Inicialmente entende-se por trabalho como toda prática educativa que rege as relações homem/natureza e homem/homem, devido ao modo como sua fonte primordial de conhecimento, riqueza e bem-estar social mostra-se diante do avanço das forças produtivas e das novas formas de sua própria organização. Isso significa dizer que a estrutura reprodutiva, o trabalho, a cultura e as práticas são consideradas, por muitas das vezes, como elementos formadores do indivíduo enquanto pertencente a um determinado grupo. Neste sentido, a movimentação da mulher para a esfera pública do trabalho torna-se, assim, a parte integrante do processo de democratização da vida social, que permite abranger os interesses das trabalhadoras nos diversos âmbitos em que atuam. A este respeito, Castells descreve que:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem para mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção, e do consumo a política, a legislação e a cultura. Os relacionamentos interpessoais e consequentemente, a personalidade também, são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 1999).

Mediante este processo, Bourdieu descreve que a forma como as diferenças biológicas, especialmente aqueles referentes à procriação e à produção, se coloca na esfera social, passam assim a ditar a divisão do mundo. Neste sentido, na medida em que os conceitos de gênero são construídos com base em um referencial que reconhece as diferenças biológicas como fator determinante, estabelecendo por meio delas as distribuições dos poderes por toda a sociedade, "o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder" (SCOTT, 1995). Ou seja, a categoria gênero, através da diferenciação da sexualidade biológica, funciona como ferramenta para legitimar as relações sociais que nada têm a ver com sexos, sendo, então, utilizada para justificar a desigualdade entre homens e mulheres, principalmente ao que tange à divisão do trabalho.

Além disso, Scott (1995) acrescenta ainda que a constituição do gênero se dá através de elementos-chave que garantem a permanência e a justificação das desigualdades. Ou seja, para se analisar a exclusão das mulheres a partir das relações de gênero, Ferreira (2007) destaca que:

É possível compreender que a exclusão das mulheres é uma construção social, ou seja, foram pensadas, elaboradas, e colocadas em práticas na sociedade através de vários mecanismos dentre os quais podemos citar: a educação, a política, a religião, a família, de forma a hierarquizada, inferiorizar e excluir as mulheres a partir de sua condição biológica (FERREIRA, 2007).

Portanto, faz-se necessário compreendermos que as relações sociais de gênero, enquanto categorias de análise, são entendidas como um processo de construção histórica e social de cunho político, em outras palavras, as distinções entre trabalhadores mulheres e homens resultam de todo um processo de construções culturais, que são produtos da cultura e história, e não decorrem de dados biológicos. Isto quer dizer que a situação de desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres, está muito mais ligada ao significado e ao valor atribuído socialmente ao trabalho feminino do que às variáveis econômicas e aos objetivos do mercado de trabalho.

A mulher rural no sistema capitalista e patriarcal

Segundo Karência Silva (1999), “o conceito tradicional de trabalho encontra-se vinculado à dimensão produtiva, deixando assim de lado todas as atividades que não se coloquem nesta perspectiva” (SILVA, 1999). Neste sentido, é preciso analisar e identificar o trabalho feminino no meio rural, a partir de todas as atividades desempenhadas pelas mulheres, tanto no seu setor produtivo quanto reprodutivo. Isso significa dizer que o contexto da vida rural vivenciados pelas mulheres é atravessado por experiências de submissão, luta e resistências, sendo estes também expostos nos conflitos de classe, gênero e etnia.

Dessa forma, em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Rural descreveu que a inserção econômica das mulheres rurais é marcada pela pobreza e pela invisibilidade das suas atividades produtivas, pois significativa parcela do seu tempo de trabalho é considerado trabalho doméstico, ou apenas uma ajuda ao trabalho do “chefe da família”, mesmo que esta seja decisiva para a manutenção do grupo familiar. Com isso, apenas uma pequena proporção das mulheres que vivem no meio rural tem alguma renda e, nestes casos, a renda é bem menor do que aquela obtida pelos homens.

Farias (2011), retrata ainda que a percepção e a presença das mulheres no campo são marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso significa dizer que esta ação possibilitou tornar assim evidente as análises que são realizadas a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, onde em geral estas são focadas no papel de mães, esposas e donas de casa. Além disso, destaca-se ainda que essa invisibilidade se justifica em parte pela limitação de acesso das mulheres aos serviços estatais e pela naturalização do espaço privado e matrimonial que se colocam em particular como local de exercício do poder masculino. Ou seja, analisa-se que, ao lado do conceito de trabalho, é preciso repensarmos também a divisão social e sexual do trabalho, visto que toda e qualquer tarefa conceituada no meio rural como “pesada, difícil” é destinada ao exercício dos homens, enquanto as atividades

conceituadas como “leves, complementares” são conduzidas às mulheres.

Assim, atualmente, as mulheres rurais buscam, por meio da inserção no ambiente em que se encontram, lutar pela igualdade de gênero dentro do âmbito do trabalho e da comunidade como um todo, bem como conquistar um novo papel para a mulher rural na sociedade. O que é pautado não mais sob a forma como estas se autodefinem apenas por suas funções biológicas, mas também como pessoas que contribuem para o desenvolvimento social, que exigem igualdade de oportunidade, igualdade na divisão de tarefas em casa, e aprendem a usar as leis existentes em seu benefício e a lutar por outras reivindicações dentro deste sistema capitalista e patriarcal (SILVA, 1999).

O conceito de gênero, poder e empoderamento em debate

Atualmente o conceito de empoderamento encontra-se em debate, dada a concepção de diversos autores e movimentos, dentre eles o próprio movimento feminista, onde para se falar prioritariamente dessa categoria "empoderamento", faz-se necessário discutirmos acerca das relações de gênero e poder que se constituem nessa sociedade patriarcal. Neste sentido, Costa (1998), destaca que ainda hoje as transformações advindas da condição feminina das mulheres não as constituem enquanto sujeitos ativos da sociedade, visto que estas não exercem o poder e, principalmente,

não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que o "controlam", sendo estes frutos de toda uma construção dada por meio dessa sociedade patriarcal.

Com isso, entende-se que as relações de poder estão imersas e permeiam as relações de gênero, o que significa dizer que o poder que se constituiu nas relações sociais apresenta-se nas diferenças construídas entre masculino e feminino. Isso não quer dizer que o gênero seja o único campo de existência do poder, mas um espaço primordial que possibilita o entendimento da organização da vida social. Além disso, tal categoria não se caracteriza apenas como analítica e descritiva, mas também histórica, visto que Saffioti (1992) aponta em seu livro que:

[...] não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente [...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale dizer [...] que o gênero se constrói e se expressa através das relações sociais (SAFFIOTI, 1992).

Dessa maneira, não podemos compreender as relações de gênero sem tratarmos de apreender as relações de poder, necessitando assim de uma conceituação que compreenda o poder em suas múltiplas e variadas formas, não reduzindo a questão dicotomicamente em que o masculino sempre terá prioridade nas

relações. Mediante este processo, após discutido acerca dessa categorização das relações de gênero que se encontram imersas as relações de poder, constata-se a necessidade de compreendermos a historicidade de outra categoria que está em debate, sendo este o conceito de empoderamento. Segundo Antunes (2002) o conceito surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970, juntamente com a bandeira do poder negro, como uma forma de autovalorização da raça e conquista da cidadania plena.

Entende-se, portanto, que “empoderar” significa ação, sendo que, no sentido atual, o empoderamento quer dizer a transformação de um sujeito em agente ativo por meio de processos que variam de acordo com a situação e com o contexto (MARTINS, 2003). Neste sentido, a frase "seja uma mulher empoderada" percorre pelos diversos parâmetros da sociedade, se apresenta com um passo importante para a conquista da cidadania das mulheres, porém, essa mesma categoria traz consigo debates que devem ser levantados criticamente dentro dos movimentos sociais, em especial o movimento feminista. Portanto, Leon (2000) destaca que para compreendermos o conceito de empoderamento, que rege a vida das mulheres rurais, é necessário primeiro verificarmos que este processo não é um processo linear, com início e fim definidos, e que ocorre de maneira igual para as diferentes mulheres, mas sim algo que difere para cada indivíduo ou para cada grupo de indivíduos, conforme sua história, seu contexto, seus grupos, e sua localização.

RESULTADOS

A definição de empoderamento está muito próxima da noção de autonomia que vivenciam as mulheres rurais das comunidades de Itamatatua, Agrovila e Vila Maranhão, visto que é resultante de todo um conjunto de processos políticos que se estabelecem no âmbito dos indivíduos e grupos sociais (HOROCHOVISK; MEIRELLES, 2007). Neste sentido, segundo Mageste *et al.* (2008), o processo de empoderamento da mulher alcança três níveis: o individual, o relacional e o contextual.

Esses níveis são interligados por relações de poder, os quais se influenciam mutuamente. Isso significa dizer que no nível individual, se considera a tomada de decisão e o acesso a recursos, já no nível relacional, o processo de empoderamento é observado a partir do contexto das relações de poder (valores culturais, as influências familiares, da educação formal, participação em grupos sociais), partindo assim de um olhar para além do indivíduo. Por fim, o nível contextual abrange também temas como segurança econômica, reconhecimento social, individual e coletivo, etc.

Dessa forma, observa-se que o trabalho que desenvolvem no âmbito da agricultura familiar, como é o caso das mulheres da comunidade de Agrovila, ou mesmo o trabalho artesanal desenvolvidos pelas mulheres negras quilombolas de Itamatatua, propiciam que tenham acesso a recursos econômicos, que podem ser

considerados uma das mais importantes dimensões do processo de empoderamento para as mulheres rurais. O mesmo também ocorre nas vivências das mulheres rurais da COOPVILA, Vila Maranhão, de modo que trabalham em um ambiente caracterizado como “masculino”, porém demonstram gradativamente que estes espaços podem vir a ser ocupado por mulheres.

No entanto, observa-se que as mulheres rurais das comunidades de Itamatatiua, Agrovila e Vila Maranhão sofrem ainda um grande acúmulo de tarefas, dado pelo trabalho doméstico e o trabalho agrícola/artesanal que realizam, além das atividades extras que desempenham, que servem como complemento para a renda. Dessa forma, destaca-se que os sistemas patriarcais, capitalistas e raciais, a que se colocam estas mulheres, tornam assim evidente a luta pelo desvendamento da desigualdade de gênero, e a busca pelo empoderamento das mulheres rurais, em que este último se apresenta de forma particular a cada uma destas. Isso significa dizer que o aspecto mais fortemente destacado por elas, em relação ao que pode ser entendido por empoderamento, refere-se ao peso da responsabilidade que esta situação acarreta para suas vidas, como podemos observar nos relatos das seguintes entrevistadas:

O empoderamento é aquela pessoa que não fica dependendo de outras, que na hora de resolver as coisas sabe o que quer. É quando ela toma nas atitudes dela a responsabilidade pra si (Rosa Maria, Itamatatiua, 2019).

O primeiro passo para o meu entendimento é que as mulheres devem ter primeiro o poder de decisão, para poder saber escolher principalmente no

companheirismo, porque a gente já viu, as mulheres de antigamente elas tinham que ficar a dispor do marido porque era dependente, mas hoje a pessoa tem que buscar sua independência para ser empoderada e ter o seu ganha pão (Raimunda Silva Pereira, Agrovila, 2019).

Eu sinto que assim [...] antigamente tudo a mulher tinha que depender do homem, eu não faço isso porquê eu sou mulher, agora não, agora a gente enfrenta como mulher. Não dá mais pra ficar de cabeça baixa, tem que enfrentar (Maria Raimunda, Itamatatiua, 2019).

Portanto, observa-se assim, com base nas falas das mulheres rurais de Itamatatiua e Agrovila, que o processo de empoderamento se coloca como um passo importante para a conquista da cidadania dessas mulheres, de modo que este é visto estreitamente relacionado à participação a qual elas promovem. Isso significa dizer que, através do empoderamento, é possível haver o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das mulheres rurais nas comunidades estudadas, de modo que é através da participação ativa dessas mulheres no campo que vêm garantindo o seu espaço no mercado de trabalho, ainda que em condições tão adversas desse sistema patriarcal.

O trabalho artesanal das mulheres de Itamatatiua

A história das mulheres quilombolas de Itamatatiua se dá a partir da sua inserção na Associação de Produtoras de Cerâmica de Itamatatiua, ambiente que transmite as tradições da região, as histórias e o legado dessa comunidade que permeia mais de 300 anos de existência, e atualmente abrange mais de 200 famílias, tendo

como líder da comunidade e presidente da Associação de Mulheres uma representação feminina.

Mediante este contexto, analisa-se, sob o viés da comunidade de Itamatatiua, que atualmente as mulheres quilombolas possuem como ponto de partida situações sociais específicas que são caracterizadas por instrumentos políticos organizativos, cuja finalidade principal, que regem os seus posicionamentos, é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria por meio de seus trabalhos com as cerâmicas que refletem suas praticas com o artesanato, sendo representados nas peças produzidas na comunidade (figura 1), tais como bonecas, mascaras, ou mesmos tradicionais vasos e panelas de cerâmica (figura 2).

Figura 1 – Peças de cerâmica da comunidade de Itamatatiua



Fonte: Organização NEGESF, 2019.

Figura 2 – Peças prontas para comercialização

Fonte: Organização NEGESF, 2019.

Neste sentido, as atividades que as mulheres de Itamatatiua promovem se consolidam com base na sua produção de artesanatos, que se desenvolvem em sua grande maioria nas zonas rurais do Estado do Maranhão. Assim, percebe-se que pensar o trabalho de mulheres que exercem atividades de artesanato envolve consigo o jogo das diferenças, no qual as regras são definidas nas lutas sociais entre agentes imersos em relações de poder. Ou seja, as artesãs são sujeitos/atores individuais e coletivos, que são, ao mesmo tempo, produtores e produtos das relações sociais refletidos no conjunto do sistema de valores, e nas normas de comportamento da sociedade (CRUZ, 2005).

Dessa forma, reconhece-se que as desigualdades no mercado de trabalho apresentam-se de maneira muito fortemente perante as mulheres rurais da comunidade de Itamatatiua, visto que a dupla jornada de trabalho exercida pelas artesãs constitui a marca de uma sociedade onde a mulher ganhou espaço no mercado, mas não

conseguiu fugir do machismo, de modo que só ela tem o dever de lavar, passar e cozinhar dentro do âmbito familiar e da comunidade. Além disso, essa dupla jornada dificulta o aprimoramento de novas técnicas de produção e a ampliação da quantidade e qualidade dos produtos desenvolvidos pelas mulheres rurais.

Portanto, por mais que o trabalho artesanal seja encarado como uma atividade complementar por meio da qual se desenvolvem narrativas orais e formas de sociabilidade, cooperação, solidariedade, etc., o grupo de mulheres da Associação de Itamatatiua (figura 3) enfrenta ainda muitos conflitos que dificultam o saber prático e a transmissão de conhecimentos, valores, costumes e crenças perpassadas de geração a geração, que se dá por meio da produção de cerâmica e das atividades específicas do artesanato que estas produzem.

Figura 3 – Grupos de mulheres de Itamatatiua



Fonte: Organização NEGESF, 2019

O trabalho no campo das mulheres de Agrovila

As mulheres rurais da comunidade de Agrovila, Município de Palmeirândia, inserem-se no campo e na produção e comercialização das polpas de frutas, a que se segue o modelo da agricultura familiar. Neste sentido, esse ambiente vem gradativamente se fortalecendo por meio do trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais, de modo que se colocam em atuação nos campos e associações da comunidade de Agrovila. Além disso, esta região também se destaca devido às associações, eventos da comunidade, e o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmeirândia.

Nesta medida, compreende-se que, dado à dupla jornada de trabalho, a agricultura familiar vem sendo um espaço cada vez mais ocupado pelas mulheres rurais, que antes se apresentava como uma zona de total domínio masculino, hoje passa por um novo processo que se solidifica gradativamente, dado a luta e resistência das mulheres rurais. Isso significa dizer que a inserção dessas mulheres na agricultura familiar, provocou diversos aspectos voltados para o papel feminino, que antes era focado na mulher como mãe e dona de casa, e agora é visto como uma peça fundamental no desenvolvimento e produção da agricultura e atividades no campo.

Assim, de acordo com Sales (2005), a inserção das mulheres nos espaços rurais de sua comunidade faz com que elas se reafirmem como "portadoras de um saber-poder no campo da política" (SALES, 2005), trazendo consigo a autonomia e visibilidade para essas

mulheres perante a coletividade. Porém, este mesmo processo tem suas dificuldades à medida em que um dos problemas enfrentados pelas mulheres rurais de Agrovila durante os seus trabalhos para a agricultura familiar se voltam para a falta de maquinaria para concluir a colheita, visto que a comunidade não possui um maquinário e nem equipamentos próprios, tornando assim visível o desencadeamento de fatores externos e internos que prejudicam o trabalho realizado pelas mulheres rurais na comunidade.

Nesta medida, o que se observa no trabalho da agricultura familiar em Agrovila é uma dualidade da forma de trabalho, pois este ocorre de forma individual e coletiva. O trabalho individual se desenvolve nos quintais das residenciais ou em pequenas extensões de terras adquiridas pelos trabalhadores (figura 4), enquanto o trabalho coletivo se desenvolve em roças coletivas (figura 5), esse processo é constituído por parcerias entre os moradores e se consolida através do sistema de troca de produção na comunidade.

Figura 4 – Terras em Agrovila



Fonte – Organização NEGESF, 2019

Figura 5 – Visita a Sitio de Agrovila



Fonte: Organização NEGESF, 2019

Além disso, foi observada, ao longo da vivência em Agrovila, a propagação acerca do valor cultural presente na comunidade, sendo passado para os mais novos desde cedo. Dessa forma, o que se percebe na comunidade, é um desenvolvimento crescente promovido pelas mulheres, buscando autonomia econômica, desejo de libertação da submissão em relação à figura masculina, conquista de sua independência financeira e novas necessidades de consumo das famílias, como se percebe na fala de uma das entrevistadas:

Cada um tem sua roça, seu campo e naquele campo que é produzido, cada família já tem seu lugar de destino pra produzir. Aí tem família que produz mais, tem família que produz menos, aí tem família que criaram também um projetinho já deles de irrigação, aí eu até esqueci...que tem várias pessoas como se fosse uma associação que eles produzem, inverno e verão. (Maria José Sousa, 2019, Agrovila).

Ou seja, o trabalho que o grupo de mulheres rurais da Associação de Agrovila (figura 6) desenvolve é, assim, uma propagação de seus processos de empoderamento frente a uma

sociedade patriarcal, machista e racista que ainda se faz dominante no meio rural.

Figura 6 – Grupo NEGESF e a Associação de mulheres rurais de Agrovila.



Fonte – Organização NEGESF, 2019.

O trabalho das mulheres na COOPVILA Maranhão

A COOPVILA - Cooperativa de Trabalho, Coleta e Recuperação de Resíduos da Vila Maranhão, localizada na região metropolitana de São Luís (MA), surgiu ao final da década de 1970, quando começou a ser cercada por grandes plantas industriais, primeiramente a Empresa de Alumínios do Maranhão (ALUMAR, do grupo da transnacional ALCOA), no extremo oeste da ilha, e depois a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), maior exportadora mundial de minério de ferro, através do sistema da Estrada de Ferro Carajás – Porto do Itaqui, localizado a nordeste da comunidade Vila Maranhão. Dessa forma, compreende-se que a cooperativa surgiu da

necessidade de organizar, por meio das moradoras da Vila Maranhão, a prática e o desenvolvimento do trabalho sustentável, o qual provém do reaproveitamento de resíduos sólidos, sendo este último a principal fonte de renda dessas mulheres trabalhadoras rurais da COOPVILA Maranhão.

Neste sentido, a maior parte dos resíduos é coletada na área da Vale, sendo o principal dado a partir da madeira (pallets), seguido pelos resíduos de obras de construção civil, de modo que após sua coleta este é trabalhado e transformado em móveis utilizados para sua venda (figura 7). Além disso, conforme ocorreu o desenvolvimento e criação da COOPVILA, as mulheres rurais da comunidade passaram a agregar valores aos resíduos coletados, iniciando assim a produção do carvão vegetal (figura 8), o primeiro a ser produzido e comercializado na comunidade, o que possibilitou um grande aumento em suas rendas, sendo este um diferencial produzido pelas mulheres.

Figura 7 – Móveis de Pallet da COOPVILA



Fonte – Organização NEGESF, 2019.

Figura 8 – Carvão vegetal produzido na COOPVILA

Fonte – Organização NEGESF, 2019.

Neste segmento, tem-se, atualmente, 9 mulheres que fazem parte do projeto e 6 homens que atuam na área da marcenaria, sendo todos residentes na Vila Maranhão, contando com a liderança e representação da Dona Aldeci Venâncio, presidente da COOPVILA, que tem por objetivo a expansão e exploração de novos mercados a partir da produção das peças de madeiras de reaproveitamento. Em vista disso, compreende-se que não existe ainda uma descrição e nem separação de cargos no trabalho desempenhado pelas mulheres rurais da COOPVILA, visto que todas realizam os processos da produção e comercialização de suas peças, não havendo assim uma divisão de cargos.

Portanto, observa-se que o trabalho realizado pelas mulheres da COOPVILA (figura 9) apresenta um sistema próprio de organização em que o trabalho em equipe e o cooperativismo mostram-se, assim, predominantes, tendo em vista que são estes os

fatores que demonstram a promoção da autonomia, liberdade e igualdade de gênero entre as mulheres da comunidade.

Figura 9 – Grupo NEGESF e as mulheres da COOPVILA, Vila Maranhão.



Fonte – Organização NEGESF, 2019.

CONCLUSÕES

Tendo sido o objetivo principal do artigo analisar as relações de trabalho e o empoderamento das mulheres nas comunidades rurais do Litoral Ocidental Maranhense, a Baixada Maranhense e a região Metropolitana de São Luís, decorrente nos contextos ecológicos da família, das relações de gênero e do trabalho rural, observou-se que na região do Litoral Ocidental Maranhense, na comunidade de Itamatatua, em Alcântara, houve um destaque para o trabalho desenvolvido pelas mulheres quilombolas da comunidade, o qual provém das peças de cerâmicas, fruto dos seus trabalhos artesanais, de modo que são essas mulheres as responsáveis pela

principal renda da comunidade de Itamatatiua. Além disso, o trabalho destas representa também toda a força e luta da comunidade quilombola, onde cada peça confeccionada representa a história de uma mulher.

Nessa perspectiva, a região da Baixada Maranhense, na comunidade de Agrovila, em Palmeirândia, destaca-se a partir da participação das mulheres rurais da comunidade, as quais assumem uma liderança feminina dentro e fora dos espaços em que se inserem, assumindo, em sua grande maioria, cargos públicos e privados, voltados tanto para o âmbito do trabalho quanto para o âmbito político. Dessa forma, estas mulheres retiram a sua renda, para o seu sustento e da comunidade, a partir dos trabalhos que realizam nos campos e nas produções de polpa. Já o que corresponde à região Metropolitana de São Luís (MA), a comunidade rural de Vila Maranhão, destaca-se à medida que apresenta o projeto COOPVILA - Cooperativa de Trabalho, Coleta e Recuperação de Resíduos da Vila Maranhão, o qual abrange um trabalho sustentável desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras rurais da comunidade, que fazem o uso do reaproveitamento de resíduos sólidos, promovendo assim a confecção de móveis de pallets e a venda do carvão vegetal e ecológico que não gera impacto ao meio ambiente. Ou seja, são estes mecanismos que possibilitam que o trabalho que estas mulheres realizam seja dado como a principal fonte de renda de suas famílias e comunidade.

Neste contexto, foi possível observar que o processo de empoderamento que descrevem essas mulheres, se reflete no desenvolvimento de seus trabalhos, visto que essas ações surgem como resposta ao posicionamento da mulher frente ao domínio de uma sociedade cada vez mais machista, patriarcal e racista. O que significa dizer que o empoderamento que estas apresentam é fruto de toda uma luta e resistência a que estas se inserem, sendo assim, uma resposta concisa e clara acerca do papel da mulher rural nos diversos contextos ecológicos da família, do trabalho e da comunidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU; Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil. S.A. 1989.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 169. vol. II

FERREIRA, M. M.; NASCIMENTO, S. M. V.; DIAS, M. de J. S.; PINTO, N. M. de A.; MATOS, E. J. S.; NUNES, P. K. B.; SOARES, F. M. M., **MULHERES NEGRAS E AÇÃO POLÍTICA: processos que vem de longe**. In. **Mulheres, Protagonismos e Sub-representação: Dados para pensar e transformar as relações de gênero na política no Maranhão**. NIEPEM, São Luís. 53-65.

GRIJÓ, W.P.; BERARDO, R.M.; MENDONÇA, M.L.A. **A identidade na comunidade negra de Itamatatuiua sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais**. Faculdade de Comunicação/UFBA.

MAGESTE, G.S.; MELO M.C.O.L.; CKAGNAZAROFF, I.B. **Empoderamento de mulheres:** uma proposta de análise para as organizações, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho.** São Paulo. Editora Moderna LTDA. 1987.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para análise da história.** Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, p 5 – 22, jul.

MOVIMENTO DE MULHERES RURAIS: participação política, trabalho e grupos produtivos

Andrezza Ethyenne Rocha Cardoso¹

Neuzeli Maria De Almeida Pinto²

INTRODUÇÃO

A história das mulheres pela conquista de direitos iguais e reconhecimento tem sido marcada por lutas e resistências. A emancipação feminina tão almejada acompanhou as conquistas mais expressivas da vida da mulher. A crescente autonomia em relação ao comportamento reprodutivo, o direito ao divórcio e a maior inserção da força de trabalho da mulher vão delineando as novas relações desse indivíduo com a sociedade.

Apesar do trabalho profissional se destacar como o principal fator emancipatório da mulher, segundo Coelho (2002), a história nos mostra que o trabalho feminino remunerado não rompeu com a lógica construída socialmente, a qual estabelece o vínculo entre o âmbito doméstico/familiar e a mulher, sem ter abalado a estrutura hegemônica que a mantém. Com a análise da divisão sexual do

¹ Graduanda em Ciências Sociais. Bacharelado - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Pesquisadora pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF/UEMA). E-mail: ethyennerocha28@hotmail.com

² Doutora em Teoria e Pesquisa Comportamental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). E-mail: neuzelialmeida@globo.com

trabalho e com os estudos de gênero, podemos constatar que o trabalho feminino é socialmente desvalorizado. O processo que legitima a fundamentação biológica dos gêneros empurra as mulheres para certos tipos de trabalhos e papéis sociais que elas devem desempenhar. O trabalho doméstico e as responsabilidades que dele derivam – ser mãe e dona de casa – aparecem como uma extensão da suposta essência feminina. De acordo com a lógica tradicional, o trabalho desempenhado para a família é realizado em prol do amor e em virtude da imaginada natureza da mulher.

Outra questão enfrentada pelas mulheres é a participação na política, sendo que essa área, quando ocupada pela mulher, não é muito valorizada. Segundo Ghelen e Barcellos (2016), o papel das mulheres na esfera política é importante para compreender as características de novos atores políticos, com outras especificidades e comportamentos em relação à prática política até então estabelecida. A partir dessa compreensão, é possível tornar o desenvolvimento local mais solidário e com mais equidade na representatividade política.

No que diz respeito especificamente às mulheres rurais e à sua inserção no campo político, os sindicatos, associações, movimentos sociais e partidos políticos têm possibilitado um aprendizado coletivo. Karla Hora e Andrea Butto (2014) apresentam que as políticas públicas para as mulheres rurais se situam no percurso das ações para reverter as desigualdades entre mulheres e homens, entre

campo e cidade, e, dentro do campo, entre os grandes empresários do agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Mais que isso, essas políticas vão percebendo a diversidade das organizações sociais, culturais e econômicas de mulheres da floresta, quebradeiras de coco, ribeirinhas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, faxinalenses e tantas identidades que se afirmam como sujeitos políticos na relação com a sociedade do entorno e o Estado.

Prosseguindo com as autoras, o que poderia parecer uma complicação, uma sobreposição de discriminações e exclusões, torna-se uma riqueza: são povos que reconstroem e articulam continuamente suas identidades coletivas em processos de luta. As mulheres que vivem no campo têm uma longa trajetória de luta e organização em movimentos autônomos, além de fazerem parte de movimentos mistos em suas comunidades em todo o país e em âmbito internacional.

Toda essa bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. São mulheres que lutam pela igualdade nas relações e pertencem à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres rurais, muitas bandeiras do feminismo e da transformação do papel da mulher foram sendo construídas, comprometidas com a transformação das relações sociais de classe, com a mudança nas relações com a natureza e com a construção de novas relações sociais

de gênero. Essa transformação se expressa em símbolos do movimento, no qual as mulheres rurais também estão inseridas.

Desse modo, o estudo em questão apresenta os resultados da pesquisa realizada com as mulheres artesãs da comunidade de Itamatatua e as mulheres trabalhadoras rurais da comunidade de Agrovila. Assim, após a coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada (ESE), procedemos às análises de natureza qualitativa de conteúdo, objetivando relacionar aspectos de participação política e espaço social do trabalho e atuação política, com destaque para as características específicas das comunidades.

Os dados do diário de campo (DC) também foram analisados a partir da sistematização das experiências das participantes, a fim de captar a percepção sobre a participação política das mulheres nas comunidades, o trabalho no campo e no artesanato e a atuação na associação comunitária e na divisão de tarefas familiares.

O trabalho da mulher no meio rural

De acordo com Stolf (2007), o trabalho rural é o responsável pelo abastecimento dos alimentos da produção agrícola. Essa profissão, que é passada de geração para geração, é apresentada aos filhos/as de trabalhadores/as rurais muito precocemente. Nesse contexto de trabalho estão as mulheres, que são inseridas no trabalho rural para efetuar trabalhos na lavoura e na manutenção dos animais, além dos trabalhos domésticos. Muitas vezes, as meninas jovens

ficam em casa fazendo os deveres domésticos enquanto suas mães saem para trabalhar na roça, juntamente com os maridos.

De acordo com a pesquisa na comunidade de Palmeirândia, a agricultura familiar se dá através de pequenas roças individuais, onde as famílias plantam em maior demanda legumes e frutas. Também formam suas próprias organizações, como, por exemplo, a de irrigação. O que se percebe também é a dupla jornada de trabalho das mulheres, pois a maioria trabalha externamente na comunidade, como secretárias, professoras, agentes de saúde, e na roça, junto com o companheiro, há ainda a criação de animais de pequeno porte para consumo próprio.

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), as mulheres rurais são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo. Elas exercem também um importante papel na preservação da biodiversidade e garantem a soberania e a segurança alimentar com a produção de alimentos saudáveis através do trabalho de subsistência.

De forma rotineira, as mulheres rurais também são vítimas de discriminação no mercado de trabalho de subsistência e são responsáveis pela maior parte do trabalho não remunerado, já que também ficam à frente dos cuidados dentro de casa, dos filhos e do trabalho doméstico. Em Palmeirândia, algumas mulheres da comunidade atuam na roça e na produção de polpas de fruta,

manutenção do terreno de plantio e do sistema de irrigação da propriedade.

Na comunidade muitas famílias trabalham na roça, no plantio, principalmente as mulheres. Aqui eu planto de tudo, verduras, tenho muitas frutas, com produção de polpas e a irrigação, e como vocês viram lá na frente é que mantem as plantas. Agora estou me dedicando mais aqui no sítio, antes o cuidado com meu pai tomava muito meu tempo, que Deus o tenha! (Maria José Sousa, Março/2019, Comunidade Agrovila/Palmeirândia).

Sales (2007) aponta que a presença das mulheres nesse universo do trabalho no campo é um fato indiscutível, porém elas permanecem invisibilizadas em muitos contextos, mesmo que estejam plantando, colhendo, conservando o solo, protegendo as lavouras das pragas, coletando os frutos e cultivando o desejo da posse de terras para trabalhar. Ao mesmo tempo, elas dão conta do trabalho doméstico, quando cuidam dos filhos, da comida, da casa e do quintal. No entanto, observamos na análise da pesquisa que as mulheres das comunidades buscam igualdade no trabalho com seus parceiros. A entrevistada Francisca dos Santos, da comunidade de Palmeirândia, relata essa realidade no trabalho na roça:

É bastante cansativo o trabalho na roça e ainda cuida da minha mãe doente. E é muito difícil receber apoio no trabalho, deveria ser dividido igualmente com o meu companheiro, tanto o trabalho na roça, como o doméstico. (Francisca dos Santos, Dezembro/2018, Comunidade Agrovila/Palmeirândia).

Faria (2011) aponta que a divisão do trabalho fez prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral focando no seu papel de mães, esposas e donas de casa. No

entanto, a dupla jornada de trabalho ainda é uma realidade enfrentada por essas mulheres. É o que se observa na fala de D. Heloísa:

É muito cansativo conciliar o trabalho doméstico com a produção de cerâmica e o trabalho de produção nos quintais, o tempo dedicada para o trabalho na cerâmica é muito grande, assim a rotina do trabalho doméstico é cortada e sempre falta algo para fazer, e dentro de casa a gente não tem nenhum apoio, porque a gente trabalha muito dentro de casa, o dia inteiro, aí o homem vem e vai é se sentar. (Heloísa, Julho/2019. Comunidade Itamatatiua/Alcântara).

Concordando com Silvane Nascimento (2011), a relação dominação e opressão dos homens sobre as mulheres nas diversas sociedades ocidentais deve-se à divisão sexual do trabalho, cuja origem está na produção de excedentes que transformou as relações de trocas existentes: a produção com valor de uso foi destituída de valor, sendo substituída gradativamente pela produção destinada às trocas. Dessa forma, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, por não produzir valor de troca, passa a ser desconsiderado. Com efeito, trabalho torna-se sinônimo de capacidade viril e/ou de inteligência, logo, “atributos não condizentes com as mulheres”.

Daniele Kergoat (1998) explana que essa divisão sexual do trabalho parte de dois princípios: o da separação, que explica que existe trabalho de homens e de mulheres; e o da hierarquização, que declara que o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher. Para Lobo (1991), a divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou

setores de atividade, mas também o princípio organizador da desigualdade no trabalho.

Que a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação (BRITO; OLIVEIRA, 1997, p. 252).

De acordo com Fischer (2004), a consequência maior da invisibilidade do trabalho da mulher rural é a falta de expressão no exercício da cidadania. Deere e León (2002) declaram que a participação da mulher rural em programas de desenvolvimento rural é negada sob o pretexto de, como não trabalhadora, ser dependente do homem. Dessa forma, o trabalho da mulher rural é visto como uma “ajudinha” para o homem, inserido em um processo de hierarquia de gênero.

Para Faria *et al* (2011), o enfrentamento das desigualdades de gênero de forma ativa e permanente pressupõe mudanças estruturais no sentido de refundar a democracia. Ainda mais porque o desafio é contínuo. Trata-se não apenas de acabar com as formas de desigualdade que são herança de um passado patriarcal, mas também com as novas formas que são criadas ou retomadas pela atualização do patriarcado, resultado da crise capitalista. Apesar da conscientização e resistência dessas mulheres, podemos perceber nas

suas falas a naturalização dos seus papéis e da relação com o âmbito doméstico:

A gente ajuda na lida da roça, e ainda temos que dar conta do nosso trabalho dentro de casa, lavar, passar e cozinhar, a gente é que organiza tudo para no outro dia sair para a roça de novo (Neide, Julho/2019, Itamatatuiua/Alcântara).

Nesse sentido, Nascimento (2013) afirma que o intenso processo de mudanças no mundo do trabalho, baseado nas formas contemporâneas de organização da produção, tem gerado um contexto em que as condições de trabalho se tornam cada vez mais flexíveis. Assim, há um aumento da precarização dos postos de trabalho, evidenciado pela instabilidade dos empregos, pela informalização, pelo trabalho subcontratado e em tempo parcial, e pela perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas.

Para Safiotti e Ferrante (1983), a articulação do modo de produção capitalista com as formas não capitalistas de trabalho incide diretamente sobre a situação da mulher rural, uma vez que se situa, de preferência, em atividades organizadas em moldes não capitalistas. Esse fenômeno adquire maior intensidade nas formações sociais subdesenvolvidas, nas quais o peso relativo às formas de trabalho não capitalistas é mais significativo do que o existente nas formações sociais altamente industrializadas.

Silvane Nascimento (2011) afirma que, no capitalismo, a divisão sexual do trabalho evidencia-se plenamente como sistema de

dominação-exploração das mulheres, expressando-se na classificação de trabalho improdutivo e trabalho produtivo. O trabalho das mulheres coloca-se majoritariamente no primeiro campo e, quando se inserem no segundo, os papéis sexuais são acionados quase sempre para lembrar o “seu lugar e o seu valor”. No caso das trabalhadoras rurais, a unidade de produção familiar, como o próprio termo já informa, é um trabalho exercido pela família.

Em concordância com essa pesquisa, Nascimento (2013) destaca que a mulher tem participação significativa, quer na esfera da produção, quer na esfera da reprodução, não só pela alimentação que prepara para garantir a reprodução da mão de obra, mas pelo *modus vivendi* no território de vivências cotidianas, o qual garante a reprodução da unidade de produção, a cultura e as sociabilidades ancestrais, bem como o efetivo trabalho nas lavouras, no agroextrativismo e em outras atividades. Nesse sentido, indaga-se sobre o porquê da invisibilidade do trabalho feminino nas estatísticas oficiais, considerando a unidade familiar de produção no campo.

A inserção das mulheres rurais na política

As mulheres rurais sempre encontraram dificuldades para atuar no processo revolucionário, desse modo, segundo Silva (2015), a visão predominante sobre o meio rural está relacionada a lugares isolados e distantes e associado, ainda, à ideia de atraso que se contrapõe à noção de desenvolvimento representada pelos grandes

centros urbanos. O meio rural é marcado por conflitos decorrentes de contradições históricas, que envolvem a concentração de terras e causam problemas relacionados às questões agrária, agrícola e fundiária.

Assim, a participação ativa de mulheres, no cenário rural atual, vem demonstrando cada vez mais o seu empoderamento, tanto nas questões políticas, quanto nas atividades cotidianas que envolvem essas mulheres e o seu trabalho no contexto familiar. Assim, o cotidiano dessas mulheres torna-se espaço de conhecimento e compreensão da forma como se estabelecem as relações entre homens e mulheres.

Desse modo, examinar o papel das mulheres na esfera política é importante para compreender as características de novos atores políticos, com outras especificidades e comportamentos em relação à prática política até então estabelecida, possibilitando, assim, tornar o desenvolvimento local mais solidário e com mais equidade nessa representatividade política.

Concordando com Sales (2007), a participação das mulheres exige uma determinada competência, um acúmulo de capital político, mas essa formação ocorre no cotidiano, na própria luta, como observa Bourdieu: “a competência prática é adquirida em situação, na prática: o que é adquirido é, inseparavelmente, o domínio prático da linguagem e o domínio prático das situações, que permitem produzir o discurso adequado numa situação

determinada”. Como o campo político é também perpassado pelas desigualdades de gênero, a competência aparece nesse campo como divisor dos tecnicamente competentes e dos que se representam por porta-vozes. As mulheres estão sempre incluídas entre os que precisam ser representados, entretanto, aquelas que estão inseridas nos movimentos sociais têm demonstrado que as diferenças entre mulheres e homens não podem afirmar falta de competência política das mulheres.

Desse modo, na comunidade de Itamatatiua é dentro do centro de cerâmica, que se percebe uma aproximação mais consistente dessas mulheres com a política. É através da associação de mulheres que elas conseguem todos os projetos para a comunidade e pautam novos projetos visando o desenvolvimento desta e da população, principalmente as mulheres. Elas possuem uma forma de eleição, criada pela associação de mulheres de Itamatatiua, além de criação de cargos, que são distribuídos a partir da experiência de cada mulher, como aponta o relato abaixo:

As reuniões da associação acontecem todo final do mês. Nós mudamos de presidente de quatro em quatro anos. A gente escolhe assim, elas se candidatam, aí quem tem mais experiência a gente escolhe, assim como também quem tem mais didática e estudo (Maria Raimunda, 2019, Itamatatiua).

Já na comunidade de Agrovila, as mulheres participam da sede da comunidade, que elas chamam de barracão, nesse ambiente são feitas atividades voltadas para mulheres, crianças, e um projeto voltado para a terceira idade que visa buscar o bem-estar e integração

desses idosos na comunidade, para que estes não fiquem excluídos das ações comunitárias, atividades de recreação e participação política dentro da comunidade. Essas atividades já estão em andamento desde o ano de fundação da sede que ocorreu no ano de 2005, em relato é apontado que:

Nós temos a associação que é a MAGROM, que é a associação dos moradores da Agrovila e Santa Luzia, no caso eu até me associei, mas por enquanto associação de mulheres mesmo ainda não temos. No barracão nós discutimos políticas voltadas para os jovens e também para os nossos idosos (Maria José Sousa, 2019, Agrovila).

De acordo com Pimenta (2013), em pouco mais de duas décadas, as mulheres trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical conquistaram espaço e visibilidade política, e por meio de estratégias de mobilização e participação, demonstraram sua capacidade articulatória e de parceria, qualificaram sua plataforma e agenda política e desencadearam processos de interlocução e negociação com o Estado.

Isso demonstra que essa ação das mulheres rurais em movimentos políticos, revela-se um processo dinâmico, de múltiplas experiências e significados, resultante na formação de identidades coletivas e política num campo de instabilidades e tensões, em que se reproduzem as desigualdades e o poder que nega as mulheres como sujeito político e insiste em silenciá-las e submetê-las.

Segundo Carneiro (1987), a participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 80, quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos. Tais problemas são originários de cada

região específica, desse modo as mulheres reivindicam aquilo que sua comunidade necessita.

Trabalho e grupos produtivos das mulheres rurais

Os estudos sobre as mulheres rurais se expressam a partir da concepção de casa e roçado, vista como uma relação dialética que torna possível entender a hierarquia social no meio rural. Apesar da representação considerável das mulheres na esfera produtiva, o trabalho executado pelas mulheres tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais, além de ser um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas (PAULILO, 2004). Considerando as mulheres a partir de seu lugar, no caso dentro da unidade de produção, focalizamos sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização.

Diante desse cenário, Costa (1998) afirma que quando as mulheres estão engajadas em grupos produtivos e conquistam independência financeira, há uma elevação da sua autoestima e diminuição do estresse, pois não estão restritas apenas ao âmbito privado e não dependem exclusivamente de seu companheiro. Além disso, a existência desses grupos é importante, pois, coletivamente, as mulheres possuem melhores condições para reivindicarem reconhecimento e participação no mercado de trabalho. Isso se reflete no relato de Maria Raimunda, uma das entrevistadas: “Assim, nós mesmos fizemos um casebre quando fundou a associação, aí a

gente ainda trabalhava assim, nas casas, aí depois a Neide fundou a associação junto com a gente, aí a gente resolveu unir e trabalhar junto”. (Maria Raimunda, Julho/2019, Itamatatiua/Alcântara).

Diante das dificuldades de produzir separadamente e pela falta de um lugar para produção e disposição dos fornos, as mulheres criaram a Associação de Mulheres de Itamatatiua, de modo a buscar a melhor forma de confeccionar as peças. Dentro da associação, as mulheres discutem pautas que visam melhorias para o centro de cerâmica e para a comunidade. O depoimento abaixo nos mostra como elas conseguiram o centro de cerâmica:

Em 2004, a gente falou com uma amiga jornalista, que veio fazer um convite pra gente ir ao Rio Poty Hotel. E ela queria que a gente participasse, ia ter um grande seminário lá, aí eu fui representando à cerâmica, aí quando chegou lá a gente conversou com a Conceição Andrade, fez os pedido pra ela, que aqui em Itamatatiua não tinha nada, aí ela disse que ia trazer o governador. Ele disse que ia mandar fazer as coisas que a gente pediu, a gente pediu esse centro, água e pediu a estrada. Quando foi uns 20 dias ele montou o centro, a gente não acreditou, mas ele mandou fazer, ele veio aqui, inaugurou e a gente tá trabalhando até hoje (Maria Raimunda, Julho/2019, Comunidade Itamatatiua/Alcântara).

As mulheres de Itamatatiua fazem da cerâmica uma das atividades mais importantes da região, pois esse trabalho é a principal fonte de renda dessas mulheres. As artesãs conquistaram o centro de cerâmica através da associação de mulheres, que trouxe melhorias para a comunidade. Antes da existência do centro de cerâmica, cada mulher produzia em sua casa e vendia. A produção

tornou-se mais ampla, em especial pela oferta de um curso coordenado pelo SEBRAE, oportunidade em que o grupo produtivo das mulheres se especializou na confecção de bonecas.

Antigamente cada um trabalhava nas suas casas, porque a fonte de renda daqui era a cerâmica, roça, como eu estou te dizendo, roça, pesca e as mulheres eram mais de cerâmica, todo mundo. Aí eu me lembro que tinha nove, fornos nesse tempo, aí todo mundo fazia muito pote, porque nesse tempo não tinha água encanada, plástico, aí vinha muita gente comprar, vendemos pra São Bento, Guimarães. Aí depois que o plástico chegou, caiu os potes, aí a gente começou a fazer outras coisas, mas sempre fizemos painéis, frigideiras, essas coisas. Aí depois a gente conseguiu um curso do SEBRAE, aí a gente começou a fazer as bonecas, (Maria Raimunda, Julho/2019, Comunidade Itamatatua/Alcântara).

No centro de cerâmica há uma divisão de trabalho: quem possui mais experiência faz as peças maiores e os mais novos fazem as peças menores, sendo as mais velhas responsáveis por peças mais trabalhosas. “Cada um tem uma tarefa específica, tia Luíza faz as maiores, Dona Pirrichi faz os grandes também, nós novinha faz os menores” (Marilene de Sousa, Novembro/2019, Comunidade Itamatatua/Alcântara).

Já as mulheres da comunidade de Agrovila/Palmeirândia atuam na roça, em grupos produtivos de polpas de fruta e na manutenção do terreno de plantio. Como se sabe, muitas mulheres também atuam na agricultura familiar, porém, a condição feminina impõe o exercício da dupla jornada, a qual é permeada pela invisibilidade.

De acordo com Carneiro (2001), a dificuldade em caracterizar o trabalho da mulher rural como produtivo traz ainda outras implicações. Os efeitos diretamente percebidos estão relacionados com a dificuldade de participação das mulheres na comercialização de produtos (em feiras, exposições ou mesmo no processo de negociação da comercialização direta), uma vez que o espaço público é reconhecido como um espaço predominantemente masculino. Desse modo, Siliprandi e Cintrão (2011) explanam que as mulheres rurais sempre atuaram na agricultura com seus familiares, mas não tinham seu trabalho reconhecido, já que este era visto como uma extensão do trabalho doméstico.

As poucas oportunidades existentes para as mulheres nos espaços públicos e a baixa inserção delas em programas do governo demonstram a gravidade da situação vivenciada por elas. Entretanto, a partir das lutas contra a discriminação e preconceitos na sociedade, através dos movimentos sociais e feministas, as mulheres começam a ocupar diferentes espaços e a ter lentamente o alcance de suas conquistas. Contudo, isso ainda não foi o suficiente para eximir a invisibilidade que perpassa suas atividades produtivas.

Ao contrário da realidade vivida pela maioria das mulheres invisibilizadas nos grupos produtivos, as mulheres da comunidade de Agrovila têm uma atuação marcante na comercialização dos seus produtos, incluindo, por exemplo, o sistema de troca, em que as famílias atuantes nas plantações trocam alimentos umas com as

outras. Esse tipo de comércio possibilita uma maior participação das mulheres. De acordo com o depoimento de Francinete Martins, que está à frente dos processos da comunidade:

Cada um tem sua roça, seu campo e naquele campo que é produzido, cada família já tem seu lugar de destino pra produzir. Aí tem família que produz mais, tem família que produz menos, aí tem família que criaram também um projetinho já deles de irrigação, que tem várias pessoas como se fosse uma associação que eles produzem, inverno e verão. (Francinete, 2019, Agrovila/ Palmeirândia).

Todas as transformações ocorridas na comunidade de Agrovila, como o avanço das mulheres à frente dos grupos produtivos, estão relacionadas às mudanças na situação das mulheres do campo, muitas discutidas por Maia *et al.* (2018). Essas mudanças passaram a ser evidenciadas a partir das décadas de 1980 e 1990 com o movimento de mulheres camponesas, que intensificaram as discussões ligadas às suas condições de vida, à identificação como trabalhadoras rurais, ao direito à terra, à igualdade e a outros fatores que foram determinantes para o reconhecimento público da mulher rural.

Apesar disso, as poucas oportunidades existentes para as mulheres nos espaços públicos e a baixa inserção delas em programas do governo demonstram a gravidade da situação vivenciada por elas, realidade observada na comunidade de Agrovila:

Muitas mulheres aqui da comunidade consegue trabalhar na roça, ter os projetos porque a gente ainda está no sindicato, no grupo de mulheres, temos uma organização, mas a dificuldade ainda é muito grande,

temos que trabalhar dobrado para ter reconhecimento e ganhar alguma coisa, estamos sempre trabalhando muito na lida da casa e a ajuda da roça é quando o tempo dá. (Maria Raimunda, Julho/2018.Comunidade Agrovila/Palmerândia).

Esse resultado corrobora as pesquisas de Carneiro (2001), que, ao apontar a dificuldade em caracterizar o trabalho da mulher rural como produtivo, traz ainda outras implicações. Daí a importância do desenvolvimento de grupos de mulheres para o movimento feminista e que proporcionem a reflexão dos problemas que abrangem as mulheres. Esses grupos são uma oportunidade para que as mulheres possam se reunir e ter a possibilidade de romper “com o silêncio no qual foram confinadas”. Assim, a participação das mulheres rurais em grupos de produção, coletivos, ocupação da terra e eventos políticos tem suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa em torno delas (MÉLO *et al.*, 2014).

A participação das mulheres em grupos produtivos, incentivadores de uma prática democrática, contribui em grande medida para a construção de um olhar crítico das mulheres, seja em relação às suas experiências cotidianas, seja em relação a uma maior percepção sobre a desigualdade de gênero (BRUNO *et al.*, 2011). A ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública graças a uma trama de relações sociais que pressupõe interações e saberes. Estas, por sua vez, redefinem outras relações de poder também na instância do privado (FISCHER, 2004). Nessa perspectiva, podemos enxergar o grupo produtivo de mulheres rurais

como lugar para repensar as relações de gênero e como espaço de incentivo à democratização do meio rural brasileiro.

CONCLUSÕES

Neste artigo, propusemo-nos a analisar as organizações produtivas de mulheres rurais das comunidades de Itamatatiua e Palmeirândia, além do seu trabalho e atuação política nas respectivas comunidades. Na comunidade de Itamatatiua, o eixo do trabalho é voltado para a produção de cerâmicas, o que indica uma prevalência pela liderança feminina. Nesse caso, as mulheres são as responsáveis pela principal renda da comunidade e pela manutenção da pousada da comunidade. O trabalho produtivo dessas mulheres representa toda a força de Itamatatiua; cada peça confeccionada traz um pouco da história de cada mulher. Por esse motivo, o centro de cerâmica não é o lugar apenas responsável pela produção das peças, mas pelo ensino do valor do trabalho passado de geração em geração, da cultura e da coletividade.

A análise que se faz da comunidade de Agrovila é voltada para os grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar. Cada família possui uma extensão de terra onde são realizados seus cultivos. As mulheres possuem como rotina a dupla jornada de trabalho e ainda enfrentam a invisibilidade no trabalho rural, visto que este se apresenta como uma “ajudinha” ao companheiro. Essas mulheres atuam no âmbito do trabalho externo e interno à

comunidade, sendo que o interno se destina ao trabalho social na comunidade, com idosos e crianças, além do trabalho no campo; e o externo corresponde ao trabalho em comunidades próximas, quando assumem as funções de secretarias, agentes de saúde etc.

O empoderamento e a liberdade econômica dessas mulheres fazem com que elas se desprendam de seus companheiros. Contudo, mesmo assim, o trabalho produtivo na agricultura ainda possui bastante invisibilidade. Paulilo (1987) aponta que uma das justificativas para classificá-las como “ajudantes” está relacionada ao tipo de trabalho executado na atividade rural, descrito como trabalho “pesado” ou “leve”. Essa diferenciação é bastante imprecisa e possui marcantes traços culturais, uma vez que o que é considerado trabalho “leve” ou “pesado” depende da perspectiva social analisada. Na esfera das atividades femininas, por exemplo, a mulher também executa trabalhos entendidos como pesados, tais como a colheita de produtos agrícolas, os cuidados com os filhos e o carregamento de água (muitas vezes, as mulheres percorrem longas distâncias por conta do transporte da água).

No que tange à análise da participação política nas comunidades, em Itamatatuiá constatamos a organização de uma associação, sendo esta denominada Associação das Mulheres de Itamatatuiá. Tal associação é responsável pela política interna da comunidade, discutida em reuniões mensais no centro de cerâmica. Essa política interna se restringe à busca de benefícios para a

comunidade e à eleição de uma nova presidente para a associação. Já a política externa é voltada para a titulação de terra. É representada por figuras masculinas, incluindo o vereador e alguns outros homens mencionados nas entrevistas.

Diferentemente da comunidade de Itamatatiua, o grupo produtivo de mulheres da comunidade de Agrovila está integrado aos ambientes de poder, cuja prevalência de atuação era apenas de figuras masculinas. Esses ambientes são exemplificados pelas associações de moradores. Além da participação contínua na Marcha das Margaridas e em outros movimentos sociais, as mulheres de Agrovila têm trazido visibilidade política para a comunidade e gerado empoderamento feminino. Assim, tanto a política interna quanto a externa possui a participação ativa de mulheres na liderança da comunidade.

Por fim, inferimos que este trabalho pode ser útil para a compreensão dos efeitos de políticas públicas destinadas às mulheres nas comunidades rurais, pois identificamos os benefícios resultantes do movimento feminino rural, da participação política, do trabalho e inserção em grupos produtivos. Essas análises favorecem a participação das mulheres no desenvolvimento das comunidades e apontam para uma proposta de inserção feminina a partir de bases democráticas, participativas e inclusivas, tanto nas ações comunitárias quanto no trabalho na lavoura e na produção do artesanato de cerâmica.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Regina et al. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 55-86.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. XI reunião anual da Ampocs. Águas de São Pedro SP. 1987.

COELHO, Mariana. **A educação do feminismo: subsídios para sua história**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 37-50.

COSTA, Ana Alice A. **As Donas no Poder: Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA- Assembleia Legislativa da Bahia, 1998 (Coleção Bahianas; 02).

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 37-54.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação – um estudo no acampamento do Engenho do Prado**. 2005. 233f. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

GHELEN, Ivaldo; BARCELLOS, Olinda. Cuidados, acolhimento e flores: as mulheres na política e desenvolvimento local no rio grande do sul. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, p. 15-33, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45318>.

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. p. 14-45.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H; LABORIE, F; DOARÉ, H; SENOTIER, D.(Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. Editora Unesp, 1998.

LOBO, E. S. **A Classe Operária tem dois sexos**. São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

MAIA, Ana Heloísa et al. Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina (SP). **REVER – Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 294-310, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.36363/rever712018294-310>.

MÉLO, Anastácia Brandão *et al.* Grupo de mulheres rurais “Reciclarte”: a fuga do cotidiano. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO, 18., 2014, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2014. p. 3812-3821.

NASCIMENTO, S.M.V; RODRIGUES, F.C; SANTOS, N.A.D. AGRICULTURA FAMILIAR, AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. **VI Jornada Internacional de políticas públicas**. São Luís – MA. 2013.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. TRABALHADORAS RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS NEOLIBERAIS: demandas e desafios a prática profissional **Revista de Políticas Públicas**, vol. 15, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 109-119.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, poder e democracia – Mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. **Cadernos de Trabalho Netsal**, v. 1, n. 1, p. 3-29, abr. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, p. 67-75, 1983.

SALES, Celecina. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio/ago. 2007.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2011. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v18i2.8634675>.

SILVA, Berenice. Políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais: análise sobre a Marcha das Margaridas. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2015.

Stolf, M. C. **Os sentidos atribuídos por agricultores às tecnologias utilizadas em seu cotidiano de trabalho**

(Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 2007.

REFLETINDO SOBRE A CATEGORIA QUILOMBO A PARTIR DA TRAJÉTORIA DA QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU E QUILOMBOLA, A SENHORA MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA CAMAPUTIUA¹.

Adrielma Abreu Rodrigues²

Cynthia Carvalho Martins³

INTRODUÇÃO

No presente artigo realizamos uma reflexão sobre a trajetória de vida de uma liderança que se auto define como quebradeiras de coco e quilombola com ênfase aos pertencimentos referidos às formas organizativas.

As entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa apontam que a trajetória da senhora Maria Antônia dos Santos possui uma dimensão coletiva relacionada a seu envolvimento com as lutas referidas ao reconhecimento do território quilombola de Camaputiua, localizado no município de Cajari, Maranhão. Trata-se de uma trajetória referida à uma luta coletiva e cuja especificidade direciona-se para uma reflexão sobre as formas organizativas como orientando as mobilizações face aos conflitos vivenciados pelas

¹ O presente trabalho vincula-se à pesquisa intitulada “A Construção de Territorialidades Específicas em Comunidades Auto definidas como Quilombolas: arqueologia dos Engenhos”, coordenada pela professora Cynthia Carvalho Martins com financiamento do CNPq.

² Discente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista Pibic/UEMA.

³ Doutora em antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão.

famílias. Atualmente as famílias vivenciam conflitos intensos com os designados fazendeiros, criadores de búfalos, animais considerados predatórios pois invadem as roças e as áreas de pesca.

O esforço consistiu em analisar as lutas das famílias pelo reconhecimento do território, conforme definido pelo Artigo 68 da Constituição Federal do Brasil do ano de 1988. Refletimos sobre a construção da categoria quilombo e sobre suas ressignificações a partir das situações específicas. As famílias do atual território de Camaputua são oriundas do antigo engenho de Tramaúba e Kadoz.

METODOLOGIA

A metodologia consistiu em uma construção gradual com o fortalecimento das relações sociais, fundamentais para o estabelecimento de laços de solidariedade e confiabilidade junto ao grupo. Tais relações se deram a partir de uma rede de relações construídas no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). A metodologia centrou-se na realização de trabalho de campo com observações diretas, entrevistas estruturadas e semiestruturadas e anotações em diários de campo. A metodologia incluiu uma seleção minuciosa de uma bibliografia referida ao tema e de trabalhos realizados sobre a situação analisada. Ao longo do período da pesquisa procedemos ao acompanhamento de palestras, debates e seminários proferidos pelos agentes sociais de Camaputua,

pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA).

O território Quilombola de Camaputiu: lutas e trajetória de uma liderança quebradeira de coco e quilombola

Iniciaremos este artigo ressaltando que o “território de Camaputiu” compõe-se de vinte e seis comunidades, das quais quatro são certificadas pela Fundação Palmares, a saber: Bolonha, Camaputiu, Santa Maria e São José de Belino (FUNDAÇÃO PALMARES, 2013). Os agentes sociais mobilizados reivindicam sua desapropriação conforme disposto no Artigo 68 da Constituição Federal do Brasil do ano de 1988. Camaputiu é também a designação de um dos quilombos que compõe o território, inclusive as famílias elegeram o nome do território como Camaputiu em referência à história de luta deste quilombo. Inicialmente pensaram em designar o território como Tramaúba, mas depois, refletiram melhor e acharam que Camaputiu está mais em consonância com as suas mobilizações. Isto porque Tramaúba referia-se ao nome do antigo engenho. Se considerarmos as classificações oficiais, que definem os limites territoriais, podemos dizer que o território de Camaputiu localiza-se no município de Cajari, Maranhão.

A seguir transcrevo um trecho do trabalho do pesquisador Dorival dos Santos (2009), no qual ele ressalta a diferença entre o

território de Camaputua e a comunidade de Camaputua. Segue o depoimento:

O significado do Quilombo Camaputua refere-se ao quilombo criado por Maria José Viveiros, neta de Pruquera Viveiros. Este quilombo localizou-se nas proximidades do quilombo Mangueira criado por Pruquera. A comunidade é composta atualmente composta por 246 famílias. Possui uma escola, duas igrejas, uma casa de beneficiamento de coco babaçu e uma associação de moradores. Está localizada onde era o quilombo Camaputua. É considerando o núcleo da resistência e das lutas pelo território. Foi onde ocorreram os mais violentos atos contra quilombolas dentro do território. O Território Camaputua é composto por 26 comunidades. Quando iniciei minhas pesquisas de campo, em 2008, o território era denominado de Tramaúba. Com o processo de discussão e formação que passaram os agentes sociais, estes modificaram o nome do território, passando a ser denominado de Território Camaputua (SANTOS, 2009, p.55)

O pesquisador Dorival dos Santos vem desenvolvendo pesquisas em Camaputua desde 2007, tendo se envolvido diretamente na luta pelo reconhecimento e desapropriação do território. Ele próprio é oriundo da comunidade de Baiano, município de Cajari. Ao longo de sua trajetória publicou artigos e uma dissertação sobre a luta pelo reconhecimento do território de Camaputua.

O contato que tivemos com a produção do pesquisador nos levou a perceber que o seu principal interlocutor foi o senhor Ednaldo Padilha, conhecido como Cabeça. Inclusive o pesquisador

organizou o primeiro livro da coleção “narrativa quilombola”, cujo autor é o senhor Ednaldo Padilha.

Ao nos referirmos aos trabalhos realizados sobre a situação social de Camaputiua buscamos refletir sobre a pesquisa como uma rede de relações sociais, ou seja, como sendo possível a partir da nossa interação com autores, agentes sociais, com os pesquisadores referidos e com as situações sobre as quais pretendemos pesquisar.

Deste modo, destacamos que a ideia de realizar um trabalho sobre a senhora Maria Antônia esteve relacionada com os trabalhos em andamento no âmbito do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA); do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. A construção de um dos planos de trabalho da minha orientadora, professora Cynthia Carvalho Martins, previa a realização de uma pesquisa que pudesse trazer aspectos relacionados aos engenhos da região conhecida como Baixada Maranhense, considerando a trajetória de agentes sociais, como a senhora Maria Antônia dos Santos. Ademais, a senhora Maria Antônia possui um parentesco próximo com o senhor Cabeça, sendo sua tia e considerada como sua mãe de criação.

Sendo assim, a principal interlocutora deste texto é a senhora Maria Antônia dos Santos, que pertence a uma família cuja história tem relação com a fundação do quilombo. Ressaltamos ainda, a presença das mulheres como liderança, além de serem referidas nas

narrativas, estando na origem da própria fundação dos quilombos do território Camaputiua. Quando nos referimos à origem, não estamos afirmando que é a origem que define o grupo étnico. Ao contrário, é a forma de organização social, assim como a definição e a autodefinição que compõem o grupo étnico (BARTH, 1969). O que queremos ressaltar, sobre Camaputiua, é que nas narrativas de origem a referência às mulheres como fundadoras de quilombos é frequente.

A dona Maria Antônia dos Santos e seu irmão mais velho nasceram no Território Camaputiua, na comunidade de São Miguel. Os outros irmãos nasceram na Comunidade Camaputiua. São quatro irmãos, ela era filha do Antônio dos Santos, sua mãe Dezirê Araújo dos Santos. Sua família está estabelecida há muito tempo naquelas terras.

No contexto de luta pela terra, a narrativa da Maria Antônia expressa uma relação com os antigos engenhos. O livro “Resistência e Fé: o ‘Cabeça’, narrativas de um quilombola” expõe sobre a história dos antigos Engenhos. Ressaltamos que o autor deste livro, o senhor Ednaldo Padilha, sobrinho de dona Maria Antônia, possui um domínio sobre a situação destes engenhos, relatando a situação dos escravizados, os seus dons e seus saberes.

Cabeça, como é conhecido, é um quilombola que luta pelo reconhecimento do território Camaputiua. É um agente social que tem uma importante atuação na comunidade com um domínio no

que tange à história da comunidade e dos seus familiares. Possui grande influência na resistência e na luta pela titulação do território. A linhagem começa com Pruquera Viveiros que era mãe de Maria Viveiros e se casou com Alexandre Viveiros, o casal teve dois filhos: Maria José e Durico. Maria José casou-se com Felicíssimo dos Santos, mas deixou de utilizar o sobrenome Viveiros, optando pelo sobrenome Santos. Ela teve dez filhos entre eles, o Antônio Jacinto dos Santos (Antoninho).

Antônio Jacinto dos Santos casou-se com Dezirê e tiveram quatro filhos que são: Raimundo Eudes dos Santos, Maria Antônia dos Santos, José Raimundo e Raimundo Ladslau Araújo dos Santos. O Raimundo Eudes casou-se com Raimunda do Nascimento dos Santos Padilha e tiveram cinco filhos, dentre eles Ednaldo Padilha (Cabeça). A mãe de Cabeça, D. Raimunda Padilha, era bisneta de Vicença Padilha que foi escrava do Engenho Santa Severa.

Quando o pai e a mãe de Cabeça faleceram, sua tia, Dona Maria Antônia dos Santos, passou a atuar como sua mãe de criação. Além do parentesco, seu Cabeça e dona Maria Antônia compartilham de uma luta, pois os conflitos com os fazendeiros criadores de búfalo têm levado a enfrentamentos que resultam em agressões e violação dos direitos dos quilombolas. Dentre essas violações destaca-se a queima de casas das famílias quilombolas por criadores de búfalos.

Conforme mencionado nas narrativas do território, há presença constante das mulheres na criação dos quilombos. A

história da criação dos quilombos vincula-se aos denominados engenhos de cana-de-açúcar, a exemplo do Engenho Tramaúba, no qual a conhecida mãe Pruquera fora escravizada. O dono do engenho era José Alexandre Viveiros, que veio do engenho Kadoz para engenho Tramaúba. A mãe Pruquera consegue a fuga e permanece dentro do limite do engenho, e funda o primeiro quilombo e lá plantou quatro mangueiras, que representam certo mistério, e vão ser marco que fundamenta o território:

Se aproximou dali porque ali ninguém ia procura-la, que ali aquele certo mistério eles não tinham como atravessar, aquela enseada toda era fechada de mato, de Aninga, e ela era mãe de santo, ela tinha suas raízes e orixás{..} a gente está trabalhando pela titulação das terras de quilombo, através da escrava pruquera que trabalhou junto com senhores de engenhos. E conseguiu fugir para o quilombo, hoje conhecido como Mangueira, e deu origem ao quilombo Camaputiua (PADILHA, 2015, pp.37-38).

Os quilombolas de Camaputiua associam suas lutas do presente aos ensinamentos deixados pelos antepassados, como da mãe Pruquera, cujas práticas são referidas como de profundo respeito ao meio ambiente e às entidades encantadas que o protegem; a uma resistência de luta pelo território. De acordo com as narrativas, mãe Pruquera viveu por um período prolongado junto à sua filha Maria Viveiros. Maria Viveiros, por sua vez, tivera dois filhos. A sua filha, Maria José, também aparece nas narrativas como quem funda o segundo quilombo, que é hoje o Quilombo

Camaputiua. Dona Maria Antônia é bisneta de Pruquera, seu pai era o Antônio que é filho da Maria José.

Ademais, é possível afirmar que a senhora Maria Antônia dos Santos se insere em um contexto de lutas que se associam, dentre elas a luta em defesa dos babaçuais e pelo reconhecimento dos quilombos. Na sua fala destaca que o grupo das quebradeiras de coco não é um grupo isolado. A luta das quebradeiras de coco, pelo babaçu livre, território e preservação dos babaçuais não se isola da luta quilombola. Na sua narrativa a senhora Maria Antônia estabelece uma relação entre os seus vários pertencimentos, destacando que sua inserção como quebradeira de coco é indissociável da sua atuação como quilombola. Atualmente dona Maria Antônia está como coordenadora executiva da Baixada Maranhense, com sede em Viana, posto assumido em janeiro de 2019. Segundo a quebradeira de coco e quilombola a estrutura organizativa do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) ocorre através das denominadas executivas. No Maranhão são três, uma na Baixada, outra em Imperatriz e no Médio Mearim. Segue depoimento:

A gente atua em tudo, como se diz não é só dizer o movimento das quebradeiras, atinge quilombola, negócio de problema de terra inclusive eu dei uma entrevista agora para difusora, os repórteres foram lá, sobre uma ação que tá tendo em pinheiro que eles estão querendo a liberação de arame, só basta o que já tem, pra proteção uma aos animais, eu disse quem tá precisando de proteção é nós seres humanos não é animal, porque essa proteção é pra eles secarem tudo (SANTOS, 2019, entrevista)

Dona Maria Antônia e sua família foram os primeiros moradores da comunidade Camaputiua. Nessa época ela ainda era uma criança, começou a estudar com 5 anos em uma escola dentro da ilha de Camaputiua, em um povoado chamado Baixinho. Sua primeira professora foi Domingas Furtado, a turma era composta por 50 alunos, ela lembra que na época era bem difícil, tinham que enfrentar inúmeras barreiras, uma das lembranças que ela conta é sobre a alimentação, como a escola era distante de algumas casas dos alunos, como no caso da dona Maria Antônia:

De manhã cedinho as mães colocavam um peixe frito na lata a gente levava escondia no olho da pindoveira, cada um colocava a sua quando saíamos, merendava para poder chegar em casa sadio, na época de inverno era tão difícil tinha um igarapé, as vezes dava água na cintura, tinha um peixe chamado Puraquer que sempre batia nas pessoas (SANTOS, 2019, entrevista).

Refletindo sobre a trajetória de uma liderança quilombola e quebradeira de coco.

Dona Maria Antônia iniciou os estudos dentro da comunidade, fez o primeiro ano do ensino fundamental, mas não pode prosseguir, pois a professora saiu e eles ficaram sem professor, somente depois as aulas voltaram com uma professora da própria comunidade, e prima de dona Maria Antônia, que se chamava Ecenice, elas tinham uma relação muito próxima, moravam perto e sempre estavam juntas.

Quando dona Maria Antônia completou 14 anos, os pais dela decidiram colocá-la em Penalva para dar continuidade aos estudos. Ela estudou da 1ª à 4ª série em Penalva, mas teve que parar, pois, mesmo com todo o esforço dos pais para dar a sua filha condições para se formar, os pais não tiveram mais como mantê-la em Penalva, na época só quem tinha mais condições financeiras colocava os filhos para estudar fora, assim ela voltou para comunidade.

Dona Maria Antônia, fala que, para não ficar parada e não esquecer do que ela já tinha estudado, repetiu as séries que tinha feito na escola do território. Assim, a professora Ecenice, vendo todo seu esforço e dedicação, disse à dona Maria Antônia que ela deveria ficar em seu lugar, pois Ecenice precisava sair da função. Assim dona Maria começou a ministrar aulas para as crianças da comunidade. No decorrer do tempo dona Maria Antônia foi se aperfeiçoando, fez treinamentos, e realizou o curso de formação Polo Nordeste que durou 4 anos, assumindo a condição de professora do território. Dona Maria Antônia lembra que já estava trabalhando como professora quando conseguiu concluir o ensino fundamental, e depois começou o ensino médio, e já era casada na época. Sempre se dedicou à sua formação para poder ser uma boa profissional e poder passar para os seus alunos.

Hoje ela é professora aposentada e ainda é muito respeitada dentro da comunidade. A sua atuação, sempre em benefício das famílias da ilha de Camaputiua, fez dela uma pessoa muito querida

por todos. Dona Maria Antônia tem mais 70 afilhados, o seu primeiro afilhado foi quando ela tinha 10 anos de idade, o filho da sua prima e professora Eunice.

A sua inserção no Movimento Quilombola foi através do seu sobrinho, também morador da comunidade Camaputiua, o Cabeça, que sempre esteve envolvido nos movimentos sociais, e sempre que tinha reuniões, chamava Maria Antônia. Sua primeira participação foi na Associação das Comunidades Negras, Rurais, Quilombolas do Maranhão-ACONERUQ, participando de encontros e reuniões, fez parte do projeto “O Percurso dos Quilombos: da África para o Brasil e o Regresso às Origens”.

Nesse projeto ela participou junto a um grupo formado por 20 quilombolas, todas do Maranhão. A ACONERUQ, foi parceira do projeto, e de Cajari foram duas quilombolas: dona Maria Antônia e Dona Natividade, elas iam numa frequência de quinze em quinze dias para um treinamento no Quilombo Santa Rosa dos Pretos, município de Itapecuru Mirim - MA. Foram três meses em treinamento, o grupo foi apresentar o Tambor de Crioula, Baile de São Gonçalo e Tambor de Mina. Depois de ela sair da ACONERUQ, algumas mudanças ocorreram, como na coordenação do movimento, tiveram acontecimentos que não foram aprovados por dona Maria Antônia, assim ela decidiu deixar o movimento na época, e depois entrou no Movimento das Quebradeiras de coco Babaçu - MIQCB.

Sua participação no MIQCB não começou de forma direta. Quando o movimento fazia algumas ações pelas comunidades do município, ela sempre ajudava com alimentação ou de outra maneira. O seu filho de criação (sobrinho biológico) Genialdo - criado desde recém-nascido por ela após a morte do seu pai, seu irmão mais velho - era moto taxista do MIQCB, em julho de 2012 ocorreu o assassinato de Genialdo por um pistoleiro que tinha ligação com grileiros, até dona Maria Antônia tem inquietação em relação ao assassinato do filho, que segundo ela, não foi só para roubar a moto. Após a morte dona Maria Antônia, com 32 anos de serviço como professora, entrou com processo de aposentadoria, que foi aceito, pois não teve mais condições para lecionar. Ela sempre se emociona quando fala do filho Genialdo, como ele era ligado ao MIQCB e gostava muito de participar, ela decidiu entrar para o movimento, segundo ela:

Eu achei assim, eu vou acompanhar e fazer aquilo que ele gostava, que era de estar junto no grupo ai eu foi passei quatro anos na coordenação, no decorrer eu sempre cuidando trabalhando ajudando fazendo o que eu podia, mesmo sem ganhar nada (SANTOS, 2019, entrevista).

Após quatro anos no movimento social, dona Maria Antônia assume como Coordenadora Executiva da Baixada, tendo sido eleita em fevereiro de 2019. Hoje tem uma presença frequente em comunidades, a sua atuação é marcada pela defesa do babaçu livre e pelo direito à terra:

É a mesma luta, porque sem terra não se tem babaçu, então a luta pela terra por causa do babaçu, a briga do babaçu porque tá na terra, se não tiver a terra livre não tem babaçu livre, elas duas são interlaçadas (SANTOS, 2019, entrevista).

Na comunidade Camaputiua as quebradeiras juntam coco dentro do território. A mata dos Carneiros é um dos lugares comuns que costumam juntar, o dono ainda permite que elas peguem. Há ainda casos de outras palmeiras do território, que estão cercadas e os donos não permitem, e casos em que as quebradeiras têm que passar pelas cercas para poder ter acesso ao babaçu. Nessa perspectiva, os agentes sociais se articulam por meio de mobilizações e reivindicações que buscam os seus direitos constitucionais para conquista da titulação definitiva do território.

Dona Maria Antônia hoje é coordenadora executiva do Movimento Interestadual das

Quebradeiras de Coco Babaçu regional, denominada Baixada Maranhense, ocupando um papel central na luta em defesa da territorialidade e contra as devastações ambientais, especialmente do babaçu. Regional é um termo das quebradeiras para suas áreas de atuação.

Partindo da proposta de Bourdieu (1989), a construção do objeto de estudo ocorre gradualmente. Nos primeiros meses de pesquisa as leituras se referiram à noção de quilombos, construção do objeto de estudo e territorialidade. Após os primeiros contatos – que foram breves, mas importantes para desenvolvimento de uma

relação com a agente social- pude vislumbrar a possibilidade de realização desta pesquisa. O primeiro contato ocorreu durante a V Jornada de Ciências Sociais da UEMA. O discurso enfático da senhora Antônia chamou a minha atenção. Segue um trecho:

(...)quero ficar resistindo mesmo até o final da minha vida para dar exemplo para dar exemplo para minha família, para dar exemplo para minhas jovens que quebra coco não é crime, quebra coco não é dizer assim eu vou quebrar coco só porque eu quero adquirir um dinheiro, eu quebro coco para ajudar a proteger o ambiente onde eu vivo e dar exemplo para outras comunidades também que quebrar coco é muito bom, a sustenta nossos filhos, nossas famílias tem família que vive do coco, mas também tem outra sobrevivência, mas se a gente deixa de quebrar coco outras pessoas vão tomar o nosso lugar, por isso a gente resiste, eu trabalho em um grupo eu tiro a polpa do coco, tiro o azeite, compro sabonete de outras pessoas, para quer para dar valor e sustentar a nossa sobrevivência, então é por isso que estou aqui (SANTOS, Depoimento obtido na V jornada de ciências sócias da UEMA,2018,).

Sua fala expressa sobre preservação do modo de vida na sua comunidade, que a luta precisava se fortalecer, assim, enfatiza que a prática do quebrar coco não está somente ligada à questão financeira, mas como forma de resistência para que outros não ocupem essa atividade. Dona Maria Antônia está sempre presente nas atuações do MIQCB. Nas suas falas, ela sempre coloca os problemas territoriais e dos babaçuais, visto que não são lutas distintas, mas sim complementares.

Dessa forma, posso dizer que a minha inserção no cotidiano da agente social permitiu as primeiras relações com a comunidade na

qual a agente está inserida, além da percepção da solidariedade que foi possível perceber através da participação de todos na chamada Boiada, de como se tem uma organização de toda comunidade para se manter viva a tradição. Nas conversas com a agente social foi possível identificar a sua inserção na luta pelo território e seu início no movimento das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB).

O primeiro trabalho de campo foi realizado no dia 29 de junho 2019, no quilombo Camaputua, município de Cajari-MA. A segunda visita ao quilombo Camaputua foi realizada no dia 09 de novembro de 2019, pelo programa de extensão, ao qual faço parte e tem como coordenador, prof. Emmanuel Farias júnior.

O projeto tem como título, “FORMAÇÃO DE LIDERANÇA: direitos sociais, culturais e territoriais de comunidades quilombolas” - Mais Extensão /PROEXAE/UEMA. Foram escolhidos três lugares da Baixada Maranhense, com menores índices de IDH. Sendo assim, as cidades escolhidas foram: Pedro do Rosário-MA, Cajari-MA e Serrano-MA.

Dessa forma, foram realizadas três oficinas, uma em cada cidade, e um seminário reunindo todas as comunidades que participaram do projeto. Em Cajari foi escolhido o território Camaputua para execução do projeto, a associação de moradores está inserida como colaboradora do projeto. Assim, a ida ao quilombo Camaputua teve como objetivo reunir-se com lideranças locais, realizando uma articulação para dar início ao projeto. Assim,

foram feitas visitas a três comunidades quilombolas do território Camaputiua: Santa Severa, Baiano, Tuncuns.

Meu primeiro trabalho de campo ocorreu no dia 29 de junho de 2019. Nesse dia, no quilombo Camaputiua foi realizada a festa para São Pedro, ocasião na qual é realizada a denominada *Boiada* para celebrar o dia do santo. Nessa festa o bumba-meu-boi de zabumba brinca com a participação dos demais integrantes. Durante a festa de São Pedro a alegria toma conta da comunidade e as pessoas se solidarizam e se envolvem na organização e participação. Percebemos a presença de agentes sociais das diversas comunidades e a consolidação das relações de reciprocidade.

Destaca-se que essa festa ficou um período sem ser realizada e passou a ser realizada novamente a partir de uma promessa feita pelo senhor Ednaldo Padilha, na ocasião em que passou em um concurso público. No ano de 2019 a senhora Maria Antônia se responsabilizou pela festa. Foi possível perceber que a festa possui um ritual muito específico: começa à noite com um jantar (a comida é preparada na casa da Maria Antônia com colaboração de amigos, compadres e parentes da comunidade), que é servido para todos da comunidade, visitantes, e os componentes da chamada *Boiada*, conhecidos como *turma de São Miguel*. Após o jantar se inicia um ritual para ir atrás do boi. Todos começam a cantar toadas. O boi estava na casa do Zé Raimundo, irmão da dona Maria Antônia. O boi é levado para a igreja e é feito um ritual, a *ladainha*. Algumas pessoas

pagam suas promessas com a realização da *boiada*, inclusive, a dona Maria Antônia, este ano, estava pagando uma promessa que fez para seu afilhado que estava com problemas de saúde. Após o boi se levantar e sair para dançar começa a boiada que vai até a manhã do dia 30 de junho, e, assim, a manhã encerra levando o boi para a igreja acompanhado por toadas de despedidas e lá fazem uma ladainha para finalizar a boiada.

Nesse ano quem esteve à frente da organização da festa foi dona Maria Antônia e seu irmão Raimundo, ela a tem como uma festa hereditária. Além disso, fazer a festa, mesmo com todos os obstáculos, é manter viva a tradição.

O segundo momento de inserção ao campo, foi através de um projeto realizado pelo “Mais Extensão /PROEXAE/UEMA”, sob coordenação do prof. Emmanuel Farias Junior, tendo sido minha participação como voluntária. O projeto realizou oficinas de formação de lideranças em três comunidades quilombolas: Camaputiua - Cajari-MA, Bolonha- Cajari-Ma e em Pedro do Rosário-MA.

Particpei da formação que foi realizada no Quilombo Camaputiua no dia 09 de novembro de 2019. Fomos recebidos por Ednaldo, o Cabeça, que é o sobrinho e filho de criação da dona Maria Antônia, e por ela dona Maria Antônia dos Santos. À tarde, sentamos no quintal da casa da dona Maria Antônia para proceder à

articulação das atividades a serem realizadas, como as oficinas e suas datas.

No dia seguinte, fizemos as visitas a algumas comunidades do território de Camaputiua para explicar o projeto e convidar para participarem das oficinas. A primeira comunidade foi Santa Severa, fomos recebidos pelo presidente da associação de moradores, o Ivaldo, e por duas professoras aposentadas da comunidade, dona Maria de Fátima e Maria Benedita. Essa comunidade era a antiga fazenda que tinha o nome de Santa Severa em que Pisciliana era escrava, sendo ainda possível encontrar restos de tachos da antiga fazenda. Sendo assim, fomos levados até alguns restos dos tachos, e, também, a um poço da antiga fazenda, todos os materiais são usados como elementos para reivindicação pelo território Camaputiua.

Em seguida nos reunimos com alguns moradores para falar sobre o projeto e fazer o convite para participarem das oficinas, almoçamos na comunidade e depois fomos para comunidade Baiano, tendo sido recebidos pelo presidente da comunidade, Brás. Fomos levados para conhecer o canteiro de mudas de açaí de um projeto aprovado pelo Fundo Amazônia, foram doadas algumas mudas para pessoas da comunidade, no entanto, o projeto precisou ser interrompido, pois os recursos cessaram.

Depois de Baiano, fomos para Tucuns, lá fomos recebidos pelo seu Francisco. Temo local possui uma plantação de arroz orgânico, que é plantado pelas pessoas da comunidade, e é pilado em uma casa

onde tem as máquinas que fazem o processo para poder ser consumido. O arroz é para consumo local e para venda a pessoas de outras comunidades.

A oficina ficou definida para acontecer no dia 15 de novembro de 2019, como a sede da associação de moradores de Camaputiua ainda estava em processo de construção, ficou definido que a reunião seria realizada na igreja católica da comunidade, pelo seu espaço. Dessa forma, ocorreu a formação com a presença de pessoas de outras 23 comunidades do território, na formação foram apresentadas leis constitucionais, como o artigo 68. Além disso, decretos e portarias que asseguram direitos territoriais das comunidades também foram apresentados.

A categoria *quilombo*: como pensar as ressignificações a partir das situações específicas

A categoria *quilombo* tem passado por ressignificações desde o período colonial até o presente. Acompanhar a história social deste conceito se constitui como objetivo do trabalho, principalmente para que possamos compreender a trajetória do quilombola senhora Maria Antônia. Isto porque, atualmente a agente social que pretendemos registrar a narrativa se autodefine como quilombola e, ao mesmo tempo, como quebradeira de coco.

Remontamos ao tempo, tem-se no ano de 1740 uma definição do Conselho Ultramarino, que se valeu da seguinte definição de

quilombo: toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles. Essa definição se perpetuou em definições clássicas, configurando quilombo como sempre voltado ao isolamento, à noção de fuga e agricultura de subsistência, como pode ser lido abaixo.

Ora, essa definição contém basicamente cinco elementos, que podem ser assim sintetizados: O primeiro é a fuga, isto é, a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos. O segundo é que quilombo sempre comportaria uma quantidade mínima de “fugidos”, que tem que ser exatamente definida – e nós vamos verificar como é que ocorrem variações desta quantidade no tempo – e em 1740, o limite fixado correspondia a “que passem de cinco”; O terceiro consiste numa localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada “civilização”. O quarto elemento refere-se ao chamado “rancho”, ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes. E o quinto seria essa premissa: “nem se achem pilões nele”. O que significa “pilão” neste contexto? O pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução. (...) Daí a importância de relativizá-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se revelou inclinada a interpretar quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado num suposto auto-suficiência e negando a disciplina do trabalho. (ALMEIDA, 2011, p. 59-60).

Almeida (2011) descreve a categoria *quilombo* como passando por redefinições ao longo do tempo. Há autores como Clóvis Moura

e juristas que ainda estão presas noções como “isolamento”, “fuga” e outros atributos presentes na definição do Conselho Ultramarino.

Dentre as ressignificações, destacam-se aquelas ocorridas no plano jurídico, destacando-se a Constituição de 1988, através do Artigo 68 do Ato de Disposições Transitórias, que prevê a garantia das terras às famílias quilombolas. Não se trata de uma questão meramente instrumental, embora a noção de direito esteja presente, mas de afirmação identitária. ALMEIDA (2011) se propõe a realizar uma história social do conceito de *quilombo* desconsiderando uma definição genérica.

Há uma diversidade de situações sociais associadas à noção de *quilombo* variando de acordo com a situação empírica. Para Almeida (2008), os grupos se organizam fora do controle de sindicatos, e se tem uma mobilização partindo de elementos étnicos, consciência ecológica, um auto definição coletiva.

Os movimentos não são apenas uma resposta específica, mas ultrapassam as barreiras e tendem a se constituir em forças sociais. Martins (2000) ressalta a categoria *quilombo* como construída por um processo de luta pelo reconhecimento da territorialidade, destacando o critério político- organizativo como relevante na afirmação identitária do grupo.

Através da narrativa da senhora Maria Antônia Santos é possível o acesso a uma concepção de *quilombo*, relacionada a uma trajetória de luta pelo reconhecimento da territorialidade.

Atualmente ela se constitui em uma liderança com inserção em diferentes planos organizativos, com destaque para o de quebradeira de coco babaçu e quilombolas. Detém em sua memória aspectos relacionados aos antigos engenhos de Kadoz e Tramaúba. Tais engenhos, com plantação, em larga escala, de cana-de-açúcar relacionam-se diretamente com a construção do quilombo de Camaputiua. Dessa forma, permite-se pensar o contexto no qual a agente social - Maria Antônia dos Santos, que se auto declara quilombola e quebradeira de coco babaçu - está inserida, estando à frente de dois grandes movimentos sociais, tanto Quilombola como no Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu (MIQCB), na luta pelo território.

RESULTADOS

Considerando os resultados obtidos ressaltamos o estabelecimento de relações sociais com as famílias de Camaputiua de modo a permitir a realização do trabalho de campo, como também o mapeamento das principais formas organizativas referidas à luta pelo reconhecimento do território de Camaputiua. Outro resultado foi o levantamento de uma bibliografia referida à antropologia, com ênfase nos trabalhos clássicos, assim como o levantamento de uma bibliografia com autores correlatos, ou seja, que trabalham com a situação escolhida para análise. Ademais, foi realizado um mapeamento dos principais conflitos vivenciados pelas famílias

referidos à apropriação de suas terras, garantidas constitucionalmente tais conflitos ocasionados pela criação de búfalos por fazendeiros, dificultando o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras.

CONCLUSÕES

O artigo ressalta a construção da categoria *quilombo* a partir da trajetória de uma agente social inserida em diferentes formas organizativas e que se autodefine como quilombola e quebradeira de coco babaçu. Com base no trabalho de campo no território de Camaputua, Cajari-MA, buscamos demonstrar aspectos dessa trajetória e a construção de um processo de reivindicação pelo território como quilombola.

O trabalho encontra-se em andamento, entretanto, a partir dos dados de campo recolhidos, deslocamo-nos de uma visão genérica de quilombo enfatizando aspectos de uma situação concreta. Foi possível identificar, através dos materiais bibliográficos e sintetização dessas leituras e trabalho de campo, a construção do território Camaputua e como essa construção está relacionada aos denominados engenhos, Kadoz e Tramaúba. A referência aos engenhos, mesmo remetendo a um passado, é útil para a compreensão das lutas do presente. Dentre essas lutas destacamos a luta pelos direitos étnicos e pelo reconhecimento e desapropriação do território.

Destacamos a importância das mulheres, dentre elas a figura de mãe Pruquera que fundou o primeiro quilombo denominado de Mangueira e da sua filha Maria José que fundou o quilombo Camaputua. E, mais recentemente, a presença como liderança da senhora Maria Antônia dos Santos. Buscamos compreender melhor a atuação da agente social frente a esses movimentos sociais, especialmente ao movimento quilombola e das quebradeiras de coco babaçu organizadas no MIQCB.

No âmbito do projeto participamos do projeto de extensão “Formação de Lideranças: direitos sociais, culturais e territoriais de comunidades quilombolas”, a partir do qual nos aprofundamos sobre os conflitos vivenciados pelas famílias quilombolas. A pesquisa se encontra em andamento, e com sua renovação esperamos ampliá-la e produzir de modo mais contundente sobre essa situação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BACHELARD, G. O primeiro obstáculo: A experiência primeira. In: **A formação do espírito científico**. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. **Grupo Étnicos e suas Fronteiras**. Fundação Editorial da UNESP, 1969.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

BRASIL. Artigo 68da Constituição Federal-1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, XX-1988.

DOS SANTOS, Maria Antônia. Quilombo Camaputiua. **Fala proferida durante o trabalho de campo realizado 29 de julho 2019**.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Reflexão, preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *et al* (Org.). **Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**; Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

PADILHA, Ednaldo. **Resistencia e Fé: o “cabeça”**, narrativas de um quilombola. Rio de Janeiro: casa 8/PPGCSPA-UEMA, 2015.

PORTELA, Patrícia. **Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza**: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo. Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Antropologia – PPGAUFF, 2011.

SANTOS, Dorival. **Identidade étnica e territorialidade**: a luta pela titulação definitiva do território quilombola de Camaputiua Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, Centro de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - MA 2009.

SANTOS, Maria Antônia. **Lideranças Quilombolas e Índigenas.** Fala proferida durante a Entrevista Semiestruturada, Realizada em Camaputua, 2018.

UM ESTUDO SOBRE AS DINÂMICAS ÉTNICAS DO POVO INDÍGENA TENETEHARA A PARTIR DE DADOS DEMOGRÁFICOS

Ana Thais Teixeira Pereira¹

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, os censos nacionais têm demonstrado o crescimento e o reconhecimento da população indígena no Brasil e, a partir dessa questão, é que se propõe compreender, contabilizar e interpretar criticamente a população indígena maranhense, destacando o povo indígena Tenetehara. Busca-se investigar o crescimento, declínio e estabilidade da população indígena no Maranhão e localizar em que lugares da unidade federativa está localizada a população indígena, com destaque para o povo Tenetehara, por intermédio das ferramentas do IBGE.

Como metodologia quantitativa, utilizaram-se os dados censitários coletados pelas ferramentas do IBGE, SIDRA e BME, que permitiram acesso aos dados sobre a população indígena para conseguimos fazer as análises e interpretações acerca das fronteiras étnicas dos povos indígenas e dos Teneteharas. Além disso, para efeito de comparação, recorre-se aos dados disponibilizados pelo Instituto Socioambiental e pela FUNAI.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista em Iniciação Científica pela UEMA.

² Doutor em Geografia (PPGG/UFRJ). Pesquisador do PPGCSPA/UEMA.

A metodologia foi estabelecida a partir da leitura, discussão e análise crítica de textos associados ao levantamento, tratamento e análise de dados demográficos, além de um esforço para contextualização histórica e teórica sobre os temas delimitados. A construção do arcabouço teórico-conceitual e da contextualização acerca do tema foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores como Almeida (2004), Anderson (2008), Barth (2000), Besson (1995) e Oliveira (1997 e 2016).

O estudo identificou os potenciais e as deficiências dos censos nacionais a partir de análises sobre presença indígena, problematizando as recentes modificações metodológicas nos censos e seus efeitos nos resultados. Em relação à população indígena, identificou-se o crescimento da presença indígena no Maranhão, o reconhecimento das regiões de concentração da população indígena e da presença indígena dispersa em grande parte do Maranhão.

METODOLOGIA

Contextualização histórica, teórica e conceitual

O historiador e cientista político Benedict Anderson (2008) tratou sobre como o censo foi um instrumento utilizado pelo Estado Colonial para manter o seu domínio. Anderson (2008) constata que o Estado Colonial criou três instituições de poder antes de meados do século XIX e que essas instituições modificaram a forma e função

das zonas colonizadas, justamente quando tais zonas coloniais entraram na era da reprodução mecânica.

As três instituições de poder que Anderson (2008) se refere são o censo, o mapa e o museu, e o autor explica como elas tiveram a capacidade de moldar a maneira como o Estado Colonial construía o seu domínio. Essas três instituições de poder colonial possibilitaram: com o auxílio do censo, conhecer e descrever os indivíduos que o Estado governava; a partir do mapa, estabelecer a geografia, a imagem do território; e com o auxílio dos museus, construir a legitimidade do seu passado em comum, sua história.

As noções empregadas pelo autor colaboraram para a compreensão sobre como o Estado brasileiro pode utilizar a ferramenta de pesquisa censitária para contabilizar a população indígena brasileira e como a ferramenta censitária auxiliou no fortalecimento do Estado Colonial. Na concepção do pesquisador, as três instituições já citadas estão mutuamente interligadas e demonstram a mentalidade do Estado Colonial, que tende a ser massivamente categorizador com as 'identidades' dos lugares dominados por ele. Em um trecho do livro acima citado, Benedict Anderson (2008) exprime precisamente as intenções do Estado Colonial e como o censo auxiliou na visualização dos seus domínios:

A verdadeira inovação dos recenseadores dos anos 1870, portanto, não constitui na construção das classificações etno-raciais, e sim na sua quantificação sistemática (...). Os objetivos eram concretos e específicos: manter um rastreamento daqueles que realmente poderiam ser

tributados e recrutados para o exército — pois esses dirigentes estavam interessados apenas em lucros e potenciais soldados (ANDERSON, 2008, p. 233).

Dessa forma, ele expõe como o Estado Colonial tende a ser categorizador com as “identidades” dos locais dominados por eles, assim como Almeida (2004), que explana sobre como o Estado brasileiro, com resquícios do período colonial, cria categorias “limitadoras e coloniais”.

Este autor, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2004) entende as terras tradicionalmente ocupadas como representantes da diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em seus convívios com os recursos naturais. Um dos questionamentos levantados pelo teórico é a dificuldade do reconhecimento pelo Estado das “terras tradicionalmente ocupadas”, em decorrência da necessidade oficial de categorização e da dificuldade de se encaixar os povos nestas categorias. A caracterização feita por ele auxiliou para a visualização de como as categorias censitárias são instituídas pelo Estado brasileiro.

O Estado cria categorias e essas são resquícios do Estado colonial, segundo Almeida (2004). Assim, as categorias impostas pelo Estado com seus traços coloniais não conseguem compreender o grau de complexidade das relações dos grupos, que também são dinâmicas. Com o surgimento de novas formas de ocupação, passam também a existir novas formas de definições de territorialidades

específicas e que, conseqüentemente, não terão o reconhecimento legal.

Na concepção do antropólogo, o não reconhecimento legal da territorialidade dos povos tradicionais, indígenas e/ou quilombolas, ocorre pelo fato do Estado ter categorias instituídas (por exemplo as categorias censitárias) que são limitadoras e coloniais, o que não permite outras compreensões sobre os processos de territorialização e não levam em consideração as realidades dos povos tradicionais. Dessa forma, Almeida (2004) entende que a territorialidade opera como fator de identificação, defesa e força.

A Constituição de 1988 foi marcada pelo pluralismo jurídico (ALMEIDA, 2004). Esta trouxe uma nova relação jurídica entre o Estado e os povos minoritários, marcando o direito à diferença, reconhecendo os direitos étnicos e reconhecendo, também, que no Brasil existe uma diversidade étnica e cultural. Vale destacar, por exemplo, que o Art.68 da Constituição de 1988 propõe uma forma inovadora de lidar com estas territorialidades, possibilitando agora uma apropriação formal das terras para os povos quilombolas, a qual é baseada no direito à propriedade definitiva e não se constitui como uma terra tutelada pela União, tal como ocorre com os povos indígenas. Entretanto, Almeida (2004) faz algumas observações no sentido de ainda existir muitas dificuldades para a implementação das disposições constitucionais, existindo obstáculos concretos de

difícil superação nas homologações das terras indígenas e na titulação das terras das comunidades quilombolas.

Já o antropólogo norueguês Fredrik Barth (2000) discutiu importantes noções sobre etnicidade e grupos étnicos. Na concepção dele, o indivíduo não necessita só da autoafirmação, mas da afirmação do grupo. Pois o reconhecimento da identidade é um processo coletivo e relacional, o “outro” reforça os elementos identitários, e o “outro” é necessário neste processo, porque afirma essa identidade. É no contato com essa alteridade que se mantém e se constrói a identidade.

Barth (2000) analisou as fronteiras sociais para compreender as ações que o grupo executa. Para o autor, a noção de identidade étnica não é algo estático, ele dinamiza essa noção, descrevendo como a identidade se modifica a partir das relações, dos interesses e dos contextos envolvidos.

A partir das noções empregadas por ele, especialmente em relação à noção de identidade étnica, reflete-se no transcorrer do projeto que: quando ocorre a declaração do indígena, observamos como a identidade étnica não é algo estático e que é modificada a partir das relações, dos interesses e dos contextos envolvidos, como afirmado por ele próprio. Foi possível observar que os interesses do Estado interferiram na forma da identificação. Para tal Estado com categorias “limitadoras e coloniais” - como afirma Wagner (2004), - e, em alguns censos nacionais, como nos anos de 1872 e 1890, os

indígenas estavam englobados dentro da categoria “caboclos”, logo este contexto gera modificações na identificação étnica.

Nesse sentido, a fronteira étnica é o elemento que vai construir a identificação do grupo e reforçará a identidade. Barth (2000) também elabora uma definição de grupos étnicos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios autores, organizando, assim, a interação entre as pessoas.

O também antropólogo João Pacheco de Oliveira (1997) discorre sobre a presença indígena nos censos nacionais. Segundo suas interpretações, a imagem dos índios do Brasil foi construída por intermédio dos relatos de viajantes que estavam conhecendo a América do Sul no decorrer dos séculos XVI e XVII. Esta visão eurocêntrica criou uma imagem sobre os indígenas com expectativas historicamente defasada, como fósseis vivos, pensamento explicitamente marcado pela mentalidade evolucionista.

Oliveira (1997) cita que, apesar da presença indígena ser considerada como numericamente pouco significativa, os indígenas tiveram uma grande importância na construção do Estado brasileiro e no processo de formação da identidade nacional. O antropólogo também reitera que os índios brasileiros sempre foram classificados pelo Estado e por grupos sociais conforme o grau de integração com a sociedade brasileira, como agiam em relação aos interesses do Estado ou mesmo conforme o nível de “conflito com a expansão e consolidação da ordem colonial emergente” (OLIVEIRA, 1997, p. 75).

Assim, constatações construídas por Oliveira (1997) auxiliam na identificação da presença indígena nos censos nacionais dentro da história brasileira.

Oliveira (1997) classifica a presença indígena nos censos nacionais em três tipos: as primeiras são naqueles recenseamentos dos anos de 1872, 1890, 1940 e 1950. O autor ressalta que os primeiros censos nacionais (1872 e 1890) foram marcados pela existência de quatro categorias, chamadas de “raças”: “brancos”, “pretos”, “pardos” e “caboclos”. Nestes dois censos a presença indígena é categorizada como “caboclos” (OLIVEIRA, 1997). O segundo tipo de presença indígena nos censos foi detectado naqueles dos anos de 1940, 1950 e 1980, nos quais, segundo Oliveira (1997), a presença indígena aparece diluída na temática da miscigenação. No terceiro tipo, nos anos de 1900, 1920 e 1970, são omitidos os dados sobre presença indígena e as questões étnicas e raciais, pelo motivo de que, durante este período, as variáveis eram universais, visando a representação de um país “moderno e integrado”. Somente a partir de 1991 ressurgiu a categoria indígena no quesito raça/cor, e agora, sendo definida através da autodeclaração.

Observando tal questão a partir da perspectiva dos autodeclarados, o mesmo autor afirma que:

Ao se declarar como “índio” ou “indígena”, o recenseado não está pretendendo inserir-se em uma classificação quanto à cor, mas dizer da especificidade de seus direitos e de sua relação com o Estado. Por manter uma forma de organização social e tradições culturais que

considera serem provenientes de populações pré-colombianas, ele se auto identifica como “indígena” e reivindica um tratamento diferenciado do Estado quanto às suas demandas por terra e assistência (OLIVEIRA, 1997, p.69).

Em decorrência da resposta do recenseado, quando se auto identifica e declara-se como “índio” ou “indígena”, o efeito quase “instantâneo” dessa declaração é a reivindicação de sua identidade, de seus direitos relativos ao acesso à terra e a assistência por parte do Estado.

A partir dos levantamentos quantitativos e das discussões feitas pelos autores também é possível refletir sobre como as políticas indigenistas adotadas pelo Estado, no transcorrer da história censitária brasileira, impactaram em mudanças na configuração do tratamento com a população indígena. Diante desta perspectiva, analisa-se como a política indigenista estatal pode influenciar na escolha da metodologia e da realização das pesquisas, interferindo no resultado delas, dependendo da intenção política adotada pelos governantes. Sob essa ótica Oliveira (2016) indaga-nos sobre a necessidade de compreender a intencionalidade dos dados:

Ao confrontar-se com dados numéricos ou cronológicos, não basta indagar-se unicamente sobre como eles podem ser dirigidos a servir aos interesses e perguntas colocadas pela pesquisa atual (...). Há que se avançar em uma direção preliminar e crítica, buscando saber de que instrumento cognitivo os dados quantitativos foram derivados e projeções sociais estão neles cristalizados, bem como a que usos sociais serviram e servem (OLIVEIRA, 2016, p.231).

A compreensão é a de que os dados quantitativos levantados e produzidos estão carregados de projeções sociais e de intencionalidade. É necessário questionar a que finalidade os dados atendem, entender a intenção dos dados, conhecer a metodologia e o processo de produção de dados e considerar se a pesquisa demográfica foi produzida para atender alguma demanda.

O procedimento de realizar pesquisas demográficas na população indígena, como dito anteriormente, estão intimamente relacionadas com a política indigenista estatal. Oliveira (2016) discorre sobre o poder estatal quantificar as terras indígenas:

Medir é uma forma de arbitrar sobre direitos, especialmente quando o ato de contar é realizado por um sujeito que pode vir a deter algum tipo de poder ou autoridade sobre os atores e processos observados; medir é um ato de exame e argumentação que envolve igualmente a comparação e a normatização (OLIVEIRA, 2016, p.230).

O processo de mensurar e quantificar as vidas indígenas como forma de assegurar os direitos dos povos indígenas, quando advindo de algum tipo de poder como no caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – o qual é uma entidade da administração pública federal e é responsável por fornecer os dados e informações do Brasil e que, com base nos resultados obtidos as autoridades estatais ou algum outro tipo de poder, tem poder e ferramentas para interferir ou não diante aos atores pesquisados. As pesquisas feitas sobre a população indígena brasileira estão ligadas à política nacional e ao estilo de gestão do governo. Na visão de

Oliveira (2016), os dados quantitativos da população indígena brasileira estão intimamente associados ao controle e ao poder do Estado em relação aos povos e terras indígenas.

Na visão de Besson (1995) “as estatísticas não refletem a realidade, refletem o olhar da realidade sobre si mesma” (BESSON, 1995, p.18- 19). As estatísticas reproduzem o olhar da sociedade, pois são feitas por atores sociais que são membros da sociedade e, por isso, na produção de dados estatísticos, existe a margem de erro. Quando se trabalha com os dados demográficos é preciso fazer uma análise e interpretação dos dados existentes, no caso o que os dados disponibilizados expressam sobre a população indígena e compreender o que eles significam.

A abordagem definida para os dados demográficos foi a coleta dos dados censitários do IBGE, por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA e do Banco Multidimensional de Estatísticas – BME, ambas ferramentas disponíveis na página eletrônica do IBGE. Depois de selecionados e adquiridos, tais dados foram tratados e consolidados.

A utilização do SIDRA durante as pesquisas estava voltada para a coleta dos dados e elaboração das tabelas iniciais sobre a população indígena estadual e dos municípios maranhenses. O SIDRA é um banco de tabelas estatísticas que é utilizado pelo IBGE para arquivar tabelas que contêm os dados agregados das pesquisas que o instituto realizou.

O BME é o Banco Multidimensional de Estatísticas, também é uma ferramenta de pesquisa do IBGE. O BME possibilitou o acesso aos microdados, que são dados mais específicos, que possibilitam a realização de mais cruzamentos de variáveis. A partir do Banco Multidimensional de Estatísticas foi possível obter dados direcionados e específicos de determinadas terras indígenas e seus povos.

Também foram coletados dados de outras fontes estatísticas, como os disponibilizados pelo Instituto Socioambiental – ISA e FUNAI, ocorrendo também o tratamento dos dados. Estes dados de outras fontes estatísticas foram de muita importância por servirem de comparativos com os dados apresentados pelo IBGE, permitindo a problematização destes.

RESULTADOS

Análises sobre a presença indígena nos censos 1991, 2000 e 2010

Para realizar a investigação da dinâmica demográfica da população indígena no Maranhão foi realizada uma análise comparativa entre os dados coletados dos censos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010. Observou-se, então, que houve um aumento progressivo da população autodeclarada indígena no estado do Maranhão.

No Censo Demográfico Nacional de 1991 foram contabilizados 15.672, em 2000 houve o registro de 27.573, e em 2010 esse

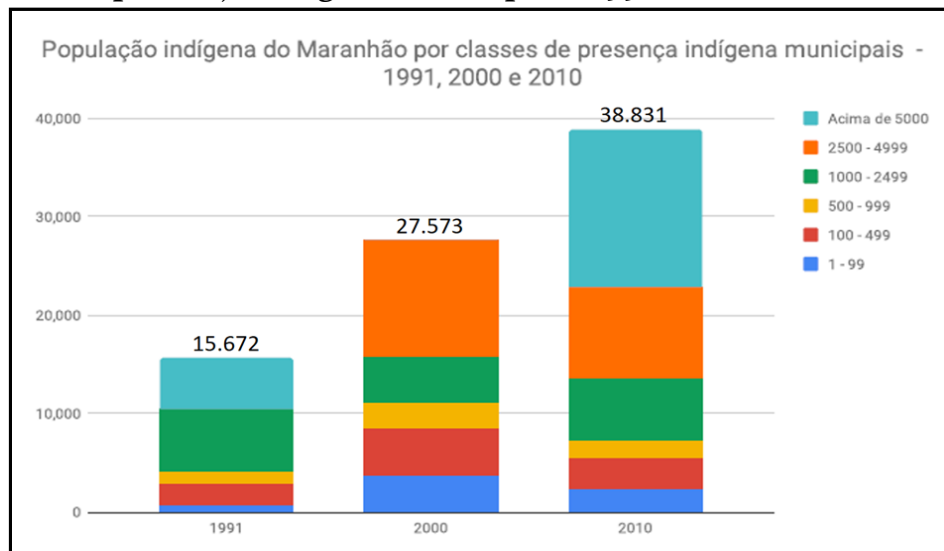
contingente aumentou para 38.831 indígenas. Destes últimos 29.621 estavam dentro das terras indígenas e 9.210 fora das terras indígenas. Logo, cerca de 24% da população indígena maranhense não é reconhecida pela FUNAI, devido aos resultados apresentados pelo próprio órgão indigenista que são conflituosos e incertos. Os dados apresentados pela FUNAI não são padronizados e atualizados, principalmente quando comparados com os dados apresentados pelo IBGE no censo.

No mesmo Censo de 2010 foi verificado que 24.428 pessoas se autodeclararam como sendo da etnia Tenetehara, ou 68,2% do total de indígenas do estado. Estes representam 2,72% do total de autodeclarados indígenas no país, representando, desta maneira, a sexta maior etnia indígena brasileira.

No gráfico a seguir (Figura 1), é mostrada a distribuição da população indígena do Maranhão, por classes de presença indígena por município, nos censos 1991, 2000 e 2010 (as três colunas). Na classe em azul temos a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 1 e 99 indígenas. Na classe vermelha temos a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 100 e 499 indígenas. Na classe amarela temos a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 500 e 999 indígenas. Na classe verde, a população indígena total que habita nos municípios que têm entre 1.000 e 2.499 indígenas. Na classe laranja, a população indígena total que habita nos municípios que têm entre

2.500-4.999 indígenas. E em azul claro, a população indígena total que habita nos municípios com mais de 5.000 indígenas.

Figura 1 - População indígena do Maranhão por classes de presença indígena municipais - 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos Nacionais, 1991, 2000 e 2010 - IBGE.

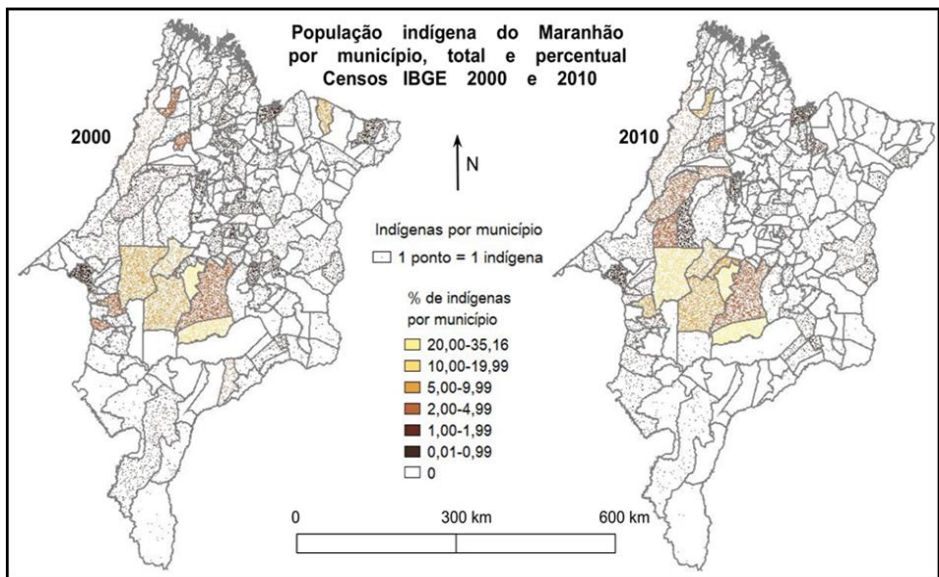
A localização da população indígena foi identificada nos mapas (Figura 2), os quais mostram a distribuição da população indígena do Maranhão por município nos censos de 2000 e 2010. Cada ponto nos mapas equivale a um indígena no censo. Os municípios sem pontos não tiveram nenhum autodeclarado indígena nestes censos. As cores dos pontos representam a participação dos indígenas na população total do município. Assim, os pontos em preto representam os municípios em que os indígenas são menos de 1% dos habitantes. Já os em amarelo claro são municípios onde os

indígenas são mais de 20% da população. Quanto mais claro maior o percentual de indígenas entre os habitantes do município.

Destacamos nesses mapas duas importantes questões. A primeira é uma concentração da população indígena em algumas regiões, as quais são locais que possuem terras indígenas demarcadas. São as regiões com maiores números de pontos nas cores mais claras. A segunda, por outro lado, é o destaque de uma população indígena dispersa por todo o estado. Eles estão representados no mapa no grande número de municípios com poucos pontos em preto. Apesar de representarem um baixo percentual da população total, estão distribuídos na maioria dos municípios do Maranhão.

Percebe-se, também, algumas mudanças entre os mapas. Os municípios com maior presença indígena, aqueles com terras demarcadas, tiveram um aumento tanto da população total de indígenas (número de pontos) quanto da sua participação frente à população total do município (cores mais claras). Contudo, alguns outros municípios diminuíram sua população indígena e a participação deles na população total.

Figura 2 - População indígena do Maranhão por município, total e percentual – Censos IBGE 2000 e 2010



Fonte: Censos Nacionais, 2000 e 2010 - IBGE.

Dentre estes municípios nos quais os censos identificaram uma diminuição no número de indígenas, o caso mais emblemático é o do município de Santo Amaro do Maranhão. Este tinha 769 indígenas em 2000, os quais representavam 8% dos habitantes do município e 10 anos depois não possuiu nenhum autodeclarado indígena. Como resposta a essas mudanças apontamos três hipóteses: movimentos migratórios; mudança na identificação étnica e/ou que a alteração na metodologia do censo tenha tido consequência nos seus resultados.

Análises sobre às divergências dos dados disponibilizados pelo IBGE.

Averiguaram-se as divergências dos dados disponibilizados pelo IBGE através das ferramentas do Instituto sobre a população indígena do Maranhão, sobretudo com as terras indígenas do povo Tenetehara. Foram encontrados dados discrepantes referentes aos índios do Maranhão (e do Brasil) nas seguintes tabelas disponibilizadas no SIDRA:

a) Tabela 136 - População residente, por cor ou raça; Dados da Amostra.

b) Tabela 3145 - População residente por sexo, situação do domicílio e cor ou raça; Resultados Preliminares do Universo.

c) Tabela 4142 - Pessoas indígenas, por localização do domicílio e condição de indígena; Dados do Universo.

Esclarece-se que para as análises sobre a população indígena entre os três últimos censos, foi utilizada a Tabela 136. Nesta o total de indígenas do Maranhão em 2010 é de 34.339. Já para as análises do Censo 2010 foram utilizadas as tabelas 3145 e 4142, as quais apresentam como o total de indígenas do Maranhão 35.272 e 38.831, respectivamente. Os dados do universo (Tabela 4142) são os mais corretos e por isso foram utilizados nos gráficos (Figura 1) e demais cálculos. Tal incongruência foi questionada junto ao órgão oficial, contudo até o momento não foram esclarecidas.

CONCLUSÕES

Diante disso, como considerações finais, apresenta-se: a identificação das limitações e potencialidades dos censos do IBGE para análise da presença indígena; a problematização sobre as mudanças metodológicas nos censos e suas consequências nos resultados; no tocante à população indígena maranhense, a identificação de um recente crescimento da presença indígena no estado, tanto em seu total de pessoas, quanto em sua distribuição nos municípios; a identificação de regiões de concentração da população indígena do Maranhão; e a identificação da presença indígena dispersa em grande parte do estado, ainda que em pequeno número.

Durante os últimos censos nacionais feitos pelo IBGE, ocorreram mudanças na metodologia, que criam dificuldades e potencialidades para analisar a população indígena brasileira. Nos anos em que foram realizados os Censos de 1991 e 2000, a metodologia que o IBGE utilizou foi diferente do método aplicado no censo de 2010.

Nos Censos de 1991 e 2000, a metodologia usada foi a de autodeclaração pelo quesito “Cor ou Raça” do questionário da amostra. O Censo Nacional de 2010 lançou uma nova metodologia demográfica de coleta sobre a população indígena, diferentes de outros métodos. Na metodologia do Censo 2010 a autodeclaração pelo quesito “Cor ou Raça” ficou mantida, mas agora no questionário do universo, que abrange todas as pesquisas feitas no recenseamento.

Além dessa significativa mudança (a qual conferiu maior confiabilidade aos dados), foram incluídas novas perguntas no questionário. A partir do quesito “Cor ou Raça”, se a resposta for indígena abre-se uma série de perguntas específicas: “Se considera indígena?”, “Etnia ou o povo a que pertence?”, “Fala língua indígena?”.

As diversas mudanças na metodologia da pesquisa demandam um ajuste para os pesquisadores analisarem a presença indígena no território brasileiro. A principal dificuldade resultante destas mudanças é a construção e análise das séries históricas. Outra importante limitação do censo para a questão indígena é o fato de só existirem dados a partir do Censo 1991, dificultando a realização de investigações mais profundas e históricas sobre a condição da população indígena brasileira.

Apesar destas limitações apresentadas pelo Censo Nacional, existem potencialidades para utilizá-la para análise da população indígena brasileira, com destaque neste projeto de pesquisa para a presença indígena do Maranhão, focando no povo indígena Tenetehara. Uma das importantes possibilidades que o censo permite é a quantificação da população indígena que está fora das terras indígenas ou não são reconhecidos pela agência indigenista oficial.

Uma outra potencialidade é a contagem regular que permite a comparação de séries históricas, mesmo considerando-se as

mudanças metodológicas. Outra é o universo desta pesquisa demográfica, a qual é feita pelo IBGE a cada dez anos e permite alcançar virtualmente a totalidade da população brasileira, pois a abrangência geográfica do censo é nacional.

Durante a pesquisa, constatamos que a presença indígena no Maranhão cresceu significativamente. No Censo realizado em 1991, foram registrados 15.672 indígenas, no Censo de 2000 foram contabilizados 27.573 indígenas e no Censo de 2010 foram calculados 38.831 indígenas no MA, totalizando uma diferença de 23.159 pessoas autodeclaradas indígenas entre 1991 e 2010.

Identificamos, também, que ocorreu uma diminuição nos municípios sem indígenas e, conseqüentemente, o aumento da presença indígena no Maranhão, identificada desde o Censo de 1991. Os municípios que não apresentaram nenhum autodeclarado indígena eram 88 em 1991, passaram para 65 em 2000 e em 2010 foram apenas 33.

Identificamos, também, a dispersão da população indígena pelo Maranhão, existindo um percentual significativo de índios que vivem fora de terras indígenas, estando espalhados pela unidade federativa, mesmo sendo uma população percentualmente pequena dentro dos municípios. Notamos, por outro lado, uma concentração da presença indígena nos municípios que possuem terras indígenas.

Por fim indica-se que tal pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, aprofundando as análises e resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras Tradicionalmente Ocupadas. **R.B ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, V.6, N.1 / MAIO 2004.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1991**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico - 2000**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico - 2010**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O que é BME?** Disponível em: https://www.bme.ibge.gov.br/apoio/produto_bme.html. Acesso em 31 jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <bme.ibge.gov.br>. Acesso em 19 de junho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA permite a consulta aos dados armazenados no Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O BRASIL INDÍGENA**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980)**. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 61-84, Oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831997000200061&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de julho de 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

DIREITO

A (IN)EFICÁCIA DO ESTADO DE INOCÊNCIA E A INSTABILIDADE JURISPRUDENCIAL DO STF NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Bruna Marcelle Soares Gomes¹

Gabriella Carvalho Brito²

Teo Azevedo Sousa³

Thiago Allisson Cardoso de Jesus⁴

INTRODUÇÃO

A ordem jurídica inaugurada pela Constituição Federal de 1988 conforma o Estado Democrático de Direito, cuja base reside na

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5548553661532361>. E-mail: gabriellabrito26@hotmail.com.

³ Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Currículo

Lattes: https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=1657541FBCE5AC32CC3B3C. E-mail: teooazs@gmail.com.

⁴ Advogado (OAB/MA). Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) do Rio Grande do Sul (Capes 5). Pós-doutor em Desigualdades Globais e Justiça Social: diálogos Sul e Norte pela Faculdade de Direito da UnB em parceria com a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. Doutor em Políticas Públicas pela UFMA (2017). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Afirmção de Vulneráveis (Mestrado Profissional em Direito) da Universidade Ceuma. Professor Adjunto I do Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da graduação em Direito e pós-graduação em Ciências Criminais em Direito na Universidade Ceuma. Líder do Núcleo de Estudos em Estado, Segurança Pública e Sociedade (NEESS) da Universidade Ceuma e do Núcleo de Estudos em Processo Penal e Contemporaneidade (UEMA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2008). Egresso do Programa de Educação Tutorial em Direito (PET) da Universidade Federal do Maranhão. Atua como pesquisador, consultor e palestrante de temáticas relacionadas aos Direitos e Garantias fundamentais processuais penais, Processo Penal Constitucional, Teoria do Conflito, Vingança Privada, Linchamentos, Encarceramento, Invisibilidades e Políticas de Segurança Pública. Autor de artigos, capítulos de livros e trabalhos publicados em periódicos regionais e nacionais. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5469677786284210>.

proteção das garantias e direitos fundamentais, a fim de assegurar a dignidade da pessoa humana e as diversas categorias de direitos concebidos, a saber, políticos, individuais, coletivos, entre outros.

Essa Constituição Garantista prevê a proteção do indivíduo em face ao Estado, assim positivando normas que garantem e embasam todo o ordenamento jurídico. Não deveria ser diferente com o Processo Penal, o qual deve observância restrita à Magna Carta, a qual está pautada em questões principiológicas e ideológicas.

Os “princípios-garantia”, então, devem estar presentes em todas as decisões tomadas pelo Poder Judiciário, de forma fundamentada. Ocorre que, no Brasil, devido a heranças do sistema inquisitório, as garantias fundamentais são mitigadas, violando até mesmo questões constitucionais e legais. O sistema ideal é o acusatório, que, em tese, vigora no país, a fim de afirmar o direito legítimo.

O Supremo Tribunal Federal oscila em questões decisivas importantes, demonstrando instabilidade interpretativa das questões de direito que parecem óbvias em análises de texto. Nessa senda, em especial a presunção de inocência, vez afirmada, diga-se, protegidas; e, paradoxalmente, em outras mitigadas. Faz-se, pois, uma análise do sistema, da ideologia e da própria política para inferir quais os rumos e os dilemas acerca das interpretações do Poder Judiciário no país. A fim de empreender a análise anunciada, impende abordar a temática dos sistemas processuais penais,

mapeando, em seguida, a estrutura inquisitória do Código de Processo Penal de 1941, principal normatividade regente do processo penal brasileiro.

METODOLOGIA

O percurso metodológico consistiu no levantamento bibliográfico para produção de fichamentos e discussões, aqui expendidas, a partir de obras que abordam os temas referentes aos direitos fundamentais, às garantias, aos Princípios de Direito, ao Estado Democrático de Direito e à legitimidade, entre outros. Foram analisadas e estudadas, em especial, as literaturas, nacional e internacional, que tratam sobre as garantias processuais penais. Entende-se que a técnica bibliográfica serve para potencializar a pesquisa, uma vez que “fazer ciência hoje significa compreender e partir de mecanismos simples para os mais complexos” (BARROS, 2000).

Assim, indagou-se de que forma as ideologias presentes em nosso ordenamento afetam as questões de direitos e garantias dentro do processo penal. Ademais, abordaram-se várias questões conceituais para uma melhor compreensão do tema, visto que, por vezes, os institutos dentro do direito se diferenciam, mesclam-se ou se confundem.

Foram apresentadas, também, diversas concepções de autores renomados do Direito, em que se pese a análise dos sistemas

fundamentais que devem ser aplicados para garantir a estabilidade do Estado Democrático de Direito, a fim de que se proteja o indivíduo em face ao Estado, que se apresenta, por vezes, como opressor colocando em evidência questões de debate cultural (GONÇALVES, 2013) e fazendo-se a análise do campo de conflitos gerados pelas ideologias predominantes (REALE, 2010).

RESULTADOS

SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS: características e modelo previsto na CRFB/88

Como assinala Gloeckner (2015, p. 379), “os sistemas processuais penais ocupam um espaço privilegiado na configuração do processo penal”. Tradicionalmente, identificam-se dois sistemas: um inquisitório e outro acusatório. O primeiro, em perspectiva pura, é caracterizado pela concentração da atribuição de julgar e acusar nas mãos do julgador, agindo este sem prévia provocação da (s) parte (s) (VOLPI, 2018); e por julgamento depois de instrução escrita e secreta, em que são subtraídos ou restringidos o contraditório e os direitos da defesa (FERRAJOLI, 2002).

Por seu turno, o sistema acusatório conserva elementos opostos aos citados: separação rígida entre as atividades de acusação e julgamento; julgamento após instrução oral e pública; e ampla garantia do contraditório e dos direitos inerentes à defesa.

Em perspectiva crítica, compreende-se que os sistemas processuais penais são regidos por um “princípio unificador”, Coutinho (2001 apud GLOECKNER, 2015, p. 381) sustenta que será a gestão da prova o critério fundamental para que se defina o princípio aludido, e, então, estabeleça-se o sistema. Assim, “o sistema inquisitório é regido pelo princípio inquisitivo [(previsão de poderes instrutórios ao juiz)], e o acusatório pelo princípio dispositivo [(prova encontra-se nas mãos das partes)]” (VOLPI, 2018, p. 360). Nesse sentido,

Ora, faz-se uma opção política quando se dá a função de fazer aportar as provas ao processo seja ao juiz (como no Sistema Inquisitório), seja às partes, como no Sistema Acusatório, por evidente que sem se excluir (eis por que todos os sistemas são mistos) as atividades secundárias de um de outros, tudo ao contrário do que se passava nos sistemas puros. Daí que a gestão da prova caracteriza, sobremaneira, o princípio unificador e, assim, o sistema adotado (COUTINHO, 2009 apud VOLPI, 2018, p. 362).

Adotando-se a perspectiva crítica abordada, para a definição do sistema processual penal na atual ordem jurídica brasileira, tem-se que a Constituição da República de 1988 atribuiu àquele que acusa, via de regra ao Ministério Público (art. 129, I, da CRFB/88), todo o ônus probatório do crime que postula ter incorrido na prática o acusado; denota-se, portanto, a eleição do princípio dispositivo (prova nas mãos das partes) como base do sistema, que é, essencialmente, acusatório (MARQUES; NETO, 2018).

Ademais, tem-se em conta o modelo constitucional-democrático de processo (MARQUES; NETO, 2018), instituído pela Constituição Federal de 1988, sendo imprescindível descrevê-lo. Em linhas gerais, o referido modelo compreende a presunção de não culpabilidade (art. 5º, LVII, CRFB/88), o devido processo constitucional (art. 5º, LIV, CRFB/88), o contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88), a separação das funções de acusar (art. 129, I, CRFB/88), defender (arts. 133 e 134 da CRFB/88) e julgar (art. 92 e seguintes, CRFB/88) (MARQUES; NETO, 2018).

As permanências inquisitórias no CPP/1941 Pós-1988

De acordo com Giacomolli (2015), genericamente, reconhecem-se alguns atributos inquisitórios no atual Código de Processo Penal brasileiro. Nessa tarefa, consideram-se o “manancial constitucional e convencional decorrente [do devido processo constitucional]” (GIACOMOLLI, 2016, p. 88) e as balizas do mencionado modelo democrático de processo.

Assim, um primeiro atributo inquisitório a ser pontuado é a noção de busca da verdade substantiva no processo penal (GIACOMOLLI, 2015). Pautado nela, o CPP faculta ao juiz agir *ex officio*: na requisição de instauração de inquérito policial – 5º, II, CPP (BRASIL, 1941); para ordenar a produção de provas – art. 156, CPP (BRASIL, 1941); durante a inquirição de testemunhas – art. 209 do CPP (BRASIL, 1941); na decretação da prisão preventiva – art. 311 do CPP

(BRASIL, 1941); e autorização para condenar o réu, mesmo após manifestação do órgão acusador pela absolvição – art. 385 do CPP (BRASIL, 1941) (GIACOMOLLI, 2015). Ademais, identifica-se a possibilidade de o magistrado atribuir qualificação jurídica diversa da realizada pela acusação na inicial – art. 383 do CPP (BRASIL, 1941), além de estar autorizado a interpor recurso de ofício, ainda que a acusação não tenha interposto o recurso adequado – arts. 574 e 746 do CPP (GIACOMOLLI, 2015).

Outro atributo inquisitório, é a prevalência da presunção de culpabilidade. Dessa maneira, o imputado já é entendido culpado, desconsiderando-se o seu estado de inocência (GIACOMOLLI, 2015). Por essa razão, afirma Giacomolli (2015, p. 148), “a prisão processual é a regra, e se for acusado é porque alguma infração cometeu e deve ser responsabilizado, mesmo sem o exame crítico da prova”.

Além desses, um outro atributo, pontuado linhas atrás, é a elevação do julgador à condição de protagonista, de dirigente do sistema e do processo criminal (GIACOMOLLI, 2015). Tal movimento, tende a justificar seus poderes instrutórios (atuação de ofício). Havendo em tal modelo, notórias confusões entre as funções de investigar, acusar e julgar (GIACOMOLLI, 2015).

Destaca-se, ainda, o teor do art. 155 do CPP (BRASIL, 1941), com redação conferida pela Lei n.º 11.690/2008, segundo o qual o juiz poderá fundamentar a sua decisão, embora não exclusivamente, com os elementos de informação obtidos na investigação preliminar.

Assim, reconhecidos limites, tal previsão empresta ao inquérito policial função probatória não declarada (GLOECKNER, 2018), alargando a finalidade precípua desse procedimento de filtrar acusações infundadas (LOPES JÚNIOR; GLOECKNER, 2014 apud GLOECKNER, 2015, p. 404) e, nesta medida, constituir-se mero subsídio para a formação da *opinio delicti* (GLOECKNER, 2018).

Ademais, destaca-se o artigo 383 do CPP (BRASIL, 1941), que prevê o instituto da

emendatio libelli e, ainda, detém contorno semelhante ao que lhe fora conferido à época da elaboração do diploma processual de 1941. A respeito dele, na exposição de motivos do código, Francisco Campos destinara algumas linhas. Veja-se:

O **projeto**, generalizando um princípio já consagrado pela atual Lei do Júri, **repudiaa proibição de sentença condenatória *ultra petitem* ou a desclassificação in pejusdo crime imputado**. [...] O interesse da defesa social não pode ser superado pelo unilateralíssimo interesse pessoal dos criminosos. Não se pode reconhecer ao réu, em prejuízo do bem social, estranho direito adquirido a um *quantum* de pena injustificadamente diminuta, só porque o Ministério Público, ainda que por equívoco, não tenha pleiteado maior pena. Em razão do antigo sistema, ocorria, frequentemente, a seguinte inconveniência: não podendo retificar a classificação feita na denúncia, para impor ao réu sanção mais grave, o juiz era obrigado a julgar nulo o processo ou improcedente a ação penal, conforme o caso, devendo o Ministério Público apresentar nova denúncia, se é que já não estivesse extinta a punibilidade pela prescrição. [...] Inteiramente diversa é a solução dada pelo projeto [...] **[se] o fato apurado no sumário é idêntico ao descrito na denúncia ou queixa, mas esta o classificou erradamente; [...] é conferida ao juiz a faculdade de**

alterar a classificação, ainda que para aplicar pena mais grave (Exposição de Motivos do Código de Processo Penal. BRASIL, 1941, p. 497, grifo nosso).

Trata-se de instituto consolidado na doutrina processual penal e da leitura do qual “inexistiria um direito ao contraditório no que diz respeito às matérias de direito” (GLOECKNER, 2016, p. 190). Sendo assim, à defesa não há de ser dada chance de reagir, previamente, à fundamento jurídico considerado por decisão judicial para atribuir capitulação jurídica distinta da que fora conferida aos fatos narrados na inicial acusatória, num cenário em que se mantenham os mesmos. Nessa trilha, acerca das funcionalidades da garantia do contraditório, elucida Gloeckner:

Mas percebe-se que a função do contraditório não se esgota ou exaure naquela de servir como uma garantia programática de dialeticidade processual. O contraditório possui uma dimensão epistemológica que é não apenas a de constrição da evidência e desunificar prova e evidência. Mas também, como mecanismo de redução das situações jurídicas potestativas. Eis sua primordial função. O exercício do contraditório tem como função contrair a unilateralidade de determinados atos processuais, igualmente investido da tarefa de modelação da imputação (GLOECKNER, 2016, p. 207).

Nesse contexto, realça-se a literatura crítica do instituto que questiona a sua validade, sustentando que o contraditório, garantia

constitucional, alcançaria não só aspectos probatórios-fáticos, mas também as questões de direito (GLOECKNER, 2016). Além disso, tem-se em conta que qualquer “[...] regulação normativa [...] que não respeite garantias constitucionais como a do contraditório, subvertem o sistema acusatório e convertem a decisão judicial em um exercício de pura arbitrariedade” (ESTRAMPES, 2007, p. 39 apud SAMPAIO; MELO, 2017, p.884).

Fundamentos epistemológicos de um Processo Penal Garantista

Observa-se que, em busca da construção do saber processual penal, a tendência epistemológica tradicionalmente encontrou-se voltada ao emprego de categorias e metodologias próprias do campo do direito material penal ou processual civil à seara do direito processual penal, relegando, sobremaneira, este último a um papel subalterno e/ou secundário frente aos primeiros, sendo, nesse cotejo, clássica a comparação realizada por Carnelutti do Processo Penal como “Cenerentola”, isto é, tal como a Cinderela dos contos infantis. Nisso, conforme pontua Aury Lopes Jr. (2019):

O processo penal, como a Cinderela, sempre foi preterido, tendo de se contentar em utilizar as roupas velhas de sua irmã. Mais do que vestimentas usadas, eram vestes produzidas para sua irmã (não para ela). A irmã favorita aqui, corporificada pelo processo civil, tem uma superioridade científica e dogmática inegável. (LOPES JR., 2019, p. 56)

Essa dificuldade em se pensar o processo penal desgarrado de um discurso científico unificador, ou seja, enquanto campo do saber jurídico autônomo, tem as suas bases na própria consolidação da Teoria Geral do Processo [civil], influenciada pelas construções teóricas de Francesco Carnelutti sobre o conceito de “lide”, tendo em vista que se centrou nesse ponto a justificativa do autor para o tratamento sistemático-unificador da ciência processual, reunindo numa única caixinha teórica tanto o processo civil quanto o penal.

No contexto brasileiro de desenvolvimento da Ciência Processual Penal, verifica-se a forte contribuição e influência teóricas dos professores e juristas integrantes da Escola Processual de São Paulo na construção das bases do que viria a se consolidar, predominando até o momento atual no ensino jurídico do país, como Teoria Geral do Processo. Sobre a notável influência da doutrina italiana, observa-se que, em que pese o caminhar teórico destapara a edificação de um saber jurídico processual penal com conceitos, diretrizes e metodologias próprios, preservando-se, assim, as particularidades existentes entre os campos jurídicos em questão, a doutrina processual brasileira conserva o tratamento indistinto entre as ciências processuais, resultando no que criticamente se visualiza como uma atrofia epistemológica do Direito Processual Penal no contexto jurídico brasileiro. Nesse sentido:

[...] nos tempos antigos, quando, na verdade, uma exigência, a saber, a “composição”, que correspondia à vítima do delito, cumpria as funções da pena, processo civil e penal formaram uma unidade. Mas, desde que a

pena pública substituiu a composição privada, e, por conseguinte, o processo penal se deslocou do processo civil, o processo penal requer suas próprias categorias adequadas à essência de seu objeto, o direito do Estado de punir. (GOLDSCHMIDT, 2018, p. 33).

Outrossim, considerando-se a necessidade de ressignificação do dogma da instrumentalidade do processo penal, compreendido não mais como apenas um subsídio técnico a serviço do direito penal (poder punitivo), mas também enquanto meio de concretização dos fins ou garantias preestabelecidos pela nossa ordem jurídico-constitucional, Aury Lopes (2019) aponta como fundamento legitimador da existência do processo penal a sua “instrumentalidade constitucional”, isto é, a possibilidade de efetivação de sua leitura ou interpretação a partir dos parâmetros e/ou diretrizes estabelecidos na Constituição, e não o inverso. Nesse sentido, compreendido como mecanismo de efetivação de garantias constitucionais, na medida em que protege o indivíduo em conflito com a lei penal contra possíveis arbitrariedades ou abusos no exercício do poder punitivo pelo Estado, reconhecendo-se ao acusado/réu a qualificação enquanto sujeito de direitos e não mero objeto processual. Desse modo:

Como aponta J. Goldschmidt, os princípios de política processual de uma nação não são outra coisa senão o segmento da sua política estatal em geral; e o processo penal de uma nação não é mais que um *termômetro dos elementos autoritários ou democráticos da sua Constituição*. **A uma Constituição autoritária vai corresponder um processo penal autoritário, utilitarista. Contudo, a uma Constituição democrática, como a nossa, necessariamente deve corresponder um processo penal democrático, visto como instrumento a serviço da máxima eficácia do**

sistema de garantias constitucionais do indivíduo.
(LOPES JR., 2017, p. 30, grifo nosso)

Assim, observa-se que, nessa perspectiva, o processo penal não poderia ser entendido como se tivesse uma finalidade própria (um fim em si mesmo), tendo em vista que apenas é convocado quando se busca, objetivando conter um poder punitivo estatal irrestrito e absoluto, assegurar que sejam atendidas as garantias mínimas ao sujeito que se encontra em conflito com a lei penal, servindo, portanto, como instrumento de proteção dos direitos e garantias individuais (instrumento garantista), conforme se depreende das lições de Aury Lopes Jr (2019). Desse modo, nota-se que o processo penal, nessa lógica, cumpriria tanto com uma função garantidora da aplicabilidade da pena quanto de asseguradora de garantias e direitos individuais, visando conter abusos no exercício do *ius puniendi* pelo Estado. Nessatoada:

A democracia é um sistema político-cultural que valoriza o indivíduo frente ao Estado e que se manifesta em todas as esferas da relação Estado-indivíduo. Inegavelmente, leva a uma democratização do processo penal, refletindo essa valorização do indivíduo no fortalecimento do sujeito passivo do processo penal. Pode-se afirmar, com toda segurança, que o princípio que primeiro impera no processo penal é o da proteção dos inocentes, ou seja, o processo penal como direito protetor dos inocentes. Esse status (inocência) adquire caráter constitucional e deve ser mantido até que exista uma sentença penal condenatória transitada em julgado. O objeto primordial da tutela não será somente a salvaguarda dos interesses da coletividade, mas também a tutela da liberdade processual do imputado, o respeito a sua dignidade como pessoa, como efetiva parte do processo. (LOPES JR., p. 11, grifo nosso).

Aspectos funcionais das garantias processuais penais no ordenamento jurídico

Em um Estado Democrático de Direito, os princípios assumem uma dimensão normativa de base. Isso significa que toda e qualquer decisão jurídica só será adequada na medida em que se puderem extrair princípios, os quais se apresentam como constituidores de normatividade, ultrapassando-se a mera concepção de instrumento que derivaria de uma lacuna em um ordenamento jurídico.

No contexto do Constitucionalismo Contemporâneo, a Teoria dos Princípios está diretamente relacionada com as garantias processuais penais, as quais devem se vincular com os princípios constitucionais, observando o fundamento da dignidade da pessoa humana e o objetivo de promover o bem de todos. Assim, há de se fazer uma análise sobre a imposição dos princípios constitucionais penais sobre o Estado que legisla e é juiz.

Os limites são ditados aos agentes estatais na medida em que esses princípios condicionam normas criminalizadoras e descriminalizadoras, tanto no momento de sua criação quanto no momento de sua aplicação e interpretação. A grande problemática se mostra diante da crescente racionalidade punitiva estatal, advinda da midiaticização e expansão do Direito Penal (SANCHEZ, 2006) e das diversas discussões políticas e ideológicas crescentes

mediante grande pressão popular sobre questões que envolvem fortes conteúdos de moralidade e direito.

Conforme STRECK e OLIVEIRA (2019, p. 26), há riscos perante a ideologização da Teoria Processual Penal, que tradicionalmente retrata o processo como uma fórmula de resolução de lides penais, equalizando as tensões produzidas por duas “partes” conflitantes: o Estado e o acusado. O primeiro representa a pretensão punitiva, que se manifesta pela atividade dos órgãos responsáveis pela persecução criminal e pela imposição de uma pena ao acusado (*jus puniendi*). O segundo pretende manter seu *status libertatis*, utilizando-se das garantias presentes na Constituição e nas leis processuais penais, a fim de que apresente os limites para a ação punitiva do Estado.

Essa espécie de “sopesamento” entre o *jus puniendi* e o *status libertatis* pode ocasionar uma forma de suspensão da juridicidade, criando-se um “Estado de Exceção”, na medida em que há um desequilíbrio frente às tendências ideológicas (in) constantes. Sobre o assunto, o autor disserta:

[...] levadas por algum sentimento de ordem emocional ou ideológica (...), as instâncias que se ocupam da interpretação do processo penal (doutrina, jurisprudência, especialmente) acabam por promover argumentações que inflamam injustificadamente um dos “lados” da “lide penal”. Acaba-se, assim, por assumir um quadro de punitivismo exacerbado- que encara as garantias processuais penais como obstáculos para redução da criminalidade, ou de alguma outra dimensão captada por discursos populistas, que estariam melhor enquadradas numa discussão sobre política criminal- ou,

de outra banda, um libertacionismo temerário que se levado às últimas consequências- poderia acarretar uma proteção deficiente dos bens jurídicos com dignidade constitucional, v.g., a segurança pública (STRECK, 2019, p. 27).

Fato é que há uma apartação, mesmo não declarada, entre os princípios penais e a análise de um fato criminoso, de modo a apresentar a “existência” de um Direito Penal técnico, dispondo da teoria jurídica do crime, e um Direito Penal político, o qual versa sobre os princípios penais e a teoria da pena (PRUDÊNCIO, 2010). Essa ruptura contribui para a manutenção de regras incriminadoras inconstitucionais.

Logo, é necessária a ação do Poder Judiciário, a se ressaltar a atuação do Supremo Tribunal Federal a garantir as previsões do ordenamento jurídico legítimo. Ademais, a função de guardião da Constituição deve assegurar não somente um conjunto de regras acessórias à aplicação do direito material, mas também a assegurar como instrumento de realização de acesso à justiça. O desrespeito aos princípios e garantias gera, então, nulidade do processo penal.

Conforme a concepção de STRECK e OLIVEIRA (2019), as garantias processuais penais representam uma questão de princípio. Os intérpretes, sejam eles juízes, advogados ou promotores, não podem utilizá-las como objeto de manipulação ideológica, devendo-se atentar para a dimensão assumida pelas garantias nos momentos de decisão judicial.

Observa-se que, no âmbito do processo penal, as garantias processuais estão ligadas a um eixo comum, com origem no sistema acusatório (STRECK; OLIVEIRA, 2019, p.133). Entretanto, é necessário ressaltar que essas garantias fazem parte de uma percepção moralista, condicionada aos debates de toda uma comunidade política. Assim, discutir sobre as garantias é discutir sobre as condições de legitimação sob as quais está assentado o uso da força por partedo Estado. A legitimação desse uso, é em essência, tarefa dos princípios.

Por tal razão, revela-se a ligação das questões das garantias processuais penais às questões de princípio. Sobretudo no contexto jurídico brasileiro, o qual, na presença do SupremoTribunal Federal, deve observar as circunstâncias dos casos concretos e as aplicações principiológicas, adequando suas teses de maneira justificada, coerente e consistente, a fim de que resguarde a Constituição e o Direito legítimo.

Em tese, o sistema adotado no país, como já mencionado, é o acusatório, embasado nas garantias do Estado Democrático de Direito. Seria, então, o sistema de porta de entrada dademocracia. Assim:

(...) É o modo pelo qual se garante que não existe um dono da prova; é o modo pelo qual se tem a garantia de que o Estado cuida de modo igualitário da aplicação da lei;enfim, é o *locus* onde o poder persecutório do Estado é exercido de um modo, democraticamente, limitado e equalizado (STRECK; OLIVEIRA, 2019, p. 56).

Entretanto, sabe-se que ainda existem influências inquisitoriais no sistema normativo ejurídico brasileiro advindas de um longo contexto histórico, no qual se faz necessário referenciaras questões políticas, sociais e culturais das décadas de 30 e 40.

Ademais, como legado do sistema inquisitório, existe a transformação do sujeito em seuobjeto. Assim, “o réu pode produzir provas contra sua defesa, possui o dever de provar a sua inocência, deve submeter-se ao processo como ser dócil e obediente, e colaborar com o processo, com o juiz, com a sociedade e com o Estado” (GIACOMOLLI, 2016, p. 90-91).

A presunção de culpa do sujeito é uma das mais graves heranças desse sistema. Mesmohavendo previsão constitucional e legal que protege a garantia da presunção de inocência, esselegado foi sentido até recentemente, quando, no final de 2019, o STF decidiu mudar seu entendimento acerca da possibilidade de iniciar o cumprimento da pena antes de serem esgotadas todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado), no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54.

Fato é que, como afirma Giacomolli (2016), nessa perspectiva, o indivíduo já nasceria culpado, sendo a prisão uma regra, mesmo sem análises minuciosas e críticas sobre provas indispensáveis, condenando o imputado e lhe negando sua liberdade, passando por cimade qualquer direito fundamental de presunção de inocência.

A Constituição Federal de 1988 é o principal alicerce para superar qualquer tendência inquisitorial presente no ordenamento jurídico pátrio, firmando a concepção acusatória do sistema. Além das prestações positivas do Estado, relacionadas às questões sociais de direito, há garantias protetivas referentes ao *status libertatis*, princípios e direitos alusivos às prestações negativas, as quais estão vinculadas à esfera criminal. Devem-se proteger, então, as liberdades individuais para que haja proteção da cidadania e da própria sociedade, limitando-se poderes e garantindo a estrita legalidade, a qual possui caráter e vínculos de tutela (FERRAJOLI, 2000).

Além disso, a Constituição Federal assumiu uma feição garantista por adotar a dignidade da pessoa humana em sua concepção objetiva e subjetiva como um de seus fundamentos, visando a pessoa em concreto, ou seja, o indivíduo único como sujeito de direitos mínimos (MIRANDA, 2000).

O modelo de processo penal antevisto pela Constituição Federal suplanta a função repressora do *ius puniendi*, função meramente instrumental, abordando a exigência da tutela dos princípios e garantias constitucionais. Essa lei maior é mais que um diploma político, é um regramento jurídico, o qual despesa os direitos humanos.

Surgindo o neoconstitucionalismo, foi necessária a criação de uma concepção neoprocessualista, readequando e compatibilizando o poder punitivo estatal à nova Constituição, verdadeiro “marco

político, filosófico e jurídico para o Estado Democrático de Direito no Brasil” (GIACOMOLLI e JESUS, T. A. C, 2018, p. 131).

Dessa forma, seguindo as concepções de DWORKIN (2005), o processo penal deve ser analisado diante de um contexto de uma complexidade fática e jurídica, a partir da discussão dos princípios-garantias, debatendo a questão do contraditório da acusação e da defesa, adequando-se ao resultado esperado pela Constituição. Isso acaba por barrar a discricionariedade judicial, afastando a politização do processo, que por vezes é utilizado como palanque partidário de anseios públicos. Sobre o assunto, acrescenta Giacomolli (2016):

O que legitima o processo penal não é o fato de ser um processo de partes (perspectiva isonômica), como se fosse um jogo ou uma estratégia de guerra (paradigma liberal) ou um processo onde prepondere a figura superior do juiz, com funções paternalistas, de protagonismo e ativismo (modelo social), mas a sua construção a partir dos diplomas internacionais protetivos dos direitos fundamentais e da CF, com a maximização dos direitos fundamentais, atuação isonômica e funcional delimitada dos sujeitos processuais, com debate contraditório dinâmico e mecanismos de controle recíprocos, tendo o juiz como garante dos direitos fundamentais. Em suma, o modelo democrático de processo penal depende de levar-se a sério todas as perspectivas: interação das normatividades convencional, constitucional e legal; diálogo doutrinário e jurisprudencial doméstico e internacional; comunicação entre as Cortes e decisões judiciais, na linha da compreensão e responsabilidade (GIACOMOLLI, 2016, p. 105-106)

O devido processo penal e legal é, então, aquele que protege os direitos e garantias fundamentais e humanos, tanto de modo formal quanto material, propiciando a tutela jurisdicional efetiva e

uma decisão a ele ajustada. Sobre os direitos e garantias que devem ser observados, reafirma Vargas :

(...) ao contrário do que acontece com os direitos, que são anteriores ao Estado e, por isso mesmo, apenas reconhecidos e, jamais, outorgados, as garantias decorrem de verdadeiras normas jurídicas, de leis positivas, de preceitos constitucionais que asseguram o gozo dos direitos e preservam o indivíduo contra o extravasamento do legislador ordinário, do juiz e dos órgãos executivos (VARGAS, 1992, p. 49).

Ocorre que o processo criminal no Brasil apresenta sortidos desacordos com o Estado Democrático de Direito. Ao mesmo tempo que pretende ser garantista, tenciona a punição com a finalidade exacerbada de provocar a intimidação, atropela direitos, mitiga garantias, e extrapola até mesmo o campo penal, “repercutindo na esfera privada, violando honra, imagem direito ao esquecimento” (GIACOMOLLI e JESUS, T. A. C, 2018, p.133).

Nesse sentido, identificam-se as influências inquisitórias no ordenamento jurídico brasileiro que são exteriorizadas, por exemplo, pelas ideologias de contenção. Isso corrobora, conforme Boaventura (2000), o entendimento de que o passado dialoga com o presente, demonstrado pela evidente crise de paradigmas enraizadas no processamento criminal do país. Assim, os discursos inquisitivos, mitigadores e punitivistas entram em conflito com a axiologia constitucional e os direitos fundamentais humanos, demarcando uma ambiência social de paradoxos.

Para Gloeckner (2017, p. 13-14), há dois fenômenos que desestruturam o desenvolvimento do sistema da justiça criminal e impedem seu desenvolvimento. O primeiro deles seria o ativismo judicial em matéria penal que trata de tornar simétricas as funções acusatórias judiciais. Já o segundo fenômeno é o resultado da radical transformação do processopenal.

A mitigação do Estado de Inocência sob inconstâncias jurisprudenciais do STF

Adentrando nas questões materiais das garantias processuais penais, podem-se exemplificar alguns casos que se demonstraram relevantes no cenário recente do país. Dentre eles, um referente à extensão da eficácia da garantia da presunção de inocência.

O estado de inocência é uma das mais importantes garantias do sistema acusatório, sendo indispensável para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Sua origem está pautada no contexto de Revolta contra o Antigo Regime, em que houve revoluções a fim de proteger o indivíduo em face ao Estado, assegurando a liberdade, contra prisões arbitrárias e contra a consideração da pessoa como sendo culpada, mesmo antes de ser provada a sua culpabilidade (GIACOMOLLI, 2016).

Há de se salientar que apenas na Constituição Federal de 1988 o princípio do Estado de Inocência foi previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, dispõe no artigo 5º, inciso LVII, no texto

constitucional: “**ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória**”, devendo sua incidência subsistir até o momento em que se esgotar a possibilidade de reforma da decisão, para a defesa, da decisão condenatória. Afirma-se:

O estado de inocência é um princípio de elevado potencial político e jurídico, indicativo de um modelo basilar e ideológico de processo penal. Este, quando estruturado, interpretado e aplicado, há de seguir o signo da dignidade e dos direitos essenciais da pessoa humana, afastando-se das bases inquisitoriais, as quais partiam do pressuposto contrário, ou seja, da presunção de culpabilidade da pessoa. A adoção ou não do princípio da presunção de inocência revela a opção constitucional a um modelo de processo penal (GIACOMOLLI, 2016, p. 120).

Logo, o texto constitucional condiciona uma interpretação de maneira restrita, pois o Estado de Inocência deve subsistir até uma decisão definitiva dentro daquela relação processual (CALABRICH, 2015). Entretanto, o que se observou, no início da aplicação da norma, foi a posição dos Tribunais concedendo efeitos suspensivos aos Recursos Extraordinários e iniciando a execução provisória da pena, com a prolação de decisão condenatória no segundo grau de jurisdição.

Esse entendimento deixou de ser aplicado apenas em 2009, com o julgamento do HC 84.078, em que pese que fora considerado anos de atraso para o Supremo Tribunal Federal. Sucede-se que, esse entendimento teve curto prazo de tempo, indicando a inconstância

sobre a interpretação da questão, já que em 2016 o tema foi levado novamente à apreciação através do HC 126.292/SP. Veja-se:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE.

Entretanto, mais uma vez, em 2019, o entendimento mudou - através da Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54. A Suprema Corte se mostra, assim, dividida quanto à possibilidade de efeito suspensivo dados aos recursos. Alguns ministros entendem que a pena pode ser executada, ainda que haja possibilidade de reforma da decisão condenatória, o que representaria um perigo inegável a ordem democrática.

A prisão somente se justifica após uma sentença penal condenatória transitada em julgado, ou nos casos da prisão processual, previstas legalmente, como as prisões em flagrante, preventivas ou temporárias. Trata-se aqui da *prisão pena*, que não representa a antecipação dosefeitos de uma condenação. É sabido que:

Essa função de limitação do encarceramento cunha as prisões processuais ou antecipadas com as marcas da excepcionalidade e da necessidade, confrontando-se a previsão legal da prisão com outros princípios e garantias constitucionais a elarelacionados, inclusive a razoável duração do processo (GIACOMOLLI, 2016, p. 121).

A garantia do Estado de Inocência merece bem mais atenção, dada que existem muitas outras questões a serem analisadas no ordenamento jurídico brasileiro. São diversas as análises que podem ser retiradas do princípio da presunção de inocência, como o impacto desse entendimento mediante os casos concretos; a utilização do remédio constitucional Habeas Corpus nos juízos do país; a questão das prisões cautelares e quais suas fundamentações, bem como os critérios para se enquadrar um crime como grave.

Destaca-se que o Estado de Inocência tem fundamentos éticos, políticos e possui natureza assecuratória ante o poder punitivo estatal, além de fundamentos epistemológicos. Nesses termos:

A atuação do Supremo Tribunal Federal, cuja atuação segue racionalidade de base técnica e descomprometida com a sociologia e axiologia constitucional, geram atividades de processamento criminal marcadas pelos postulados da sociedade punitiva²³, da cultura do medo e do etiquetamento em busca de legitimidade democrática, em tempos de descrédito, dada a morosidade, a sensação de impunidade e as injustiças realizadas (GIACOMOLLI; JESUS, 2018, p. 140).

CONCLUSÕES

Pode-se inferir, diante deste estudo, que o sistema inquisitório ainda deixa uma herança que necessita ser superada no ordenamento jurídico brasileiro. O próprio Código de Processo Penal apresenta resquícios desse sistema, o que parece contraditório, visto que a

Constituição Federal de 1988 está pautada em diversas questões principiológicas de proteção à dignidade da pessoa humana.

A mitigação das garantias processuais penais é reflexo disso. Assim, vive-se um período de conflitos, em que o próprio Supremo Tribunal Federal oscila em suas decisões, enquanto deveria ser o guardião da Constituição.

A Suprema Corte se mostra, assim, dividida quanto à possibilidade de efeito suspensivo dados aos recursos. Alguns ministros entendem que a pena pode ser executada, ainda que haja possibilidade de reforma da decisão condenatória, o que representaria um perigo inegável à ordem democrática.

Ocorre que a prisão somente se justifica após uma sentença penal condenatória transitada em julgado, ou nos casos da prisão processual, previstas legalmente, como as prisões em flagrante, preventivas ou temporárias. Trata-se aqui da *prisão pena*, que não representa a antecipação dos efeitos de uma condenação. A garantia do Estado de Inocência merece bem mais atenção, dada que existem muitas outras questões a serem analisadas no ordenamento jurídico brasileiro.

Portanto, infere-se que a mitigação das garantias processuais penais é reflexo da influência inquisitorial e de pressões políticas, que pretendem se afastar das questões principiológicas, a fim de que se mantenha um sistema inquisitório e punitivista no país. Vive-se um período de conflitos, em que o próprio Supremo Tribunal Federal

oscila em suas decisões, enquanto deve ser o guardião da Constituição. Assim, o processo penal deve ser firme e garantidor de direitos. O Estado não deve, logo, operar apenas de maneira instrumental, mas deve tutelar o bem-estar de seus indivíduos, protegendo-os diante de iminentes abusos do poder estatal.

Frise-se que o tratamento dado à garantia processual abordada neste aponta essas influências dos valores e mentalidades inquisitivas que predominavam no contexto pré-1988, claramente autoritárias e meramente formais e burocráticas, que não reconheciam os indivíduos como sujeito de direitos, mas como alguém que deveria ser combatido pelo Estado, a todo custo. Assim, abala-se toda a estrutura do devido processo penal e legal, pois em um Estado Democrático de Direito, o indivíduo deve ser protegido diante de iminentes abusos do poder estatal. Não se pode impor ao cidadão o cumprimento provisório de sentença penal condenatória enquanto restam possibilidades deste ser absolvido em grau recursal. Qualquer solução o posta fere direitos fundamentais mais básicos. Além da esfera individual, a questão processual se torna rasa e desconfiável.

O Estado, então, deve agir com a finalidade precípua de proteger os cidadãos, afastando as pejorativas do signo “inquisitório”. O processo penal, assim, deve ser utilizado como freio a possíveis abusos estatais. Daí a importância das garantias processuais fundamentais para os imputados e a preocupação do constituinte

brasileiro em assegurar no caput do art. 5º, garantias, liberdade e segurança.

Em suma, não se podem afastar as previsões e garantias da Constituição Federal. O processo penal deve ser firme e garantidor de direitos, afastando a única concepção do *ius puniendi*, pois tratam-se, acima de tudo, de direitos humanos. O Estado não deve operar apenas de maneira instrumental, mas deve tutelar o bem-estar de seus indivíduos. Logo, a Constituição Federal só será efetiva, de forma plena, a partir de uma transformação e rompimento da mentalidade inquisitória impregnada no Sistema de Justiça Criminal, almejando a concretização dos preceitos constitucionais e a legitimidade democrática.

REFERÊNCIAS

BARROS, P. M. F. Do simples ao complexo em Fonoaudiologia. **Rev. Symposium**, Lavras, v. 4, p. 5-19, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (2. Turma). Habeas Corpus 581811/MG. Habeas corpus substitutivo de recurso próprio [...] Conversão da prisão em flagrante em preventiva. Art. 310, II, do Código de Processo Penal – CPP. Legalidade. Prisão preventiva. Fundamentação idônea [...] Flagrante ilegalidade não evidenciada. Habeas corpus não conhecido. Relator: Ministro Joel Ilan Paciornik.

DJ: 10/08/2020. JusBrasil, 2020. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/919814268/habeas-corporus-hc-581811-mg-2020-0114929-0/inteiro-teor-919814296?ref=juris-tabs>. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Declaratória de Constitucionalidade 43 e 44, Distrito Federal. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Intimado: Presidente da República. Relator: Ministro Marco Aurélio. Voto ADC 43 e 44. Brasília, DF, 2016k. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADC44.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2020.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Acórdão. RE 251.445/GO. Relator: Relator Min.Celso de Melo. Diário Oficial da União. Brasília. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 126.292/SP**. Paciente: Marcio Rodrigues Dantas. Impetrante: Maria Claudia de Seixas. Relator: Ministro Teorí Zavaski. Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>. Acesso em: 10 de março de 2020.

CALABRICH, Bruno. **Garantismo penal integra: questões penais e processuais, criminalidade moderna e aplicação do modelo garantista no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2015.

DWORKIN, R. **Uma Questão de Princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2002.

GIACOMOLLI, Nereu José; JESUS, Thiago Allisson Cardoso de. **Mentalidade inquisitória e mitigação de garantias no processamento criminal pelo STF no contexto dos 30 anos da Constituição brasileira**. Direito penal, processo penal e

constituição II. CONPEDI, 2018. Disponível em: www.conpedi.org.br. Acesso em: 20 de julho de 2020.

GIACOMOLLI, Nereu José. Algumas Marcas Inquisitoriais do Processo Penal do Código de Processo Penal Brasileiro e a Resistência às Reformas. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**. v.1. n. 1. Porto Alegre, 2015.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal:** Abordagem conforme a Constituição Federal e o Pactode São José da Costa Rica. São Paulo: Atlas, 2016.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Autoritarismo e processo penal.** Florianópolis: Empório do Direito, 2018.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Metástases do sistema inquisitório. In. GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Sistemas processuais penais.** Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Processo penal pós acusatório: ressignificações do autoritarismo no processo penal. **R.Emerj**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 378-408, jan./fev.2015. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista67/revista67_378.pdf. Acesso em: 04 fev. 2020.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Três teses sobre a inconstitucionalidade substancial do art. 383 do CPP: por que o réu não se defende (apenas) dos fatos. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 185 - 212, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22197/rbdpp.v2i1.21>. Acesso em: 04 fev. 2020.

GONÇALVES, Claudia Maria da Costa. **Direitos Fundamentais Sociais.** São Paulo: Juruá, 2013.

KHALED JR., Salah H.. **A busca da verdade no processo penal:** para além da ambição inquisitorial. 3. ed. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

LOPES JR., Aury. **Fundamentos do processo penal:** introdução crítica. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES JR., Aury. **Introdução crítica ao processo penal:** fundamentos da instrumentalidadegarantista. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

LOPES JR., Aury. **A instrumentalidade garantista.**
Disponível em:
<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17675/material/Instrumentalidade%20Garantista.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021

MARQUES, Leonardo Augusto Marinho; NETO, José de Assis Santiago. A cultura inquisitóriamantida pela atribuição de escopos metajurídicos ao processo penal. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; PAULA, Leonardo Costa de; SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da (Orgs.)**Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil:** estudos sobre a reforma do CPP no Brasil. Volume 4. Curitiba: Observatório da Mentalidade Inquisitória, 2018. p. 177-195.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional:** Direitos Fundamentais. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.

PRUDÊNCIO, Simone Silva. Garantias constitucionais e o processo penal: uma visão pelo prisma do devido processo legal. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 57, p. 297-320, jul./dez. 2010.

REALE, Miguel. **O Estado Democrático de Direito e o conflito de ideologias.** São Paulo:Saraiva, 2010.

SAMPAIO , André R.; MELO , Marcos Eugênio V. Cultura Inquisitória

e as Falsas Oralidades. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 3, n. 3, p. 879-905, set./dez.2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v3i3.95>. Acesso em: 04 fev. 2020.

SANCHEZ, Jesus Maria Silva. **A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: RT, 2006.

STRECK, Lenio, OLIVEIRA, Rafael Tomaz. **O que é isto- as garantias processuais penais?** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

VARGAS, José Cirilo de. **Processo Penal e Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

VOLPI, Stefano. A cultura inquisitória e a motivação das decisões de decretação de prisão preventiva no Brasil: uma fácil adequação axiológica. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; PAULA, Leonardo Costa de; SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da (Orgs.) **Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil: estudos sobre a reforma do CPP no Brasil**. Volume 4. Curitiba: Observatório da Mentalidade Inquisitória, 2018. p. 359-374.

ESTRATÉGIAS E LUTAS PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E LUTA QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO DE SANTA MARIA DOS PRETOS, CONSIDERANDO A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS.

Valdira Barros¹

Luana da Paixão Matos²

INTRODUÇÃO

A possibilidade de um grupo se autodefinir quilombola e pleitear direitos frente ao Estado brasileiro surgiu após décadas de luta política dos movimentos negros, com a inclusão na Constituição Federal de 1988 (CF/88) do Artigo 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual instituiu que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”(BRASIL, 1988) Garantiu, dessa forma, uma série de políticas aos remanescentes de quilombos, entretanto, as efetivações desses direitos não acompanharam o reconhecimento formal, levando as lideranças locais a adotarem estratégias cotidianas para o fortalecimento desta luta frente ao Estado.

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada no território quilombola de Santa Maria dos Pretos, que se encontra localizado no

¹ Dra. em Políticas Públicas/UFMA. Profa. Adjunta I do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão.

² Estudante, acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão.

município de Itapecuru-mirim, situado a 108 km da capital maranhense. Sendo também parte desse território as comunidades de Santa Joana, Morros, Piqui, Mandioca e Santa Maria dos Pretos. A pesquisa ocorreu no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Maranhão, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). O objetivo da pesquisa consistiu em mapear as estratégias adotadas pelas lideranças locais para o fortalecimento da identidade quilombola, com ênfase na formação de crianças e adolescentes, identificando-se no decorrer do trabalho o papel dos projetos sociais implementados na comunidade pelo Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã, com vistas à difusão da chamada Capoeira Angola relacionando-a com as outras manifestações culturais locais.

O presente estudo analisa, desse modo, o desenvolvimento socioeducacional das crianças e adolescentes do território quilombola de Santa Maria dos Pretos em Itapecuru-Mirim/MA, através da chamada Capoeira Angola, na medida em que sua história e a musicalidade configuram a base de formação para o exercício da cidadania, promover o bem-estar social e o fortalecimento da identidade cultural das crianças e adolescentes, bem como de todos os familiares e a comunidade em geral, como estratégia para a elevação da autoestima e promoção da cidadania.

METODOLOGIA

A metodologia está centrada em levantamento bibliográfico bem como a prática do trabalho de campo, pois, a partir do contato direto com lideranças e com próprias crianças e adolescentes, pode-se perceber como estas avaliam o desenvolvimento destes com a participação nos projetos desenvolvidos na comunidade. Para a estruturação deste trabalho procedeu-se a uma revisão quanto ao marco normativo que ampara os direitos das comunidades quilombolas seguida de uma análise do contexto social em que se desenvolve a pesquisa, bem como das estratégias adotadas para fortalecimento da identidade quilombola junto a crianças e adolescentes.

Aparato normativo e as estratégias adotadas pelas lideranças quilombolas das comunidades de Santa Joana e Santa Maria dos Pretos

A luta pela terra travada pelos remanescentes de quilombo perpassa pela configuração da identidade quilombola, combinando elementos relacionados à organização política e ao reconhecimento da ancestralidade do quilombo, como se deduz das palavras de Alfredo Wagner Berno de Almeida:

“O critério político-organizativo sobressai combinado com uma ‘política de identidades’, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado” (ALMEIDA, 2006. p.26).

Nesse processo, uma territorialidade específica do quilombo funciona como fator de identificação, defesa e força. Segundo Almeida (2006) as territorialidades específicas são resultantes de diferentes processos sociais de territorialização, delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. Ainda segundo o autor “são as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados” (ALMEIDA, 2006, p. 25)

Através da luta pelos seus espaços de sobrevivência, reprodução social e fortalecimento da identidade, as lideranças quilombolas adotam estratégias com vistas ao enfretamento de impactos e conflitos socioambientais, permitindo o fortalecimento do conhecimento e a identidade quilombola frente ao ordenamento jurídico. Ressalta-se nesse momento que tanto a noção de “terra”, em seu sentido estrito, quanto a noção de “território”, são expressões que revelam características identitárias ou correspondentes à sua forma específica de territorialização. Com isso, associou-se também a ideia de “povos” como o termo correto de reconhecimento à existência de comunidades organizadas com identidade própria que compartilham algumas características raciais ou culturais (ALMEIDA, 2006).

As condições ambientais e culturais das comunidades quilombolas, com perfil essencialmente rural, são de vital importância para a manutenção do modo de vida de seus habitantes.

Haja vista que está intrinsecamente relacionado ao plantio e à economia local, mas principalmente a uma ligação profunda com o seu território, pois não se trata de qualquer território, mas aquele que simboliza a luta contra a dominação. Portanto, a permanência no território original é fator único não só para a afirmação dessas comunidades, mas também para a própria preservação étnica e ancestral.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado deve assegurar as condições para o exercício e preservação dos direitos culturais das comunidades tradicionais, conforme se observa na transcrição do art. 214 da Carta Magna:

Art. 215 CF. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público. (BRASIL,1988)

Consoante a isso, o Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e Promoção de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro (PNCT) foi apresentado em 2003 e tem por meta recuperar a autoestima dos adeptos de

religiões como o candomblé e a umbanda, além do ensino às crianças da importância das crenças.

No ano seguinte, o Decreto nº 4.887/2003 atribuiu a competência do procedimento de titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Por conseguinte, tivemos no mesmo a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que lançou em março de 2004 o “Programa Brasil Quilombola”, que objetivava consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. No entanto, estudos estimam a existência de mais de 3 mil comunidades quilombolas no Brasil, embora, dados oficiais apontem para um número menor, de 1.948 comunidades oficialmente reconhecidas pelo Estado brasileiro

Tão logo, cabe mencionar que a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), foi, portanto, transformada em Ministério em fevereiro de 2008, ficando responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial.

Outro marco importante no âmbito da educação das relações étnico-raciais foi a efetivação do projeto “A Cor da Cultura”, iniciado em 2008, o qual tem como objetivos elaborar, ofertar e

revisar materiais didáticos audiovisuais sobre a cultura afro-brasileira, além de capacitar professores para o uso em sala de aula.

Em 20 de julho de 2010 foi sancionada a Lei 12.288 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. O Estatuto da Igualdade Racial estabelece em seu capítulo III a criação do Sistema Nacional de Igualdade Racial (Sinapir), aprovado e regulamentado pelo Decreto 8.136/2013, o qual estimula a criação de conselhos e ouvidorias.

Ainda em 2010 houve a alteração no censo por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), no modo de levantamento de dados relacionados ao recorte étnico, medida crucial para a informação das instituições voltadas à definição de políticas para grupos étnico-raciais. No âmbito das políticas públicas para juventude foi elaborado em 2012, o Plano Juventude Viva, com um conjunto de iniciativas que compreende a reunião de oito ministérios, visando reverter as altas taxas de homicídios entre jovens negros.

No entanto, na contramão de tantos avanços, o Estado extinguiu o Ministério das Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos, além da tentativa de suspensão da titulação de terras quilombolas e indígenas em abril de 2017, sob a alegação de que havia

em processo uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 3239) ajuizada pelo Partido da Frente Liberal (atual DEM) contra o decreto que trata da regulamentação das titulações (4.887/2003). No entanto, depois de muita luta dos movimentos quilombolas, negros e indígenas, o Supremo Tribunal Federal (STF) assegurou o direito à terra de tais comunidades tradicionais, em fevereiro de 2019.

Ainda nesse rol de conquistas normativas cabe falar também do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), que por amparo legal viabiliza a proteção também das crianças e adolescentes desta pesquisa, crianças e adolescentes quilombolas.

Tendo os artigos enumerados a seguir como referência para o curso desta pesquisa:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (LEI Nº 8.069, 1990.)

Para tanto, há que se pontuar também que a certidão de autorreconhecimento do território de Santa Maria dos Pretos em Itapecuru-Mirim/MA, por exemplo, foi emitida por esta Fundação em 29 de julho de 2004, devido às sucessivas invasões e apropriações, seus agentes sociais reuniram-se para reivindicação da titulação de suas terras sendo titulada pelo INCRA apenas no ano de 2014. Esta morosidade quanto à titulação da terra é refletida na dificuldade quanto ao acesso a Políticas Públicas para cerca de 400 famílias que vivem no território, quanto à precariedade do uso do transporte escolar, à oferta de uma única escola para atender todos os níveis da educação básica para todas as comunidades que fazem parte do território, bem como à ausência de posto de saúde e de um saneamento básico adequado.

Mesmo diante de tantas mobilizações e repercussões na sociedade, os embates burocrático-administrativos postergam a efetivação do reconhecimento jurídico-formal das “terras tradicionalmente ocupadas”, demorando cerca de 10 anos para a conclusão dos processos de titulação, o que tem motivado o ajuizamento de ações civis públicas pelo Ministério Público Federal. Diante do exposto, pode-se afirmar que a certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares é um passo fundamental para que uma comunidade identificada como quilombola possa vir a ter título de terra.

A pesquisa de campo na comunidade de Santa Joana, teve como ponto de partida tais dispositivos normativos que asseguram os direitos do povo quilombola, e em especial à criança e ao adolescente. Notou-se então que desde o ano de 2013, quando o Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã começou a proceder com projetos que visam a reafirmação quilombola, teve-se um avanço significativo do público-alvo dessa pesquisa, no que concerne ao seu desenvolvimento intelectual, de raciocínio e da extrospecção, tendo conseqüentemente resultados significativos nas salas de aula.

RESULTADOS

Capoeira Angola em terras de quilombo: estratégia para o fortalecimento da identidade junto a crianças e adolescentes.

A prática da capoeira, de acordo com estudo coordenado pelo Prof. Eduardo D'Amorim (2007), possibilita o desenvolvimento das inteligências múltiplas classificadas por Howard Gardner como: lógico-matemática; linguística; espacial; cinestésica-corporal; musical; intrapessoal; interrelacional e naturalística ecológica. Nessa perspectiva, viabiliza o desempenho dos quatro pilares da educação da UNESCO: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver com os outros; aprender a ser. Nesse sentido, destaca-se, por exemplo, a lógico-matemática através da ginga e articulação de movimentos e golpes, bem como, nessa mesma linha, o educando lê, estuda e verbaliza a história e saberes da capoeira, resultando na musicalidade em que exprime seus sentimentos e valores herdados, ao ser estimulado a compor e a tocar os instrumentos.

Posto isso, na busca para o fortalecimento das manifestações culturais locais, a capoeira é tida como um instrumento de contribuição da formação do indivíduo enquanto cidadão na busca de seus direitos visando, da mesma forma, contribuir para a instrução ético-política no território de Santa Maria dos Pretos em conjunto com o Centro Cultural e Educacional Mandingueiros do Amanhã, organização sediada em São Luís, que desde o ano 2013 vem atuando sistematicamente no referido território. A capoeira é muito mais que

um simples jogo, é dança, é luta, é brincadeira. Um capoeira jamais poderá ver o outro como seu rival, muito menos fazer da roda uma exibição de movimentos (ataque e defesa), portanto, é preciso saber ganhar e saber perder; o respeito aos mais velhos (sabedores) é a base de toda transmissão de ensinamentos socioculturais, em que o berimbau (re)liga duas esferas distintas: o espaço profano dos sujeitos angoleiros com o espaço sagrado onde eles jogam louvando os mestres ancestrais.

Ao longo desses anos de atuação do Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã na comunidade é possível perceber que a referida instituição tem contribuído para promoção da visibilidade regional, nacional e internacional das comunidades de Santa Joana e Santa Maria dos Pretos. Uma vez que tudo que é apreendido pelas crianças e adolescentes nas aulas do projeto é posto em prática através de apresentações em datas comemorativas na capital do Estado, fazendo com que tanto os participantes quanto a plateia quebrem as barreiras e compartilhem desse encontro de culturas.

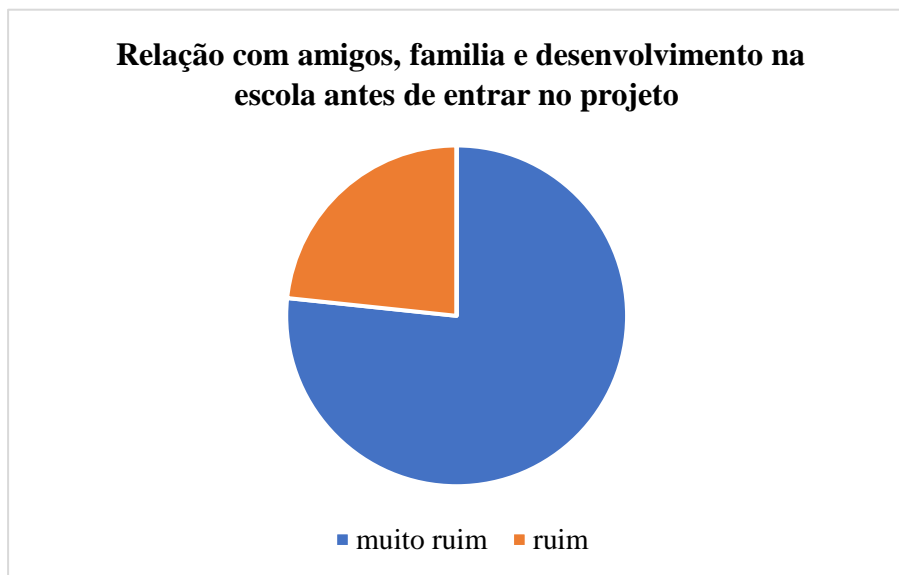
Aprender e reconhecer a história e os fundamentos da Capoeira Angola, é mais que saber fazer um jogo bonito, o diálogo entre os corpos proporciona o valor da igualdade, do respeito aos mais velhos, da simplicidade e principalmente a resistência.

Os relatos das lideranças e educadores dão conta de que a partir das vivências nos projetos de capoeira, as crianças, adolescentes e jovens passaram a participar de forma mais ativa das

outras manifestações culturais locais (ENCONTRO ANCESTRAL, 2019).

Com o objetivo de levantar a percepção dos próprios adolescentes da comunidade sobre o seu desenvolvimento e fortalecimento da identidade, fomos a campo no mês de fevereiro do ano 2020 e aplicamos um questionário com 29 adolescentes, com idade de 12 a 18 anos, sendo 22 meninas e 7 meninos, utilizando como critério a opinião quanto ao autoconhecimento, desenvolvimento e aprendizagem.

GRÁFICO 1



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 1, destaca-se a inibição como principal fator para o bloqueio do desenvolvimento das relações interpessoais, bem como

a dificuldade de aprendizagem, falta de engajamento na escola e na comunidade, resultando por vezes na gravidez precoce e no envolvimento com drogas.

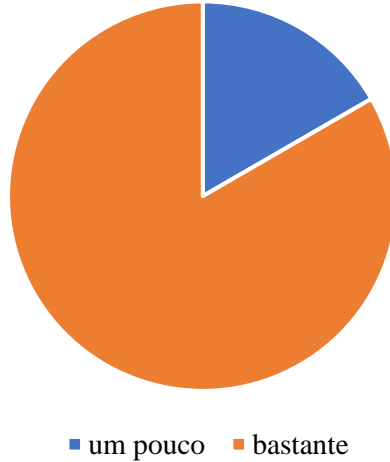
GRÁFICO 2



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 2, percebe-se então a melhora do público-alvo a partir da construção de uma didática por força da transformação interdisciplinar da capoeira, em que o saber vivido fora contemplado por meio da intensificação das diversas formas de vida desses povos, expressando valores, alegrias, lutas e crenças.

GRÁFICO 3

Quanto à confiança e extroversão depois de entrar no projeto

Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 3 ilustra o potencial emancipatório da capoeira angola. Crianças e adolescentes cabisbaixos passaram a ter ânimo pela vivência e respeito aos mais velhos. O fazer da arte-educação propiciou experimentos criativos aos educandos das comunidades quilombolas. A autoconfiança, a responsabilidade, o respeito, a empatia e o desenvolvimento do cognitivo foram as principais mudanças visivelmente alcançadas.

Foram feitas perguntas envolvendo engajamento e pertencimento à comunidade, empatia e respeito às diferenças, sendo identificada a atividade lúdica como a principal ferramenta pedagógica para o ensino-aprendizagem da Capoeira Angola. Dessa

forma, somado à capoeira, são realizadas oficinas temáticas de cidadania, políticas públicas, organização comunitária e saberes tradicionais.

Não obstante, para garantir a qualidade do ensino, os educadores dos projetos (professores de capoeira e de reforço escolar), todos jovens da própria comunidade, passam por um curso de formação no início de cada ciclo dos projetos realizados pelo Mandingueiros do Amanhã, bem como de outras atividades formativas visando ao aprimoramento de metodologias e de seus conhecimentos através de reciclagens de ensino para a construção de uma didática. Com a perspectiva triangular da arte-educação, o objetivo pedagógico articula, por sua vez, os conceitos como: o conhecer, criar, fluir e refletir a arte e sua ação, bem como a ampliação de valores culturais de educandos.

Destaca-se a fala do professor de capoeira Raimundo do quilombo de Santa Maria, de 25 anos: “Para mim a capoeira é tudo. Ela é muito importante para minha vida. Para ela sair seria difícil e ficar sem ela seria mais difícil ainda. Trouxe-se benefício na escola, me fez respeitar as pessoas, é um esporte que trabalha o respeito e que nos educa. Sou mais comunicativo”. A gratidão expressa em palavras sintetiza a transformação no potencial de vida digna como cidadãos.

Foi observada, também, uma técnica inovadora utilizada pelo Mestre Bamba, fundador do Mandingueiros do Amanhã, que

consiste na *aula cantada*, através da qual compõe músicas que traduzem se na imitação dos animais e letras do alfabeto na execução dos movimentos, mostrando-se às crianças como cada movimento pode ser utilizado como instrumento de defesa e ataque quando estiverem vadiando na “Capoeira Angola”, bem como é nítido o aprendizado paralelo da alfabetização.

Por meio das oficinas de leitura, de percussão, dança capoeira, confecção de instrumentos, direitos humanos e cidadania, buscou-se trabalhar a identidade dos educandos. Tem-se, por exemplo, a oficina abordando o “conhecimento de si”, na qual utilizou-se o método do autorretrato, em que os alunos além de desenharem a si próprios teriam que colocar seus sonhos, sentimentos, profissão almejada, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento da perspectiva de futuro, desenvoltura para falar em público, autoestima e autoconhecimento.

A partir do trabalho de campo, observamos que as aulas práticas semanais, buscam a afetividade, autodisciplina, coletividade e ludicidade. Nesta ordem, tem-se o amadurecimento da confiança entre alunos e mestres, contramestres e professores; a autodisciplina vinda da capoeira proporciona que o aluno estipule as próprias metas a serem cumpridas, assumindo o compromisso consigo mesmo; em terceiro busca-se a ruptura com o individualismo, reforçando sempre a ideia de que todos são importantes para o grupo e a interação entre eles. Por último, a atividade lúdica tem íntima relação com a

afetividade, haja vista que rompe os métodos formais de ensino buscando sempre uma relação harmoniosa entre aluno e educador, sendo uma ferramenta pedagógica indispensável para o ensino-aprendizagem.

As aulas iniciam-se com alongamentos não apenas na própria ginga da capoeira, mas também nos diversos ritmos afro-maranhenses, como o Bumba Meu Boi, Cacuriá, Tambor de Crioula, trabalhando-se os movimentos do pescoço e ombro, cintura e pernas. Paralelo a isso, todos esses ritmos podem ser englobados durante o próprio jogo da capoeira, construindo a identidade do capoeira com o que mais se referenciar.

Os materiais por vezes utilizados nas aulas de musicalidade foram os instrumentos de percussão, como o atabaque, pandeiro, reco-reco, agogô e o próprio berimbau. Durante as aulas práticas de capoeira foi utilizado o CD da instituição como forma de reconhecimento, bem como um livro do próprio Centro Cultural o Mandingueiros do Amanhã. O método utilizado para ambas as aulas teve como base o passo a passo, respeitando o desenvolvimento no tempo de cada um e as limitações do corpo.

CONCLUSÕES

Observamos que os marcos legais são extremamente positivos, ações pontuais são pertinentes, mas, infelizmente, não

conseguem atender as demandas advindas de um processo histórico silenciador por longo período.

Apesar do panorama positivo que evidenciam conquistas na luta contra o racismo, os dados oficiais reafirmam a necessidade de mais e melhores ações afirmativas de caráter amplo na busca por igualdade racial no Brasil, e apesar dos feitos serem significativos, ainda há falta de sensibilidade por parte do Estado com a pauta da igualdade racial.

Posto isso, diante desta pesquisa, é que se observou o quanto se faz necessário que as crianças e adolescentes compreendam desde a mais tenra idade o significado de pertencimento àquela comunidade, compreender que a força do “povo de santo” reage contra o racismo a todo momento. E que a luta pelo direito à terra vai além do seu significado mais simples, de uma superfície sólida, se trata da territorialidade, ancestralidade e todos os laços existentes.

As políticas para os processos de reconhecimento dessas lutas sociais são colocadas em um cenário nacional, bem como as críticas ao positivismo, que historicamente confundiu as chamadas “minorias” dentro da noção de “povo”, para construção de instituições democráticas de reconhecimento e do próprio sistema jurídico brasileiro que é o alvo dessa luta, que, à luz da Constituição de 1988, vem aos poucos conseguindo ganhar mais espaços e direitos diante da sociedade, como também o alcance das devidas

denominações como se reconhecem, buscando representatividades nas decisões políticas para reafirmarem suas legitimidades.

Cada comunidade quilombola tem sua singularidade por estarem dispersas geograficamente, o que as torna heterogêneas diante de suas trajetórias culturais que se constituem como criadoras de um espaço social diante das relações socioculturais e socioterritoriais. Nestes termos, o território em análise, Santa Maria dos Pretos, tem adotado como uma de suas principais estratégias para o fortalecimento da sua identidade e resistência, o ensino e vivência da chamada Capoeira Angola em parceria com o Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã.

Na comunidade em estudo, o ensino da Capoeira Angola tem sido desenvolvido de forma sistemática, diariamente, desde o ano de 2013, através de projetos desenvolvidos pelo Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã (BARROS, 2015), configurando-se em uma estratégia de fortalecimento da identidade quilombola, na medida em que o ensino desta é associado às práticas culturais genuínas da comunidade, a exemplo do tambor de crioula e da dança do coco.

Posto isso, nota-se o resultado significativo da atuação do Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã nas comunidades pesquisadas, visto que a entidade busca então contribuir para o desenvolvimento pessoal e para o fortalecimento das relações interpessoais em uma ação educativa permanente.

As políticas de reconhecimentos são colocadas em um cenário global em que se retomam as questões de cidadania que não podem ser pensadas “situadamente”, mas sim diante do mundo conectado. No entanto, diante dos novos desafios da contemporaneidade esta ciência reformula não só o seu método, mas também o seu objeto, de maneira que se mantenha a pesquisa etnográfica como modo de aproximação ao concreto que demanda e propicia a reconstrução permanente dos modelos de análise, não obstante, o conhecimento com o inesperado nos leva a repensar o nosso conceito de sociedade.

Não obstante, cabe falar que é inegável a parceria entre a Escola e o Mandingueiros do Amanhã, haja vista que, durante os anos de atividade na comunidade, destacam-se medidas de incentivo à alfabetização e à leitura, bem como apresentações frequentes no âmbito escolar, tendo, pois, um significativo desenvolvimento aparente nos alunos.

O convívio intenso e prologado com a comunidade, sobretudo, o conhecimento do modo de vida, se caracteriza nos moldes da observação participante, dessa forma, resultaram na observação do fortalecimento da identidade no contexto quilombola como fundamental para a contribuição da formação do indivíduo enquanto cidadão na busca de seus direitos, buscando representatividades nas decisões políticas para reafirmarem suas legitimidades materializadas em políticas públicas de caráter compensatório.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. ed. 2. Manaus: PGSCA–UFAM, 2006.

BARROS, Valdira. *et al.* **Encontros ancestrais:** Capoeira Angola em terras quilombolas. São Luís: EDUFMA, 2015.

BRASIL. Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 21 de nov. de 2003. Seção 1. p.4

BRASIL. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 8 de fev. de 2007. Seção 1, p. 316

BRASIL. Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 de ago. de 1988. Seção 1, p. 16002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

D’AMORIM, Eduardo. ATIL, José. **A Capoeira Uma Escola de Educação**. Recife: E. do autor, 2007.

ENCONTRO ANCESTRAL: Mandingueiros em Terras Quilombolas. Direção e Produção: Valdira Barros. São Luís: Mandingueiros do Amanhã, 2019.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: um Rio Grande de possibilidades e suas barragens.** São Luís: UEMA, 2018.

JANNUZI, M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público** 56:(2) p. 137, 2005.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades tradicionais e neocomunidades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico.** Salvador: Editora Itapoan, 1968.

VIANA, Maria da Guia. **Os desafios da implementação da Lei Federal nº 10.639/03: entre as ações da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a Política Educacional do Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 2015

LINCHAMENTOS NO MARANHÃO: uma análise comparativa a partir das manifestações do fenômeno nas diversas regiões do Brasil

Huanna Beatriz Serra Silva¹

Prof. Dr. Thiago Allisson Cardoso de Jesus²

INTRODUÇÃO

O Maranhão é um dos estados brasileiros que apresenta maior número de linchamentos, sendo suas manifestações marcadas pelo traço da brutalidade e por métodos de tortura que remetem à lógica da vingança privada. Dessa forma, verificou-se que entre os principais delitos que motivam essa prática estão os crimes contra o patrimônio, mas, sobretudo, contra a dignidade sexual e contra a vida, sendo maior fato gerador imediato do fenômeno no estado.

À vista disso, os relatórios de monitoramento da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos “(SDH)” nos últimos anos indicam que o ano de maior incidência de casos aconteceu em 2016, no qual foram registradas 42 mortes por linchamentos, sendo 29 na Região Metropolitana de São Luís e 09 no interior do estado. Prosseguindo, houve uma redução dos índices, ou dos dados registrados, em 2018, ano em que aconteceram 22 mortes por linchamento, 17 na região metropolitana de São Luís e cinco no interior.

¹ Graduanda do Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Professor do Departamento de Direito da Universidade Estadual do Maranhão.

Nesse sentido, sobre a égide de uma ótica nacional e consoante a realidade maranhense, o Brasil está entre os países que mais lincham no mundo, ocorrendo cerca de quatro linchamentos ou tentativas por semana. Corroborando a essa conjuntura, nos últimos 60 anos, entre um milhão e um milhão e meio de brasileiros já participaram de ações de justiça de rua (MARTINS, 2015).

Sendo assim, faz-se necessário o estudo dessa modalidade de justiça popular, realizando uma análise comparada entre as diferentes regiões brasileiras, elencando, assim, divergências e singularidades, a fim de compor uma definição sobre linchamento e entender a base ritualística que o cerca, bem como as estruturas que o perpetuam e o disseminam em todo o país.

Nesse escopo, foi através da atuação em rede, compartilhando e trocando informações com grupos que pesquisam a respeito do mesmo fato/fenômeno social, núcleos de estudo da UFAM e UFES, que se iniciou e se desenvolveu esse estudo com recorte nacional.

Ademais, a partir do exame qualitativo de bibliografias e de reportagens, bem como de notícias jornalísticas de diferentes estados brasileiros, pode-se realizar o levantamento de características para, em um processo de análise e reflexão posterior, construir relações entre os estados e regiões do Brasil.

Pelo exposto, observa-se que, a depender da região territorial examinada, o fenômeno do linchamento aproxima-se mais de uma espécie de *moby lynch* e, em outras, coaduna-se com o *vigilantism*

(ADORNO, 2010) ou, em sua maioria, com uma modalidade própria e singular de justicamento popular (MARTINS, 2015). Nesse bojo, vislumbra-se, partindo de aspectos comuns, a definição:

Os linchamentos são práticas coletivas de execução sumária de pessoas consideradas criminosas. Sua característica é ser uma ação única: o grupo linchador se forma em torno de uma vítima e, após a ação, se dissolve. Por isso, essas práticas são comumente tratadas como espontâneas e sem prévia organização. Contudo, os participantes podem planejar, organizar e prever o resultado (SINHORETTO, 2009, p. 34).

Nesse bojo, verifica-se que, além de similitudes no que se refere ao modo como se desenvolvem e se operam os linchamentos, o aspecto anômico pautado na deslegitimação, e até descrença, do Estado contemporâneo e do seu monopólio do poder punitivo, figura como pilar a todo processo do fenômeno, podendo ser identificado e percebido por todo território nacional:

A situação dramática e até trágica que levam aos linchamentos correspondem, sim, no meu modo de ver, ao que se pode definir como anomia. É o que indicam as informações reunidas no banco de dados sobre sua ocorrência no Brasil. Nelas a sociedade se desconcerta e já não tem como cumprir uma rotina de condutas que convirjam para o equilíbrio social. A anomia deve ser pensada nas soluções igualmente anômicas para esses vazios e rupturas. Anômicas porque não correspondem à lógica dominante e à racionalidade que lhe é própria (MARTINS, 2015, p.66).

Dessa maneira, observa-se que a fixação de um status social anômico (DURKHEIM, 2007) advém da quebra do contrato social, principalmente, no que se refere à garantia da segurança e do monopólio da vingança punitivista por parte do Estado (HOBBS,

1998). Assim, tal ruptura é percebida em todas as regiões geopolíticas brasileiras, demonstrando uma crise institucional e estrutural que é fruto de um processo de amadurecimento social patrimonialista e de exploração colonial.

Portanto, a anomia, grosseiramente, expressa a ausência de leis, de regramentos, consenso ou mesmo ordem (FRABETTI, 2012, p.14), propiciando, com isso, os linchamentos como prática ritualística que visa, de maneira mediata, a instauração de algum parâmetro social, (re) estabelecendo valores e normas morais.

Em face do evidenciado, faz-se imprescindível a pesquisa proposta, pois estabelecer relações e comparações entre as regiões brasileiras e sobre um fenômeno tão ímpar como os linchamentos é, também, investigar princípios e fundamentos estruturantes da própria formação social do Brasil, enquanto nação que partilha território, cultura e povo, revelando implícitos da sua composição.

METODOLOGIA

Nesse sentido, convém destacar que a presente pesquisa se desenvolveu, essencialmente, em duas etapas. Dessa forma, a primeira constituiu-se em um levantamento bibliográfico, sendo revisados livros, artigos, trabalhos monográficos e outros que versassem sobre o fenômeno do linchamento e justicamento popular. Nesse bojo, a partir da análise crítica dos conteúdos advindos das

leituras, foram confeccionados fichamentos e promovidas discussões sobre a temática.

Ademais, somando-se ao estudo reflexivo da literatura tanto estrangeira como nacional do objeto, utilizou-se um método difundido e recorrente no exame dos linchamentos, sendo a análise de conteúdo proveniente do âmbito jornalístico, isto é, reportagens, matérias e até documentários. Assim, reforçou-se a ótica sociojurídica e criminológica, partindo de impressões plurais da própria sociedade.

Nesse sentido, a perspectiva utilizada como fundamento para reflexões é a ótica jurídica e sociológica dos processos que envolvem o linchamento, baseando-se em parâmetros e paradigmas da análise discursiva para a investigação de fatos linguísticos, sendo a linguagem percebida como um jogo polissêmico de estratégias (FOULCAULT, 2013).

Cabe destacar, também, que na obtenção de dados e produções científicas sobre o fenômeno dos linchamentos foi realizada pesquisa em rede com o apoio e diálogo de outras instituições de ensino superior, como núcleos de estudo da UFAM e UFES.

Prosseguindo, a segunda etapa da pesquisa compõe-se pela organização de ideias e informações relevantes e refletidas a fim de compor a produção escrita, sendo, inicialmente, o relatório parcial,

no qual apresentam-se as perspectivas e conclusões precípuas sobre o objeto.

Por fim, o desenvolvimento metodológico usado teve em vista a proposta de Bonavides sobre os aspectos do Direito em dimensionar a figura do Estado Democrático de Direito e a sua extensão até a esfera privada dos sujeitos de Direito. Corroborando, usa-se Bourdieu (1997) para atender o desenvolvimento da perspectiva dos agentes sociais como instrumento histórico e contextualizado em suas tradicionalidades.

RESULTADOS

Delimitações propedêuticas e a região nordeste

A composição da sociedade civil e, por conseguinte, de um Estado de Direito, possibilitando, posteriormente, a fixação de um Estado Democrático de Direito, fundamenta-se na clássica teoria contratualista que viabiliza o estabelecimento do Estado Soberano, legitimando, assim, o seu poder punitivo a partir de uma prestação, qual seja, através da manutenção de ordem e equilíbrio no corpo social, controlando os sentimentos e necessidades humanas que geram embates e impossibilitam a vida em comunidade (HOBBS, 1998).

Nesse sentido, o fenômeno do linchamento rompe, preliminarmente, com o processo de contrato social supramencionado, pois retoma o poder de punir, aplicando castigos

e penalidades aos que exercem determinadas condutas, porém sem a ideia de verticalização entre Estado e povo.

Dessa forma, observa-se que, ao passo que se opõe ao contrato social estabelecido, os linchamentos demonstram, também, na conjuntura brasileira, um produto do processo de socialização e amadurecimento, enquanto nação marcada pelo patrimonialismo, preconceito, segregação e violência estrutural implícita. Corroborando, portanto, afirma José de Souza Martins:

O grande número de linchamentos no Brasil, nas últimas décadas, e até a intensificação de sua ocorrência nos anos recentes, nos põe, evidentemente, diante de um problema social. Não porque a sociedade, como supõe a tradição de estudos de problemas sociais, se inquiete com a disseminada manifestação dessa forma de justicamento. Mas porque, aos sociólogos, esse tipo de crime coletivo sugere um quadro de mudanças sociais que poderiam ser definidas como patológicas, pois são mudanças que correlacionam o desenvolvimento e a modernização da sociedade na superfície visível; e, na profundidade invisível e nos recantos escuros de um cenário urbano que se expande deteriorado [...] (MARTINS, 2015, p. 71).

Depreende-se, portanto, que o processo de formação social carregado de patologias e sistemas estruturantes inacabados, como no Brasil, enseja a instauração de uma conjuntura de supressão ou contraposição de valores e paradigmas que afixam uma realidade de anomia social, resultando nos linchamentos como manifestação do desejo comum de retomada da ordem, cumprindo uma função social e desenvolvendo uma racionalidade singular, como segue:

A justiça popular autodefensiva procura mais do que a mera vingança, é mais que a manifestação da barbárie.

Ela procura cumprir uma função social e ao mesmo tempo fornecer aos participantes uma compreensão das rupturas sociais que não estão inscritas no previsível e tolerável da cultura popular. [...] **Portanto, a ação que expressa a situação de anomia é também consciência prática da situação anômica e expressão de uma recusa da anomia, de afirmação da ordem, como necessidade social** (MARTINS, 2015, p. 65).

Pelo exposto e pela análise comparada do linchamento nas diferentes regiões brasileiras, proposta dessa pesquisa, observou-se que esse fenômeno é uma solução igualmente anômica para os vazios e rupturas provenientes da anomia, pois não corresponde à lógica dominante e à racionalidade de que lhe é própria (MARTINS, 2015).

Assim, apreende-se que a anomia que concebe uma racionalidade, ainda que desvirtuada e que detém uma função reestruturadora é objeto comum e perceptível como fato gerador do justicamento popular e dos linchamentos por todo Brasil. Dessa maneira, tende-se a instaurar, durante essa prática, uma sociabilidade derivada da situação de anomia, mesmo que provisória e efêmera, objetivando ser restaurativa na medida em que o castigo imposto ao transgressor figura uma demonstração de reafirmação e força social (MARTINS, 2015).

Desse ponto convergente, que colabora a definição e compreensão do fenômeno, surgiu a necessidade do estudo interrelacional do linchamento nas diferentes regiões brasileiras, pois as similitudes e as diferenças em suas manifestações colaboram para a composição de um conceito, bem como no entendimento das

características e elementos que integram essa modalidade de justiça popular.

Precipuamente, realizou-se levantamento de dados estatísticos a fim de deter um vislumbre inicial a respeito da incidência e frequência das manifestações e casos de linchamento em cada região do país. Dessa maneira, entrou-se em contato com pesquisas que utilizaram o endereço eletrônico “Guia de Mídia” que consegue reunir e dividir, categorizando mídias digitais de cada estado brasileiro. Assim, foram analisadas 778 mídias dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal, com os seguintes filtros: “linchar”, “linchado” e “linchamento”, corroborando a tabela que se segue:

Tabela 1- Número de linchamentos por Região do Brasil

Região	Região Norte	Região Sul	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Centro-Oeste	Total de Casos
Nº de Casos	104	88	158	130	90	570

Fonte: SCARDUA e SANTOS, 2019 apud Guia de Mídia.

Da análise dos dados, observa-se a liderança do ranking regional pela região Nordeste, opondo-se à presunção de sobreposição da região Sudeste em decorrência da população elevada e da forte presença de comunidades. Contudo, alguns fatores

corroboraram a esse aumento nos casos de linchamento nessa região, justificando sua regência, cabendo citar: o elevado número de estados que a compõe (nove estados), maior registro e publicidade dos eventos e violência agrária, marcada pela tradição latifundiária (SCARDUA; SANTOS, 2019)

Nesse bojo, partiu-se da análise da realidade mais próxima, ou seja, do estado do Maranhão e dos demais estados do Nordeste, ressaltando-se a Bahia, a fim de observar as características que pudessem servir à construção de hipóteses e comparações.

Com isso, foi identificado que o estado do Maranhão é um dos estados brasileiros que mais apresentam casos de linchamento no Brasil, sendo praticados tanto no interior quanto nas zonas urbanas, onde se concentram. Na realidade maranhense, verifica-se que o fenômeno não se associa à ideia de vigilantismo ou de grupos organizados de justiça paralela, mas liga-se a uma espécie de tribunal e justiça popular espontâneo, ou seja, nasce de decisão súbita, difusa e inconsequente da massa que é guiada por uma razão implícita e instaurada para legitimar os castigos ritualísticos do linchamento, conforme os dados de pesquisa pretérita:

[...] no Maranhão, nos 24 casos analisados, ocorridos entre 2013 e 2018 e cujo resultado foi o óbito, todas as vítimas foram identificadas como do sexo masculino. Nas oito ocasiões em que foi noticiada a faixa etária dos indivíduos, as idades variaram entre 19 e 31 anos de idade. Enfim, no tocante à questão racial, somente em 6 situações houve informação sobre o assunto, sendo 5 homens identificadas como negros ou pardos e 1 como “índio” (SOUSA, 2018, p. 27).

Desse modo, os linchamentos no Maranhão são marcados por juízos intempestivos imbuídos de fortes emoções que remontam e evocam princípios dos sistemas punitivos que adotavam a vingança privada. Destarte, o fenômeno também pauta-se na descrença e deslegitimação das instituições, principalmente, do Estado, decorrendo de dois impulsos de ritmos diferentes: a constatação e a interpretação de uma violação de norma social essencial, que corresponde ao que se poderia provisoriamente entender como fase de julgamento popular do delito ou reconhecimento de um crime que rompe com parâmetros de civilidade (MARTINS, 2015).

Prosseguindo, na região Nordeste, destaca-se a realidade do Ceará, pois, segundo levantamentos jornalísticos, principalmente, da Tribuna do Ceará, a ocorrência de mortes por linchamento foi de 1 a cada 17 dias entre 2017 e 2018, sendo em sua maioria homens associados a organizações criminosas. Contudo, em 2019, o número de casos apresentou-se como reduzido, detendo a peculiaridade de as vítimas linchadas serem mulheres.

Região Norte

Outra realidade importante para análise comparativa do fenômeno dos linchamentos é a da região Norte, pois em Manaus, nos últimos levantamentos, a prática, aparentemente, está relacionada a um processo de transformação em manifestações e atos coletivos de segurança voltadas à vigilância e à proteção de bens e

cidadãos. Nessa senda, apreende-se que, nesses casos, os linchamentos detêm maior previsibilidade, sendo constituintes de várias ações dentro do funcionamento e ordenamento de “dispositivos de segurança de rua”, comunidade e justiça popular (CANDOTTI; PINHEIRO ; ALVES, 2017).

Corroborando ao exposto as informações fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas a qual relatou a ocorrência de 56 casos de linchamento registrados formalmente entre 2015 e 2017, demonstrando um aumento elevado em registros oficiais. Ademais, em outros estados da região Norte, observam-se casos de linchamento ligados a conflitos agrários, a zonas de fronteiras agrícolas e até entre populações indígenas, porém ainda escassos são os dados sobre sua frequência e ritual.

Como exemplo, verificaram-se casos ocorridos na Região Metropolitana de Belém (PA), território que compreende a capital do estado e os municípios de Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara, Benevides e Santa Izabel do Pará, os quais são noticiados com habitualidade na imprensa local. Nesse sentido, observou-se que o discurso da realização de “justiça” com as próprias mãos é o fundamento conferido a prática dos linchamentos. (TEIXEIRA; NUMMER, 2012).

Desse modo, observou-se que os casos concretos da região citada se associam ao *mob lynching*, modalidade do linchamento no qual o grupo organiza-se de maneira repentina e inesperada para

fazer o justicamento popular em decorrência de conduta delituosa realizada ou não pelo acusado (TEIXEIRA; NUMMER, 2012).

Sendo assim, infere-se a diferenciação em relação a regiões do estado de São Paulo, por exemplo, pois nestas os grupos se encontram de maneira mais organizada, coadunando-se a modalidade do vigilantismo social, isto é, a presença de certo planejamento e preparação prévios das ações punitivas e do justiciamento aplicado.

Em contrapartida, verificou-se que o fenômeno, em ambas as regiões, não representa exclusivamente uma problemática social, mas manifesta um processo complexo de desagregação conjuntural, na qual paira a ideia de punição das vítimas de forma cruel e vingativa, buscando-se um padrão social divergente das tendências desagregadoras e da sensação de anomia proveniente da deslegitimação do poder punitivo do Estado (MARTINS, 1995).

Região Sul

A região Sul do Brasil figura como a área que menos registra casos do fenômeno dos linchamentos no território nacional, sendo, também, em face dos parâmetros nacionais, a dotada de maior homogeneidade. Contudo, alguns estudos realizados no Rio Grande do Sul expõem a ocorrência de casos, bem como os motivos e fundamentos que explicam a racionalidade de ações “bárbaras” desse justicamento popular, como se percebe:

[...] No estado do Rio Grande do Sul temos uma menor taxa de linchamento em decorrência da maior eficácia do sistema legal de justiça existente, em comparação com os de outros estados. No entanto, linchamentos também ocorrem no estado, pois embora mais eficaz que os outros sistemas, o sistema gaúcho ainda possui diversas falhas em suas funções (MARTINS, 2013, p. 101).

Pelo exposto, pretendeu-se, a partir do conhecimento das características da população daquele estado, estabelecer as motivações e os contextos sociais do linchamento, não somente o fenômeno em si, mas da sociedade específica na qual desenvolve-se, comparando, tanto o corpo social quanto o evento, com outros estados e regiões do país.

Nesse bojo, notou-se, como fundamento, o descontentamento da população diante da atuação e desempenho dos órgãos do sistema legal de justiça do estado. Esse sentimento manifesta a sensação de ineficácia do sistema punitivo, com sua vagarosidade e suas “brechas”. Ademais, através da análise detida das características dos linchamentos que aconteceram, verificaram-se singularidades no estado do Rio Grande do Sul que mostram uma realidade singular do evento em relação a outros estados.

No artigo “Os linchamentos no Rio Grande do Sul: motivações e racionalidades” (MARTINS, 2013), a autora estuda e apresenta casos de linchamento que ocorreram em diferentes cidades do estado, narrando os fatos e realizando análise deles, como exemplo:

O segundo caso de linchamento a ser estudado ocorreu na cidade de Porto Alegre, no bairro Bom Jesus, e teve

por motivação uma briga entre vizinhos. Muito embora o presente caso não tenha obtido grande destaque nos jornais pesquisados, seu inquérito policial, único a investigar o linchamento em si, nos ofereceu o depoimento de diversos atores e dos próprios suspeitos de serem executores do linchamento.

[...]

O caso de linchamento ocorrido em Porto Alegre acabou por se mostrar diferente dos outros dois. Este ocorreu em decorrência de mero desentendimento entre vizinhos, e muito embora a comunidade do bairro Bom Jesus onde ocorreu esteja acostumada com cenas de violência e linchamentos, assim como de execução sumária, o conceito de justiça, aos olhos da comunidade não se fez presente. O linchado foi cruelmente linchado em frente sua família, foi amarrado e agredido com pedras, batedor de carne, pedaços de pau, socos e pontapés. O depoimento do filho do linchado que assistia a tudo e implorava pela vida do pai informa que o pai teve a mão amputada. O homem não morreu no momento e ficou agonizando no chão por horas até perecer (MARTINS, 2013, p. 90-94).

Nesse sentido, observa-se que o mesmo sentimento de insatisfação com as instituições punitivas, como a polícia e o judiciário, bem como a pouca confiança no cumprimento eficaz do dever legal dessas são fundamentos para ocorrência dos linchamentos na região Sul, aproximando-a das demais, como se verifica abaixo:

O Estado que muito cobra em tributos e deveres ao cidadão “de bem” no momento de proporcionar a segurança e não o faz, leva a população a sentir-se aberta a outras formas de justiça que não a legal. Nesse sentido podemos afirmar que a falta de eficácia do sistema legal de justiça no estado do Rio Grande do Sul influencia diretamente na ocorrência de linchamentos no estado. Ainda, cabe ressaltar que esta influência é para maior ou menor ocorrência do fenômeno (MARTINS, 2013, p. 101).

Como peculiaridades, observou-se que no estado gaúcho a maioria dos linchamentos não resultam em óbitos, pois o policiamento ostensivo age diretamente na problemática, a fim de obstar a sua concretização. Cabe refletir, também, que em outros estados, a própria polícia não atua de maneira a evitar essa conduta ilícita coletiva.

Finalmente, concluiu-se que a junção entre a falta de confiança nas instituições estatais destinadas à punição com uma espécie de resistência ao crime, representada através deste fenômeno ritualístico, são as principais justificativas que ensejam a ocorrência dos linchamentos na região Sul do Brasil.

Região Sudeste

A partir de pesquisa em rede, levantaram-se dados sobre o fenômeno do linchamento nas cidades de São Paulo/SP e Vitória/ES, depreendendo-se, dessa maneira, que na região Sudeste parte-se, como fato motivador predominante, do mesmo estado de anomia e de crise de legitimidade do monopólio do poder punitivo estatal, porém outros fatores somam-se a esse, bem como distinções nos elementos que constituem essa justiça popular.

Cabe ressaltar que para compreensão dos linchamentos, a análise estritamente numérica não é suficiente, por isso, é preciso sua associação com o método qualitativo, aprofundando a leitura da realidade social a partir dos casos concretos. Seguindo essa

abordagem, verificou-se, pelas ocorrências, que no estado do Espírito Santo o fenômeno é caracterizado por manifestar-se como “*mob lynching*” e que o anonimato, bem como o fator comunitário se percebem mesmo que ocorra em um único evento, como descrito abaixo:

Pelo exposto nos casos e diante dos números analisados, há embasamento suficiente para afirmar que os linchamentos no Espírito Santo possuem como característica o aspecto do “*mob lynching*” proposto por Martins (2015 p. 25). Esta conclusão decorre do fato já exposto de que, os linchamentos com esta peculiaridade são súbitos e espontâneos na aplicação do castigo à vítima, o que foi verificado no estudo realizado no Estado (SCARDUA; SANTOS, 2019, p. 57).

No Sudeste, portanto, o fator urbano sobressai-se aliado com as sub-habitações e acesso restrito e seletivo a direitos e serviços sociais, originando “suburbanos” ou subumanos, que, marginalizados, organizam-se em grupos de vigilantes em suas comunidades a fim de garantir harmonia e segurança, instaurando uma organização social paralela e periférica, conforme segue:

A justiça que não é praticada pelas instâncias oficiais, os conflitos vividos por aquela parcela da população que não é contemplada pelo serviço público da prestação jurisdicional está legada ao interstício: é da conta daquelas relações sociais que se constituem ao largo da sociedade formal, para além do mercado formal de trabalho, das relações de consumo, da representação política, dos partidos, sindicatos e organizações não-governamentais. Aquilo que do ponto vista teórico liberal é a falta de instituições públicas é aqui representado pelas relações positivas (e não de falta) que aqui descrevemos como comunitárias, baseadas nas relações de parentesco, vizinhança, reciprocidade (SINHORETTO, 2001, p. 47).

Nessa conjuntura, segundo Johnston (1996), o vigilantismo é tomado como espécie de movimento social formado por cidadãos autônomos, sem a presença de suporte ou autoridade estatal que coordenam ações premeditadas de uso ou ameaça de uso de violência e força. Assim, é uma reação à transgressão ou potencial violação dos regramentos institucionalizados por determinado grupo, objetivando garantir segurança para os partícipes da ordem instaurada.

Sendo assim, os linchamentos na região supracitada, aproximam-se mais das hipóteses e compreensões construídas por Jaqueline Sinhoretto (2009, 2001), pois a estudiosa ressalta a importância das “redes de vizinhança” nos linchamentos comunitários em bairros periféricos da cidade de São Paulo.

Outrossim, dados comparativos demonstram que grande parte dos linchamentos com documentação e registro ocorreram na região Sudeste, especialmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo a região Metropolitana de São Paulo a que mais lincha no país, seguida da cidade de Salvador e, em terceiro lugar, pelo Rio de Janeiro (MARTINS, 2015).

À vista disso, constatou-se que a cidade de São Paulo lincha em uma proporção quatro vezes maior que a do Rio de Janeiro, mesmo sendo capitais da mesma região e detendo nível de urbanização próximo. Ademais, depreende-se que a formação de comunidades proporcionou práticas de linchamento mais associadas

ao vigilantismo, pois havia maior preparação e “ordem” durante sua execução. Já, em Salvador vislumbra-se alguma conotação racial, mas não como motivação, sobressaindo-se os crimes contra o patrimônio como fato gerador de linchamentos súbitos. Assim, informa José de Souza Martins:

A maior parte dos linchamentos e tentativas foi motivada por agressão contra a pessoa e nesse grupo uma pequena parte por agressão a pessoa por motivo de roubo. Nesse grupo, a tendência é a do aumento da proporção de ocorrências. Em segundo lugar, estão as ações motivadas por roubo ou tentativa, porém, em declínio. É significativa a participação, em aumento, de ações de motivação fútil: 10%. **Em São Paulo e no Rio predominam os linchamentos motivados por violência contra a pessoa e em segundo lugar, contra o patrimônio. Já em Salvador, é o inverso: mais da metade dos linchamentos é motivada por roubo, eventualmente com agressões físicas contra a vítima** (MARTINS, 2015, p. 48. Grifo nosso).

Pelo exposto, entende-se que tanto na região Sudeste quanto no Nordeste, o indivíduo que necessita recorrer a uma instância mediadora de litígios torna-se incapaz de conferir sentido ao funcionamento da Justiça Pública, cujos princípios e cujos rituais são a ele inacessíveis, não compreendendo ou partilhando a racionalidade de seus institutos. Em contrapartida, existem outras formas concorrentes de resolução de conflitos, como a religião, a mídia, associações civis e mesmo grupos organizados que propõem respostas e ideias de justiça distintas, fundamentando a Justiça Popular e a prática de linchamentos (SINHORETTO, 2009).

Finalmente, infere-se que o fenômeno do linchamento pode ser identificado em todo território brasileiro, estando associado a um status de anomia estrutural que foi desenvolvido a partir dos processos de formação social nacional. Assim, o justicamento popular expressado através dos linchamentos demonstram um processo social permeado por manifestações de violência coletiva (MARTINS, 2015). Contudo, importante destacar que mesmo detendo fundamentos similares, o linchamento apresenta variações em cada região, pois variantes, também, são os elementos que o enseja, bem como a forma como se manifestam, já que a ritualística e a ressignificação pretendida em cada ato ganham conotações diferentes a partir do processo de formação de cada grupo social.

Corroborando ao exposto, segue tabela que demonstra como todos os estados brasileiros e, portanto, todas as regiões geopolíticas apresentaram casos de linchamento ou tentativa, apontando as crises institucionais e o estado de anomia estatal e social supracitado:

Tabela 2 – Número de linchamentos nos Estados do Brasil (ano de 2015)

Estados	Total de casos	Mortes	Linchamentos Consumados ^s	Tentativas de linchamento	Mídias consultadas	Posição no ranking de ocorrências
Acre	21	1	10	11	9	11°
Alagoas	16	0	11	5	9	15°
Amapá	10	0	7	3	4	22°
Amazonas	21	6	19	2	9	12°
Bahia	39	8	23	16	35	3°
Ceará	19	4	9	10	9	14°
Distrito Federal	7	1	4	3	24	23°
Espírito Santo	13	4	9	4	29	19°
Goiás	16	3	9	7	47	16°
Maranhão	35	8	25	10	15	5°
Mato Grosso	35	2	22	13	33	6°
Mato Grosso do Sul	32	1	20	12	31	7°
Minas Gerais	53	8	31	22	77	1°
Pará	20	3	11	9	21	13°
Paraíba	2	0	0	2	5	26°
Paraná	46	3	31	15	83	2°
Pernambuco	12	0	6	6	15	21°
Piauí	15	2	11	4	7	18°
Rio de Janeiro	25	3	17	8	60	10°
Rio Grande do Norte	7	4	6	1	10	24°

Fonte: SCARDUA e SANTOS, 2019 apud Guia de Mídia.

CONCLUSÕES

O fenômeno dos linchamentos apresenta-se como estrutural e complexo, detendo uma pluralidade de motivações que se interrelacionam, expressando o estado de anomia social que se associa à crise de legitimidade do Estado e de suas instituições, inclusive do seu modelo de justiça e, por consequência, do seu poder punitivo.

Dessa forma, baseando-se em Norbert Elias (1990), concebe-se que a própria manifestação das emoções e da irracionalidade é modelada pelo processo cultural. Assim, a tolerância a determinadas ações e circunstâncias é proveniente de um processo sócio-histórico, no qual as estruturas sociais se combinam com um maior ou menor controle das emoções e necessidades. Nesse bojo, acredita-se que a tolerância à emergência do irracional é uma atitude que se orienta pela razão cultural (SINHORETTO, 2001).

Nesse sentido, observa-se que o linchamento não é uma problemática exclusiva do estado do Maranhão ou da região Nordeste, mas difundido e presente em todo Brasil, pois associa-se ao sentimento comum de insatisfação com o aparato estatal e insegurança pública. Com isso, verifica-se, inclusive, o aumento dos linchamentos por motivo fútil, demonstrando como os limites da sociedade brasileira estão rasos em decorrência da impressão de impunidade e descrença institucional.

Assim, o estudo dos casos de linchamentos, em uma perspectiva comparada, em diferentes regiões do país, confirmam as hipóteses para motivação de sua ocorrência. Verificando-se, portanto, quase uniformemente, que sua origem está na deslegitimação do *jus puniendi* do Estado em decorrência do não cumprimento de obrigações na esfera da segurança pública, seja como inibidor ou acusador, promovendo violência como contenção de outras violências primárias.

Por conseguinte, enquanto na região Nordeste os linchamentos se manifestam de maneira mais espontânea e súbita, aproximando-se da ideia de um tribunal popular sumário, na região Sudeste e Norte vislumbra-se a atuação de grupos de vigilantes que se organizam para implantação de ordem e promoção de segurança, instaurando um paradigma com racionalidade própria.

Por fim, identificou-se como os indivíduos linchados são destituídos de sua condição humana, em todas as regiões do país, sendo objeto dentro do ritual que pretende a retomada do controle social e a fixação de valores, bem como a reafirmação da vingança privada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Linchamentos e poder. In: BARREIRA, César (org.) **Violência e Conflitos Sociais: Trajetórias de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. Justiça no tempo e o tempo da justiça. **Tempo Social**, v. 19, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa: LDA, 2009.

BENEVIDES, M. V. “Linchamentos no Brasil: violência e justiça popular”. In: DA MATTA, Roberto (Org.). **Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, p. 93- 117, 1982.

BENEVIDES, M.V. & FISCHER, R.M. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979 1982). In: PINHEIRO,

SERGIO, Paulo (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

CANDOTTI, Fabio; PINHEIRO, Israel; ALVES, Jander. A indiscernibilidade entre o estatal e o não estatal na gestão de ilegalismos e violências nas ruas de Manaus. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Brasília, Julho de 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v.1

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 2009.

GIDDENS, Anthony. Crime e Desvio. In: _____. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005, pp. 171-201.

GUIA DE MÍDIA. Guia de mídia, 2019. Disponível em: <www.guiademidia.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2020.

IMIRANTE. Número de linchamentos disparou no Maranhão. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/02/03/numeros-de-linchamentos-disparou-no-maranhao/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

JAYME, Fernando Gonzaga. **Direitos humanos e sua efetivação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

JOHNSTON, Les. (1996), "What is vigilantism?". **British Journal of Criminology**, v. 36 no 2.

MARTINS, Isabel de Figuêiredo. **Os linchamentos no Rio Grande do Sul: motivações e racionalidades.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, 2013. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_80e6204420a3d13ed2d9d74f30ac6ddd>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

MARTINS, José de Sousa. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

MATTAR, Joaquim José Marques. **Quando o estado morre, mata-se também a constituição.** Disponível em: <<https://www.diritto.it/quando-o-estado-morre-mata-se-tambem-a-constituicao/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MEIRELES, Marco. **Todas as vítimas de linchamento em 2019 no Ceará foram mulheres.** Ceará, 15 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://tribunadoceara.com.br/videos/jornal-jangadeiro/todas-as-vitimas-de-linchamento-em-2019-no-ceara-foram-mulheres/amp/>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 28 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Direito Processual Penal.** Salvador: JusPODIVM, 2007.

SCARDUA, Mateus; DOS SANTOS, André Filipe Pereira Reid. A expansão dos linchamentos no Brasil e o estudo de três casos específicos ocorridos no Estado do Espírito Santo. **(Re)pensando Direito**, Santo Ângelo/RS. v. 09. n. 17. jan./jun. 2019, p. 27-66. Disponível em: <http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/direito/index>.

SINHORETTO, Jacqueline. **Os justiçadores e sua justiça: linchamento, costume e conflito.** Dissertação de mestrado,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), USP, 2000. Disponível em: < <http://www.nevusp.org/downloads/down175.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2020.

SMDH. Mortes violentas intencionais na Grande São Luís (2015) Nota Técnica da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Disponível em: < <http://smdh.org.br/wp-content/uploads/2016/06/nota-tecnica-smdh-mortes-violentas-na-rmsao-luis-dezembro-2015.pdf> >. Acesso em: 27 de jul. 2019.

SOUSA, Andressa M. **LINCHAMENTOS NO MARANHÃO: uma (des)construção do discurso de legitimação popular**”. Relatório de PIBIC. Orientação: Prof. Dr. Thiago Allisson Cardoso de Jesus. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

TEIXEIRA, Will Montenegro. NUMMER, Fernanda Valli. Controle Social pela Violência: as práticas de linchamento em Belém (PA). **3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia: Amazônia e Sociologia: fronteira do século XXI, 2012.** Disponível em: < http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sbsnorte/sbsnorte2012/ARQ_UIVOS/GT6-275-183-20120831235514.pdf >. Acesso: 25 de abr. de 2020.

PACTO PELA PAZ: DA FABRICAÇÃO À AGÊNCIA DE DOCUMENTOS

Thaylana Coimbra Pinto Martins¹

INTRODUÇÃO

Como os documentos responsáveis pela gerência estatal são fabricados? O modelo jurídico informacional é neutro? O que distancia a intenção e o real uso dos documentos na execução de políticas? As políticas contemporâneas participativas de segurança pública rompem com o Estado hermético e com as teorias arcaicas de enfrentamento do crime?

É possível partir da instrumentalidade do documento para entender como as semiologias existentes na produção burocrática estatal imperam e definem os efeitos práticos das políticas públicas de segurança. Essa pesquisa o faz à projeção do Pacto pela Paz, programa de segurança pública instituída no Estado do Maranhão sob a lei nº 10.387/15, que insere setores populares na fase de planejamento e execução da política.

Esse texto aborda a potência do documento como cânone estatal e apresenta perspectivas sobre a influência de sua linguagem sistemática na construção dos arquétipos de enfrentamento do crime. Em seguida, por meio dos sujeitos envolvidos na execução do

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Orientadora: Karina Biondi, Doutora em Antropologia Social e professora do Departamento de Ciências Sociais.

Pacto pela Paz, investiga a posição desse tipo de política no atual campo burocrático, bem como seu discurso sustentador em comparação à fonte das políticas históricas de segurança pública, marcadas pela valorização da prisão.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se baseou, primeiramente, na leitura bibliográfica antropológica acerca dos documentos, conhecendo suas diversas facetas culturais, administrativas, sociais e políticas (RILES, 2009; DA MATTA, 2002; JARDIM, 1995; PEIRANO, 1986; LATOUR, 2019). Após essa compreensão, urgiu a necessidade de entender como a pesquisa de campo pode ser efetivada em um espaço do aparato estatal e com um objeto tipicamente burocrático como é o documento e seu processo de tratamento pelas instituições, objetivando principalmente mesclar a área do Direito e da Antropologia. O entendimento desse método de pesquisa só foi possível com a leitura bibliográfica da etnologia jurídica de Bruno Latour (2019).

Em uma segunda etapa do estudo, foi realizada pesquisa de campo em um dos Conselhos Comunitários que constitui o Pacto pela Paz. A mudança do campo experimental para o técnico tornou bem mais evidente o formalismo e a objetividade do registro documental e, ao mesmo tempo, impediu a abordagem engessada que os documentos costumam incutir.

As reflexões apresentadas neste artigo valeram-se, portanto, de análise empírica documental e da pesquisa de campo em reuniões do Conselho Comunitário pela Paz, organização da sociedade civil constituinte do Pacto pela Paz².

RESULTADO

O documento como instrumento do Estado moderno e o modelo jurídico-informacional

O documento é um artefato carregado de sentidos (Riles, 2009), mas sua dimensão administrativa e jurídica transforma a gestão de documentos em uma ferramenta essencial para o processo decisório estatal. Isso só é possível porque toda a racionalidade do Estado precisa se basear no seu arcabouço documental e informacional para que o seu funcionamento seja previsível, característica típica da organização burocrática, segundo Weber (1979).

Da mesma forma, a posse de informações constitui no Estado moderno um indício do poder central, mas democracia e controle estão longe de serem termos antitéticos (MARTINS, 1989, p. 83 *apud* JARDIM, 1995). Então, é comum que esse processo decisório hierárquico seja opaco para a sociedade em alguns níveis e cause uma “inerente desconfiança mútua” (ALMINO, 1986 *apud* JARDIM, 1995)

² Esse presente artigo traz discussões alcançadas por meio da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Maranhão.

entre Estado e sociedade, mesmo que a gestão de documentos siga preceitos legais.

O documento é um símbolo de impessoalidade do Estado, mas, ao mesmo tempo, não toma para si a neutralidade de significados e intenções, o que o torna importante objeto dicotômico de estudo. Essa dualidade pode ser percebida principalmente quando o documento se iguala ao caráter de norma. A norma, que também constitui o processo decisório, tende a fazer parte de forma incisiva na construção do Estado moderno e não só tem o poder de definir o que é uma infração, mas de organizar as estruturas governamentais e definir as políticas públicas a serem implantadas.

Da sua característica legal, o documento também exprime legitimidade. A própria condição de civilidade, cidadania e sujeito de direitos advém desse artefato, a ponto da subjetividade e das posses de alguém não serem reconhecidas pelo Direito ou pela Administração Pública na ausência de registros formais por desconhecimento ou por condições precárias de renda e acesso.

Com base no modelo jurídico informacional que permeia as decisões judiciais, casos específicos precisam ser operacionalizados para que caibam na posição de documento, o mesmo acontece com o sujeito ali representado. De acordo com o estudo de Sara Munhoz (2020), que dissecou a Secretaria de Jurisprudência do STJ, as decisões devem permitir que teses jurídicas sejam visíveis a partir de quatro grandes marcadores: a questão jurídica, o entendimento, o contexto

fático e os fundamentos. Para isso se tornar possível, os enunciados são transformados e recebem uma espécie de “limpeza” para que possam ser amplamente aplicados (MUNHOZ, 2020). É o ponto onde a instrumentalidade do Direito encontra a instrumentalidade do documento.

Essas semiologias, que são formadas a partir da linguagem de ordem que faz parte dos documentos, são absorvidas por todo o aparato estatal, inclusive pelo Sistema de Justiça Criminal pelo qual perpassa a execução e o direcionamento da política de segurança pública. Esse paralelismo torna a Administração Pública propensa também a permitir o distanciamento entre o texto legal e as reais demandas sociais, o que geralmente causa dois tipos de efeitos: a) o texto legal cai em desuso e sua prática passa a ser diferente da sua intencionalidade de criação ou b) as ações executadas no campo da Administração Pública são aplicadas sem qualquer tipo de retorno ou efetividade para a sociedade.

Nessa esteira, um campo que empresta um importante espaço de observação para compreender a influência da linguagem documental na construção dos arquétipos das políticas de segurança e, conseqüentemente, nas suas falhas, é a criminologia crítica.

A tentativa histórica de controle do crime

A história do controle do crime mostra os diversos percalços do Estado e do Sistema de Justiça Criminal na tentativa de diminuir

os índices de criminalidade de uma forma mecânica e sem recortes. As receitas de identificação (GARLAND, 2014) acerca do evento da criminalidade não só mapeia o crime, mas indica culpados. Esse quadro conceitual e semiológico, enquanto for intocável, não permitirá mudanças significativas na política criminal contemporânea e na diminuição da criminalidade.

No século XX, segundo Garland (2014), quando os índices de crime e reincidência continuavam a aumentar, havia sempre narrativas prontas para incuti-los à falha de *implementação* dos programas ou falta de recursos materiais e humanos, tudo, menos criticar a própria instituição e as receitas estatais utilizadas na fase de *planejamento* das políticas.

O desfalque já desde o momento da linguagem estatal e do entendimento do fenômeno da criminalidade — entendimento esse que é tomado de posse pelas instituições políticas responsáveis pelo planejamento do enfrentamento do crime — também contribui para a ideia de que a segurança pública possui inimigos do Estado a serem enfrentados pela polícia e pelas demais instituições da justiça criminal. Não é de causar espanto que o foco na atribuição de culpa gere ações com essa mesma lógica. Ainda segundo Garland (2014):

Por mais que outras medidas sociais pudessem ter contribuído para a redução do crime, as demarcações burocráticas em última instância é que estabeleciam o que seria feito. O controle governamental do crime, assim, continuava a focar mais na punição reativa de criminosos do que na prevenção social do crime (GARLAND, 2014, p. 111).

Um ponto muito presente na política criminal contemporânea que a aproxima das políticas obsoletas é percebido pelo aumento dos índices de encarceramento, o que indica um contínuo investimento em prisões, mesmo sendo uma solução onerosa e ineficiente desde o século passado. Segundo dados do Ministério Público do Maranhão, os índices de aprisionamentos por 100 mil habitantes em Unidades Prisionais, Delegacias e APAC's aumentou a cada ano desde 2015 até 2019, último ano de recolhimento dos dados. Apesar de se encontrar abaixo dos 50% da referência nacional, que é 333, a proporção de encarceramento no último ano foi de 156, o que representou um aumento de quase 2% em relação a 2018.

Na modernidade, mesmo em sistemas que tiveram contato com a discussão de reformas, houve uma substituição dessas lógicas reformistas por programas ligados à prevenção situacional do crime, que se mostrou uma solução mais conveniente à manutenção das certezas e das lógicas individuais (GARLAND, 2014). O Brasil, que nem sequer experimentou — ou representou — uma espécie de bem-estar social, ainda parece estar distante da flexibilização e de reformas em seu sistema de justiça criminal.

No fim, toda a política criminal contemporânea tende a fortalecer o estigma presente nos conceitos de “vítima” e “inimigo” que nasceram antes da modernidade e a ela resistiram, sendo a prisão e o encarceramento em massa representantes maiores da separação do que é civilizado e do que não é. Assim, urge a necessidade de

observar nas políticas atuais de segurança pública os elementos que as diferenciam ou as aproximam da “receita” de enfrentamento da criminalidade historicamente solidificada.

O Pacto pela Paz

O Pacto pela Paz é um programa de segurança pública do Estado do Maranhão criado pela lei nº 10.387/15. O programa visa o alinhamento de setores sociais por meio dos Conselhos Comunitários pela Paz (CCP's) com a Polícia Militar, de forma a implantar uma polícia de proximidade e diminuir os índices de criminalidade no estado, inspirada no programa Pacto pela Vida de Pernambuco. Apesar de ser uma política de segurança pública, o programa objetiva a prevenção de crimes em áreas com altas taxas de criminalidade, o que inclui a necessidade de facilitar o acesso a serviços públicos essenciais como saúde e mobilidade.

A percepção das demandas por serviços essenciais é de responsabilidade da comunidade por meio do Conselho Comunitário do bairro. Cada CCP promove uma reunião por mês para discutir as necessidades e conflitos do bairro, que são constituídas por 25 conselheiros eleitos, 1 membro do Corpo de Bombeiros, 1 membro da Polícia Militar, 1 membro da Polícia Civil e 1 membro da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular. A lei e o guia do Conselho também indicam que o Conselho possui caráter consultivo e informativo, ou seja, não há caráter vincular nas declarações e

deliberações promovidas pelo grupo. No entanto, em entrevista concedida a esta pesquisa, um membro do Conselho afirmou que o acesso estabelecido às instituições de segurança para a resolução de problemas é constantemente facilitado.

Os Conselhos Comunitários pela Paz já existiam antes da lei governamental que implanta o programa Pacto pela Paz, mas sob outra nomenclatura: Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS). No primeiro semestre desta pesquisa, foi executado o trabalho de campo nos ambientes de realização das reuniões dos Conselhos de um dos bairros³ e, segundo uma das conselheiras entrevistadas, antes de ocorrer a alteração do nome, os conselheiros eram vistos na comunidade como um órgão de denúncia de criminosos e automaticamente responsáveis pela dissolução de “bocas de fumo” e de organizações criminosas do bairro. Como consequência, muitos conselheiros temiam se organizar e discutir demandas de segurança pública, principalmente depois da ocorrência de um atentado contra um dos membros do Conselho.

Com a mudança do nome e o aparelhamento dos Conselhos de forma paralela ao Estado em uma política pública, os conselheiros passaram a ser mais benquistos pelos moradores do bairro e o funcionamento dos Conselhos se tornou mais elucidado, seu caráter

³ Os nomes dos conselheiros e do bairro sede do Conselho utilizados nessa pesquisa foram omitidos de propósito para garantir a segurança e a integridade física das pessoas envolvidas, bem como impedir o uso inadequado das informações aqui apresentadas, ambos de responsabilidade da pesquisa científica.

comunitário reconhecido e seu objetivo de expor as carências do bairro e exigir que essas sejam supridas mais difundido.

Com a implantação e formalização da política, cada conselheiro eleito passou a receber uma carteira de identificação que pode ser apresentada nas instituições públicas, principalmente na secretaria de segurança, para que o acesso às autoridades seja mais direto. No verso dessa carteira consta a frase “Solicitamos às dignas autoridades que prestem toda colaboração, nos limites da lei, à pessoa portadora desta, quando tratar de temas de interesse da comunidade”. Durante a conversa, a conselheira que concedeu a entrevista mostrou com orgulho a carteira de identificação de conselheiro eleito e o traje usado pela equipe, de forma a indicar o quanto seu trabalho é sério e reconhecido. Esse é um exemplo da típica legitimidade que os documentos costumam incutir, “materializando o que somos no sistema, estabelecendo nossa autoridade e prestígio” (DA MATTA, 2002, p. 46).

Quanto às demandas, essas não se limitavam à questão da segurança pública e continuaram amplas, mesmo com a implantação do Pacto pela Paz, ou seja, o funcionamento do programa de segurança não modificou a atuação dos Conselhos Comunitários, mas oficializou uma forma alternativa de resolução de conflitos que antes, segundo a conselheira, era má interpretada e oferecia perigo a quem constituísse o grupo.

Ainda segundo ela, embora o Batalhão da Polícia Militar já atendesse as solicitações do grupo antes do Pacto pela Paz, com a instituição do projeto, há um contato mais recorrente, especialmente nas reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias em caso de pauta emergencial. Nessas reuniões ordinárias, além dos conselheiros e policiais militares, participam membros da comunidade que justificam o seu interesse na participação.

Além de pautas de segurança do bairro, o Conselho solicita mudanças na área da saúde, de sinalização do trânsito e a execução de ações sociais como o Projeto Alvorecer, com aulas de jiu-jitsu voltadas para crianças carentes. Sendo assim, as solicitações não têm como destinatário apenas a Secretaria de Segurança Pública, mas também a Secretaria de Saúde e a Defensoria Pública, solicitações essas que são formalizadas através de ofícios.

Quanto à construção das pautas discutidas em cada reunião, o membro do Conselho disse que essas são elaboradas com base na observação dos próprios conselheiros e no contato direto e informal com a comunidade, uma vez que os membros são conhecidos no bairro. A entrevistada relatou que já houve casos em que ela recebeu ligações de moradores denunciando assaltos e pedindo a presença da polícia, o que, segundo ela, indica que, em parte, eles ainda são confundidos como um apêndice da polícia, mas também indica a transparência e a acessibilidade do Conselho.

O que mais caracteriza o Pacto pela Paz é o fato de ser uma política descentralizada. Isso pode ser percebido na própria estrutura de funcionamento do programa, pois ainda que seja uma política estadual, ela divide o chamado “regime de visualização” (BIONDI, 2019) entre municípios, seguidos de sub-regiões e, por último, em bairros.

Essa especificidade é defendida na formação de políticas públicas mais contemporâneas, uma vez que políticas concebidas no âmbito federal não alcançam o fenômeno da criminalidade e da violência na forma que se expressam em cada localidade. Segundo Túlio Kahn (2005), a segurança pública tem deixado de ser uma atividade predominantemente estadual, ante a corrosão da atuação dos Estados, provocada pelas iniciativas comunitárias de autodefesa, para assumir uma participação da União e dos Municípios (KAHN, 2005 *apud* GUIMARÃES; PEREIRA, 2017, p. 168).

A descentralização, como técnica na política pública de segurança, se apresenta como uma inovação, mas com esse processo há também um conseqüente controle e mapeamento de áreas do Estado, ação que recai na burocracia administrativa e na gestão de informações pelo aparato estatal. Os arquivos guardam milhões de registros, mantendo um inventário preciso de atividades, dos movimentos e das rotinas dos cidadãos de um dado Estado nacional (DA MATTA, 2014, p. 44), uma produção documental que se mostra repetitiva. E neste ponto não há intenção de insinuar que as

tentativas de tornar as políticas públicas mais específicas resultam em esforços dispensáveis, mas indicar a dificuldade de afastar a sociedade disciplinar colocada por Foucault e a burocracia onipresente da teoria Weberiana quando se remete ao Estado.

O segundo ponto que direciona o programa é a relação cidadão-polícia. Segundo as informações do programa, há uma preocupação com a capacitação de agentes da segurança pública, de forma a valorizar a carreira policial e, também, possibilitar a mudança da relação impessoal entre comunidade e a polícia militar e civil, formando um setor da polícia que seja mais próximo e sensível às realidades locais. Segundo o trabalho de campo de Mariana Vasconcelos na sede do Pacto pela Paz na Secretaria de Segurança Pública⁴:

[...] percebeu-se que em outros Estados geralmente os policiais que estão fora das ruas e à frente de projetos são agentes que foram afastados por algum motivo. Seria uma espécie de “punição”. No Pacto pela Paz não, há uma particularidade muito interessante, visto que cada um dos agentes da coordenação foi escolhido de acordo com sua a área de atuação, para que houvesse esse intercâmbio e não ficasse “nem tão técnico, nem tão agressivo”. Na coordenação do projeto, a maioria tem ensino superior em áreas como Direito, História,

⁴ A nova pesquisa de campo na sede do Pacto pela Paz na SSP-MA para o recolhimento de impressões, estudos e respostas diretamente das pessoas envolvidas na coordenação do programa foi prejudicada pelo advento do COVID-19. O Laboratório de Estudos em Antropologia Política decidiu seguir todas as orientações de segurança e cessar o trabalho etnográfico em todos os campos. Também foi impossibilitado o contato contínuo com os conselheiros comunitários citados na pesquisa, bem como a participação nas demais reuniões mensais do Conselho.

Segurança Pública e Gestão de Pessoas
(VASCONCELOS, 2019, p. 12).

Entretanto, segundo a conselheira do CCP e as pautas tratadas na reunião presenciada do Conselho, uma das demandas mais acatadas pelo contato direto entre conselheiro e o batalhão da Polícia Militar é o aumento das rondas policiais e do quantitativo de viaturas nas delegacias dos bairros. Nesse sentido, é possível perceber que, para a efetividade e expansão da política, não basta apenas que o montante policial, que constitui o programa e participa das reuniões propondo soluções em conjunto aos conselheiros, tenha uma formação inclinada para o sentimento comunitário. De maneira geral, a formação e o treinamento comum policial precisam estar em consonância.

Um bom exemplo disso está na ata disponibilizada pelo secretário do Conselho, de julho de 2019. Nela, há o registro de uma problemática ligada à concentração de alcoólatras e usuários de drogas em áreas próximas à feira do bairro. Segundo o documento, foi exigida do delegado local uma solução para o caso e ele sugeriu que a situação fosse relatada e tratada diretamente com a secretaria de saúde, uma vez que essa poderia interceder com mais propriedade. Não há registros se a problemática foi solucionada, mas também interessa que nesses casos, por exemplo, todo agente policial tenha conhecimento de que este é um problema de saúde e não de “guerra às drogas”, justificando ações reativas determinadas e

irrefletidas, perpetuando toda a lógica estrutural e discursiva que permeia as políticas de segurança.

No entanto, analisando os números de encarceramento no Estado do Maranhão e os números de encarcerados por porte e tráfico de drogas, é possível perceber que essa consonância ainda não alcança todo o aparato policial do Estado. Além disso, o foco na preocupação com o mero aumento do efetivo policial — ainda que demandado pela comunidade — toca na possibilidade de reformas dentro da corporação não serem discutidas, principalmente por ser um ponto sensível dentro do sistema de justiça criminal.

A tendência é que as políticas públicas de segurança sejam reformuladas, mas sempre buscando harmonizar com o que já está instituído, o que gera uma atrofia do sistema de justiça, uma vez que seguem sem a necessidade de uma autocrítica social. No fim, há um risco de o investimento alcançar o mesmo fim de outras eras: a criação de prisões. Sobre esse fenômeno contemporâneo, Garland (2014) afirma:

A prisão reinventada da atualidade é uma solução pronta e acabada para um novo problema de exclusão social e econômica. [...] elas possuem poucos oponentes políticos e relativo baixo custo, assim como se harmonizam com o senso comum no que concerne às fontes da desordem social e adequada atribuição de culpa. Porque elas se amparam em sistemas de regulação existentes, deixando intocados os arranjos sociais e econômicos fundamentais. (GARLAND, 2014, p. 422).

Gestão de documentos no Brasil

O tratamento das informações funciona como suporte para as decisões político-administrativas. Visando isso, a gestão documental funciona como um ciclo que começa no ambiente organizacional onde o documento é produzido e, mesmo após o seu processo de arquivamento, eles continuam gerando atos públicos ou dados que resultam no planejamento de políticas públicas, por exemplo. Segundo Ampudia Mello (1988), há dois fenômenos que caracterizam os processos informacionais arquivísticos dentro da Administração Pública:

O primeiro pode denominar-se objetivação e consiste em que a informação institucional se assenta sempre sobre um suporte material [...], ao segundo fenômeno pode chamar-se formalização e consiste em que dentro das instituições a informação circula através de canais previa e claramente estabelecidos, integrando redes que unem hierarquicamente a todas e cada uma das partes as compõem. [...] tal informação objetivada são os documentos e arquivos que durante tantos séculos a Administração Pública tem se empenhado em produzir, assim como os canais formais de informação são os sistemas internos que esta criou para gerar, distribuir e conservar seus registros. (MELLO, 1988, p. 12-13 *apud* JARDIM, 2014, p.141).

A gestão documental é um dos principais processos de tradução e produção de impessoalidade e previsibilidade do aparato estatal. Não obstante, o acesso pleno ao tratamento dos documentos pela Administração Pública é limitado a poucos setores, “enquanto a leitura pública interessa às massas, a disseminação da documentação visa a especialistas escolhidos” (BRIET, 2016, p. 15 *apud* GINEZ DE

LARA E MENDES, 2018, p. 80). Na prática, cada órgão, de forma independente, define seu nível de transparência no uso dos documentos, fortalecendo a ideia de “segredo oficial”⁵, fanaticamente defendida pela burocracia, segundo Weber (1979 *apud* SANCHEZ, 2003, p. 96).

No geral, o processo de gestão documental segue uma ordem que envolve etapas de identificação, classificação, arquivamento, avaliação e destinação. A primeira etapa estuda a relação entre o documento produzido e o órgão produtor, a segunda, separa os documentos de forma hierárquica e sistematiza o documento conforme o assunto central do qual ele trata, em seguida ele pode ser arquivado para ser consultado posteriormente ou passar pela avaliação, que é uma das etapas mais importantes do ciclo de vida do documento, uma vez que ele receberá um “valor” e isso definirá se ele será transferido ou eliminado por falta de relevância (BIBLIOTECA NACIONAL, 2016, p. 12).

De acordo com Erlon Reis (2015), “o valor primário possui finalidade administrativa, possui uma natureza prática, enquanto o valor secundário corresponde ao uso diferente pelo qual o documento foi criado, é considerado como fonte de informação e/ou

⁵ Segundo a Lei de Acesso à Informação, o sigilo pode alcançar documentos cuja divulgação pode “comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações”. No caso das instituições de segurança, muitas atividades potencialmente se encaixam nesse conceito.

pesquisa histórica” (REIS, 2015, p. 35). Nesse sentido, os documentos que fazem parte da execução de políticas públicas sofrem uma extensa tramitação. Sobre esses documentos de valor primário ou também chamados de “correntes”, Jardim (1985) problematiza sua gestão, afirmando que quanto a estes há um acúmulo de grande volume de documentos, acervos em condições precárias — causando limitação de acesso —, ausência de instrumentos de gestão e falta de recursos materiais (JARDIM *apud* REIS, 2015, p. 36).

Gestão de documentos do Pacto pela Paz⁶

A documentação dos Conselhos se divide em quatro tipos: o Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, o Livro de Presenças das Reuniões, o Livro de Ética e o Livro de Protocolo. O livro de atas registra as pautas discutidas mensalmente pelos conselheiros, o livro de presença registra os membros que participam das reuniões conforme o regimento exige, o livro de ética diz respeito às atribuições, direitos e deveres dos membros, e, por último, o Livro de Protocolo registra os documentos que transitam entre o Conselho e

⁶ A gestão documental do programa de segurança pública estudada nesta pesquisa foi analisada por meio da visita ao campo em conjunto com a leitura dos documentos disponibilizados pelo Conselho Comunitário e pela Secretaria de Segurança Pública. Os documentos da SSP-MA foram obtidos como resposta à demanda registrada no sistema de acesso à informação do Estado do Maranhão, uma vez que a pesquisa de campo precisou ser suspensa em decorrência do COVID-19. A demanda em questão incluía o Manual de Gestão Documental do programa, no entanto, em resposta por ofício, a Secretaria de Segurança indicou ter disponibilizado em anexo “todos os documentos públicos do Pacto pela Paz”.

órgãos como o SSP-MA e a SES-MA, indicando o envio de demandas e o recebimento de bens de entidades públicas demandados.

Segundo dados oficiais e o Guia do Conselho, o documento responsável por direcionar a maior parte das ações do Pacto pela Paz são as atas de reuniões dos Conselhos. A ata de uma reunião que ocorreu em outubro do ano antecedente, disponibilizada pelo secretário do Conselho, revela uma objetivação das pautas, no caso, orações curtas que indicam a presença de quórum suficiente para a abertura da reunião, a presença de membros da polícia militar, as sugestões dadas por cada membro do Conselho e a função que cada um se encarregou de desempenhar para colocar cada ideia em prática, desde a exigência de brinquedos para a associação do bairro até a exigência de viaturas e rondas policiais para o 20º batalhão da PM.

Para cada demanda levantada durante as reuniões dos Conselhos, há um registro feito pelo Secretário do Conselho que fica responsável por redigir a ata. Essa ata é apresentada no início da reunião seguinte e, após aprovada pelos membros, é enviada para a coordenação do Pacto pela Paz. No entanto, como foi constatado pela descrição das atas e das visitas às reuniões, o levantamento do diagnóstico do bairro pelos conselheiros não se limita a questões de ordem de segurança, sendo assim, cada ata também indica as responsabilidades dos conselheiros para levar as demandas aos órgãos específicos. A partir das atas, nascem ofícios que têm como

destino a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação e a SMTT.

Como os conselheiros afirmaram, pautas relacionadas a casos emergenciais da segurança pública são discutidas em reuniões extraordinárias e restritas aos membros eleitos dos conselhos e aos membros do corpo de bombeiros e das polícias militar e civil. Essas informações mais sigilosas irão guiar as ações da polícia local e da política de segurança, bem como permitir que a polícia mapeie as áreas do município e atue de forma específica. É importante destacar que as atas também passam por um processo de avaliação, como em qualquer processo de gestão e, dessa forma, nem todas as situações redigidas e narradas por documento irão refletir em uma operação policial.

Conforme o Regimento Interno do Pacto pela Paz, as informações de segurança local levantada pelos Conselhos servem de fonte para gerar o Diagnóstico da Segurança Pública, feito pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)⁷, que é usado para analisar os índices de criminalidade e efetividade da política pública. No entanto, conforme levantamento de Mariana Vasconcelos na sede do programa,

Ao contrário do que se diz oficialmente, a participação do IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos) na produção de tais dados é mais ligada ao Governo do Estado, não

⁷ A pesquisa de campo no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) também foi afetada pela pausa na pesquisa de campo.

diretamente ao PPP. [...] Ao perguntar acerca da utilização dos dados do IMESC na condução das ações do programa, percebemos que os dados produzidos serviam meramente para gerar conteúdo para um banco de dados (VASCONCELOS, 2019, p. 14).

Isso corrobora com a ideia de Jardim (2014) ao afirmar que o processo de gestão documental é opaco para personagens que não fazem parte da Administração Pública. Além disso, demonstra que, no funcionamento interno das políticas públicas, nem sempre a estrutura normativa tem o mesmo uso e efeito planejados ao ser criada pelo aparato estatal. No entanto, quando determinados sujeitos sociais são inseridos na fase de construção das políticas públicas, em que parte da estrutura burocrática encontram-se esses sujeitos?

Burocracia e novas perspectivas das políticas públicas

A ideia de participação popular e da formulação de políticas públicas em conjunto com diversos atores sociais surgiu como solução para dissolver os chamados anéis burocráticos (CARDOSO, 1974, *apud* CAVALCANTE; LOTTA; OLIVEIRA, 2018), grupos de valores dominantes e de poder central que fortaleciam o corporativismo da Administração Pública, bem como para solucionar a crise de governabilidade do Brasil. No entanto, a formação de novas configurações institucionais que incentivam a participação popular é um processo que sofreu percalços ao ir de encontro à instrumentalidade estatal.

O nascimento das organizações com o conteúdo definido exclusivamente pelo Estado ou a escolha de associação a setores que legitimam o aparato estatal indica o risco das ditas novas perspectivas. Quanto a isso, Nuria Grau (1998) afirma:

Na prática, o pluralismo integrativo, que implica a colaboração de atores sociais na formulação de políticas e na prestação de serviços públicos, pode levar a assentar as desigualdades políticas que são produto das desigualdades econômicas e sociais. Falha, por sua vez, em seu esforço para introduzir a deliberação pública, enfrentando a racionalidade burocrática [...]. A “democracia participativa”, invocada na América Latina como resposta à crise de representação, não difere, em seus conteúdos, das descrições acima. Confrontada, pois, com os mesmos limites teóricos e ideológicos, tem escassas possibilidades de oferecer uma resposta sustentável ao problema de como conseguir o dos sujeitos sociais nos assuntos políticos (GRAU, 1998, p. 128-129).

Outro risco presente na construção acrítica de grupos sociais organizados sob a perspectiva do Estado é a o enfraquecimento das medidas de participação direta e o apagamento da auto-organização de setores historicamente excluídos, silenciando as demandas populares destoantes. Dessa forma, a instituição da sociedade civil não substitui os instrumentos de mobilização da cidadania.

Nesse sentido, a efetividade de políticas públicas não está apenas na associação com grupos sociais específicos, mas na inclusão de grupos sociais políticos que detêm um processo espontâneo de formação de opinião. Essa opinião política independente é resultado das vivências coletivas diferentes de grupos minoritários e distantes de uma relação paraestatal, como indígenas, ribeirinhos e sujeitos

excluídos do espaço urbano, que muitas vezes só encontram espaço de escuta e compartilhamento de perspectivas políticas em ambientes autoconstruídos e, portanto, deslocados.

Essa perspectiva crítica em relação à ainda limitada configuração de participação popular pode ajudar a romper com as lógicas normalizadoras que acomodam a atuação de setores da sociedade civil e cerceiam o planejamento das políticas públicas.

Pacto pela Paz: a visão oficial e a visão dos Conselheiros

No programa em questão, além do teor comunitário fortemente defendido e destacado, exemplificado pela facilidade de acesso dos membros do Conselho aos órgãos de segurança e pela troca de pautas e debates acerca da solução de problemas nos bairros, há a tentativa de construção de uma política de segurança que tenta unir as práticas policiais e as premissas de direitos humanos e sociais, pois é um tabu já assentado. Como afirmou um dos investigadores do programa entrevistados por Mariana Vasconcelos (2019), “lidar com todo o tipo de anseio e problemáticas advindas de uma comunidade inteira é um desafio”.

Segundo a opinião oficial, também há o estabelecimento de um canal direto entre cidadão e os órgãos de polícia, uma vez que o programa é fundado na ideia de ausência de hierarquia. Associado ao exercício de construção coletiva de demandas, o processo decisório

do Pacto pela Paz se caracteriza como democrático e alcança setores que o Poder Público, em seu sentido amplo, geralmente não alcança.

Um ponto a ser destacado sobre o Conselho diz respeito ao desejo dos membros de se tornarem uma pessoa jurídica, conforme análise das atas das reuniões, para que tenham prerrogativas que essa classificação garante, como manifestação coletiva, bens próprios e sede fixa. A ideia foi colocada pelo presidente da federação dos Conselhos, que pediu que estes se informassem sobre a Portaria nº 43/2019 do Ministério da Justiça, assinada pelo então Ministro Sérgio Moro.

Essa Portaria, assinada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em conjunto com Ministério da Justiça e da Segurança Pública, trata das diretrizes da polícia comunitária e da normatização dos Conselhos Comunitários de Segurança, bem como da colaboração federativa com os Conselhos, visando à implantação de políticas públicas. A diretriz 5 da mesma prevê:

Importância da estruturação e normatização dos Conselhos Comunitários de Segurança, ou organismo congênere, para a integral implementação do Sistema, por meio de fórum de comunicação presencial entre os gestores de segurança pública, municipalidade e a comunidade, **de forma que seus anseios sejam ouvidos e levados em consideração quando do planejamento e ação operacional das instituições**, bem como seja incentivada a consciência de corresponsabilidade na construção de uma sociedade segura, meta a ser alcançada pela ação sinérgica de todos os atores envolvidos (BRASIL, 2019, p. 61. Grifo nosso).

Esse empoderamento, por meio do constante desejo de aumento do grau de oficialização do Conselho, indica menos um defeito moral na atuação da comunidade e mais um sintoma de como a participação popular na democracia representativa e no modelo organizacional vigente enxerga, na apropriação da lógica estatal, a solução para uma participação popular efetiva. É no espaço público político que se produz o processo de geração comunicativa de poder legítimo, mas também é onde se desenvolve a obtenção de legitimação pelo sistema político (HABERMAS, 1990 *apud* GRAU, 1998, p. 47).

Da mesma forma, constata-se a opinião dos membros do Conselho, de que o fato do recolhimento de demandas não se limitar à mera participação, mas alcançar a deliberação livre entre membros eleitos e moradores do bairro, torna o processo de levantamento da vontade coletiva fiel e democrático. Além disso, os membros possuem liberdade para contatar as demais instituições que não fazem parte do Pacto pela Paz, autonomia política de reivindicação que é constantemente praticada por eles, individualmente e coletivamente.

Assim, no que pese o ainda prematuro projeto de política participativa, os sujeitos que constituem o Pacto pela Paz são unânimes em afirmar que o programa direciona para a suavização da burocracia estatal e do ambiente hermético das organizações de segurança pública.

CONCLUSÕES

Como foi possível observar ao longo deste artigo, a gestão documental é reprodutora da impessoalidade do Estado, mas tal característica não impede o dirigismo da linguagem documental na formulação das políticas públicas, afinal, previsibilidade e estabilidade são os resultados desejados por uma estrutura burocrática.

Principalmente no que tange à historicidade da criminologia, a distância entre as semiologias do documento e a realidade pode explicar a ineficácia das políticas de enfrentamento do crime, marcadas pelo investimento no encarceramento e no policiamento irrestrito. A resposta a tal estrutura rígida tem sido o surgimento de políticas contemporâneas que visam a relação com setores populares e a aproximação do Sistema de Justiça às demandas comunitárias.

No entanto, mesmo não sendo possível exaurir aqui a análise sobre o funcionamento das políticas de segurança pública, o ponto de vista desse estudo indica que a configuração das novas políticas participativas, como o Pacto pela Paz, ao mesmo passo que constituem uma imensa contribuição à relação Estado-sujeito por descentralizarem a discussão sobre segurança pública, alcançariam maior efetividade se assumissem uma perspectiva reformista que visualizasse a necessidade de mudanças estruturais e da superação da linguagem oficial que direciona a formulação de ações de enfrentamento do crime.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL. **Manual de Gestão Documental**. Rio de Janeiro: 2016.

BIONDI, Karina. La producción del crimen en el Estado de Maranhão, Brasil. **Trabalho apresentado no II Simposio de Antropología entre lo legal y lo ilegal**. Monterrey, 2019.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2016.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; LOTTA, Gabriela Spanguero (orgs). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: ENAP, 2015.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; LOTTA, Gabriela Spanguero; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (orgs.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea Enap, 2018.

DA MATTA, Roberto da. A mão visível do mercado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico**. n. 99, p. 37-64- Universidade de Notre Dame. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DITADI, Carlos. O papel da gestão de documentos no processo de desburocratização e transparência: um olhar sobre as iniciativas governamentais. In: **VI Seminário do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA)**. Brasília, DF: 2018.

GARCEZ, Igor José de Jesus. **Sistema de gestão de documentos e políticas públicas arquivísticas: o caso da administração pública federal brasileira**. Monografia de Pós- Graduação

(Especialização Lato Sensu em Gestão de Arquivos). Cruz Alta, RS: 2010.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2008.

GINEZ DE LARA, Marilda Lopes; MENDES, Luciana Corts. Suzanne Briet e a documentação como técnica cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14. São Paulo: jul., 2018.

GOMES, Camilla de Magalhães. Os sujeitos do performativo jurídico: relendo a dignidade da pessoa humana nos marcos de gênero e raça. **Revista Direito e Práxis**. Vol. 10, n.2, p. 871-905. Rio de Janeiro: 2019.

GRAU, Nuria Cunill. **Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social**. Brasília, DF: ENAP, 1988.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel; PEREIRA, Paulo Fernando Soares. Reflexões a respeito da necessidade de participação dos municípios na formulação e na implementação de políticas de segurança pública. In: TEIXEIRA, Marcio; GUIMARÃES, Cláudio; Santiago, Fábio (orgs.). **Estado, Direitos Humanos e Segurança Pública**. 1 ed. São Luís: Edufma, 2017.

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p.35-49, jan./abr., 2013.

JARDIM, José Maria. Face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista de Serviço Público**. Brasília: jan./abr. 1995.

LATOUR, Bruno. **A fabricação do Direito: um estudo de etnologia jurídica**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LOTTA, Gabriela; Favareto, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, PR: v. 24, n. 57, p. 49-65, mar. 2016.

LOUSADA, Mariana; VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.16, n.1, p.147-164, jan./mar., 2011.

MARANHÃO. Lei Estadual nº 10.387, de 12 de Dezembro de 2015. Dispõe sobre a criação, no âmbito do Estado do Maranhão, do Pacto pela Paz, institui os Conselhos Comunitários pela Paz e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, MA, 12 Dez. 2015.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, Mai-Jun. 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Portaria nº 43 de 12 de abril de 2019. Institui as Diretrizes Nacionais e o Manual de Polícia Comunitária. **Diário Oficial da União**, 18 abr. 2019.

MUNHOZ, Sara Regina. **Confiscações semânticas e afetivas: famílias na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. São Paulo: 2020.

PEIRANO, Mariza. Sem lenço, sem documento: reflexões sobre a cidadania no Brasil. **Sociedade e Estado: revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, jun., 1986.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado. In: Bresser, L.C.B. e GRAU, Nuria Cunill (orgs.), **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REIS, Erlon da Fonseca Teffé dos. **Gestão de documentos: a importância dos seus aspectos legais no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)– Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social. Niterói: 2015.

RILES, Annelise. **Documents: Artifacts of Modern Knowledge**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. O poder burocrático e o controle da informação. **Lua Nova**. n. 58. São Paulo: 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA (MA). **Portaria nº 513/2016**. Dispõe sobre a regulamentação dos Conselhos Comunitários pela Paz, no âmbito do Programa Pacto pela Paz. Secretaria de Transparência e Controle. 06 jul. 2016. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4483>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

SISTEMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS. Regimento Interno do Pacto pela Paz. In: **VI Conferência Estadual dos Direitos Humanos**. 2016.

VASCONCELOS, Mariana. **Pacto Pela Paz: Da fabricação à agência de documentos**. Relatório final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2019.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Ática, 2016.

